



**Levantamento de Questões para a Formulação de um
Plano Estratégico para o
Centro Africano de Estudo e Investigação sobre
Migrações (CARIM), em Bamako, Mali.**

RELATÓRIO FINAL

Componente 1: Uma bibliografia anotada da investigação da migração em África.

Componente 2: Um levantamento das instituições de investigação em matéria de migração em África.

Componente 3: Levantamento de Publicações Africanas sobre Migrações.

Componente 4: Uma avaliação das necessidades de capacitação dos Estados Membros e das REC na área da migração

Comissão da União Africana (CUA)

**Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e
Desenvolvimento Social (HHS)**

Julho de 2022

Adis Abeba, Etiópia

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| AGRADECIMENTOS | VIII |
| LISTA DE TABELAS | IX |
| LISTA DE FIGURAS | IX |
| LISTA DE ACRÓNIMOS..... | X |
| SUMÁRIO EXECUTIVO | 1 |
| COMPONENTE 1: UMA BIBLIOGRAFIA ANOTADA DA INVESTIGAÇÃO DA MIGRAÇÃO EM ÁFRICA.. | 16 |
| 1.1. Introdução | 16 |
| 1.2. Objetivos da investigação | 18 |
| 1.3. Bibliografia anotada..... | 19 |
| 1.4. Abordagem metodológica..... | 19 |
| 1.4.1. Critérios de inclusão..... | 20 |
| 1.4.2. Critérios de exclusão | 20 |
| 1.4.3. Limitações da metodologia | 21 |
| 1.4.4. Características gerais dos artigos na bibliografia anotada..... | 21 |
| 1.4.5. Cronologia de publicação..... | 22 |
| 1.4.6. Método de investigação..... | 23 |
| 1.4.7. Foco geográfico | 24 |
| 1.4.8. Número de artigos por foco temático..... | 25 |
| 1.5. Apresentação da bibliografia | 26 |
| 1.5.1. Governação das migrações | 26 |
| 1.5.2. Migração laboral e formação | 38 |
| 1.5.2.1. Políticas, estruturas e legislação sobre migração laboral nacional | 39 |
| 1.5.2.2. Fuga de cérebros (e ganho de cérebros) | 40 |
| 1.5.2.3. Remessas..... | 43 |
| 1.5.2.4. Outros..... | 51 |
| 1.5.3. Envolvimento da diáspora..... | 52 |
| 1.5.4. Governação das fronteiras..... | 56 |
| 1.5.5. Migração irregular..... | 58 |
| 1.5.5.1. Introdução clandestina de migrantes..... | 58 |
| 1.5.5.2. Tráfico de seres humanos | 60 |
| 1.5.5.3. Regresso, Readmissão e Reintegração | 63 |
| 1.5.5.4. Outros..... | 64 |

| | |
|---|------------|
| 1.5.6. Deslocação forçada | 65 |
| 1.5.7. Migração interna..... | 68 |
| 1.5.8. Migração e comércio..... | 71 |
| 1.5.9. Migração e diplomacia | 72 |
| 1.5.10. Outros | 73 |
| 1.6. Conclusão, recomendações e orientação da investigação futura. | 79 |
| 1.6.1. Conclusão | 79 |
| 1.6.2. Orientações e recomendações para a investigação futura | 79 |
| Bibliografia | 84 |
| COMPONENTE 2: UM LEVANTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE INVESTIGAÇÃO E DE CAPACITAÇÃO EM MATÉRIA DE MIGRAÇÃO EM ÁFRICA | 96 |
| 2.1. Introdução | 96 |
| 2.2. Lista de organizações internacionais | 96 |
| 2.2.1. Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (ITCILO) | 96 |
| 2.2.2. Organização Internacional para as Migrações (IOM) | 97 |
| 2.2.3. Centro Africano de Capacitação (ACBC) | 98 |
| 2.2.4. Gabinete de Ligação Especial (SLO) da IOM (Adis Abeba) | 98 |
| 2.2.5. Centro de Análise de Dados sobre Migração Global (GMDAC) da IOM/Instituto Global de Dados (GDI) | 99 |
| 2.2.6. Centros de Dados Regionais | 99 |
| 2.2.7. Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) | 100 |
| 2.2.8. Instituto Africano de Desenvolvimento Económico e Planeamento (IDEP) da ONU | 100 |
| 2.2.9. Instituto de Formação e Investigação Demográficas (IFORD) | 100 |
| 2.3. Lista de centros/institutos universitários | 100 |
| 2.3.1. Instituto de Estudos da População e Investigação, Instituto de Estudos sobre a Migração do Quénia | 100 |
| 2.3.2. Centro Africano para a Migração e a Sociedade (ACMS), África do Sul..... | 100 |
| 2.3.3. Grupo de Estudo e Investigação sobre Migrações(GERM), Senegal | 100 |
| 2.3.4. Centro de Estudos das Migrações (CMS), Gana..... | 101 |
| 2.3.5. Universidade de Moi, Quénia | 101 |
| 2.3.6. Rede de Investigação sobre Migração em África (NOMRA), Nigéria | 101 |
| 2.3.7. Centro para o Estudo da Inovação da Governação (GovInn), África do Sul..... | 101 |

| | | |
|-------------|---|------------|
| 2.3.8. | Centro para o Estudo da Migração Forçada (CSFM), Tanzânia..... | 101 |
| 2.3.9. | Centro Universitário de Estudos sobre Migrações (CUEM), Marrocos..... | 101 |
| 2.3.10. | Universidade IBN ZOHR, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Marrocos | 102 |
| 2.3.11. | Associação Marroquina de Estudo e Investigação sobre as Migrações (AMERM), Marrocos..... | 102 |
| 2.3.12. | Univers , MarrocosFaculda | 102 |
| 2.3.13. | Centro de Estudo e Investigação Demográfica(CERED), Marrocos..... | 102 |
| 2.3.14. | Centro para os Estudos sobre a Migração e os Refugiados (CMRS), Egito | 102 |
| 2.3.15. | Coletivo Interdisciplinar de Migração e Mobilidades em África (MMICA), África do Sul | 103 |
| 2.3.16. | Centro de Estudos das Migrações (CMS), Nigéria..... | 103 |
| 2.3.17. | Centro de Excelência em Migração e Estudos Globais (CEM&GS), Nigéria | 103 |
| 2.3.18. | Grupo de Estudo e Investigação sobre Migração, Espaço e Sociedade (GERMES), Níger | 103 |
| 2.3.19. | Escola Superior Livre de Ciências Comerciais Aplicadas(ESLSCA), Egito | 103 |
| 2.4. | Lista de centros independentes e outras instituições | 104 |
| 2.4.1. | Centro Africano das Administrações Regionais do Trabalho (ARLAC), Zimbabué | 104 |
| 2.4.2. | Aliança para a Migração, a Liderança e o Desenvolvimento (AMLD), Senegal..... | 104 |
| 2.4.3. | Centro de Políticas para o Novo Sul (PCNS), Marrocos | 104 |
| 2.4.4. | Centro Regional Africano de Administração do Trabalho (CRADAT), Camarões | 104 |
| 2.4.5. | Centro Árabe para a Administração do Trabalho e do Emprego (ACLAE), Tunísia | 105 |
| 2.4.6. | Centro de Migração Mista (MMC)..... | 105 |
| 2.4.7. | Centro de Túnis para a Migração e o Asilo (CETUMA), Tunísia | 105 |
| 2.4.8. | Samuel Hall, Quênia..... | 105 |
| 2.4.9. | Instituto Scalabrini para a Mobilidade Humana em África (SIHMA), África do Sul..... | 105 |
| 2.4.10. | Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAIIA), África do Sul | 105 |
| 2.4.11. | Rede Regional de Migrantes da SADC (SADC-RMN) | 105 |
| 2.4.12. | Rede MOVIDA (Mobilidades, Viagens, Inovações e Dinâmicas na África Mediterrânica e Subsariana) 106 | |
| 2.4.13. | Programa de Migração da África Austral (SAMP), África do Sul..... | 106 |
| 2.4.14. | Projeto Migração e Saúde na África Austral (MAHP), África do Sul | 106 |
| 2.4.15. | Centro Africano de Política de Migração e Desenvolvimento (AMADPOC), Quênia | 106 |
| 2.4.16. | Instituto para Estudos de Segurança (ISS), África do Sul | 106 |
| 2.4.17. | Centro Operacional Continental (COC), Sudão | 106 |
| 2.4.18. | Observatório das Migrações Africanas, Marrocos..... | 107 |
| 2.4.19. | Dignity Kwanza – Soluções comunitárias, Tanzânia..... | 107 |
| 2.4.20. | Instituto de Estatística da União Africana (STATAFRIC), Tunísia..... | 107 |
| 2.4.21. | Mecanismo de Investigação e Factos (REF) –Corno de África | 108 |

| | | |
|--|--|------------|
| 2.4.22. | Centro de Investigação e Resultados (REF) – a Região do Sahel e Lago Chade e Norte de África | 108 |
| 2.4.23. | Migração para o Desenvolvimento e Igualdade (MIDEQ) | 108 |
| 2.5. | Conclusões e discussão | 114 |
| 2.6. | Conclusão e recomendações | 116 |
| COMPONENTE 3: LEVANTAMENTO DE PUBLICAÇÕES AFRICANAS SOBRE MIGRAÇÕES | | 118 |
| 3.1. | Introdução | 118 |
| 3.2. | Lista de publicações académicas | 119 |
| 3.2.1. | Africa Insight | 119 |
| 3.2.2 | African Health Sciences..... | 119 |
| 3.2.3. | African Human Mobility Review (AHMR)..... | 119 |
| 3.2.4. | African Journal of AIDS Research (AJAR) | 120 |
| 3.2.5. | African Journal of Economic Review (AJER)..... | 121 |
| 3.2.6. | African Journal of Reproductive Health | 121 |
| 3.2.7. | African Research Review (AFRREV)..... | 121 |
| 3.2.8. | African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie..... | 122 |
| 3.2.9. | Eastern Africa Social Science Research Review (EASSRR) | 123 |
| 3.2.10. | Gender and Behaviour | 123 |
| 3.2.11. | Ghana Journal of Development Studies (GJDS) | 124 |
| 3.2.12. | Ghana Journal of Geography (GJG)..... | 124 |
| 3.2.13. | HTS Theologiese Studies / Theological Studies / AOSIS | 125 |
| 3.2.14. | Law, Democracy and Development (LDD) | 125 |
| 3.3 | Conclusões e discussão | 126 |
| 3.4. | Conclusão e recomendações | 129 |
| 3.4.1. | Vantagens do lançamento de uma nova revista em África..... | 129 |
| 3.4.2 | Desafios do lançamento de uma nova revista em África | 130 |
| 3.4.3 | Vantagens da parceria com a revista sobre migração existente em África (AHMR)..... | 130 |
| Bibliografia | 132 | |
| COMPONENTE 4: UMA AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO DOS ESTADOS MEMBROS E DAS REC NA ÁREA DA MIGRAÇÃO | | 133 |
| 4.1. | Introdução | 133 |

| | |
|---|------------|
| 4.2. Metodologia de investigação | 134 |
| 4.2.1. Investigação quantitativa..... | 134 |
| 4.2.2. Amostragem propositada | 134 |
| 4.2.3. Países da amostra | 135 |
| 4.2.4. Estatísticas descritivas | 135 |
| 4.2.5. Investigação qualitativa | 135 |
| 4.3. Limitação do estudo..... | 136 |
| 4.4. Estados Membros | 136 |
| 4.4.1. Análise e apresentação de dados | 136 |
| 4.4.1.1. Situação da migração (questões/desafios enfrentados pelos Estados Membros) | 136 |
| 4.4.2. Recolha e gestão dos dados migratórios | 137 |
| 4.4.2.1. Dados sobre imigração/emigração | 137 |
| 4.4.2.2. Dados sobre migração laboral..... | 138 |
| 4.4.2.3. Dados sobre remessas | 138 |
| 4.4.2.4. Dados sobre a diáspora | 138 |
| 4.4.2.5. Dados sobre refugiados/requerentes de asilo | 139 |
| 4.4.2.6. Dados sobre deslocados internos (PDI) | 139 |
| 4.4.2.7. Dados sobre apatridia | 139 |
| 4.4.2.8. Dados sobre tráfico de pessoas/migração clandestina..... | 139 |
| 4.4.2.9. Perfis migratórios | 140 |
| 4.4.2.10. Áreas de necessidade de capacitação em matéria de recolha de dados sobre migração | 140 |
| 4.4.2.11. Conclusão sobre a recolha e gestão de dados sobre migração | 142 |
| 4.4.2.12. Recomendações sobre a recolha e gestão de dados sobre migração..... | 142 |
| 4.4.3. Mecanismos institucionais nacionais de gestão da migração | 144 |
| 4.4.3.1. Necessidades de capacitação nos mecanismos institucionais de gestão da migração..... | 145 |
| 4.4.3.2. Conclusão: Mecanismos Institucionais Nacionais (NIM) de gestão da migração | 147 |
| 4.4.3.3. Recomendações sobre mecanismos institucionais nacionais de gestão da migração..... | 147 |
| 4.4.4. Ambiente político | 149 |
| 4.4.4.1. Políticas nacionais de migração | 149 |
| 4.4.4.2. Políticas nacionais de migração laboral | 151 |
| 4.4.4.3. Políticas da diáspora | 153 |
| 4.4.4.4. Estratégia/políticas de governação das fronteiras..... | 155 |
| 4.4.4.4. Necessidades de capacitação na área das políticas de migração | 156 |
| 4.4.4.5. Conclusões: Ambiente político..... | 157 |

| | |
|--|------------|
| 4.4.4.7. Recomendações: Ambiente político | 158 |
| 4.4.5. Necessidades de capacitação noutras áreas temáticas | 159 |
| 4.5. Comunidades Económicas Regionais (REC) | 161 |
| 4.5.1. Situação da migração (questões/desafios enfrentados pelas REC) | 161 |
| 4.5.2. Recolha e gestão dos dados migratórios | 162 |
| 4.5.2.1. Capacitação sobre a recolha e gestão de dados sobre migração | 163 |
| 4.5.2.2. Conclusão | 164 |
| 4.5.2.3. Recomendações | 164 |
| 4.5.3. Ambiente político..... | 165 |
| 4.5.3.1. Política de migração regional | 165 |
| 4.5.3.2. Quadro da política de migração laboral regional..... | 165 |
| 4.5.3.3. Capacitação na área do desenvolvimento da política de migração regional | 166 |
| 4.5.3.4. Conclusão | 166 |
| 4.5.3.5. Recomendações | 167 |
| 4.5.4. Mecanismos de coordenação regional para a gestão da migração | 167 |
| 4.5.4.1. Capacitação em termos de mecanismos de coordenação regional..... | 168 |
| 4.5.4.2. Conclusão | 168 |
| 4.5.4.3. Recomendações | 168 |
| 4.5.5. Necessidades de capacitação noutras áreas temáticas | 168 |
| 4.5.5.1. Conclusão | 169 |
| 4.6. Bibliografia..... | 170 |
| ANEXO 1: QUESTIONÁRIO DO INQUÉRITO | 173 |
| ANEXO 2: QUESTIONÁRIO DO INQUÉRITO | 183 |

AGRADECIMENTOS

Este projeto de investigação exigiu uma enorme quantidade de trabalho, pesquisa e dedicação. A implementação bem-sucedida não teria sido possível se não tivéssemos o apoio de muitos indivíduos e organizações. Por conseguinte, gostaríamos de apresentar a todos eles a nossa sincera gratidão.

Antes de mais, agradecemos à Comissão da União Africana (CUA) o apoio financeiro e logístico e a prestação das orientações necessárias à implementação deste projeto de investigação. Gostaríamos também de agradecer aos membros da equipa técnica do Centro Internacional para o Desenvolvimento da Política Migratória (ICMPD), do Centro de Conhecimento sobre Migração e Demografia (KCMD), do Centro de Migração Mista (MMC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) as suas valiosas sugestões e grande dedicação, fornecendo comentários construtivos. Gostaríamos de agradecer a todos os analistas que dedicaram o seu tempo e conhecimento a este projeto.

Finalmente, estamos muito gratos ao Sr. Conselheiro Técnico Superior da Comissão da União Africana, pela sua prestação de conhecimentos especializados e apoio técnico. O Sr. Peter Mudungwe disponibilizou o seu tempo, conhecimentos e experiência para realizar com sucesso a desafiante tarefa da equipa de investigação.

Coordenador do projeto

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1: Orientações para a investigação futura (agenda / questões de investigação)..... | 80 |
| Tabela 2: Lista de instituições de capacitação e formação em África | 109 |
| Tabela 3: As principais áreas prioritárias das publicações | 128 |
| Tabela 4: Principais questões/desafios no âmbito da migração enfrentados pelos Estados Membros | 137 |
| Tabela 5: Necessidades de capacitação em matéria de recolha de dados sobre migração | 140 |
| Tabela 6: Necessidades de capacitação sobre mecanismos institucionais de gestão da migração | 146 |
| Tabela 7: Preferências agregadas para necessidades de capacitação – políticas de migração.... | 157 |
| Tabela 8: A situação migratória da CEDEAO (questões/desafios) por ordem de importância.. | 161 |
| Tabela 9: A situação migratória da UMA (questões/desafios) por ordem de importância..... | 161 |
| Tabela 10: Recolha de dados sobre migração por REC e frequências | 163 |
| Tabela 11: Capacitação em termos de recolha e gestão de dados sobre migração pelas REC ... | 163 |
| Tabela 12: Quadro da política de migração regional pelas REC | 165 |
| Tabela 13: Quadro da política de migração laboral regional das REC..... | 165 |
| Tabela 14: Quadro da política de migração regional pelas REC | 167 |
| Tabela 15: Necessidades de capacitação noutras áreas temáticas | 168 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Número de artigos com acesso público | 21 |
| Figura 2: Número de artigos por ano | 23 |
| Figura 3: Método de investigação..... | 23 |
| Figura 4: Abrangência do estudo ou limite do estudo | 24 |
| Figura 5: Artigos por foco temático..... | 25 |
| Figura 6: Áreas-chave de interesse das instituições de capacitação e formação vs pilares do MPFA | 115 |
| Figura 7: As principais áreas de interesse das publicações vs os pilares do MPFA..... | 126 |
| Figura 8: Estados Membros que adotaram uma política de migração nacional | 150 |
| Figura 9: Estados Membros que adotaram mecanismos de acompanhamento e avaliação com indicadores de progresso e de impacto | 151 |
| Figura 10: Estados Membros que adotaram uma política de migração laboral | 152 |
| Figura 11: Estados Membros que adotaram um mecanismo de acompanhamento e avaliação com indicadores de progresso e de impacto | 153 |
| Figura 12: Estados Membros que adotaram uma política da diáspora | 154 |
| Figura 13: Estados Membros que adotaram um mecanismo de acompanhamento e avaliação com indicadores de progresso e de impacto | 154 |
| Figura 14: Estados Membros que adotaram uma estratégia/política de governação das fronteiras | 155 |
| Figura 15: Estados Membros que adotaram um mecanismo de acompanhamento e avaliação com indicadores de progresso e de impacto | 156 |
| Figura 16: Necessidades de capacitação noutras áreas temáticas | 160 |

LISTA DE ACRÓNIMOS

Aviso: sempre que um acrónimo não tenha equivalente em português, será deixado em inglês.

| | |
|----------|--|
| AAMR | African Academy for Migration Research (Academia Africana de Investigação sobre Migração) |
| ACMS | Centro Africano de Migração e Sociedade |
| AfCFTA | Zona de Comércio Livre Continental Africana |
| AfDB | Banco Africano de Desenvolvimento |
| AFRREV | African Research Review (Revista de Investigação Africana) |
| AHMR | African Human Mobility Review (Revista da Mobilidade Humana Africana) |
| SIDA | Síndrome de Imunodeficiência Adquirida |
| AJAR | African Journal of AIDS Research (Revista Africana de Investigação sobre a SIDA) |
| AJOL | African Journal Online (Revista Africana Online) |
| AJRH | African Journal of Reproductive Health (Revista Africana de Saúde Reprodutiva) |
| AMADPOC | Centro Africano de Política de Migração e Desenvolvimento |
| AMO | Observatório Africano de Migração (AMO) |
| APC | Taxas de processamento de artigos |
| ARUA | Aliança das Universidades Africanas de Investigação |
| CUA | Comissão da União Africana |
| CARIM | Centro Africano de Estudo e Investigação sobre Migrações |
| CMRS | Centro de Estudos sobre a Migração e os Refugiados |
| CMS | Centro de Estudos das Migrações |
| CODESRIA | Conselho para o Desenvolvimento da Investigação em Ciências Económicas e Sociais em África |
| CoRMSA | Consortium for Refugees and Migrants in South Africa (Consórcio para Refugiados e Migrantes na África do Sul) |
| COS | Centro Operacional Continental (COS) |
| DHA | Department of Home Affairs, South Africa (Departamento de Assuntos Internos, África do Sul) |
| DHET | South African National Department of Higher Education and Training (Departamento de Educação e Ensino Superior Sul Africano) |
| DOI | Identificador de Objetivo Digital |
| CAO | Comunidade da África Oriental |
| EASSRR | Eastern Africa Social Science Research Review (Revista de Investigação em Ciências Sociais da África Oriental) |
| CEDEAO | Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) |
| ELMPS | Egypt Labour Market Panel Survey (Inquérito do Painel de Mercado de Trabalho do Egito) |
| ERHS | Ethiopian Rural Household Survey (Inquérito aos Agregados Familiares Rurais Etíopes) |
| UE | União Europeia |
| IDE | Investimento Direto Estrangeiro |

| | |
|---------|---|
| GJDS | Ghana Journal of Development Studies (Revista de Estudos de Desenvolvimento do Gana) |
| GJG | Ghana Journal of Geography (Revista de Geografia do Gana) |
| GLSS | Ghana Living Standards Survey (Inquérito ao Nível de Vida no Gana) |
| GMBD | Global Bilateral Migration Database of the World Bank (Base de dados sobre Migração e Remessas Bilaterais do Banco Mundial) |
| OGs | Organizações Governamentais |
| GovInn | Centro para o Estudo da Inovação da Governação |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| VIH | Vírus da Imunodeficiência Humana |
| IAAR | International Association of African Researchers and Reviewers (Associação Internacional de Investigadores e Analistas Africanos) |
| IBSS | International Bibliography of Social Science (Bibliografia Internacional de Ciências Sociais) |
| IDEP | Instituto Africano de Desenvolvimento Económico e Planeamento da ONU |
| IDP | Pessoas Deslocadas Internamente |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| OIM | Organização Internacional para as Migrações |
| JLMP | Joint Labour Migration Programme (Programa Conjunto de Migração Laboral) |
| JSPSC | Justice Crime Prevention and Security Cluster (Grupo de Prevenção da Criminalidade e Segurança, África do Sul) |
| JVAP | Plano de Ação Conjunto UE-África sobre Migrações de La Valletta |
| LDD | Direito Democracia e Desenvolvimento |
| LSFM | Migração forçada em grande escala |
| MAFE | Projeto Migração entre África e Europa |
| maHP | Projeto Migração e Saúde na África Austral |
| MIDA | Programa Migração para o Desenvolvimento em África |
| MMICA | Coletivo Interdisciplinar de Migração e Mobilidades em África |
| MPFA | Quadro de Política Migratória para África |
| NEPAD | Nova Parceria para o Desenvolvimento de África |
| ONG | Organizações Não Governamentais |
| NMP | Nova política de Migração de Marrocos |
| ODA | Ajuda Pública ao Desenvolvimento |
| OCDE | Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos |
| OSSREA | Organização para a Investigação Social na África Oriental |
| CER | Comunidades Económicas Regionais |
| RMN | Rede Regional de Migrantes |
| SADC | Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral |
| SAIIA | Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais |
| SAMP | Programa de Migração da África Austral |
| SASAS | South African Social Attitudes Survey (Inquérito sobre as Atitudes Sociais na África do Sul) |
| SIHMA | Instituto Scalabrini para a Mobilidade Humana em África |
| ASS | África Subsariana |
| TiP Act | Prevention and Combatting of Trafficking in Persons Act (Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas) |

| | |
|-------|---|
| UN | Nações Unidas |
| UNECA | Comissão Económica das Nações Unidas para África |
| UNIDO | Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial |
| WDI | Indicadores de Desenvolvimento Mundial |
| WGI | Indicadores de Governação Mundial |

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2017, a Comissão da União Africana (CUA) realizou uma avaliação do Quadro de Política de Migração para África (MPFA) de 2006. O objetivo da avaliação era estabelecer em que medida o quadro tinha fornecido orientações às Comunidades Económicas Regionais (REC) e aos Estados Membros quanto à gestão da migração, os desafios enfrentados na sua implementação e as oportunidades que podiam ser aproveitadas. Também forneceu uma análise da situação da migração no continente e estabeleceu em que medida os Estados Membros/REC integraram a migração nos seus planos de desenvolvimento nacional/regional. O estudo avaliou a relevância contínua do MPFA no contexto da atual dinâmica migratória, forneceu factos concretos para ajudar a rever o quadro, e criou uma base sobre a qual poderia ser formulado um plano de ação continental sobre migração. A avaliação concluiu que a CUA deveria ter realizado uma avaliação das capacidades técnicas reais dos Estados Membros e das REC para gerir a migração.

Em resposta, em 2018, a CUA lançou uma "Avaliação das Necessidades de Capacitação dos Estados Membros e das REC para Gerir a Migração" com o objetivo de desenvolver um Programa de Capacitação Continental sobre Governação das Migrações, ao longo de cinco anos. Além disso, o plano pretendido consistia em estabelecer um mecanismo de assistência técnica (o Mecanismo de Assistência Técnica sobre Governação das Migrações) para apoiar os Estados Membros e as REC no reforço dos seus regimes de governação das migrações através de formação e capacitação em quatro áreas-chave. Estas incluíam: (1) realização de análises da situação e formulação de perfis migratórios; (2) estabelecimento ou reforço de mecanismos institucionais nacionais/regionais de gestão da migração; (3) formulação de políticas de migração e respetiva integração nos planos de desenvolvimento nacionais e regionais; e (4) avaliação de políticas de migração e partilha de experiências sobre governação das migrações através de visitas de intercâmbio.

Na sequência da decisão de 2006 do Conselho Executivo da União Africana (UA) e das recomendações feitas no relatório de avaliação do MPFA sobre a falta de dados fiáveis e atualizados sobre migração, o Centro Africano para o Estudo e Investigação sobre Migrações (doravante denominado "o Centro") foi oficialmente lançado em Bamako, Mali, a 19 de março de 2021. De acordo com os seus Estatutos, o Centro tem as seguintes funções principais: (a) interpretar dados sobre migração e compilar relatórios periódicos sobre tendências e padrões migratórios em África e entre África e outras regiões; (b) empreender investigação empírica e aplicada sobre todos os aspetos da migração e mobilidade e facilitar a formulação e implementação de políticas migratórias viáveis para os Estados Membros e as REC; (c) preparar e divulgar uma revista e relatórios periódicos sobre o estado da migração e da governação das migrações em África; (d) preparar documentos de posição sobre migração e mobilidade para a União Africana; (e) promover políticas que fomentem o impacto das migrações no desenvolvimento e abordem os seus impactos negativos no continente; (f) monitorizar e avaliar a implementação de políticas migratórias no continente; (g) estabelecer uma plataforma de partilha e disseminação de informação sobre migrações; e (h) prestar assistência técnica, formação e capacitação sobre migrações e mobilidade à Comissão da União Africana, órgãos da União Africana, Estados Membros e REC.

Dentro do âmbito limitado deste estudo, a investigação começa por estabelecer as lacunas na investigação sobre migração em África desde 2000 em áreas temáticas específicas de migração, tal como priorizado no Quadro de Política de Migração da União Africana para África e pela

Comissão da União Africana. Em segundo lugar, identifica as instituições que realizam investigação e formação/capacitação sobre migração em África e as suas áreas de interesse específicas e grupos-alvo. Em terceiro lugar, avalia a viabilidade da criação de uma revista africana sobre migração. Finalmente, efetua uma análise das lacunas na avaliação das necessidades de capacitação dos Estados Membros e das REC na área da governação das migrações, a fim de fornecer recomendações em apoio às funções e atividades chave do Centro.

Um breve resumo das principais conclusões, sugestões e recomendações é apresentado abaixo.

COMPONENTE 1:

UMA BIBLIOGRAFIA ANOTADA DA INVESTIGAÇÃO DA MIGRAÇÃO EM ÁFRICA

O estudo identificou lacunas na literatura sobre migração em África com vista à sua investigação futura. Assenta principalmente na análise dos artigos incluídos na bibliografia anotada, incluindo uma síntese das recomendações nos respetivos artigos para investigação futura. Estes são categorizados e apresentados tematicamente com base nos pilares do MPFA. A este respeito, foram identificados os seguintes aspetos:

➤ **Governança da migração**

Três elementos são fundamentais para nos ajudar a compreender melhor a governança da migração em África. Trata-se da interação dos interesses nacionais em resposta à migração, das relações de poder entre Estados e das noções que moldam a política internacional de migração. A este respeito, *recomenda-se* explorar melhor a dinâmica da governança da migração em África (ou seja, a natureza mutável da governança da migração em África, os fatores responsáveis, bem como as consequências das mudanças observadas). Isto inclui a questão de como os países africanos navegam, tanto interna como externamente, entre as pressões e oportunidades relacionadas com a migração internacional; como podemos compreender melhor as decisões políticas de migração nos países de acolhimento em desenvolvimento e como a política influencia as políticas governamentais de imigração nos países de destino?

➤ **Governança da migração laboral e formação**

Existe uma lacuna na investigação relacionada com alguns aspetos relevantes desta temática, incluindo possibilidades e barreiras ao desenvolvimento de políticas de migração laboral abrangentes e transparentes que respondam às questões de género, bem como o reconhecimento mútuo das qualificações. No futuro, *recomenda-se* a continuação da investigação quanto às reformas institucionais necessárias para desbloquear o potencial das remessas em África. Outras questões críticas incluem um melhor interrogatório dos motores da fuga de cérebros nos países africanos. Quais são os benefícios potenciais do ganho de cérebros e da circulação de cérebros para o desenvolvimento de África? Como a tecnologia enquanto variável interveniente influencia o modo como o desenvolvimento financeiro afeta as remessas? As questões relativas à proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes, os quadros jurídicos nacionais, e a ratificação e implementação de instrumentos jurídicos continentais e internacionais para a proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes também devem ser alvo de consideração. Além disso, é importante considerar seriamente os fatores ou processos que dificultam ou permitem a harmonização dos currículos de formação e a definição de qualificações (profissionais), o que facilitaria a utilização de competências não só no próprio Estado, mas também numa área regional ou económica de maior dimensão.

➤ **Empenhamento da diáspora**

É necessária mais investigação para melhorar a compreensão das políticas e estratégias que podem promover ou estão a promover a participação da diáspora no desenvolvimento dos seus países de origem, bem como o papel da diáspora no incentivo e financiamento de movimentos dentro e fora do continente. *Recomenda-se* um melhor exame quanto à eficácia dos programas de regresso da diáspora, incluindo questões de reintegração e das suas implicações políticas. Esta investigação deve incluir mais estudos (qualitativos e quantitativos) das experiências dos

membros da diáspora nos regressos temporários ou permanentes, transferência de competências, remessas e investimentos.

➤ **Governança das fronteiras**

Embora outros temas aludem a elementos relacionados com fronteiras e governação de fronteiras, um número limitado de estudos tem a sua principal ênfase na governação de fronteiras. Quanto a este assunto, *recomenda-se* o aprofundamento dos mecanismos que podem estimular a cooperação no desenvolvimento de estratégias e técnicas para uma melhor regulação da circulação de pessoas e bens através das fronteiras. As ligações entre as práticas fronteiriças, a integração regional e a cooperação regional têm de ser consideradas. Outras questões, incluindo o nexa entre corrupção ou a capacidade estatal e as ineficiências fronteiriças, bem como a governação das fronteiras internas de pertença, desde os direitos de residência até à naturalização, são também áreas de investigação futura.

➤ **Migração irregular**

Existe pouca investigação sobre os desafios da aplicação da lei em matéria de migração irregular em diferentes partes de África que precisa de ser abordada. A este respeito, *recomenda-se* a realização de mais investigação sobre o papel das dinâmicas locais e dos diversos tipos de intervenientes (incluindo intervenientes não estatais) na migração irregular. O recrutamento justo e as questões de trabalho forçado também devem ser considerados.

➤ **Deslocação forçada**

Este tema tem sido alvo de investigação limitada, apesar de ser uma preocupação crescente em África. A este respeito, *recomenda-se* empreender uma investigação mais aprofundada e empiricamente fundamentada sobre os motores de deslocações forçadas. Adicionalmente, os fatores que possivelmente ajudarão ou dificultarão os deslocados em termos do seu desenvolvimento socioeconómico requerem mais investigação. Também é necessária uma maior investigação com base em factos concretos sobre os impactos dos acordos de paz (ou da sua falta), prevenção e gestão de crises, resolução de conflitos, e integração e reintegração. Outras áreas alvo de mais investigação incluem a integração dos refugiados no mercado de trabalho e a mobilidade laboral como via alternativa, o impacto das alterações climáticas e a migração/empregos ecológicos como estratégia de adaptação.

➤ **Migração interna**

Embora os factos concretos sejam abundantes em termos de migração das zonas rurais para as urbanas, pouco se sabe sobre a emigração urbana e as suas causas. A este respeito, *recomenda-se* que se concentre mais investigação na melhoria da compreensão do ciclo de feedback entre as zonas urbanas e rurais, e nas interdependências entre estas zonas, e que vá além da conceptualização míope de que apenas é necessário os migrantes urbanos prestarem assistência a quem permanece nas zonas rurais.

➤ **Migração e comércio**

Apesar da importância do comércio para o desenvolvimento das nações africanas, é surpreendente notar que existe uma escassez de informação e investigação relevantes sobre o tema da migração e comércio, incluindo cláusulas laborais nos acordos de comércio livre. Esta lacuna *necessita de atenção urgente*.

➤ **Diplomacia da migração**

É certo que as questões migratórias se cruzam com a diplomacia internacional. Contudo, poucos estudos se debruçam sobre o tema e, quando o fazem, os contextos são dos países norte-africanos. Desta forma, *recomenda-se* mais investigação sobre a diplomacia da migração, especialmente noutros contextos nacionais e regionais africanos. A avaliação dos acordos bilaterais de trabalho é igualmente importante.

➤ **Outros**

Outras áreas de investigação futura ou questões que não se enquadram necessária e diretamente nos outros temas são, de forma mais ampla, as determinantes e categorizações do impacto da migração no desenvolvimento, bem como o nexo entre a migração e outros fenómenos globais. A este respeito, *recomenda-se* a análise do nexo entre migração e segurança alimentar, do nexo entre migração e ambiente (incluindo o impacto da migração das zonas rurais-para as urbanas nos recursos ambientais), das interligações entre os movimentos migratórios e os sistemas de proteção social ou outros sistemas de segurança social, e da associação entre migração e pobreza e desigualdade, entre outros. Além disso, a dimensão de género da migração, particularmente a feminização da migração, os movimentos de crianças e jovens, e as questões de recrutamento justo e ético para a promoção de condições de trabalho dignas merecem mais atenção.

COMPONENTE 2: UM LEVANTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE INVESTIGAÇÃO E DE CAPACITAÇÃO EM MATÉRIA DE MIGRAÇÃO EM ÁFRICA

Este relatório apresenta uma lista não exaustiva de centros e instituições que estão a trabalhar na migração em África. Globalmente, estes centros e instituições abordam diferentes aspetos da investigação sobre migração. Os principais programas e instalações incluem investigação, ensino, conferências, capacitação, centros de recursos, etc. Com base nestas conclusões, as *sugestões e recomendações* a seguir descritas são apresentadas em termos de conceção de um plano estratégico para o Centro.

➤ **Parceria e melhor coordenação**

Existe uma falta de coordenação e ligação entre a Comissão da União Africana, os órgãos da União Africana, os Estados Membros e as Comunidades Económicas Regionais, investigadores, organizações, institutos, académicos e organizações da sociedade civil. Esta lacuna reduz as oportunidades de colaboração, partilha de dados entre pares e disponibilidade de dados, o que, por sua vez, reduz a informação disponível para compreender as tendências e questões da migração e para contribuir para a elaboração e programação de políticas. Consequentemente, o presente estudo recomenda que o Centro facilite a criação de uma rede continental/organismo de cúpula que reúna todos os interessados relevantes para discutir assuntos de interesse mútuo. Isto aumentaria o sentimento de apropriação da agenda da migração africana e das iniciativas de investigação e capacitação por parte dos interessados, reforçando assim as relações entre o Centro e outras instituições.

Também propõe que o Centro estabeleça capítulos regionais da rede continental/organismo de cúpula em conformidade com as cinco regiões da União Africana, ou seja, as regiões Norte, Ocidental, Central, Oriental e Austral. Idealmente, tais capítulos regionais poderiam ser sediados nas Comunidades Económicas Regionais através do alojamento ou associação aos secretariados das Comunidades Económicas Regionais da União Africana para que tenham uma

"casa". Os capítulos regionais deliberariam sobre questões pertinentes às suas regiões para discussão a nível continental. A rede/organismo continental/regional/de cúpula proposto poderia também incluir questões relacionadas com dados migratórios e abordar a migração irregular que são lideradas, respetivamente, pelo Observatório da Migração Africana e pelo Centro Operacional Continental no Sudão. Isto asseguraria a sinergia na implementação da agenda da migração continental.

➤ **Análise estratégica**

Embora não se possa esperar que o Centro responda a todos os pedidos de apoio emanados da Comissão da União Africana, órgãos/agências da União Africana, Estados Membros e Comunidades Económicas Regionais, estes pedidos poderão ser satisfeitos através de parcerias estratégicas entre o Centro e outras instituições relevantes no continente. Por exemplo, o Centro poderia subcontratar algumas das suas atividades a instituições africanas competentes, na área da investigação ou da formação/capacitação. Na implementação de tais iniciativas de natureza continental, a colaboração entre instituições relevantes seria também uma possibilidade. Por conseguinte, *recomenda-se* que:

- A estratégia do Centro durante os próximos cinco anos defina claramente resultados e indicadores-chave para atividades e resultados a fim de enriquecer a base de conhecimentos sobre a migração em África e desenvolver as capacidades necessárias das partes interessadas a todos os níveis.
- O Centro compile e mantenha uma base de dados de todas as instituições relevantes no continente. Tal base de dados, que teria atualizações regulares, conteria as competências de cada instituição e os dados de contacto de um ponto de interesse. Facilitaria também a criação e implementação de uma rede continental/organismo de cúpula de instituições que realizam investigação e facilitaria a formação/capacitação em África.
- O Centro crie um centro de documentação (centro de dados) para recolher e disponibilizar investigação sobre migração e informação específica de projetos.
- O Centro organize seminários e workshops sobre promoção da investigação sobre migração para grupos relevantes (Comissão da União Africana, órgãos da União Africana, Estados Membros e Comunidades Económicas Regionais, investigadores, organizações, institutos, académicos, organizações da sociedade civil, etc.).

➤ **Centros de Excelência (CdE) em Estudos de Migração em África**

Os Centros de Excelência (CoE) em Estudos de Migração em África são centros físicos ou virtuais de investigação que concentram a excelência na investigação existente, bem como capacidade e recursos, para permitir aos investigadores colaborar nas diversas disciplinas e instituições em projetos de longo prazo que sejam relevantes a nível local e competitivos a nível internacional, a fim de melhorar a prossecução da excelência na investigação e capacitação. As cinco áreas-chave de desempenho dos CoE são: investigação/produção de conhecimento; educação e formação; mediação de informações; trabalho em rede e prestação de serviços. Atualmente, foram estabelecidos três CoE com uma perspetiva continental no Mali, Marrocos e Sudão, ou seja, na África do Norte, Ocidental e Oriental, respetivamente.

Recomenda-se que o Centro no Mali explore a possibilidade de estabelecer uma parceria com a Universidade do Cabo Ocidental (UWC) na África do Sul, e de trabalhar em conjunto no seu novo programa interdisciplinar de Mestrado em Estudos Migratórios, reforçando assim a capacidade dos Estados Membros da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais na área da migração. A UWC reconhece o potencial de forjar uma parceria de colaboração e sinergias com a União Africana na área da formação e capacitação em matéria de migração. Além disso, uma maior parceria com o Centro de Excelência em Migração e Mobilidade da Aliança Africana de Universidades de Investigação (ARUA) e com o Centro de Excelência em Migração e Estudos Globais (CEM&GS) na Nigéria poderia identificar áreas chave de colaboração e promover prioridades de investigação e formação/capacitação sobre a migração no continente. Os Centros de Excelência da ARUA e da CEM&GS podem servir como centros de rede para capacitação nas diferentes regiões africanas e proporcionar oportunidades para os profissionais responsáveis pela elaboração de políticas e outros interessados beneficiarem de formação orientada e prática sobre temas relacionados com a migração.

COMPONENTE 3: UM LEVANTAMENTO DE PUBLICAÇÕES AFRICANAS SOBRE MIGRAÇÕES

Este relatório conclui que existe uma escassez de revistas que publicam investigação relacionada com a migração em África. Dada a importância da mobilidade humana em África e em todo o mundo, as discussões sobre migração devem ocupar o centro das atenções nas revistas que se centram apenas na migração. Esta é uma lacuna que ainda precisa de ser preenchida. Além disso, parece haver menos atenção à governação da migração e ao envolvimento da diáspora em inúmeras publicações. Esta é uma área que deve ser desenvolvida. Com base nestas conclusões, o presente estudo **recomenda** o seguinte:

- **Dar prioridade a questões relacionadas com a governação da migração**
O Centro pode servir para coordenar, consolidar e divulgar provas científicas fiáveis sobre a governação da migração em África através de revistas e publicações científicas.
- **Considerar o desenvolvimento de uma nova revista sobre migração em África**
Considerar uma parceria com as revistas africanas existentes proporciona uma perspetiva exclusivamente africana sobre a parceria de investigação crítica. Revistas como Africa Insight, African Health Sciences, African Human Mobility Review (AHMR), African Journal of AIDS Research (AJAR), African Journal of Economic Review (AJER), African Journal of Reproductive Health (AJRH), African Research Review (AFRREV), African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie, etc., estão a ter um impacto significativo na compreensão mais ampla das questões que examinam e no continente em que se situam. À luz dos benefícios e desafios da parceria com as revistas existentes em África, a equipa de investigação recomenda vivamente a parceria com a African Human Mobility Review (AHMR). A secção seguinte resume os benefícios e desafios de lançar uma nova revista sobre a migração africana e de estabelecer uma parceria com a African Human Mobility Review (AHMR):
- **Vantagens da parceria com a revista sobre migração existente em África (AHMR)**

- **Governança:** Os membros do Conselho de Administração da AHMR são acadêmicos e profissionais altamente conceituados que trabalham a nível mundial no domínio da migração.
- **Open Journal Systems (OJS):** A AHMR faz parte dos OJS e fornece a utilização de ferramentas de leitura online, concebidas para ajudar tanto os especialistas, como para permitir aos leitores uma pesquisa rápida de informação relacionada. A AHMR é uma publicação online e isso diminui significativamente os custos de produção e distribuição.
- **Disponibilidade:** A AHMR está livremente disponível para uma rede global de investigadores, a qual pode ter um impacto significativo na disciplina e aumentar as citações por terceiros.
- **Acreditação:** A AHMR é uma revista académica interdisciplinar de livre acesso, revista por pares, acreditada pelo Departamento de Ensino Superior e Formação da África do Sul (DHET).
- **Disseminação:** A AHMR é um instrumento bem estabelecido para divulgar a investigação que fomenta a compreensão da mobilidade humana em África e desempenha um papel crucial na identificação das melhores práticas e na implementação de políticas de migração em África.

➤ **Desafios do lançamento de uma nova revista sobre migração em África**

- Custos elevados em termos de tempo e recursos financeiros, e um desafio esmagador para atingir o êxito desejado. Em geral, o desenvolvimento de um modelo financeiro sustentável requer um compromisso de longo prazo.
- Dificuldade em encontrar e nomear membros efetivos do Conselho Editorial e os estudiosos/especialistas certos para participar numa longa tradição de trabalho voluntário. Além disso, é extremamente exigente encontrar um editor e um diretor de revistas experiente e empenhado para liderar o projeto.
- A originalidade da investigação está a tornar-se crucial nas comunidades de investigação e académicas. É altamente considerado como um fator crítico de decisão para as obras académicas. A maioria dos estudiosos prefere enviar os seus manuscritos para revistas com um fator de impacto elevado e reputação impecável. É difícil atrair artigos originais.
- A inclusão num serviço internacional (Indexação) necessita de uma reputação demonstrada e de um bom historial na cena mundial. Além disso, a revista online requer ter conhecimentos ou experiência (software, largura de banda e algum nível de conhecimento técnico).

➤ **Vantagens do lançamento de uma nova revista sobre migração em África**

- Ajuda a fechar o "fosso de conhecimento" entre as vozes bem financiadas e poderosas do Norte e as ideias, inovações e descobertas frequentemente ignoradas do Sul.
- Traz o reconhecimento académico à Comissão da União Africana, e principalmente ao Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social.

- Promove a facilitação da investigação/conhecimento indígena e torna a investigação continental mais visível em toda a África.
- Apoia os objetivos da Comissão da União Africana e do Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social.
- Facilita a integração numa rede mais vasta de estudiosos com interesses semelhantes.

COMPONENTE 4:

UMA AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE CAPACITAÇÃO DOS ESTADOS MEMBROS E DAS REC NA ÁREA DA MIGRAÇÃO

À medida que o Centro se prepara para formular o seu plano estratégico quinquenal, é necessário atualizar a "Avaliação das Necessidades de Capacitação dos Estados Membros da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais para Gerir a Migração de 2018" e fornecer indicações sobre as áreas de intervenção. Por conseguinte, este estudo identifica as necessidades de capacitação/formação dos Estados Membros e das REC na área da governação da migração e fornece recomendações chave para apoiar as funções e atividades do Centro, conforme delineado abaixo.

RECOMENDAÇÕES: RECOLHA E GESTÃO DOS DADOS SOBRE MIGRAÇÃO

➤ Para os Estados Membros

A recolha e gestão de dados sobre migração é o elemento vital e transversal na gestão das migrações, abrangendo desde a formulação de políticas, implementação de políticas, monitorização e avaliação de eventos migratórios e o envolvimento com as partes interessadas críticas (Dinbabo and Badewa 2020). Consequentemente, dados fiáveis, precisos e oportunos são cruciais para uma gestão eficaz da migração ou para acelerar o progresso a este respeito. Com base nas conclusões acima referidas, são apresentadas as seguintes recomendações para aperfeiçoar e melhorar as aplicações do plano estratégico para o Centro:

- ***Alinhamento estratégico dos dados sobre migração***

Este é o processo de estabelecimento do roteiro de iniciativas necessárias para alcançar as metas e objetivos estratégicos do Centro. O alinhamento estratégico da recolha e gestão de dados sobre migração implica a participação e acordo das partes interessadas quanto aos objetivos e resultados; avaliação dos atuais sistemas de recolha de dados e identificação de lacunas e oportunidades; identificação e acordo sobre as variáveis de migração ou indicadores mínimos a incluir no sistema de informação de dados sobre migração. Por conseguinte, ***recomenda-se*** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a inclusão de um alinhamento estratégico de dados sobre migração:

- ***Normalização da base de dados sobre migração e base de dados de séries cronológicas (TSDB):***

O principal objetivo de uma série cronológica de recolha de dados é identificar a natureza do fenómeno representado pela sequência de observações e prever os valores futuros dos dados

sobre migração em África. Estes dados consistem tipicamente em medições sucessivas feitas a partir da mesma fonte e da mesma unidade de análise (indivíduo, aldeia, cidade, região, país) ao longo de um intervalo de tempo e são utilizados para acompanhar as mudanças ao longo do tempo. A TSDB ajuda a explorar a dinâmica das situações/padrões de migração para prever observações futuras. Além disso, a gestão de bases de dados e a arquitetura da informação sob a forma de um banco de dados regional ou repositório de informação sobre fluxos migratórios e atividades relacionadas com a migração em África são componentes essenciais. A base de dados ajudará a normalizar e facilitará a comparabilidade dos dados sobre migração em todo o continente. A CUA deve também assegurar a normalização da terminologia e das definições das variáveis migratórias, e conceber metodologias e modelos normalizados de recolha de dados para utilização por parte dos Estados Membros. Por conseguinte, *recomenda-se* que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a eficácia e a eficiência na recolha e análise da série cronológica de dados a nível regular.

- ***Base de dados sobre migração dos Estados Membros/REC individuais***

Trata-se de uma coleção organizada de informação estruturada tipicamente armazenada eletronicamente num sistema informático. Os dados dentro dos tipos mais comuns de bases de dados atualmente em funcionamento são tipicamente modelados em linhas e colunas numa série de tabelas para tornar eficiente o seu processamento e consulta. Os dados podem então ser facilmente recuperados, geridos, modificados, atualizados, controlados e organizados. A criação de uma base de dados/centro de documentação facilitará a indexação flexível e o acesso fácil à informação por parte dos utilizadores. Os Estados Membros devem também ser encorajados a recolher dados sobre migração durante os censos/inquéritos em curso/regulares, uma vez que tal reduz consideravelmente os custos, e assegura que os dados sobre migração sejam recolhidos regularmente. Por conseguinte, *recomenda-se* que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a criação de uma base de dados/centro de documentação dos Estados Membros/REC individuais.

- ***Um Grupo de Trabalho Técnico (TWG):***

Trata-se de um grupo de especialistas sobre um tema específico que trabalham em conjunto em objetivos específicos. O estabelecimento de um TWG é crucial e útil para a troca de questões técnicas e conhecimentos. Um TWG a nível continental incentiva as partes interessadas a discutir o estado da investigação sobre dados migratórios e a ajudar a identificar lacunas na investigação. Por conseguinte, *recomenda-se* que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a criação de um Comité Diretor/Grupo de Trabalho Técnico Continental sobre dados migratórios, que inclua partes interessadas relevantes dos Estados Membros e das REC, bem como de organizações internacionais.

- ***Elaboração de políticas assentes em factos concretos (EBP)***

Esta é a utilização da análise de dados e resultados da investigação para informar novas políticas ou melhorar a eficácia dos programas existentes, apoiar a recolha e análise de dados para a investigação e gestão, e desenvolver políticas que incentivem a utilização de factos concretos. Isto aumentaria a capacidade dos Estados Membros, REC e do continente para desenvolver e implementar um regime sólido de gestão da migração. Por conseguinte, *recomenda-se* que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a utilização

de um sistema de dados sobre migração para permitir a EBP, que devem ser complementados com investigação que analise os motores, tendências e padrões de migração, e o impacto e implicações dos movimentos migratórios na região.

- ***Publicação e divulgação de informação***

A divulgação e comunicação da investigação deve ser considerada como parte integrante do Centro. A publicação e divulgação de informação sobre recolha e gestão de dados sobre migração ajudam a aumentar a visibilidade dos resultados da investigação, o envolvimento público na recolha de dados sobre migração e na investigação, e facilitam a elaboração de políticas assentes em factos concretos em África. A este respeito, uma forte utilização da comunicação online (websites, Twitter, podcasts e contas Slideshare), a produção de vídeos informativos, a parceria de investigação com Estados Membros e REC, comunidade académica, organizações da sociedade civil ajudarão a atingir uma grande audiência e a esfera política, e a influenciar a opinião pública sobre o impacto nas políticas de migração em África. Por conseguinte, ***recomenda-se*** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a implementação da publicação e divulgação de informação sobre recolha e gestão de dados sobre migração.

- **Para as Comunidades Económicas Regionais (REC)**

- São necessárias intervenções multilaterais sobre recolha e gestão de dados para o planeamento, estatísticas regionais e perfis migratórios. Estes seriam cruciais para uma governação migratória eficaz e para encontrar soluções holísticas para os desafios migratórios regionais – relacionados com a mão de obra, migração irregular, deslocamento forçado, deslocamento interno, etc. Por conseguinte, é necessário normalizar um mecanismo anual de recolha de dados entre os Estados Membros que deve incluir dados sobre gestão de fronteiras, censos e mercados de trabalho.
- A recolha de dados e a colaboração entre as REC e os governos nacionais devem dar prioridade à publicação e divulgação periódica de dados sobre migração, inquéritos e avaliação dos desafios da migração regional no sentido de estratégias e soluções eficazes.
- O desenvolvimento de perfis migratórios regionais e a coordenação de dados entre as REC e os Estados Membros devem ser simplificados para melhorar a produção de estatísticas regionais e a investigação, e facilitar as intervenções políticas. Além disso, os intervenientes regionais devem concentrar-se na recolha de dados de várias instituições a nível nacional, controlando a qualidade dos dados sobre migração e melhorando a disponibilidade dos conjuntos de dados existentes.

RECOMENDAÇÕES: MECANISMOS INSTITUCIONAIS NACIONAIS DA GESTÃO DA MIGRAÇÃO

- **Para os Estados Membros**

Com base nas conclusões acima referidas sobre os mecanismos institucionais nacionais para a gestão da migração, são emitidas as seguintes recomendações para informar o Plano Estratégico do Centro:

- ***Capacitação sobre a integração da migração***

O MPFA e o Plano de Ação (2018-2030) incentivam a integração da migração nos processos de planeamento político e de desenvolvimento. Isto terá impacto nas ações planeadas e assegurará que as questões de migração subam nas agendas nacionais/regionais e sejam tidas em conta de forma coerente e sistemática em todas as fases do planeamento do desenvolvimento, incluindo a conceção, implementação, monitorização e avaliação. Por conseguinte, ***recomenda-se*** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a capacitação efetiva sobre a integração da migração no desenvolvimento sectorial e nacional para todos os Estados Membros e REC.

- ***Assistência técnica no estabelecimento de Mecanismos Nacionais de Coordenação (NCM) sobre Migração***

A assistência técnica melhora a conceção e a implementação das políticas de migração dos Estados Membros e REC, reforçando as competências em instituições e indivíduos. O MPFA e o Plano de Ação (2018–2030) também proporcionaram oportunidades aos Estados Membros e às REC para estabelecerem instituições governamentais para a governação das migrações. A este respeito, a assistência técnica é uma das atividades centrais como parte do Plano de Ação do MPFA. O objetivo da assistência técnica é reforçar, através de parcerias ativas, a capacidade dos governos e outros intervenientes relevantes para enfrentarem os seus desafios migratórios de uma forma abrangente, cooperativa e, em última análise, autossuficiente. Por conseguinte, ***recomenda-se*** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a prestação de assistência técnica aos Estados Membros e às REC que respondem às preocupações centrais da governação das migrações, tais como formulação e implementação de políticas, quadros legais e sistemas operacionais.

- ***Participação entre agências/partes interessadas***

Apartilha de um entendimento comum e o envolvimento nos processos de tomada de decisões sobre a governação das migrações em África é uma prioridade para o Centro. A este respeito, é crucial reforçar a coordenação entre agências/partes interessadas, incluindo a formação de funcionários da NCM em questões de migração. Por conseguinte, ***recomenda-se*** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para capacitar os Estados Membros e as REC através do aumento dos esforços de cooperação técnica nacional, bilateral e multilateral, e da cooperação prática para uma governação bem-sucedida da migração em África.

- ***Formação em capacitação***

Isto pode ser centrado em três níveis: (a) individual; (b) organizacional e (c) o sistema mais amplo de desenvolvimento institucional. A capacitação é crucial para desenvolver competências relacionadas com a migração e ganhar experiência prática. As formas como as

partes interessadas (Estados Membros e REC) se relacionam e cooperam no domínio da recolha e gestão dos dados migratórios podem ter de ser alteradas. Em geral, as atividades de capacitação relacionadas com a migração envolvem encontrar informação, adquirir conhecimentos e mudar perceções, valores e competências práticas. A formação/sensibilização sobre o Pacto Global para as Migrações e a Agenda da União Africana para 2030 são essenciais. Por conseguinte, **recomenda-se** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a implementação de formação em capacitação regular em África.

- ***Visitas para partilha de experiências e trabalho em rede***

Estas atividades oferecem um pacote de benefícios e criam um entendimento comum, relações e experiência partilhadas na recolha e gestão de dados sobre migração. Tais visitas em África permitem que investigadores, profissionais e académicos se concentrem num tópico, aprendam profundamente, partilhem ideias e avaliem a relevância de novas abordagens. A oportunidade de olhar para os bastidores, conhecer pessoas reais e compreender os seus problemas e realizações, pode criar inspiração para continuar a trabalhar e lançar novas iniciativas. As visitas de intercâmbio destinam-se a beneficiar todos os participantes através de uma troca aberta de ideias, conhecimentos e práticas sólidas. **Por conseguinte, recomenda-se** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a implementação de visitas para partilha de experiências e trabalho em rede entre institutos de investigação/formação e os Centros de Excelência em África.

- ***Workshops/seminários***

O principal objetivo da organização de workshops/seminários regulares é sensibilizar os participantes para a importância de responder à necessidade de recolha/análise de dados sobre migração e dotá-los dos instrumentos técnicos necessários para uma melhor compreensão do MFPA e do Plano de Ação da União Africana (2018–2030), assim como dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU; e em segundo lugar, para melhorar as suas competências na elaboração de aplicações de dados sobre migração. A realização de workshops/seminários regulares sobre dados migratórios irá sensibilizar os participantes para a importância de responder às principais questões/desafios da migração com que os Estados Membros se deparam. Por conseguinte, **recomenda-se** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a implementação de workshops/seminários sobre a recolha e gestão de dados sobre migração em África.

➤ **Para as Comunidades Económicas Regionais (REC)**

- A harmonização dos princípios de migração, das melhores práticas e das estratégias de gestão das fronteiras nas regiões abordaria a maioria dos desafios peculiares a esta área temática.
- A colaboração entre agências e a coordenação entre as REC e ministérios, agências ou unidades nacionais dedicadas à gestão da migração deve ser reforçada.

- As REC devem assumir a liderança no reforço dos fóruns regionais para coordenar a migração e gerir as situações ou questões e desafios peculiares da migração prevalentes nas regiões, através da realização de avaliações das necessidades de conhecimento e capacidade técnica, criando um mecanismo de migração institucional regional sustentável, e facilitando a partilha de informação/inteligência.

RECOMENDAÇÕES: AMBIENTE POLÍTICO

➤ Para os Estados Membros

Deve ser dada a devida atenção à abordagem das preocupações prioritárias dos Estados Membros no sentido de colmatar as lacunas, desajustamentos e ambiguidades dos quadros de política de migração dos Estados Membros. O Centro pode desempenhar um papel de liderança, coordenando esforços para (a) promover políticas que fomentem o impacto da migração no desenvolvimento e (b) monitorizar e avaliar a implementação de políticas de migração no continente, de acordo com os seus Estatutos (Artigo 5.º). A este respeito, deve ser prestada assistência técnica aos Estados Membros, em parceria com organizações internacionais, para se concentrarem nas seguintes áreas:

- Formulação de um amplo ambiente político migratório baseado em dados e investigação adequados.
- Apoio aos esforços de integração da política de migração nos planos nacionais de desenvolvimento.
- Harmonização de políticas e quadros institucionais existentes e alinhamento das atividades de migração com outras prioridades nacionais para evitar inconsistências e duplicações.
- Adoção de mecanismos de monitorização e avaliação para medir os objetivos dos planos de ação política e avaliar o seu impacto.
- Prestação de assistência técnica para apoiar o estabelecimento de Mecanismos de Coordenação Nacional (NCM) sobre Migração com o intuito de reforçar a coordenação entre intervenientes-chave a nível nacional e regional, integrar a migração nos planos nacionais de desenvolvimento e assegurar a coerência política. Após o seu estabelecimento, é também recomendada uma avaliação dos progressos feitos pelos NCM.

➤ Para as Comunidades Económicas Regionais (REC)

- Existe a necessidade de estabelecer uma política de migração regional e um quadro laboral eficaz em todas as REC para reforçar a cooperação transfronteiriça e a integração regional. Onde já existem quadros de política regional, a coordenação regional e a implementação de planos de ação sobre migração devem ser reforçadas.
- Os mecanismos de monitorização e avaliação devem ser facilitados para reforçar as capacidades das REC na avaliação do impacto dos quadros regionais e promover soluções eficazes para os desafios da migração regional.
- Há necessidade de acelerar, através das REC: capacitação para a realização de análises situacionais, desenvolvimento de políticas e elaboração de orçamentos para a implementação

de políticas. Isto deve ser feito em conjunto com as partes interessadas nacionais e internacionais.

Componente 1: Uma bibliografia anotada da investigação da migração em África

1.1. Introdução

A migração está a tornar-se cada vez mais um fenómeno generalizado; conseqüentemente as complexidades e implicações associadas aos países de origem, trânsito e destino tornaram-se questões atuais nos domínios académico e político. O fenómeno emergiu como parte e realidade inevitável da existência humana e, atualmente, toca em diversas componentes económicas, sociais, culturais e de segurança das pessoas que vivem num mundo cada vez mais globalizado (Dinbabo e Badewa, 2020). Pese embora as complexidades e desafios associados à migração, esta continua a oferecer possibilidades e oportunidades para o desenvolvimento humano e socioeconómico. Por conseguinte, a necessidade de melhor compreender a migração não pode ser negligenciada à luz do crescimento local e mobilidade internacional.

Em África, muitos dos movimentos migratórios ocorrem dentro do próprio continente em oposição às anteriores noções que sustentavam que os africanos migravam, maioritariamente, para fora de África (Flahaux, and De Haas, 2016). A implicação disto é assim que é necessário prestar grande atenção à dinâmica de migração dentro de África. Embora existam dados e análises sobre migração em África disponíveis de várias organizações internacionais chave, grupos de reflexão e instituições de ensino superior, continuam a existir lacunas fundamentais nos processos de harmonização e recolha de dados entre países, inibindo assim elaboração de políticas baseadas na evidência. O precedente levou a apelos crescentes para uma nova narrativa sobre a migração africana contemporânea que se foque, principalmente, na migração intra-africana e desvende as distorções, assim como um melhor entendimento do panorama da investigação e das políticas (OIM, 2020). Esta nova narrativa contribuirá para uma tomada de decisão informada sobre migração e, em última análise, fornecerá uma base para aproveitar o potencial da migração para integração regional e desenvolvimento inclusivo em África.

Neste contexto, uma avaliação do estado atual dos conhecimentos sobre migração em África é inestimável quer para os académicos quer para os profissionais. Isto pode ser feito usando uma bibliografia anotada, a qual é uma lista de citações de livros, artigos e documentos sobre o tópico. Cada citação é seguida por uma breve anotação (cerca de 150 palavras) – um parágrafo descritivo e avaliativo limitado sobre o tópico em discussão. O propósito da anotação visa informar o leitor da relevância, exatidão e qualidade das fontes citadas. Também pode servir como uma forma de avaliação do atual estado de investigação, identificando áreas em que os autores se concentraram ou abordaram, assim como lacunas ou necessidades de maior investigação.

Este relatório faz o balanço da investigação existente sobre migração em África para identificar lacunas e necessidades futuras de investigação. Isto é feito através da apresentação de uma bibliografia anotada de investigação que foi conduzida sobre os respetivos pilares do MPFA da União Africana (UA) (CUA, 2018). O MPFA propõe a posição da UA sobre a migração, que é que, se a migração for bem gerida, pode resultar em benefícios significativos tanto para os países de origem como de destino (CUA, 2018; OIM, 2020). O MPFA fornece aos Estados Membros da UA e Comunidades Económicas Regionais princípios e orientações que os podem ajudar no

desenvolvimento e implementação das suas próprias políticas nacionais com base nos seus recursos e prioridades (CUA, 2018). Os pilares do MPFA são:

(a) Governação das migrações: Definida como as tradições e instituições através das quais a autoridade em matéria de migração e nacionalidade num país são exercidas, a governação das migrações é o objetivo global do MPFA. Enfatiza o bem-estar socioeconómico dos migrantes e da sociedade através do cumprimento de normas e regulamentos internacionais, segurança dos direitos dos migrantes, bem como uma abordagem "pan-governamental" à formulação e implementação de políticas (CUA, 2018).

(b) Migração laboral e formação: Este pilar exige "o estabelecimento de políticas, legislações e estruturas de migração laboral regulares, transparentes, abrangentes e sensíveis às questões de género a nível nacional e regional" (CUA, 2018:4). Enfatiza o reconhecimento mútuo de qualificações, a portabilidade de competências e a facilitação da livre circulação dos trabalhadores. O anteriormente exposto tem o potencial de promover a integração regional, a integração dos migrantes e benefícios significativos nas sociedades de origem e destino, incluindo o aumento de recursos intelectuais, a circulação de recursos intelectuais e as remessas. De um modo geral, o tema é categorizado em quatro subtemas. Estes são políticas, estruturas e legislações nacionais de migração laboral; cooperação regional e harmonização das políticas de migração laboral; fuga de talentos; e remessas de fundos.

(c) Envolvimento da diáspora: Este pilar é um reconhecimento da contribuição positiva que os migrantes dão às suas sociedades ou Estados de origem, e procura assim fomentar o elemento do nexo entre migração e desenvolvimento. Implica estratégias, políticas e quadros que promovem a participação da diáspora no desenvolvimento dos seus países de origem e do continente em geral. Inclui o regresso e integração de membros da diáspora e cidadãos no estrangeiro, em particular no contexto de "migração e desenvolvimento" (fora do contexto de migração irregular ou migração forçada).

(d) Governação das fronteiras: Isto refere-se a "um sistema de normas, instituições e a colaboração dos Estados, sociedade e atores não estatais em torno da gestão de fronteiras" (CUA, 2018:5). A gestão das fronteiras implica procedimentos e técnicas para regular a circulação de pessoas e mercadorias através das fronteiras.

(e) Migração irregular: Estreitamente relacionada com o tráfico de migrantes e outros crimes organizados internacionais, incluindo o tráfico de seres humanos, a migração irregular é uma preocupação crescente que precisa de ser abordada. Tem o potencial de perturbar a estabilidade e a segurança internacionais, daí a necessidade de reforçar a cooperação transnacional e os quadros jurídicos em torno da problemática. O pilar também aborda questões relacionadas com o regresso e readmissão de migrantes em situação irregular, a reintegração de pessoas nas suas comunidades, o acesso das vítimas à justiça e a identificação e acusação dos perpetradores.

(f) Deslocação forçada: Este pilar presta atenção aos grupos que constituem pessoas deslocadas, incluindo deslocados internamente, refugiados, requerentes de asilo e apátridas. Articula estratégias para lidar com o anterior, incluindo prevenção e gestão de crises, resolução de conflitos, bem como questões de proteção, integração e reintegração.

(g) Migração interna: No seio da dinâmica migratória interna em África está o processo de urbanização, uma vez que a região é considerada como o continente de urbanização mais rápida. A migração entre as zonas rurais e as urbanas e o processo de urbanização precisam de ser geridos de forma eficaz para evitar as consequências potencialmente negativas do fenómeno.

(h) Migração e comércio: Em relação a este pilar, o enquadramento salienta a crescente relevância da circulação de pessoas para o comércio em África, particularmente a migração a curto prazo. A chave para facilitar o crescimento do comércio em toda a África e a subsequente migração será o Acordo que estabelece a Área de Comércio Livre Continental Africana e o Protocolo da UA ao Tratado que estabelece a Comunidade Económica Africana Relativa à Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e Direito de Estabelecimento. O sucesso destes teria implicações para o comércio, integração e desenvolvimento no continente.

Para além dos oito pilares do MPFA, a noção de diplomacia da migração foi acrescentada às áreas de interesse para a bibliografia. A diplomacia da migração, um termo que está a ganhar cada vez mais força na investigação sobre migração, refere-se em geral à forma como as questões da migração se cruzam com a diplomacia internacional. Refere-se à utilização de instrumentos, procedimentos e processos diplomáticos para gerir a mobilidade transfronteiriça da população (Adamson e Tsourapas, 2019). Baseia-se "em abordagens realistas nas relações internacionais para identificar como os interesses e o poder dos agentes estatais são afetados pela sua posição nos sistemas de migração, nomeadamente a medida em que são Estados de envio, receção ou trânsito de migração" (Adamson e Tsourapas, 2019: 113). Por último, foram agrupados e referidos como "**Outros**" os artigos que, após uma revisão minuciosa, não se enquadravam em nenhuma das categorias acima referidas. Estes incluem alguns artigos relacionados com as onze questões transversais no MPFA (migração e desenvolvimento; dados e investigação sobre migração; direitos humanos dos migrantes; princípios de não discriminação; migração, pobreza e conflito; migração e saúde; migração e ambiente; migração e género; migração, crianças, adolescentes e jovens; migração e pessoas idosas; e cooperação interestatal e inter-regional) (CUA, 2018). Incluem também, entre outros, investigação sobre dimensões da migração em função do género, categorizações da migração em trânsito, nexos entre migração e ambiente, e motores da migração humana não contemplados nos pilares. Nas secções seguintes, o relatório apresenta (a) os objetivos da investigação, (b) a resenha bibliográfica; (c) a abordagem metodológica utilizada; (d) a bibliografia; e (e) conclusões e recomendações específicas.

1.2. Objetivos da investigação

O principal objetivo da bibliografia anotada é apresentar uma visão geral da literatura publicada sobre migração em África entre 2011 e 2022, e identificar lacunas e necessidades futuras na investigação sobre migração em África nas áreas temáticas do MPFA. As anotações para este projeto incluem anotações descritivas que fornecem um resumo do trabalho, anotações avaliativas que criticam ou incluem juízos de valor do trabalho e anotações combinadas que resumem e avaliam o trabalho.

Os objetivos específicos das bibliografias anotadas nesta pesquisa incluem:

- Rever a literatura sobre um tema específico (migração em África);

- Disponibilizar ao leitor fontes de informação;
- Ilustrar a qualidade e o âmbito da investigação dos autores;
- Destacar os pontos fortes e fracos das fontes;

1.3. Bibliografia anotada

Uma bibliografia anotada é uma lista de fontes de informação (como artigos de revistas ou capítulos de livros) sobre um determinado tópico. Inclui uma citação acompanhada de um breve comentário sobre cada fonte de documento, que é referida como uma anotação. A anotação é feita através da leitura crítica e da avaliação do texto. A avaliação é realizada de modo a alcançar o seguinte:

- Elaborar um parecer informado sobre a utilidade e relevância do conteúdo da fonte para o tópico;
- Identificar a contribuição que apresenta;
- Avaliar os seus pontos fortes e limitações;

Embora a bibliografia anotada apresente uma lista completa de artigos sobre migração em África, é importante notar que é quase impossível fornecer uma cobertura completa de todo o trabalho na área. Contudo, a bibliografia é suficientemente ampla para fazer um balanço dos conhecimentos presentemente existentes, oferecer uma base para aqueles dispostos a atualizar os seus conhecimentos, e identificar lacunas e necessidades futuras na investigação sobre migração em África.

1.4. Abordagem metodológica

As referências incluídas nesta bibliografia anotada cobrem os artigos de revistas publicados entre 2011 e 2022. A metodologia para a seleção de artigos é apresentada abaixo.

Foi realizada uma pesquisa sistemática (utilizando consultas de pesquisa) nas bases de dados Scopus e Web of Science sobre palavras relacionadas com a migração em África. A pesquisa de literatura para esta revisão exigiu a utilização de várias palavras-chave. Este equilíbrio é necessário, uma vez que algumas palavras-chave podem dar origem a um grande número de estudos. As palavras-chave nas consultas de pesquisa incluíam *migrante*, *migração*, *tráfico de seres humanos*, *deslocação forçada*, *requerente de asilo e África*. Os fundamentos para a escolha destas palavras são que não existe praticamente nenhum artigo/documento sobre migração em que "migrante" ou "migração" não seja utilizado como palavra no resumo. Dito de outra forma, qualquer artigo sobre migração ou mesmo os pilares da migração irá quase certamente utilizar a palavra "migração" no seu resumo. Seis dos oito pilares têm a palavra "migração" como uma palavra-chave. Os documentos sobre remessas aludem à migração nos seus resumos. A palavra "África" foi incluída na pesquisa porque não o fazer levaria à formação de vários resultados (de outras regiões) o que seria impossível de gerir. A equipa de investigação esforçou-se por incluir documentos escritos em francês na consulta de pesquisa utilizada para ambas as bases de dados. Mas isto não devolveu documentos escritos em francês, exceto um documento escrito em francês e inglês. Podemos especular que os periódicos redigidos em francês não estão indexados às bases de dados utilizadas.

A pesquisa nas bases de dados Scopus e Web of Science gerou 3 037 e 2 467 resultados, respectivamente. Ambas as bases de dados foram reunidas e os artigos foram ainda examinados para remover entradas duplicadas. Após esta fase, restou um total de 3 921 documentos. Os tópicos dos artigos foram lidos e qualquer fonte cujo título não estivesse relacionado com a migração humana foi removida. Isto produziu 594 documentos. A segunda fase do processo de seleção dos artigos implicou a leitura dos respetivos resumos e a aplicação de um conjunto de critérios de inclusão e exclusão. Estes são descritos abaixo.

1.4.1. Critérios de inclusão

- (a) Artigos que são de investigação empírica ou teórica.
- (b) Artigos que oferecem perspectivas sobre migração em África.
- (c) Artigos que oferecem conhecimentos sobre, ou abordam qualquer um dos pilares da migração do MPFA, ou diplomacia da migração.
- (d) Artigos que são centrados na área africana, ou seja, artigos que têm como foco central a migração em África.
- (e) Artigos que se centram na migração, ou seja, documentos que têm como foco central a questão da migração; no entanto, podem também estar relacionados com outras questões tais como alterações climáticas, segurança alimentar ou hídrica, ou conflito – o foco principal tem de ser a migração.

1.4.2. Critérios de exclusão

- (a) O artigo não oferece uma visão relevante da migração em África.
- (b) O artigo não aborda nenhum dos pilares de migração do MPFA, nem a diplomacia da migração.
- (c) O artigo não é afrocêntrico.
- (d) O artigo não se centra na migração.

Qualquer artigo que seja abrangido por qualquer um dos quatro critérios de exclusão é inelegível e excluído. Todos os tópicos e resumos foram inseridos numa folha de Microsoft Excel para seleção utilizando os critérios de inclusão e exclusão. O número de artigos foi reduzido da seguinte forma:

- A equipa de investigação analisou os documentos e tópicos de investigação e removeu artigos inelegíveis. Dos 3 921 documentos, 3 327 foram excluídos e o número de documentos relevantes foi reduzido para 594.
- Os investigadores analisaram os resumos dos restantes artigos e identificaram e removeram artigos inelegíveis. Dos 594 artigos, apenas 151 foram considerados elegíveis.
- Os textos completos dos 151 documentos foram exportados para o Atlas.ti e lidos pelos investigadores; estes excluíram mais 21 artigos após este processo. No fim, foram utilizados 130 documentos para a bibliografia anotada.

Este processo permitiu que a equipa identificasse um total de 130 fontes que fazem parte da bibliografia anotada. A equipa de investigação criou metadados sobre migração em África que

descrevem atributos que fornecem explicações concisas sobre o conteúdo do conjunto de dados. Os metadados resumiram informação básica sobre os dados, o que facilitou os resultados e o trabalho com determinadas instâncias de dados. Os principais atributos incluídos nos metadados são o ano, autor(es), título, nome da série/periódico, volume, edição, identificador objetivo digital (DOI), endereço eletrónico do autor correspondente, filiação do autor correspondente, tipo de investigação, cobertura e foco temático. Em geral, as principais fontes de dados de migração foram fornecidas em formato MS Excel e base de dados/catálogo.

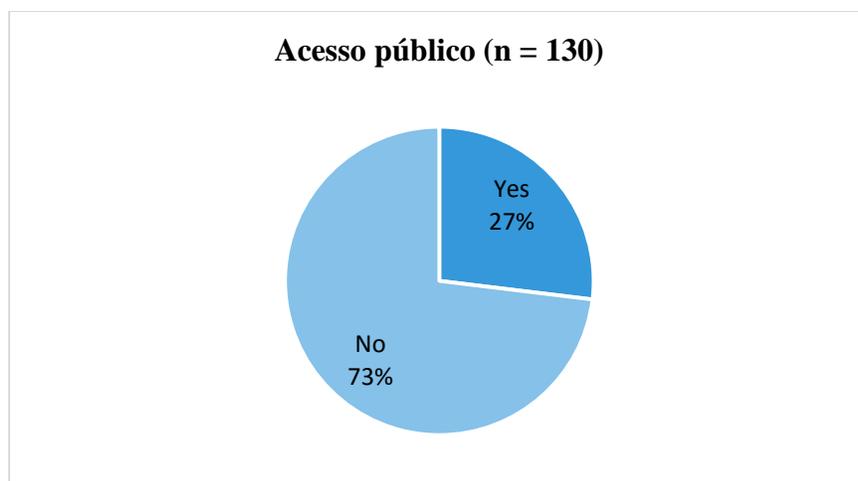
1.4.3. Limitações da metodologia

Algumas limitações da abordagem metodológica são similares às encontradas em qualquer pesquisa sistemática das bases de dados. Primeiramente, embora a metodologia tenha adotado uma vasta lista de palavras-chave na pesquisa das bases de dados, é possível terem escapado alguns artigos importantes devido à profusão de palavras utilizadas na pesquisa sobre migração. Há também a possibilidade de as bases de dados omitirem alguns estudos devido a referências inadequadas. É possível que também se tenham omitido artigos relevantes em revistas que não estão incluídos nas bases de dados utilizadas. Por último, apesar da aplicação de um criterioso processo metodológico ao longo do estudo, a equipa de revisão reconhece que existe a possibilidade de alguma forma de subjetividade devido à abordagem qualitativa aplicada ao rastreio de documentos.

1.4.4. Características gerais dos artigos na bibliografia anotada

Esta secção apresenta uma análise de 130 artigos incluídos na bibliografia em termos das suas características gerais. As características apresentadas incluem: ano de publicação, método de investigação, cobertura ou limite de estudo, bem como enfoque temático (com base nos pilares temáticos anteriormente delineados). O estudo também analisou o número de artigos disponíveis como artigos de acesso público (Figura 1). A figura indica que 27% dos artigos incluídos são de acesso público, um indicador claro de que a maioria dos artigos sobre migração pode não estar imediatamente disponível para indivíduos e instituições que não possam pagar as taxas de assinatura destes artigos e periódicos.

Figura 1: Número de artigos com acesso público

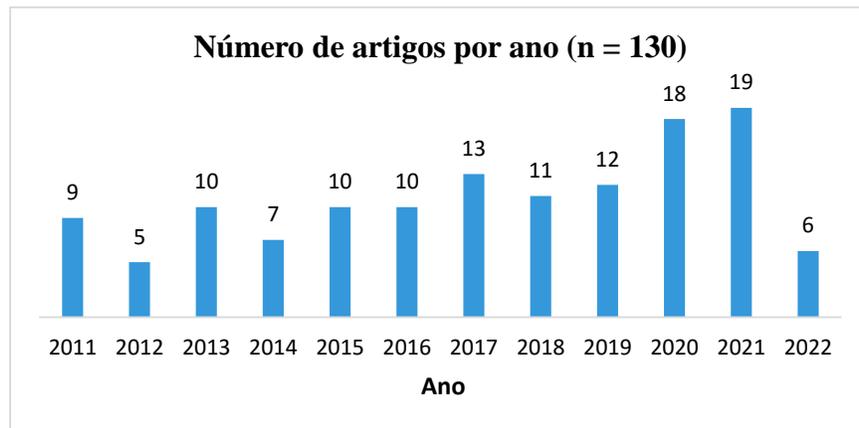


Fonte: Cálculo do autor

1.4.5. Cronologia de publicação

Cerca de 39% do total de 130 documentos foram publicados entre 2011 e 2016. Desde 2017, houve um aumento significativo no número de publicações sobre migração em África, o que reflete a importância crescente do fenómeno. Entre 2017 e 2019, selecionaram-se um mínimo de 11 artigos para a bibliografia. O número de publicações selecionadas atingiu o seu pico em 2020 e 2021, fortalecendo ainda mais a crescente atenção dada às migrações em África. Importa referir que a pesquisa documental foi realizada em março de 2022, e terá eventualmente influenciado o número limitado de publicações para 2022.

Figura 2: Número de artigos por ano

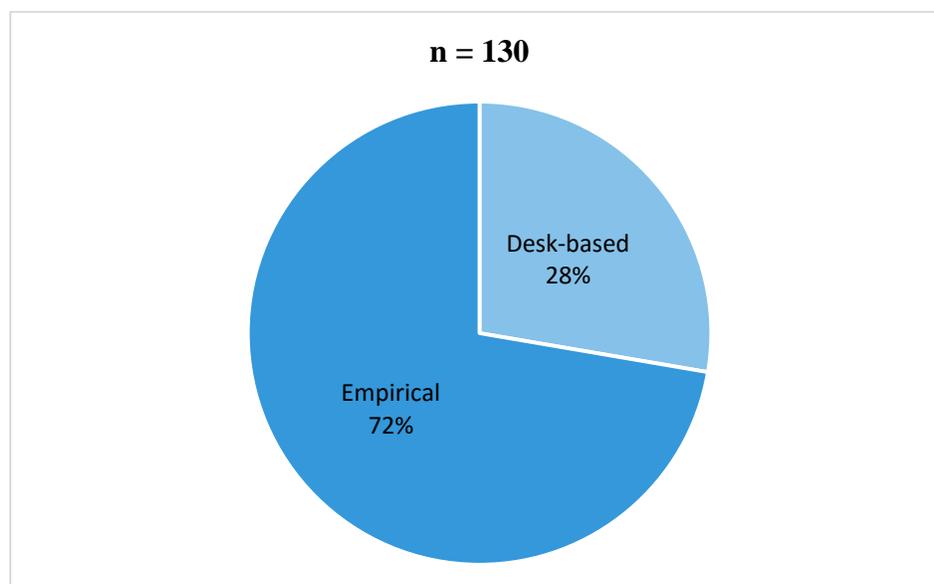


Fonte: Cálculo do autor

1.4.6. Método de investigação

Os métodos de investigação adotados pelos autores dos artigos seleccionados foram classificados em investigação empírica e investigação documental. No primeiro caso, refere-se à investigação que faz uso de dados baseados em evidências, recolhidos qualitativa ou quantitativamente a partir de sites de investigação. No âmbito desta bibliografia, a investigação documental é conceptualizada como investigação realizada fundamentalmente com base em dados secundários ou na resenha da literatura. A análise deste estudo indica que mais de dois terços (72%) dos artigos incluídos são de investigação empírica. Este facto é reflexo da confiança em dados de campo para a maior parte da investigação sobre migração.

Figura 3: Método de investigação

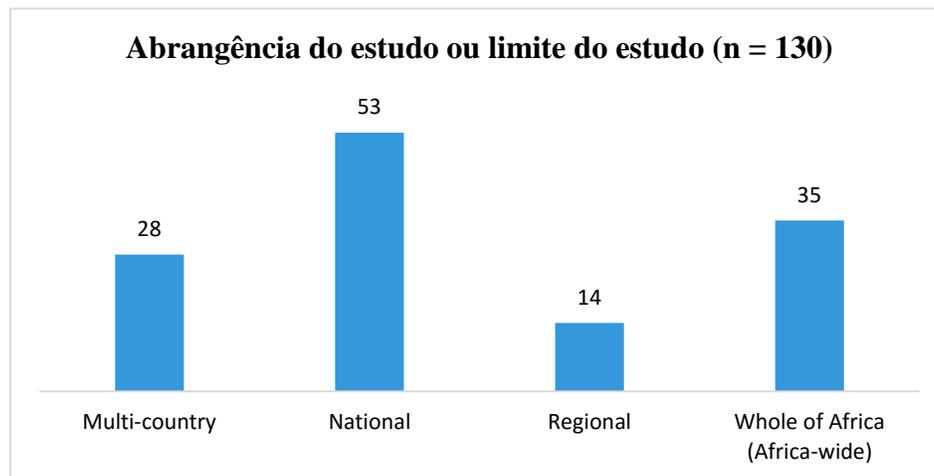


Fonte: Cálculo do autor

1.4.7. Foco geográfico

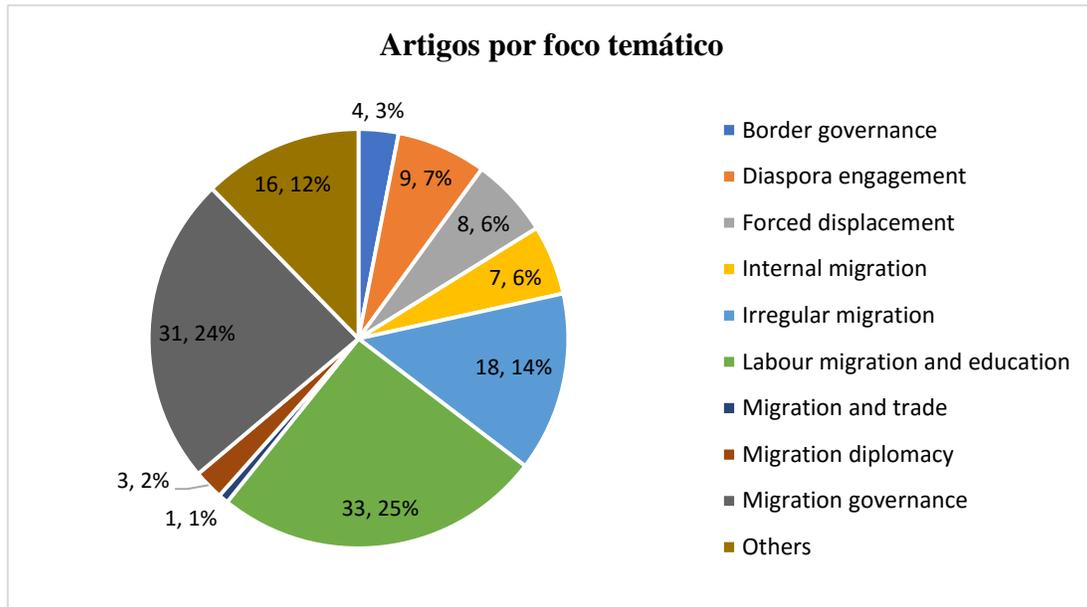
A equipa de investigação categorizou os artigos com base no local em que o estudo se focou, ou em que teve lugar. Os estudos multinacionais envolvem dois ou mais países africanos. Os estudos nacionais abordam a investigação realizada apenas num país. As investigações conduzidas a nível regional englobam investigações nas diferentes comunidades económicas regionais em África como a CEDEAO e a SADC, bem como no Corno de África (África Oriental) e no Norte de África. A maioria dos artigos baseia-se em estudos nacionais (cerca de 40%). Além disso, 35 estudos abrangem toda a África ou África Subsariana, 28 são estudos multinacionais e 14 dos artigos seleccionados focam o nível regional.

Figura 4: Abrangência do estudo ou limite do estudo



Fonte: Cálculo do autor

Figura 5: Artigos por foco temático



Fonte: Cálculo do autor

1.4.8. Número de artigos por foco temático

Na Figura 5 é apresentado o número de artigos em cada foco temático (e as suas percentagens em relação ao total). O número de artigos selecionados que correspondem aos respetivos temas considerados na bibliografia são: governação da migração (n = 31), migração laboral e educação (n = 33), envolvimento da diáspora (n = 9), governação da fronteira (n = 4), migração irregular (n = 19), deslocamento forçado (n = 8), migração interna (n = 7), migração e comércio (n = 1), diplomacia da migração (n = 3), e outros (n = 16).

Na generalidade, a Figura 5 é indicativa da consistência na relevância da migração laboral e da educação como tema de migração ao longo dos anos. Isto corrobora o facto de que a maioria das pessoas migra para tirar partido das oportunidades económicas e de emprego nas sociedades de destino. Acresce que o número total de artigos foi influenciado pela predominância da literatura sobre remessas como subcomponente do tema. Com o passar dos anos, a importância da governação das migrações como tema tem crescido de forma constante, com mais de 80% dos artigos sobre o tema a serem publicados entre 2017 e 2022. Também a migração irregular é um tema de grande atualidade, dada a proeminência consistente do tema ao longo dos anos. Convém também referir que cerca de metade da investigação sobre migração irregular incidiu sobre a África Ocidental ou um país da África Ocidental, talvez devido ao facto de a região gerar um elevado número de migrantes destinados à Europa. Naturalmente, o tráfico humano e o contrabando de migrantes que são considerados no âmbito do tema são desafios prolongados para a África.

O número de publicações sobre envolvimento da diáspora, deslocação forçada e migração interna é substancial, embora a investigação conduzida sobre estes temas precise de aumentar dado o número relativamente menor de publicações sobre estes temas em comparação com outras. Todavia, existe geralmente uma escassez de literatura sobre migração e comércio, bem como sobre diplomacia da migração. A primeira é mais surpreendente dada a importância do comércio para o desenvolvimento de África. Não obstante, existe a possibilidade de que as publicações sobre o tema aumentem à luz da criação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA).

1.5. Apresentação da bibliografia

A equipa de investigação resumiu e apresentou os artigos através do seu agrupamento em áreas temáticas baseadas nos pilares do MPFA, diplomacia da migração, e uma categoria referida como "outros". Esta secção apresenta um resumo dos respetivos artigos incluídos na bibliografia que estão agrupados nos temas anteriormente descritos. A secção subsequente apresenta uma visão geral das principais lacunas na investigação e sugestões sobre necessidades futuras de investigação.

1.5.1. Governação das migrações

Adam, I., Trauner, F., Jegen, L., & Roos, C. (2020). West African interests in (EU) migration policy: Balancing domestic priorities with external incentives. (Interesses da África Ocidental na política de migração (UE): Equilíbrio entre as prioridades internas e os incentivos externos). *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46(15), 3101–3118. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2020.1750354>

O documento proporciona uma visão geral dos diversos interesses da política migratória dos Estados da África Ocidental, recorrendo ao Gana e ao Senegal como estudos de caso. Desvendam-se os interesses divergentes em jogo com base em áreas temáticas e diferentes grupos de intervenientes políticos. A investigação fundamentou-se na combinação de entrevistas de peritos semiestruturadas e na revisão de documentos políticos. Os autores sugerem que a definição de preferências políticas migratórias deve ser estudada como uma questão política "interméstica" – uma abordagem que explique como as interligações dos intervenientes internacionais e nacionais e os seus interesses fortalecem o desenvolvimento das respetivas preferências. O estudo aborda os interesses diferentes e em constante evolução da política migratória dos Estados da África Ocidental, distinguindo entre os interesses de origem nacional e os interesses de origem internacional. O resultado é assim claramente confuso pois, por exemplo, os Estados da África Ocidental insistem nas suas prioridades (tais como a oposição aos regressos forçados), e noutros casos reinterpretam os seus interesses políticos de acordo com as políticas externas (da União Europeia) ou implementam novas políticas (tais como a melhoria das capacidades de controlo fronteiriço).

Aniche, E. T. (2022). Borders, migration and xenophobic policies in West Africa. (Fronteiras, migração e políticas xenófobas na África Ocidental). *Africa Review*, 14, 24–47. <https://doi.org/10.1163/09744061-20220121>

Este artigo explora as implicações das políticas anti-imigração dos Estados da África Ocidental para a implementação do Protocolo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) sobre a livre circulação de pessoas através de uma resenha da literatura relevante. O

autor alega que a discriminação xenófoba e a expulsão de cidadãos comunitários ainda são comuns na região, tendo ambos perturbado a implementação do Protocolo da CEDEAO. As razões subjacentes a estas são uma concatenação de elementos económicos (incluindo a proteção dos empregos e indústrias locais da concorrência estrangeira), motivos de segurança e discórdia política. O autor implica ainda a classe política em nutrir e encorajar a consciência etnorreligiosa a conquistar e reter o poder, o que, conseqüentemente, originou a ascensão da consciência xenófoba. O motivo principal das políticas xenófobas na África Ocidental, de acordo com o autor, é a predisposição ou obsessão de conquistar o poder político ou retê-lo, jogando a carta "xenófoba". O reforço da capacidade institucional da CEDEAO para poder aplicar o seu protocolo através de sanções, bem como o aumento da sensibilização de classe entre os governados, são algumas das recomendações que emergem do estudo.

Attoh, F., & Ishola, E. (2021). Migration and regional cooperation for development: ECOWAS in perspective. (Migração e cooperação regional para o desenvolvimento: A CEDEAO em perspectiva). *Africa Review*, 13(2), 139–154.

<https://doi.org/10.1080/09744053.2021.1943146>

O documento explora o Protocolo de livre circulação de pessoas da CEDEAO no âmbito da agenda de desenvolvimento da região, realçando os desafios na implementação do protocolo. Segundo os autores, a natureza centrada no Estado da governação migratória representa desafios significativos. Atribui uma enorme responsabilidade ao Estado na exploração das possibilidades de migração, dificulta a cooperação com outros Estados Membros em questões de migração e resulta num desalinhamento entre as políticas de migração nacionais e regionais. O exposto foi ainda exacerbado pelas reduzidas capacidades estatais e pelo subdesenvolvimento continuado da região. Os autores enfatizam a importância de capacitar os intervenientes estatais no sentido de contribuírem para uma melhor gestão da migração e para a implementação de um sistema monetário uniforme na região.

Bisong, A. (2019). Trans-regional institutional cooperation as multilevel governance: ECOWAS migration policy and the EU. (Cooperação institucional transregional como governação multinível: a política de migração da CEDEAO e a UE). *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 45(8), 1294–1309. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1441607>

O documento analisa o papel da cooperação institucional transregional na elaboração de políticas de migração intrarregional. Num quadro de governação multinível, o artigo aborda as relações entre a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Europeia (UE), bem como o papel da UE no desenvolvimento de políticas de migração regional e na modelação da governação da migração na África Ocidental. A resenha de literatura e documentos políticos relevantes foi acompanhada de 12 entrevistas semiestruturadas. O autor sustenta que as relações de poder exercem um papel importante na cooperação institucional transregional. Vários e, por vezes, divergentes interesses estão em causa nestas relações, resultando ou numa abordagem mais oportunista ou numa abordagem mais colaborativa entre estas duas partes. A dinâmica das interações formais e informais entre a UE e os Estados Membros da CEDEAO esbatem os níveis de governação da migração (bilateral, regional e multinível) na África Ocidental.

Bisong, A. (2021). Invented, invited and instrumentalised spaces: Conceptualising non-state actor engagement in regional migration governance in West Africa. (Espaços inventados, convidados e instrumentalizados: conceptualização do envolvimento dos intervenientes não

estatais na governação da migração regional na África Ocidental). *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2021.1972570>

O artigo analisa como os espaços de envolvimento utilizados por intervenientes estatais e não estatais modelam os processos de elaboração de políticas migratórias. Em especial, analisa a influência e as contribuições dos intervenientes não estatais (INE) na governação da migração regional na CEDEAO, recorrendo a uma abordagem de investigação de métodos mistos, que foi complementada por uma resenha de literatura e documentos relevantes. O autor defende que os espaços de compromisso adquirem a forma de espaços 'inventados', 'convidados' e 'instrumentalizados'. Se o primeiro constitui espaços de compromisso para a migração – "governação a partir de baixo", os outros dois são espaços mais formalizados de migração regional – "governação a partir de cima". Duas conclusões são esclarecedoras. Os INE utilizam, em primeiro lugar, espaços de envolvimento com intervenientes estatais e entre si para a promoção dos seus objetivos. Depois, os espaços para os compromissos dos INE resultam numa miscelânea de abordagens de cima para baixo e de baixo para cima da governação da migração regional. Basicamente, os INE têm a capacidade de influenciar os processos políticos através das suas interações nestes espaços.

Boersma, M., Koch, D. J., Kroon, L., McDougal, D., Verhoeff, G., & Wang, Y. (2022). Learning in migration management? Persistent side effects of the EUTF. (Aprendizagem na gestão da migração? Efeitos secundários persistentes do FFUE). *International Migration, Novembro de 2015*, 1–14. <https://doi.org/10.1111/imig.12965>

O estudo descreve a literatura crescente sobre os efeitos não intencionais na gestão da migração, examinando os efeitos não intencionais do Fundo Fiduciário de Emergência da União Europeia (FFUE) para África, e os fatores que impedem os decisores políticos de moderar os efeitos não intencionais identificados usando três países africanos como estudos de caso. A investigação combina a resenha de literatura e documentos relevantes com entrevistas semiestruturadas. Foram identificados quatro efeitos não intencionais: aumento da violência dos guardas de fronteira; aumento das taxas de criminalidade organizada dos contrabandistas e diminuição dos meios de subsistência; aumento dos níveis de má governação nos países recetores; e legitimação dos governos com legitimidade limitada. A persistência de efeitos não intencionais é tripla, o que reflete os constrangimentos à aprendizagem de políticas. Estes são limites técnicos, institucionais e ideológicos, os quais são mutuamente constitutivos. Segundo o estudo, não basta realçar os efeitos não intencionais (da gestão da migração), mas é crucial apurar as razões da sua emergência e persistência. Esta questão deverá ser ainda mais aprofundada em futuras investigações.

Bolarinwa, J. O. (2015). The ECOWAS Free Movement Protocol: Obstacle or driver of regional integration? (Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO: Obstáculo ou motor da integração regional?) *Insight on Africa*, 7(2), 154–168.

<https://doi.org/10.1177/0975087815580731>

Através de uma resenha de literatura relevante, o artigo avalia os principais componentes e limitações do Protocolo de Livre Circulação da CEDEAO, adotado em 1979. O protocolo está agrupado em três fases: entrada livre dos cidadãos nos Estados-Membros sem visto durante 90 dias; direito de residência; e direito de estabelecimento. Embora a implementação do protocolo tenha conhecido algum sucesso, em especial no que diz respeito ao aumento dos fluxos migratórios de nacionais da sub-região, as lacunas na implementação são manifestas. Incluem-se aqui vários

controles fronteiriços, incluindo, assédio grave e extorsões nas fronteiras, atrasos na implementação de políticas de liberalização do comércio, tensões em Estados onde os migrantes sub-regionais são significativos nos sectores do comércio e do trabalho das economias, expulsões, assédio generalizado, e negação dos direitos humanos. Naturalmente, o direito de residência e de estabelecimento ainda não foi plenamente executado. Entre outros aspectos, o autor recomenda a harmonização das leis nacionais que colidem com os tratados regionais e sub-regionais.

Brachet, J. (2016). Policing the desert: The IOM in Libya beyond war and peace. (Policciamento do deserto: A OIM na Líbia para além da guerra e da paz). *Antipode*, 48(2), 272–292. <https://doi.org/10.1111/anti.12176>

O estudo apresenta uma resenha das atividades da Organização Internacional das Migrações (OIM) no terreno antes, durante e depois do conflito de 2011 na Líbia, e o efeito dessas atividades sobre os migrantes, residentes locais, agentes de transporte e funcionários estatais. O estudo assenta num método qualitativo de investigação. O autor afirma que o *modus operandi* da OIM é uma articulação das mãos direita e esquerda do Estado, a saber, coerção e assistência social, enquanto afasta todo o controlo democrático. No âmbito da luta global contra a migração irregular, a OIM está fortemente comprometida, sem ter na devida consideração as próprias necessidades e desejos dos migrantes. A OIM manteve os mesmos objetivos: controlar os migrantes e retirá-los sistematicamente das fronteiras meridionais da Europa. A OIM e as suas atividades fornecem assim, segundo o autor, uma lente através da qual a gestão de crises e as intervenções humanitárias podem ser interpretadas como parte de um plano alargado de controlo internacional das populações consideradas indesejáveis.

Carciotto, S. (2021). Making asylum seekers more vulnerable in South Africa: The negative effects of hostile asylum policies on livelihoods. (Vulnerabilizar os requerentes de asilo na África do Sul: As repercussões negativas das políticas de asilo hostis nos meios de subsistência). *International Migration*, 59(5), 3–18. <https://doi.org/10.1111/imig.12788>

Com este artigo exploram-se as implicações das novas políticas de asilo destinadas a coarctar o direito de trabalho dos requerentes de asilo na África do Sul através de uma abordagem de investigação qualitativa e da revisão da literatura e documentos relevantes. O autor demonstra como a restrição ao direito de trabalhar dos requerentes de asilo tem diversas implicações socioeconómicas que vão para além das vidas e condições dos próprios requerentes de asilo. Proibir que os requerentes de asilo trabalhem por conta própria a longo prazo contribui para o aumento das vulnerabilidades dos meios de subsistência, e também levou a práticas laborais exploradoras. Com esta restrição limita-se a capacidade dos requerentes de asilo para serem empregados no sector formal, o que leva muitos a encontrar trabalho no sector informal onde são cada vez mais explorados. O autor defende que é improvável que este tipo de diretiva política produza o desfecho desejado, e pode eventualmente conduzir a mais "ilegalidade". Uma limitação do estudo é que a sua investigação empírica resume-se a dois grupos focais e cinco entrevistas. É necessária mais investigação para reiterar a constatação do estudo.

Dinbabo, M. F., & Badewa, A. S. (2020). Monitoring migration policy frameworks, treaties and conventions for development in Africa. (Monitorização dos quadros, tratados e convenções da política de migração para o desenvolvimento em África). *Journal of African Union Studies*, 9(1), 23–49. <https://doi.org/10.31920/2050-4306/2020/S9N1A2>

Através de uma resenha da literatura e documentos políticos relevantes, o artigo recorre ao modelo de implementação eficaz do Gates para rever o regime da política de migração em África, e avaliar a sua implementação eficaz no sentido de colmatar as lacunas entre as políticas nacionais multilaterais de migração e os quadros multilaterais em África. Explora os principais motores do envolvimento de múltiplas partes interessadas no aproveitamento dos potenciais de migração para o desenvolvimento sustentável em África. É salientado pelos autores os condicionalismos à implementação eficaz dos quadros da política de migração em África, incluindo a fragmentação ou a concorrência de interesses, e a ineficácia da monitorização e comunicação do impacto do desenvolvimento tanto dos quadros, como da migração em geral. Constatam que repensar o Quadro de Política Migratória da União Africana para África (2018-2030) e as políticas das Comunidades Económicas Regionais (CER) relativas à "livre circulação de pessoas" é fundamental para alavancar o potencial da migração para o desenvolvimento socioeconómico de África. Uma área para maior investigação poderia ser uma investigação mais empírica na avaliação dos constrangimentos na implementação de quadros de política de migração em África.

Dini, S. (2018). Migration management, capacity building and the sovereignty of an African state: International Organization for Migration in Djibouti. (Gestão das migrações, reforço das capacidades e soberania de um Estado africano: Organização Internacional para as Migrações no Djibuti). *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44(10), 1691–1705. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1354058>

O documento explora a produção da soberania do Estado e das políticas migratórias em África, examinando etnograficamente o papel da Organização Internacional para as Migrações (OIM) na gestão das fronteiras e na governação das migrações, utilizando o Djibuti como estudo de caso. O autor sustenta que as práticas da OIM prolongam-se desde o facto de ser um prestador de serviços neutro até à aprovação e reificação da autoridade política pré-existente. Como é evidente, as práticas fronteiriças da OIM surgiram como um instrumento para a implementação do poder soberano e para a institucionalização de um Estado de excepção no Estado anfitrião. A organização está fortemente empenhada e apoia as instituições locais e o Estado na dialéctica da exclusão e admissão: exclusão dos indesejáveis (migrantes sem documentos) e a admissão do cidadão nacional e a construção da cidadania. Fazendo uma avaliação crítica das práticas da OIM, é possível clarificar a forma como tais organizações transformam tanto as práticas soberanas como a racionalidade dos Estados-nação, enquanto também revelam padrões subtis de domínio entre o Norte global e o Sul global. O autor constata, a título de conclusão, a importância de mais estudos etnográficos sobre as atividades de instituições como a OIM, a fim de revelar os impactos e implicações das suas atividades.

Gordon, S. (2022). Mass preferences for the free movement of people in Africa: A public opinion analysis of 36 countries. (As preferências colectivas para a livre circulação de pessoas em África: Uma análise da opinião pública de 36 países). *International Migration Review*, 56(1), 270–295.

<https://doi.org/10.1177/01979183211026243>

Com a adoção pela União Africana do Protocolo de livre circulação de pessoas, direito de residência e direito de estabelecimento, o documento avalia as opiniões públicas, preferências e atitudes quanto à livre circulação de pessoas entre 36 países africanos. O estudo utilizou dados do inquérito Afrobarómetro, e os resultados foram calculados recorrendo à análise de regressão

multivariada. Os dados apontam para uma grande variação nas preferências relacionadas com a mobilidade, tanto entre países como dentro de cada país. Demonstram que os critérios de identidade, mais do que os critérios utilitários, eram fortes preditores de atitudes a nível micro. No plano macro, o modelo utilitário tinha fortes competências preditivas uma vez que o desenvolvimento macroeconómico estava negativamente relacionado com as atitudes em relação à livre circulação. Por outro lado, as atitudes nacionalistas e os sentimentos contra a imigração tiveram um impacto negativo no apoio dos cidadãos à livre circulação. Entre as áreas passíveis de investigação futura contam-se a forma como os desejos de migração e as diferenças etno-linguísticas moldam ou afetam as atitudes relacionadas com a livre circulação em África.

Hirsch, A. (2021). The African Union's Free Movement of Persons Protocol: Why has it faltered and how can its objectives be achieved? (O Protocolo da União Africana sobre a livre circulação de pessoas: Porque tem falhado e como podem os seus propósitos ser alcançados?) *South African Journal of International Affairs*, 28(4), 497–517. <https://doi.org/10.1080/10220461.2021.2007788>

O Protocolo de livre circulação de pessoas, direito de residência e direito de estabelecimento em África foi assinado por 32 países desde a sua adopção do Protocolo em Janeiro de 2018, enquanto apenas quatro países o ratificaram. Ao analisar o protocolo, o artigo considera-o no contexto da recente adopção do Acordo de Comércio Livre Continental Africano. Sustenta que as razões subjacentes à lenta adopção do protocolo são complexas, e englobam receios das nações quanto ao abandono das suas proteções soberanas relacionadas com a circulação de pessoas e a falta de clareza quanto ao seu processo de implementação. Paralelamente, sistemas inadequados de registo civil em muitos países africanos impactam na autenticidade da identidade legal e/ou documentos de viagem indispensáveis para facilitar a livre circulação de pessoas. O documento também apresenta algumas sugestões para a aplicação do protocolo e para a promoção da livre circulação de pessoas em geral. Incluem, entre outras, a melhoria dos sistemas de documentação de identidade e registo civil, o intercâmbio de dados civis e criminais entre Estados, e uma melhor gestão das fronteiras. Uma importante recomendação é ainda a proposta de estabelecer comissões técnicas a nível regional e continental, às quais será conferida a responsabilidade de facilitar a execução do protocolo através da promoção de conversações entre governos e da capacitação dos intervenientes para a sua implementação.

Iwuoha, V. C., & Mbaegbu, C. C. (2021). Border governance and its complications in West Africa: What can be learned from constructivism? (Governação fronteiriça e respectivas complicações na África Ocidental: O que se pode aprender com o construtivismo?) *Society*, 58(4), 269–281.

<https://doi.org/10.1007/s12115-021-00622-7>

O artigo recorre ao caso da Nigéria e da República do Benin para abordar a fragilidade dos mecanismos de gestão das fronteiras na África Ocidental. Mediante uma resenha da literatura relevante, os autores afirmam que nem a abordagem comum da CEDEAO nem o unilateralismo de um único país podem fornecer sistemas fiáveis para uma governação eficaz da migração na região da África Ocidental. Defendem uma terceira abordagem assente no construtivismo social que veria os Estados vizinhos ou limítrofes implementarem sistemas de migração flexíveis, coerentes e híbridos que dêem resposta aos seus contextos e necessidades económicas, sociais, políticas e culturais, enquanto ajustam a abordagem regional geral mas abdicam do seu

unilateralismo distinto. Impõe-se mais investigação sobre as eventuais implicações das suas recomendações ou evidências do desfecho de tais recomendações em outros contextos.

Mabera, F. (2017). The impact of xenophobia and xenophobic violence on South Africa's developmental partnership agenda. (O impacto da xenofobia e violência xenófora na agenda da parceria para o desenvolvimento da África do Sul). *Africa Review*, 9(1), 28–42.

<https://doi.org/10.1080/09744053.2016.1239711>

O artigo aborda a violência xenófora na África do Sul e o seu impacto na agenda de ajuda ao desenvolvimento do país. O autor sustenta que os efeitos da violência são em grande parte regressivos. Não pintou a África do Sul de forma positiva e lançou aspersões sobre a política externa do país e, mais particularmente, sobre a sua agenda africana. De acordo com o autor, o cerne da questão em apreço, à luz das ondas de violência xenófora, é se a agenda de desenvolvimento da África do Sul em África é credível o bastante e se a sua hierarquização da África é justificável ou se são pura retórica sob o pretexto de superioridade e excepcionalismo. O autor também falha a confluência da xenofobia com a Afrofobia como um esforço para se desviar das questões reais, tais como a pobreza e a desigualdade. Encontrar soluções sustentáveis para a questão da xenofobia implicaria abordar os temas centrais no centro da migração e integração, incluindo a livre circulação de pessoas, o direito dos requerentes de asilo e refugiados, e o acesso aos serviços básicos, emprego e educação dos migrantes.

Moyo, I., & Nshimbi, C. C. (2020). Of borders and fortresses: Attitudes towards immigrants from the SADC region in South Africa as a critical factor in the integration of Southern Africa. (De fronteiras e fortalezas: atitudes para com os imigrantes da SADC na África do Sul como um elemento crucial na integração da África Austral). *Journal of Borderlands Studies*, 35(1), 131–146.

<https://doi.org/10.1080/08865655.2017.1402198>

O documento analisa a política de discriminação e exclusão orientada para os imigrantes da SADC por outro país da SADC, e as suas implicações para o projecto de integração regional da SADC. Para atingir os objectivos da investigação, uma profunda revisão da literatura relevante foi suplementada com entrevistas aprofundadas e observações dos participantes realizadas em 2012. Os autores defendem que as fronteiras e a reordenação em torno dos imigrantes dos países da SADC representam a sua projeção como indesejáveis de uma forma discriminatória e excludente. Esta evolução é contraproducente e contrária ao objetivo da SADC de uma África Austral integrada. É contra os princípios e premissas do Esboço de Protocolo da SADC sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas. Os autores concluem que a África do Sul tem a responsabilidade de respeitar os princípios e expectativas destas instituições regionais das quais o país é parte.

Natter, K. (2021). Ad-hocratic immigration governance: How states secure their power over immigration through intentional ambiguity. (Governança ad-hocrática da imigração: como os Estados garante o seu poder sobre a imigração através da ambiguidade intencional). *Territory, Politics, Governance*.

<https://doi.org/10.1080/21622671.2021.1877189>

O documento apresenta uma conceptualização da governança ad-hoc da imigração como ambiguidade intencional e relaciona-a com a forma como a migração é regida em Marrocos e na

Tunísia. Apoiando-se em mais de 100 entrevistas realizadas entre 2016 e 2017, o autor sustenta que a governação da imigração em ambos os países é tipificada pela ad-hocracia. A flexibilidade da política executiva, o pragmatismo dos regimes de isenção e a informalidade dos acordos de imigração caso a caso, são elementos da governação ad-hocrática da imigração, que as autoridades de ambos os países adoptaram, tudo em detrimento da elaboração de leis parlamentares. Como tal, "os direitos podem desaparecer tão rapidamente como surgiram", e nada está garantido a longo prazo. O autor postula que a margem de manobra do Estado é consolidada por uma ambiguidade intencional criada por instrumentos de governação ad-hocrática. Seria benéfico para as bolsas de estudo de migração análises futuras do conceito de governação ad-hocrática da imigração de outros contextos em África.

Norman, K. P. (2016). Between Europe and Africa: Morocco as a country of immigration. (Entre a Europa e a África: Marrocos como um país de imigração). *Journal of the Middle East and Africa*, 7(4), 421–439.

<https://doi.org/10.1080/21520844.2016.1237258>

O artigo examina a reforma da política de migração marroquina, analisando os acontecimentos que conduziram à reforma, o processo de reforma e as consequências da reforma para diversos intervenientes. Baseando-se em entrevistas originais, fornece também uma avaliação sobre se a mudança da política de migração de Marrocos deriva e pode ser comparada com as experiências de outros países europeus e norte-americanos. Do artigo ressalta que a reforma migratória marroquina tem matizado as diferenças de outros contextos europeus e norte-americanos. O processo de reforma migratória do país é melhor entendido de cima para baixo, direcionado para a consecução de alguns objetivos: cooptar os críticos nacionais e minimizar os custos de reputação internacional; e satisfazer as exigências da UE. Estas conclusões têm repercussões na forma como as decisões políticas de migração noutros Estados de acolhimento em desenvolvimento são avaliadas e compreendidas.

Nshimbi, C. C., & Fioramonti, L. (2014). The will to integrate: South Africa's responses to regional migration from the SADC region. (A vontade de integração: as respostas da África do sul à migração regional a partir da região da SADC). *African Development Review*, 26(S1), 52–63. <https://doi.org/10.1111/1467-8268.12092>

O documento examina a problemática da governação da migração laboral regional na África Austral interrogando os padrões de governação preexistentes, os pactos laborais existentes entre os Estados da SADC e o nível de "regionalismo" que permeia a legislação nacional de migração laboral. Apontando para zero na África do Sul, examina os acordos bilaterais específicos que o país tem com os seus vizinhos da SADC, e se as suas políticas e legislações a nível nacional sobre trabalho e migração se baseiam em qualquer quadro da SADC. Para abordar estes objetivos, a recolha e análise de dados empíricos foi complementada com uma resenha da literatura. Os autores argumentam que a África Austral carece de um quadro regional claro para a migração. Os problemas na governação da migração devem-se em parte à coexistência de dois quadros políticos: as ambições de uma política de migração gerida pela SADC e a política de migração bilateral gerida pela África do Sul, mais dominante, que tende para um bilateralismo exclusivo em que os interesses de outros países não são adequadamente considerados. O estudo recomenda um sistema de governação da migração mais coeso e mutuamente benéfico. Uma investigação adicional pode concentrar-se nos factores que inibem a falta de um quadro claro e coerente de política de migração

regional para a SADC e como um pacto migratório benéfico para toda a região pode ser formulado e implementado.

Oduayo, M. A., Asuelime, L. E., & Okem, A. E. (2017). South African policy on migration and its alignment with the UNO charter on refugee and asylum-seekers. (Política sul-africana sobre migração e o seu alinhamento com a Carta das Nações Unidas sobre refugiados e requerentes de asilo). *Journal of African Union Studies*, 6(1), 81–96. <https://doi.org/10.31920/2050-4306/2017/v6n1a5>

O artigo apresenta uma análise do desenvolvimento e implementação das políticas de refugiados da África do Sul vis-à-vis os tratados e acordos da União Africana e das Nações Unidas, bem como as convenções para refugiados e requerentes de asilo. Os autores analisaram através de um enquadramento analítico de conteúdo aplicado à literatura e documentos políticos relevantes. A argumentação central do artigo defende que, embora a África do Sul se tenha comprometido a manter o cumprimento das normas internacionais e constitucionais de proteção aos refugiados, a implementação tem estado aquém do par, uma vez que o país não respeitou estes compromissos, por vezes evidenciados na falta de proteção dos requerentes de asilo e refugiados, e na eventualidade de burocracias no governo sul-africano seguirem os seus próprios interesses em detrimento do interesse público. Os autores asseveram que é imperativo para o governo sul-africano garantir, através de políticas e implementação, a proteção dos requerentes de asilo e refugiados no país.

Oette, L., & Babiker, M. A. (2017). Migration control á la Khartoum: EU external engagement and human rights protection in the Horn of Africa. (Controlo das migrações à la Cartum: o envolvimento externo da UE e a proteção dos direitos humanos no Corno de África). *Refugee Survey Quarterly*, 36(4), 64–89. <https://doi.org/10.1093/rsq/hdx013>

A investigação avalia se a Iniciativa da Rota Migratória União Europeia-Corno de África (o Processo de Cartum) proporciona um modelo adequado para parcerias de migração através de uma resenha da literatura e políticas relevantes e de uma perspectiva dos direitos dos refugiados e dos direitos humanos. Os autores destacam as lacunas do Processo de Cartum utilizando o Sudão como um estudo de caso. Defendem que o Processo de Cartum é inerentemente viciado, pois não assegura a participação de todos os intervenientes, tais como a sociedade civil, intervenientes e comunidades locais, bem como instituições nacionais, regionais e sub-regionais relevantes, e não privilegia o respeito pelos direitos humanos na sua criação, processo e execução. A sua resposta à crise dos refugiados representa uma maior externalização do controlo da migração, o que dificulta os esforços para criar um sistema coerente de governação global da migração. As iniciativas para abordar a migração forçada, conflitos armados e outras questões de migração devem assentar num quadro alicerçado nos direitos, bem como no envolvimento e cooperação de todas as partes interessadas relevantes.

Olakpe, O. (2022). Views on migration partnerships from the ground: Lessons from Nigeria (Pontos de vista sobre as parcerias de migração a partir do terreno: Lições da Nigéria). *International Migration*, February 2021, 1–10. <https://doi.org/10.1111/imig.12974>

A investigação analisa o estatuto das parcerias de migração utilizando a Nigéria como um estudo de caso. Através de entrevistas aprofundadas e da resenha da literatura existente, o estudo incide nas relações sobre governação migratória entre a Nigéria e a União Europeia (UE). As evidências indicam que a parceria de migração entre a Nigéria e a UE ainda se caracteriza por um grande

desequilíbrio e assimetrias de poder. O domínio estrangeiro através do financiamento influencia negativamente a governação porque torna a relação desigual. As parcerias de migração são utilizadas para promover metas de externalização da UE, embora o poder de negociação dos países africanos continue limitado. Apesar dos constrangimentos supramencionados, os países africanos estão a descobrir formas de se capacitarem e moldarem os processos de governação da migração, como é evidente no caso da Nigéria, onde foram utilizadas táticas de atraso no processo de negociação para exercer algum controlo sobre as negociações. Noutro sentido, o estudo indica que na Nigéria, a competição entre agências e a nível subnacional pelos recursos e financiamento externo é manifesta, o que está a moldar o quão eficazes podem ser os quadros de governação da migração. Obviamente, o equilíbrio dos interesses das partes durante as negociações é imprescindível para uma governação eficaz da migração.

Palmary, I., & De Gruchy, T. (2020). The globalisation of trafficking and its impact on the South African counter-trafficking legislation. (A globalização do tráfico e o seu impacto na legislação sul-africana de combate ao tráfico). *Critical Social Policy*, 40(1), 50–68.

<https://doi.org/10.1177/0261018319829640>

O artigo examina algumas das práticas ascendentes da governação migratória e a sua influência quer no discurso sobre o tráfico na África do Sul, quer no desenvolvimento da Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas (TiP) de 2013 da África do Sul. Recorrendo a uma abordagem de investigação qualitativa, o artigo analisa os diferentes interesses, dinâmicas de poder e ideias que moldaram a Lei. Os autores salientam três fontes de influência global que modelaram o discurso sobre o tráfico na África do Sul e o desenvolvimento e conteúdo da Lei TiP. Estas são, processos políticos internacionais, ideias e provas sobre o tráfico, e relações diplomáticas. As ideias que estão a ser veiculadas no discurso sul-africano compreendem três elementos. Primeiramente, é o enquadramento do tráfico e os critérios para a sua identificação como universal. Em segundo lugar, o tráfico é enquadrado como vasto, compreendendo uma escala complexa de abusos. Em terceiro lugar, as versões discriminatórias que as ideias sobre tráfico assumem, são utilizadas para retratar a natureza horripilante do tráfico.

Phakathi, M. (2019). African Union migration policies: A route to African unity? (Políticas de migração da União Africana: Uma via para a unidade africana?) *Journal of African Union Studies*, 8(2), 25–44. <https://doi.org/10.31920/2050-4306/2019/8n2a2>

O artigo examina os protocolos, quadros e posições comuns assumidos pela União Africana com o propósito de garantir uma melhor migração africana. Mais especificamente, debate a Posição Comum da UA sobre Migração e Desenvolvimento e o Protocolo ao Tratado que institui a Comunidade Económica Africana relativo à Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e Direito de Estabelecimento. O autor defende que, embora algumas conquistas tenham sido registadas em matéria de unidade entre os países africanos, ainda há muito a fazer para fortalecer este ponto. Verifica-se uma tendência para colaborar em questões económicas comparativamente a questões políticas entre Estados africanos, ainda que ambos sejam críticos para o desenvolvimento de África. O autor preconiza a integração da história afrocêntrica nos currículos educativos para se desenvolver uma consciência e identidade africana comum.

Tawat, M., & Lamptey, E. (2021). The 2015 EU-Africa joint Valletta action plan on immigration: A parable of complex interdependence. (O plano de ação conjunto UE-África

de 2015 sobre a imigração: uma parábola de interdependência complexa). *International Migration*, September 2020, 1–15. <https://doi.org/10.1111/imig.12953>

De que forma é que os intervenientes globais contribuem para moldar soluções para enfrentar os desafios associados à migração internacional? Que fatores moldam as relações entre a União Europeia e a África para alcançar uma resposta pragmática aos complexos desafios migratórios com que ambas as regiões se defrontam? O documento proporciona respostas a estas questões, avaliando a complexa teia de fatores que sustentaram o processo de elaboração de políticas do Plano de Ação Conjunto UE-África sobre Migração (JVAP), bem como a eficácia do plano, com base numa abordagem de investigação qualitativa e no quadro de análise narrativa de políticas (PNA). Os autores alegam que embora o diálogo migratório entre a Europa e África ainda seja moldado por relações desiguais, diferentes tipos de interesses foram negociados e desencadeados numa "complexa interdependência", implicando que ambas as partes reconheceram que precisavam uma da outra para alcançar os seus respectivos fins migratórios e de desenvolvimento. Observam ainda que o JVAP é relativamente bem sucedido em termos dos progressos feitos, mas não alcançou os seus objetivos globais. Uma limitação do estudo é que não foram apresentados detalhes do número de entrevistas realizadas, e sobretudo das (tipo de) partes interessadas entrevistadas. A continuação da investigação pode ponderar uma avaliação pormenorizada das questões que moldam as relações e negociações África/UE sobre migração, e os resultados da JVAP.

Vhumbunu, C. H., & Rudigi, J. R. (2020). Facilitating regional integration through free movement of people in Africa: Progress, challenges and prospects. (Facilitar a integração regional através da livre circulação de pessoas em África: Progressos, desafios e perspectivas). *Journal of African Union Studies*, 5(1), 31–49. <https://doi.org/10.31920/2050-4306/2020/9n2a3>

O artigo explora os progressos coletivos alcançados e os condicionalismos sentidos pelos países membros da UA na promoção da integração regional através da livre circulação de pessoas no continente. Para tal, analisa o Índice de Abertura a Vistos de África do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Índice da Integração Regional Africana da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA). Os autores assinalam que ao passo que a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade da África Oriental (EAC) fizeram progressos assinaláveis na facilitação da livre circulação de pessoas através da implementação dos seus protocolos e estruturas de política migratória até um certo ponto, outras Comunidades Económicas Regionais (CER) como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) estão a atrasar-se na implementação dos seus protocolos e estruturas para permitir a livre circulação de pessoas. Os temores (tanto reais como percebidos) da implementação de políticas e protocolos relativos à livre circulação de pessoas continuam a impedir o progresso, apesar de os potenciais benefícios serem bem compreendidos. O documento alude a receios e dúvidas na implementação de instrumentos para a livre circulação de pessoas entre os estados membros. No entanto, as razões subjacentes à hesitação de alguns países membros em assinar e ratificar protocolos do CER sobre a livre circulação de pessoas precisam de ser questionadas.

Whitaker, B. E. (2015). Playing the immigration card: The politics of exclusion in Côte d'Ivoire and Ghana. (A jogar a carta da imigração:

A política de exclusão na Costa do Marfim e no Gana). *Commonwealth and Comparative Politics*, 53(3), 274–293.

<https://doi.org/10.1080/14662043.2015.1051289>

A relação entre a política - ou melhor, a política de exclusão e migração - é alvo de uma investigação insuficiente. O artigo é fundamentado pelo facto de as condições segundo as quais os políticos recorrem a estratégias anti-imigração não estarem esclarecidas. Pretende assim compreender, através de uma resenha de literatura e documentos relevantes, as circunstâncias em que os políticos "jogam a cartada da imigração" através de uma análise comparativa de casos do Gana e da Costa do Marfim. As conclusões apontam para que a política de exclusão não seja omnipresente, mesmo em países que estão a passar por processos semelhantes de liberalização política. Contrariamente aos seus homólogos da Costa do Marfim, os políticos ganeses participantes não abraçaram a retórica contra os estrangeiros. O estudo vem confirmar a noção de um mercado político para a retórica contra a imigração. Este facto é notório quando políticos empreendedores capitalizam numa situação em que um grupo de interesses incorre em perdas concentradas de imigração, como se pode observar no caso da Costa do Marfim. Esta retórica também será abraçada (ou rejeitada) pelos políticos se isso for necessário para construir uma coligação vencedora ou se tiver o potencial de dividir a base de apoio de um adversário. Há necessidade de realizar mais investigação noutros contextos (estados nação) para confirmar estas asserções.

Whitaker, B. E. (2020). Refugees, foreign nationals, and wageni: Comparing African responses to Somali migration. (Refugiados, cidadãos estrangeiros e wageni: comparação das respostas africanas à migração somali). *African Studies Review*, 63(1), 18–42.

<https://doi.org/10.1017/asr.2019.52>

O artigo apresenta uma análise dos fatores que moldam a política de imigração nos países africanos através de uma análise comparativa das respostas governamentais aos refugiados somalis. Os referidos fatores foram sistematicamente examinados no Quênia, Tanzânia e África do Sul através de uma resenha da literatura existente. A resposta dos governos de acolhimento aos refugiados somalis tem sido manifestamente diferente nos três países, o que tem sido moldado pela importância relativa das preocupações económicas, percepções políticas, riscos de segurança e considerações normativas. Os somalis são tratados no Quênia com o risco de segurança em mente, o que tem-se vindo a intensificar, em grande parte, devido aos recentes ataques terroristas naquele país. O governo da Tanzânia atribuiu a cidadania ao somali Bantus com base em critérios normativos, apesar de outros refugiados enfrentarem cada vez mais restrições às suas atividades e movimentos. Na África do Sul, a competitividade económica e política tem moldado amplamente as atitudes em relação aos somalis. O autor acaba por salientar a natureza dinâmica das políticas de imigração - permissivas em algumas áreas e restritivas noutras - e que podem ser aplicadas de forma diferenciada entre grupos de imigrantes.

Yeboah, T., Kandilige, L., Bisong, A., Garba, F., & Kofi Teye, J. (2021). The ECOWAS Free Movement Protocol and diversity of experiences of different categories of migrants: A qualitative study. (O Protocolo de livre circulação da CEDEAO e a diversidade de experiências de diferentes categorias de migrantes: um estudo qualitativo). *International Migration*, 59(3), 228–244. <https://doi.org/10.1111/imig.12766>

O documento examina várias formas pelas quais diferentes grupos de cidadãos da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) usufruem do Protocolo da CEDEAO sobre a livre circulação de pessoas. O estudo teve por base a abordagem da investigação qualitativa, baseando-se especialmente em observações de campo e entrevistas exaustivas com 23 migrantes da CEDEAO no Gana. As evidências apontam para a existência de uma diferença considerável nas experiências de profissionais altamente qualificados comparativamente aos trabalhadores menos qualificados, uma vez que estes últimos utilizam maioritariamente o transporte rodoviário, tornando-os mais propensos ao assédio e à extorsão nas fronteiras. Também as experiências dos homens com a passagem da fronteira são consideravelmente diferentes das experiências das mulheres. Ainda que tanto homens como mulheres sejam assediados e forçados a fazer pagamentos não oficiais, as mulheres são mais exploradas sexualmente do que os homens. Os autores alegam que os migrantes da CEDEAO não são um grupo homogêneo, e que diferentes grupos têm experiências distintas quanto ao protocolo com base na sua nacionalidade, classe social e género. O acesso aos recursos e à identidade de género são elementos determinantes dos aspetos legais vitais da livre circulação, incluindo o acesso a documentos de viagem e rotas para a obtenção de autorizações de residência. Há necessidade de fazer mais investigação - possivelmente através de um inquérito - no sentido de determinar se estas tendências se aplicam a coortes maiores de migrantes.

Zanker, F. L., & Moyo, K. (2020). The Corona virus and migration governance in South Africa: Business as usual? (O coronavírus e a governação da migração na África do Sul. Negócio como de costume?). *Africa Spectrum*, 55(1), 100–112.

<https://doi.org/10.1177/0002039720925826>

O artigo explora as implicações da pandemia do Coronavírus (COVID-19) na realidade dos estrangeiros que vivem na África do Sul, incluindo as comunidades de migrantes e refugiados. Isto foi feito empiricamente através de entrevistas e grupos de discussão. À medida que a pandemia da COVID-19 evoluiu, tornaram-se evidentes três desenvolvimentos da política de migração. O primeiro foi o encerramento dos centros de acolhimento a refugiados. O segundo está relacionado com o desenvolvimento de uma nova barreira fronteiriça entre a África do Sul e o Zimbabué. Por último, houve mensagens confusas e inconsistentes sobre quais as empresas podem permanecer abertas com base na cidadania, por oposição aos serviços que prestam. Os autores sustentam que estes desenvolvimentos são uma indicação da continuação do status quo, apesar das restrições da COVID-19. A pandemia surgiu e foi capitalizada para implementar outros objetivos, nomeadamente a securitização, bem como a instrumentalização da xenofobia para fins de bode expiatório e exclusão. Os autores apelam a uma agenda mais inclusiva, integrando diversos intervenientes no processo, de modo a permitir que a África do Sul regresse às leis progressivas de asilo pelas quais foi muito elogiada.

1.5.2. Migração laboral e formação

A temática sobre migração laboral e educação é ainda categorizada em quatro subtemas, nomeadamente, políticas, estruturas e legislação nacionais de migração laboral; cooperação regional e harmonização de políticas de migração laboral; fuga de cérebros e remessas de fundos (CUA, 2018). As anotações sob este tema são apresentadas com base nos subtemas. Foi ainda

criada uma categoria de "Outros" para anotações que não se inserem nos quatro subtemas, mas comungam de elementos da migração laboral.

1.5.2.1. Políticas, estruturas e legislação sobre migração laboral nacional

Abdi, C. M. (2011). Moving beyond xenophobia: Structural violence, conflict and encounters with the ‘other’ Africans. (Ir além da xenofobia: violência estrutural, conflitos e encontros com os “outros” africanos). *Development Southern Africa*, 28(5), 691–704.

<https://doi.org/10.1080/0376835X.2011.623916>

O artigo analisa o contacto, conflito e cooperação entre sul-africanos e proprietários de lojas de spaza da Somália em assentamentos informais e cidades na África do Sul. O investigador recorreu a uma abordagem etnográfica para o estudo e realizou 64 entrevistas formais com refugiados somalis e etíopes, bem como sul-africanos em três regiões da África do Sul. O autor defende que a insegurança e violência diárias sofridas pelos refugiados e proprietários de lojas estrangeiras não são de forma alguma diferentes das vividas pelos habitantes locais, uma vez que a insegurança faz parte da realidade quotidiana de todos os grupos. Porém, o conflito entre estes grupos está em parte ligado à história de violência estrutural da África do Sul, já que a xenofobia institucionalizada ancorou a divisão racial do passado do país. Também está em parte ligada à competitividade e às interpretações simbólicas do sucesso dos migrantes nestes assentamentos. O artigo permite concluir que a violência contra os migrantes não pode ser eficazmente combatida sem abordar o desenvolvimento socioeconómico da população local.

Hoxhaj, R., Marchal, L., & Seric, A. (2016). FDI and migration of skilled workers towards developing countries: Firm-level evidence from sub-Saharan Africa. (O FDI, ou IDE - investimento direto estrangeiro - e a migração de trabalhadores qualificados para países em desenvolvimento: evidências fortes da África subsaariana). *Journal of African Economies*, 25(2), 201–232. <https://doi.org/10.1093/jae/ejv022>

A investigação aprecia os determinantes do emprego de trabalhadores estrangeiros qualificados por empresas da África Subsaariana (ASS). Os autores utilizaram o Inquérito aos Investidores Africanos 2010 da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), que inclui dados a nível de empresa recolhidos em 19 países da ASS. Os determinantes foram calculados através de um modelo binomial negativo (o modelo de dispersão média). Os autores obtiveram indícios de complementaridade entre o investimento direto estrangeiro (IDE) e a migração qualificada para países da ASS e de que a escassez de mão-de-obra qualificada impele as empresas a contratar mais trabalhadores estrangeiros. Não obstante, ao longo do tempo, as empresas estrangeiras têm tendência a favorecer os trabalhadores nativos em detrimento dos trabalhadores estrangeiros, o que é mais evidente nas empresas orientadas para o mercado que requerem familiaridade com o ambiente e contexto local. O estudo termina com recomendações políticas para melhorar tanto o IDE como a criação de emprego para os trabalhadores nativos.

Sparreboom, T., Mertens, J., & Berger, S. (2020). The labour market impact of immigration in three sub-Saharan African economies. (O impacto da imigração no mercado de trabalho em três economias da África subsaariana). *Journal of International Migration and Integration*, 21, 1225–1248. <https://doi.org/10.1007/s12134-019-00707-7>

O estudo faz uma análise do efeito da imigração nos desempenhos do mercado de trabalho dos nativos nascidos em três países africanos - Gana, Ruanda e África do Sul. Foram utilizados dados

de censos populacionais e inquéritos domiciliários nos três países. Os investigadores realizaram a análise utilizando a abordagem da célula de competências, a qual se fundamenta no agrupamento dos nativos e migrantes de acordo com a sua educação e experiência. As evidências revelam efeitos limitados da imigração nos resultados do mercado de trabalho dos trabalhadores nativos nos três países. Porém, são observadas diferenças com base nas especificações e nos grupos em consideração. Os trabalhadores nativos com níveis de educação mais baixos são mais propensos a ter repercussões negativas no mercado de trabalho devido à imigração. Para além disso, os efeitos no mercado de trabalho a nível nacional podem ser diferentes se os homens e as mulheres forem avaliados de forma independente, ou se os efeitos forem considerados a nível regional. É assim importante decompor os efeitos da imigração no mercado de trabalho para se alargarem para além da análise a nível nacional, e incluir categorizações baseadas em características sociodemográficas e económicas.

Theodore, N., Blaauw, D., Pretorius, A., & Schenck, C. (2017). The socioeconomic incorporation of immigrant and native-born day labourers in Tshwane, South Africa. (A incorporação socioeconómica de trabalhadores diurnos imigrantes e nativos em Tshwane, África do Sul.) *International Migration*, 55(1), 142–156. <https://doi.org/10.1111/imig.12311>

O artigo analisa a incorporação económica dos trabalhadores nos mercados de trabalho diurno em Tshwane, África do Sul. Empregou dados de inquéritos realizados em 2004, 2007 e 2015 para comparar os resultados económicos dos trabalhadores migrantes com os trabalhadores nativos. O estudo detectou diferenças mínimas nos resultados económicos do trabalho diário entre imigrantes em grande parte não documentados e trabalhadores nascidos nativos. Os autores salientam que muito embora os trabalhadores migrantes pareçam ter gozado de melhores retornos em termos de rendimentos em relação aos trabalhadores nativos em 2004, isto parece ter-se igualado nas sondagens posteriores. Mas ambas as categorias de trabalhadores experimentam salários baixos, perspectivas de emprego incertas e taxas de pobreza assombrosas para si próprios e para os seus dependentes. A situação é, porém, terrível para os trabalhadores migrantes, dada a sua falta de acesso a subsídios sociais e o facto de muitos deles ainda terem de remeter parte do rendimento inadequado para os seus países de origem. É importante que os esforços sejam direcionados para enfrentar a situação dos trabalhadores diurnos.

1.5.2.2. Fuga de cérebros (e ganho de cérebros)

Batista, C., Lacuesta, A., & Vicente, P. C. (2012). Testing the ‘brain gain’ hypothesis: Micro evidence from Cape Verde. (Testar a hipótese de “ganho de cérebros”: Micro evidência de Cabo Verde). *Journal of Development Economics*, 97(1), 32–45.

<https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2011.01.005>

O estudo coloca à prova a hipótese de ganho de cérebros de que a possibilidade de uma pessoa migrar no futuro tem um efeito positivo nos resultados escolares no país de origem, mesmo que a pessoa jamais acabe por migrar. A investigação empírica fundamentou-se num inquérito aos agregados familiares sobre migração e a qualidade dos serviços públicos realizado em Cabo Verde entre 2005 e 2006. O estudo utilizou tanto modelos lineares padrão como não lineares, assim como técnicas de duas fases de mínimos quadrados (2SLS) como métodos de estimativa. Os resultados apontam para um efeito positivo significativo da probabilidade futura de emigração de uma pessoa em relação aos seus resultados escolares. Ou seja, os indivíduos parecem interessados em ter mais formação para aumentar a sua probabilidade de emigração no futuro. Assim sendo, as diferenças

salariais entre emigrantes e não emigrantes incentivam a migração massiva para fora de Cabo Verde, ao passo que a emigração parece ter estimulado a acumulação de capital humano no país. Para reforçar o argumento, são precisos ainda mais estudos sobre outros países de origem.

Capuano, S., & Marfouk, A. (2013). African brain drain and its impact on source countries: What do we know and what do we need to know? (A fuga de cérebros africanos e o impacto nos respetivos países de origem: O que sabemos e o que precisamos de saber?). *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 15(4), 297–314. <https://doi.org/10.1080/13876988.2013.813122>

O artigo analisa a magnitude da fuga de cérebros de África e seu impacto, com uma grande tónica na fuga de cérebros femininos e médicos. A análise foi fundamentada por um conjunto de dados sobre migração internacional, o qual se baseia num censo harmonizado e regista dados sobre a estrutura da imigração em 30 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). De acordo com os resultados, os países africanos perdem uma parte substancial da sua força de trabalho qualificada para a migração. Atendendo a que o capital humano é uma fonte de crescimento económico, a fuga de cérebros influencia negativamente as perspectivas de crescimento e o desempenho económico dos países. Tem também um efeito nocivo na saúde pública. Não obstante, existem diferentes efeitos compensatórios possíveis da fuga de cérebros, incluindo, melhores conhecimentos, competências e redes para migrantes de regresso e remessas. Impõe-se ainda mais investigação para aprofundar a compreensão da magnitude, impacto e dimensões de género e sector da fuga de cérebros, bem como as potenciais contribuições do ganho de cérebros para o desenvolvimento socioeconómico dos países de origem. Acresce que é necessária mais investigação sobre se as remessas e outros benefícios da migração laboral são mais do que compensatórios da fuga de cérebros.

Docquier, F., & Iftikhar, Z. (2019). Brain drain, informality and inequality: A search-and-matching model for sub-Saharan Africa. (Fuga de cérebros, informalidade e desigualdade: um modelo de procura e correspondência para a África subsariana). *Journal of International Economics*, 120, 109–125. <https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2019.05.003>

A emigração qualificada tem impacto no desenvolvimento e no bem-estar dos que ficam para trás? O artigo procura responder a esta questão fundamental investigando as implicações da emigração qualificada no desenvolvimento e na desigualdade utilizando dados de 33 países da África subsaariana. Neste estudo foram desenvolvidos um modelo com duas classes de trabalhadores e dois sectores (formal e informal), produzindo um produto final homogéneo. As evidências apontam para que a economia informal actue como uma zona tampão que anula completamente os choques do capital humano e da emigração. O fenómeno da emigração especializada não tem qualquer efeito sobre a desigualdade e os níveis de rendimento, ainda que aumente a dimensão do sector informal. O modelo, porém, não esclarece os padrões de diferencial salarial observados entre sectores e informalidade, o que levou ao desenvolvimento de um modelo alternativo de procura e correspondência. O novo modelo demonstrou que a emigração qualificada aumenta o rendimento e o emprego formal dos altamente qualificados. Porém, a emigração qualificada diminui o bem-estar dos trabalhadores menos qualificados, o que é altamente heterogéneo entre países e que se explica sobretudo pelas diferenças entre países em termos de tecnologia de formação e produtividade relativa do sector informal.

Flahaux, M., Beauchemin, C., & Schoumaker, B. (2014). From Europe to Africa: Return migration to Senegal and the Democratic Republic of the Congo. (Da Europa para África): Migração de retorno ao Senegal e à República Democrática do Congo). *Population & Societies*, 515(9), 1–4. <https://doi.org/10.3917/popsoc.515.0001>

O artigo faz uma análise dos diversos elementos subjacentes à migração de retorno da Europa para o Senegal e para a República Democrática do Congo (RDC), utilizando dados do projeto Migrações entre África e Europa (MAFE). Segundo os autores, existe uma tendência decrescente na migração de retorno, principalmente devido a dois fatores. O primeiro é a relativa deterioração das condições socioeconômicas e políticas nos países de origem. O segundo está relacionado com mudanças nas políticas de migração dos países de destino, em particular o encerramento gradual das fronteiras europeias, o que implica que os migrantes não podem "entrar e sair" livremente. Os retornos devem-se principalmente a motivos de natureza pessoal, incluindo motivos familiares e relacionados com o trabalho. Parte dos retornos está ligada a problemas na Europa, tais como a falta de documentação. Note-se que a falta de uma autorização de residência não determina realmente a migração de retorno. E quanto mais difícil é migrar, maior é a relutância em regressar.

Marchetta, F. (2012). Return migration and the survival of entrepreneurial activities in Egypt. (A migração de retorno e a sobrevivência das atividades empreendedoras no Egito). *World Development*, 40(10), 1999–2013.

<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.05.009>

A investigação analisa a questão de saber se os migrantes retornados e os que permanecem no país diferem quanto às suas hipóteses de sobrevivência como empresários no Egito. Foram recolhidos dados do Inquérito do Painel do Mercado de Trabalho do Egito (ELMPS), que recolhe informações sobre as famílias egípcias, incluindo as actividades económicas dos membros do agregado familiar. Foram realizadas duas edições em 1998 e 2006, que conferiram ao conjunto de dados uma dimensão longitudinal crucial para a análise. O estudo baseou-se num modelo de sondagem recursiva bivariada e na estimativa da inclusão residual de duas fases para a análise. As evidências apontam para que os retornados têm uma probabilidade significativamente mais elevada de sobreviver como empresários em comparação com os que permanecem, o que consequentemente estimula um efeito de criação de emprego permanente no país de origem. A diferença observada na probabilidade de sobrevivência de ambas as categorias é justificada por razões associadas à experiência migratória, incluindo competências e poupanças financeiras acumuladas no estrangeiro. Esta última permite aos retornados fazer face às vulnerabilidades associadas às empresas de média e pequena dimensão.

Mezger Kveder, C. L., & Flahaux, M. L. (2013). Returning to Dakar: A mixed methods analysis of the role of migration experience for occupational status. (Regresso a Dakar: uma análise de métodos mistos sobre o papel da experiência de migração no estatuto profissional). *World Development*, 45, 223–238. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.11.009>

O estudo analisa as condições do mercado de trabalho dos migrantes de retorno a Dakar, Senegal, através da avaliação da relação entre ser um migrante de retorno e os resultados profissionais, e a medida em que a experiência de migração diferencial se traduz em diferentes resultados de realização profissional. O estudo assenta numa abordagem de investigação de métodos mistos e em dados de um inquérito biográfico sobre migração africana - migração entre África e Europa (MAFE), que foram complementados com entrevistas semi estruturadas de migrantes que

retornam. A equipa de investigação procedeu à análise dos dados quantitativos utilizando o modelo logit multinomial. Os resultados apontam para que, apesar de os retornados não abandonarem o mercado de trabalho, estão excessivamente representados entre os trabalhadores independentes. Existe uma maior probabilidade de qualquer retorno forçado ser desfavorável, pois são frequentemente acompanhados por uma integração mal sucedida e pelo desejo de voltar a migrar. Os autores referem que contrariando a noção generalizada de que os migrantes de retorno estão envolvidos em atividades empresariais “produtivas”, os migrantes que retornaram involuntariamente optam, muitas vezes, pelo trabalho independente como último recurso devido à sua incapacidade de se prepararem para o seu retorno, através da acumulação de capital social ou financeiro, ou de encontrarem emprego assalariado aquando do seu retorno.

1.5.2.3. Remessas

Adams, R. H., & Cueduecha, A. (2013). The impact of remittances on investment and poverty in Ghana. (O impacto das remessas no investimento e na pobreza no Gana). *World Development*, 50, 24–40.

<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.04.009>

O artigo debruça-se sobre o impacto das remessas internas e internacionais no investimento das famílias e na pobreza no Gana. Os investigadores recolheram dados para o estudo do Inquérito ao Nível de Vida no Gana (GLSS 5), que foi recolhido entre 2005 e 2006, abrangendo 8.000 famílias. Para analisar o impacto das remessas internas e internacionais no investimento doméstico, utilizaram um modelo logit multinomial de duas fases, e um modelo probit multinomial para avaliar o efeito das remessas na pobreza. As evidências apontam para que as famílias que recebem remessas internas ou internacionais têm menor probabilidade de serem pobres e de gastarem menos à margem em alimentos do que gastariam com os bens sem remessas. Os agregados familiares com remessas despendem mais à margem em bens de investimento como a educação, saúde e habitação. A longo prazo, tais investimentos podem contribuir favoravelmente para o desenvolvimento económico "de baixo para cima". Por último, embora o recebimento de remessas reduza geralmente a probabilidade de pobreza doméstica no Gana, as remessas internacionais têm um impacto três vezes maior na redução da probabilidade de pobreza comparativamente às remessas internas.

Adekunle, I. A., Tella, S. A., & Ogunjobi, F. O. (2021). Remittances and the future of African economies. (Remessas e o futuro das economias africanas). *International Migration*, 0(0), 1–19. <https://doi.org/10.1111/imig.12951>

O estudo investiga o efeito das remessas nas economias africanas agora e no futuro, recorrendo a dados de painel de 30 países africanos abrangendo o período de 2000 a 2018. A equipa de investigação empregou um sistema de equação única métodos generalizados de momento (GMM) e o sistema de painel dinâmico GMM para calcular o modelo empírico. Os autores criaram uma associação positiva entre as remessas e o desenvolvimento financeiro. Acresce que a taxa de câmbio, a mudança tecnológica, a inflação e a população influenciaram positivamente o desenvolvimento financeiro. Os autores preconizam um melhor desempenho do setor financeiro através da formulação e implementação de reformas financeiras sólidas, como a diversificação dos serviços bancários e uma maior inclusão financeira através da banca móvel, da banca online e de uma maior dispersão geográfica das caixas automáticas. A investigação futura pode ter em conta

as interações entre as variáveis; como por exemplo, a forma como a tecnologia interage com as remessas para influenciar o desenvolvimento financeiro.

Adekunle, I. A., Tella, S. A., Subair, K., & Adegboyega, S. B. (2020). Remittances and financial development in Africa. (Remessas e o desenvolvimento financeiro em África). *Journal of Public Affairs*, e2545. <https://doi.org/10.1002/pa.2545>

O documento examina a relação entre as remessas e o desenvolvimento financeiro, ao avaliar os fatores latentes subjacentes às variações no desenvolvimento do setor financeiro induzidas pelos fluxos de remessas em África. O estudo recorreu a um conjunto de dados abrangente sobre remessas e desenvolvimento financeiro, que cobriu 53 países africanos durante o período 1986-2017 para a investigação, e o modelo do Pool Mean Group (PMG) foi usado como método de cálculo. Os resultados apontam que, a longo prazo, a taxa de participação de mão-de-obra qualificada (capital humano), o stock de capital e as remessas têm uma associação positiva com o desenvolvimento financeiro em África, ao passo que a relação entre a taxa de câmbio e o desenvolvimento financeiro foi negativa. Os resultados a curto prazo mostram uma relação negativa entre a taxa de participação de mão-de-obra qualificada, o capital social e a taxa de câmbio. Verificou-se, todavia, uma relação positiva entre as remessas e o desenvolvimento financeiro a curto prazo. Os autores aconselham o desenvolvimento e a implementação de reformas financeiras sólidas para fomentar o crescimento em África.

Ajide, K. B., & Alimi, O. Y. (2019). Political instability and migrants' remittances into sub-Saharan Africa region. (Instabilidade política e remessas dos migrantes na região subsaariana de África). *GeoJournal*, 84(6), 1657–1675. <https://doi.org/10.1007/s10708-018-9942-8>

O documento analisa a relação entre a instabilidade política e as remessas dos migrantes nos países da África Subsaariana (ASS) através de cinco índices construídos de instabilidade política. A amostra abrange 22 países da ASS, entre 1994 e 2015. Os investigadores examinaram os dados recorrendo a diferentes avaliadores, incluindo, o painel OLS, os efeitos fixos do painel e os métodos de momento generalizados do sistema (GMM). Os resultados mostram que a instabilidade política induz as remessas e os fluxos de remessas que têm o potencial de amortecer as flutuações macroeconómicas resultantes de um clima político instável, favorecendo assim a noção de motivação altruísta dos migrantes que enviam remessas. Adicionalmente, há indícios de que os migrantes dos países politicamente menos instáveis enviam maior assistência financeira para casa quando comparados com os dos países politicamente instáveis. Os autores concluem reafirmando a necessidade de abordar as causas profundas da instabilidade política nos países africanos.

Ajide, K. B., & Raheem, I. D. (2016). The institutional quality impact on remittances in the ECOWAS sub-region. (O impacto da qualidade institucional nas remessas na sub-região da CEDEAO.) *African Development Review*, 28(4), 462–481. <https://doi.org/10.1111/1467-8268.12224>

O artigo analisa o papel das instituições na capacidade de atrair fluxos de remessas para 14 países da região da CEDEAO entre 1996 e 2013. O conjunto de dados usado no estudo provém de duas bases de dados: o World Development Indicators (WDI), ou Indicadores de Desenvolvimento Mundial, e o World Governance Index (WGI), ou o Índice de Governança Mundial. Os investigadores utilizaram um Método do Momento Generalizado do Sistema em dois passos (GMM) como a técnica de estimativa. As evidências apontam para que os fluxos de remessas

tenham sido fortemente impactados pelos fracos níveis de instituições na região. A decomposição dos índices comprova a importância relativa das medidas institucionais de governação na captação de remessas, quando comparadas com outras decomposições. Outros fatores decisivos das remessas incluem o desenvolvimento financeiro, o produto interno bruto (PIB) per capita e a dinâmica da taxa de câmbio. Os autores preconizam o reforço quer das estruturas políticas quer de governação na região, como também melhorias dos elementos institucionais das estruturas de governação. Futuramente é imprescindível a investigação sobre outras regiões de África e de todo o continente. Isto deve ser suplementado com análises que categorizem os países em função do rendimento nacional bruto e alguns outros índices.

Akanle, O., Kayode, D. and Abolade, I. (2022) Sustainable Development Goals (SDGs) and remittances in Africa. (Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e remessas em África). *Cogent Social Sciences*, 8(1). <https://doi.org/10.1080/23311886.2022.2037811>

O texto é uma exploração da relevância das remessas como motor do desenvolvimento sustentável em África. Os autores oferecem uma narrativa descritiva donexo entre as remessas e o desenvolvimento, referindo que, se devidamente aproveitados, os fluxos de remessas podem contribuir consideravelmente para o desenvolvimento dos Estados africanos. As remessas podem contribuir de forma potencial para a redução da pobreza e da fome, melhorar os índices de escolaridade, edificando assim o capital humano e levando a melhorias na saúde, água e saneamento. A migração é assim significativa, e todos os intervenientes relevantes devem contribuir para uma melhor gestão da migração no sentido de aproveitar o potencial da migração.

Arestoff, F., Kuhn-Le Braz, M., & Mouhoud, E. M. (2016). Remittance behaviour of forced migrants in post-apartheid South Africa. (Comportamento de remessas de migrantes forçados na África do Sul pós-apartheid). *Journal of Development Studies*, 52(6), 824–837. <https://doi.org/10.1080/00220388.2015.1098628>

O artigo aborda as diferenças no comportamento do envio das remessas baseado no facto de a emigração ser ou não forçada, utilizando dados relativos aos 639 migrantes africanos em Joanesburgo, África do Sul. O estudo recorre a três definições de migração forçada com implicações sobre os modelos desenvolvidos para a análise. Os autores referem que, na margem extensiva, as conclusões apontam que deixar o país de origem devido a conflito ou violência diminui a probabilidade de envio remessas para o país de origem. Em contrapartida, na margem intensiva, não se registaram diferenças consideráveis nas remessas entre os migrantes forçados e os migrantes não forçados. Isto explica-se pelo facto de a decisão de enviar remessas por parte de um migrante ser sobretudo influenciada pelas suas condições atuais no país de acolhimento e por fatores tradicionais como a educação e os rendimentos. É assim importante tomar conhecimento do tipo de migração (forçada ou não forçada) na análise das determinantes das remessas.

Baldé, Y. (2011). The impact of remittances and foreign aid on savings/investment in sub-Saharan Africa. (O impacto das remessas e da ajuda externa na poupança/investimento na África Subsaariana). *African Development Review*, 23(2), 247–262. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8268.2011.00284.x>

Este documento faz uma análise do impacto macroeconómico das remessas e da ajuda externa na poupança e nos investimentos na África Subsariana (ASS). O investigador examinou dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial de 2006 do Banco Mundial, e do Índice de Desempenho de Doadores de 2009, abrangendo, respetivamente, 37 e 34 países da ASS entre 1980 e 2004. O

estudo recorreu a mínimos quadrados ordinários (OLS) e variáveis instrumentais (2SLS) com efeitos fixos por país como métodos de estimativa. O autor declara que, contrariamente a muitas conclusões da literatura, as remessas e a ajuda estrangeira têm ambas ligações significativas e positivas com a poupança e o investimento. A consequência é que as remessas têm um efeito indireto no crescimento. As remessas têm uma maior influência na poupança e investimento na ASS comparativamente à ajuda externa, muito embora o volume desta última seja maior. Os dois fluxos financeiros não são substitutos, mas complementares, e a efetiva utilização da ajuda externa também pode contribuir para uma maior proporção das remessas para efeitos de poupança e investimento.

Barnabé, A. Y., Paul, N., & Chrysost, B. (2021). Remittances and financial development in Africa. A multi-dimensional approach. (As remessas estimulam a inclusão financeira em África? Uma abordagem multidimensional). *Economics Bulletin*, 41(2), 328–341. <https://ideas.repec.org/a/ebl/ecbull/eb-20-00378.html>.

O artigo analisa a relação entre as remessas dos migrantes e a inclusão financeira em África. Baseia-se em dados de 21 países durante o período de 2004 a 2018, e utilizou o estimador do grupo médio agregado (Pooled Mean Group (PMG) e o método dos momentos generalizados (GMM) como técnica de estimativa. Da análise, algumas observações são elucidativas. As remessas dos migrantes têm um efeito positivo a longo prazo sobre a inclusão financeira e o acesso aos serviços financeiros, mas um efeito negativo duradouro sobre a utilização dos serviços financeiros. As remessas têm ainda um efeito negativo a curto prazo e um efeito positivo a longo prazo sobre o número de agências bancárias. Isto porque o uso de canais informais de remessas não pode ser mantido a longo prazo, e eventualmente o migrante será obrigado a incentivar as famílias destinatárias a recorrer a uma instituição financeira formal. Os autores aconselham a redução dos custos de transação das remessas através de canais formais para melhorar o registo dos fluxos de remessas.

Bredtmann, J., Martínez Flores, F., & Otten, S. (2019). Remittances and the brain drain: Evidence from microdata for sub-Saharan Africa. (Remessas e drenagem cerebral: evidência de microdados para a África subsaariana). *Journal of Development Studies*, 55(7), 1455–1476. <https://doi.org/10.1080/00220388.2018.1443208>

Tem-se afirmado que as remessas podem opor-se a algumas das externalidades negativas da fuga de cérebros, ao passo que alguns têm afirmado que um aumento da emigração de trabalhadores altamente qualificados reduzirá os fluxos de remessas. Este estudo verifica o efeito da educação dos migrantes quanto ao seu comportamento em matéria de remessas, recorrendo a dados domésticos únicos de cinco países de origem da África subsariana. No decurso da sua análise, os investigadores utilizaram o método OLS como técnica de estimativa. As evidências mostram que a educação não determina significativamente a probabilidade de envio de remessas. No entanto, é um indicador significativo do número de remessas enviadas, uma vez que os migrantes com um diploma universitário enviam montantes significativamente mais elevados como remessas quando comparados àqueles com níveis de educação mais baixos. Com base nas conclusões, é possível concluir que algumas das externalidades negativas da fuga de cérebros podem ser compensadas por fluxos de remessas para os países de origem. As políticas com a possibilidade de aumentar o fluxo de remessas para os países de origem devem assim ser priorizadas. O comportamento do envio das remessas da primeira, segunda ou terceira geração de diásporas é uma área a ser

investigada mais a fundo, pois tal teria possivelmente implicações políticas significativas nas estratégias de envolvimento da diáspora dos países de origem.

Chitambara, P. (2019). Remittances, institutions and growth in Africa. (Remessas, instituições e crescimento em África). *International Migration*, 57(5), 56–70. <https://doi.org/10.1111/imig.12542>

O documento aprecia a relação entre remessas, instituições e crescimento económico num painel de 26 países, abrangendo o período de 1980 a 2014. Os autores recorreram aos efeitos fixos e ao método dos momentos generalizados ("GMM") do sistema como técnicas de cálculo, de modo a abordar questões associadas aos efeitos específicos de cada país e ao viés da simultaneidade. As conclusões apontam para uma associação positiva entre as remessas e o crescimento económico, bem como entre as instituições e o crescimento económico. As condições de interação têm um efeito positivo e significativo no crescimento económico, subentendendo-se que a existência de instituições fortes potencia o efeito de crescimento económico das remessas. Não se pode, portanto, sobrestimar o significado de instituições fortes para atrair fluxos de remessas para os países africanos. Os autores assinalam a importância de investir na criação de uma conjuntura política que promova instituições fortes.

De Brauw, A., Mueller, V., & Woldehanna, T. (2013). Motives to remit: Evidence from Tracked Internal Migrants in Ethiopia. (Motivos para remessa: evidências de migrantes internos seguidos na Etiópia). *World Development*, 50, 13–23.

<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.04.008>

O artigo vem responder ao reduzido volume de investigação sobre as remessas internas, quando comparado com as remessas internacionais. Recorrendo a uma amostra combinada de agregados familiares do Inquérito aos Agregados Familiares Rurais Etíopes (ERHS) e a dados de um inquérito de acompanhamento de migrantes realizado entre migrantes dos agregados familiares do ERHS em 2009, o estudo analisa as determinantes do comportamento de envio das remessas na Etiópia. Isto foi calculado através da utilização do modelo de regressão multivariada. O estudo constatou que os migrantes com reduzida capacidade de transferência de competências e liquidez têm menor probabilidade de enviar remessas. Os migrantes com recursos de produção nas suas famílias de origem são mais passíveis de enviar remessas, mas tal aplica-se ao gado e não à terra. Também remetem por uma questão de segurança própria. Isso significa que os migrantes são motivados a fazer remessas por precaução. São necessários mais estudos para avaliar se existem melhorias nos padrões de vida tanto para os migrantes como para as famílias de origem em consequência da migração.

Ezeoha, A. E. (2013). Financial determinants of international remittance flows to the sub-Saharan African region. (Determinantes financeiras dos fluxos de remessa internacional para a região da África Subsariana). *International Migration*, 51(SUPPL.1). <https://doi.org/10.1111/imig.12061>

O autor analisa a distribuição, usos e canais das remessas para África, e examina o impacto do desenvolvimento financeiro nas remessas, assim como a estabilidade do impacto em diferentes subgrupos, com base na dimensão da economia. O estudo baseou-se num painel de dados de 32 países, incluindo dados procedentes da base de dados dos Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial e dados sobre o índice de liberdade económica da base de dados internacional da

Heritage Foundation. Os resultados foram calculados mediante o uso quer do efeito fixo do painel quer do efeito aleatório. O investigador empregou um modelo de regressão variável instrumental baseado na técnica do método dos momentos generalizados (GMM) para fazer face a possíveis problemas de endogeneidade. Os resultados corroboram a natureza anticíclica das remessas e identificam uma associação positiva entre o nível de desenvolvimento financeiro de um país e as remessas, bem como entre o nível de desenvolvimento infraestrutural e o impacto do desenvolvimento financeiro sobre as remessas. O impacto do desenvolvimento financeiro e da qualidade institucional sobre as remessas é maior nos mercados emergentes ou fronteiriços se comparado com outros países. Para obter a totalidade das remessas e maximizar o seu valor em África, os esforços políticos devem incidir na melhoria dos sistemas financeiros e das estruturas institucionais em África.

Hines, A. L., & Simpson, N. B. (2019). Migration, remittances and human capital investment in Kenya. (Migração, remessas e investimento no capital humano no Quénia). *Economic Notes*, 48(3). <https://doi.org/10.1111/ecno.12142>

Serão as decisões de migração e remessas fatores que influenciam as decisões dos agregados familiares de investir na educação dos seus filhos? O estudo responde a esta questão através da análise da correlação entre as remessas e as despesas de educação entre os agregados familiares no Quénia. Os autores recorrem a dados do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Migração no Quénia, que disponibiliza informação recolhida em 2019 sobre despesas domésticas, migração e comportamento em termos de remessas, e analisam estes dados através de métodos de estimativa dos mínimos quadrados ordinários (OLS) e dos mínimos quadrados em duas fases (2SLS). As evidências indicam uma associação positiva entre remessas e despesas de educação, uma vez que os agregados familiares migrantes que recebem dinheiro do estrangeiro tendem a gastar mais em despesas relacionadas com a educação. Os autores alegam que se trata de um desenvolvimento positivo atendendo ao potencial efeito positivo do investimento em educação no crescimento do PIB a longo prazo. Constataram igualmente a existência de uma relação entre ter um agregado familiar no estrangeiro e um melhor acesso a recursos financeiros adicionais, incluindo a utilização de telemóveis e serviços bancários móveis.

Karikari, N. K., Mensah, S., & Harvey, S. K. (2016). Do remittances promote financial development in Africa? (As remessas promovem o desenvolvimento financeiro em África?) *SpringerPlus*, 5(1). <https://doi.org/10.1186/s40064-016-2658-7>

O estudo analisa empiricamente a associação entre as remessas dos migrantes e o desenvolvimento financeiro em África. Através de dados obtidos nas bases de dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que cobrem 50 países africanos entre 1990 e 2011, os autores investigam se as remessas promovem o desenvolvimento financeiro. Os instrumentos utilizados para o desenvolvimento financeiro são os depósitos bancários, o crédito ao sector privado e o dinheiro em circulação. Os investigadores recorreram ao modelo autorregressivo vetorial do painel (PVAR) para estimar a causalidade bidirecional dos dois fenómenos. As conclusões apontam para um impacto positivo das remessas no desenvolvimento financeiro a curto prazo, mas um impacto negativo a longo prazo, o que significa que as remessas não promovem o desenvolvimento financeiro a longo prazo. Os autores referem que é essencial que os governos africanos formulem políticas que tenham o potencial de reforçar as infraestruturas financeiras dos seus países.

Osabuohien, E. S., & Efobi, U. R. (2013). Africa's money in Africa. (Dinheiro de África em África). *South African Journal of Economics*, 81(2), 292–306.
<https://doi.org/10.1111/saje.12012>

Foi conduzida uma investigação limitada acerca do mecanismo através do qual as remessas influenciam variáveis macroeconómicas, tais como o investimento em África. Para colmatar esta lacuna, o artigo analisa a forma como a profundidade financeira e a qualidade institucional interagem com as remessas a fim de influenciar o investimento em África. Os indicadores para medir a qualidade institucional compreendem o Estado de direito, a qualidade regulamentar e a eficácia governativa. Os investigadores selecionaram uma amostra de 44 países africanos e recorreram a dados para a análise dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial e dos Indicadores de Governança Mundial. O estudo usou o método dos momentos generalizados do sistema I (SGMM) como técnica de cálculo para os dados do painel. A pesquisa obteve evidências de que a qualidade institucional exerce um impacto significativo no investimento. A entrada de remessas tem um impacto positivo na extensão do investimento, e esta magnitude de influência acentua-se com as interações com indicadores de qualidade institucional e profundidade financeira. Os autores chegam à conclusão de que o reforço da qualidade institucional e do setor financeiro é crítico para uma maior afluência e melhor utilização das remessas em África.

Sahoo, M., & Sethi, N. (2020). Does remittance inflow promote human development in sub-Saharan Africa? An empirical insight. (O influxo de remessas promove o desenvolvimento humano na África Subsariana? Uma perspetiva empírica). *Global Economy Journal*, 20(4), 1–23.

<https://doi.org/10.1142/S2194565920500219>

O estudo aborda a relação entre as remessas e o desenvolvimento humano na África Subsariana (ASS), incluindo outras variáveis de controlo como a inflação, despesas públicas com capital humano, e esperança de vida. Recorreu a dados do painel de Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) referentes a 31 países da ASS, abrangendo o período de 1990 a 2018. Os investigadores usaram os mínimos quadrados ordinários totalmente modificados (FMOLS) e os mínimos quadrados ordinários dinâmicos (DOLS) como técnica de cálculo. As evidências demonstram que as remessas têm efeitos positivos e estatisticamente significativos no desenvolvimento humano na região da ASS. Os autores assinalam que o investimento direto estrangeiro (IDE), o crescimento económico, as despesas públicas e a inflação estão todos positivamente associados ao desenvolvimento humano. Acresce que os testes de causalidade Granger do painel Dumitrescu-Hurlin apontam para a existência de uma causalidade unidirecional entre as remessas e o desenvolvimento humano nos países da ASS.

Sambo, H. (2018). Understanding the effect of international remittances on undernourishment in sub-Saharan Africa: A spatial model approach. (Compreender o efeito das remessas internacionais na subnutrição alimentar na África subsariana: uma abordagem de modelo espacial). CEPN Working Papers Hal-01691436 HAL.
<https://ideas.repec.org/p/hal/cepnwp/hal-01691436.html>

O artigo analisa o impacto das remessas na subnutrição nos países da África Subsariana (ASS). O documento empregou um conjunto de dados de um painel de 35 países subsarianos, abrangendo os anos 2001-2011. Também utilizou o modelo de erro espacial (SEM) do painel I como um indicador do impacto das remessas na subnutrição. As evidências apontam para que as remessas

tenham um efeito redutor na subnutrição na ASS, uma vez que a maior parte das famílias que recebem remessas na ASS consagram os seus rendimentos à compra de alimentos. A elasticidade da nutrição às remessas é, todavia, muito pequena, mas ultrapassa a do PIB per capita. O autor também assinala que as remessas foram consideradas como uma cobertura contra choques alimentares na ASS.

Singh, R. J., Haacker, M., Lee, K. W., & Le Goff, M. (2011). Determinants and macroeconomic impact of remittances in sub-Saharan Africa. (Determinantes e impacto macroeconómico das remessas na África Subsariana). *Journal of African Economies*, 20(2), 312–340. <https://doi.org/10.1093/jae/ejq039>

As remessas cresceram em importância na África Subsariana (ASS), representando cerca de 2,5% do PIB regional em 2007. O estudo examina as determinantes e o impacto macroeconómico das remessas na África Subsariana. Também se ocupa da ligação entre as remessas e o crescimento económico, tendo em conta a magnitude das remessas em alguns países da região. A investigação usou dados do Anuário de Estatísticas da Balança de Pagamentos do FMI e dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial, abrangendo 36 países da África Subsariana no período entre 1990 e 2008. O estudo recorreu a uma técnica dos mínimos quadrados de efeito fixo em duas fases (FE 2SLS) como método de estimativa. O estudo constatou que o tamanho e a localização da diáspora são fatores significativos das remessas, com os países com uma diáspora maior e emigrantes localizados em países mais ricos a receberem mais remessas. As remessas variam em termos contracíclicos com variações no PIB per capita dos países recetores de remessas, confirmando o seu papel como amortecedor de choques. Considerando que se verificou que as remessas foram negativamente associadas ao crescimento económico, os países com instituições em funcionamento estão mais bem posicionados para aproveitar o potencial das remessas a fim de contribuir para o crescimento económico.

Souza, E. (2021). Household gender dynamics and remitting behaviour in sub-Saharan Africa. (Dinâmica de género e comportamento de envio de remessas na África Subsariana). *International Migration*, 59(6), 186–203. <https://doi.org/10.1111/imig.12833>

O artigo analisa os padrões e motivações para as remessas dirigidas a quatro países africanos (Senegal, Burkina Fasso, Uganda e Quênia), combinando as remessas internas e internacionais, as remessas em dinheiro e bens, enquanto também considera como as diferentes dinâmicas de género dos agregados familiares moldam os comportamentos de envio de remessas. O investigador examinou os dados obtidos a partir dos inquéritos domésticos normalizados sobre migração e remessas realizados pelo Banco Mundial no âmbito do Projeto de Migração Africana entre 2009 e 2010. Os resultados indicam que os membros da família direta e os migrantes com elevado potencial de ganhos são mais propensos a enviar remessas do que os seus homólogos. A dinâmica de género mostra que os migrantes casados, especialmente os homens, são mais suscetíveis de enviar remessas, salientando assim as implicações da desigualdade de género. As famílias com maiores necessidades financeiras, entre elas os agregados familiares a cargo de mulheres e as que têm mais dependentes, recebem mais remessas do que as que têm menores necessidades financeiras. Para além disso, tanto a segurança como o altruísmo servem de motivação para as remessas, apesar de o comportamento altruísta parecer ser estimulado pela responsabilidade de enviar remessas, por oposição a uma mera consideração abnegada do bem-estar dos que permanecem em casa. O estudo realça a importância de prestar atenção às questões de desigualdade de género no comportamento de envio de remessas.

Zewdu, G. A. (2018). Irregular migration, informal remittances: Evidence from Ethiopian villages. (Migração irregular, remessas informais: evidência de aldeias etíopes). *GeoJournal*, 83(5), 1019–1034. <https://doi.org/10.1007/s10708-017-9816-5>

A investigação examina a dinâmica da migração irregular da Etiópia para a África do Sul. Através de entrevistas realizadas nas comunidades emergentes de emigrantes de Hadiya e Kembata-Tembaro no sul da Etiópia, o estudo analisa os padrões de migração para a África do Sul e as remessas enviadas. O estudo sublinha que a migração irregular não impede os migrantes de enviar remessas e de preservar as ligações transnacionais. Molda, todavia, de forma significativa a maneira como comunicam, enviam remessas e trocam recursos através das fronteiras. A irregularidade dos fluxos migratórios para a África do Sul exerce uma maior influência nos padrões dos fluxos de remessas, que se estão a tornar cada vez mais informais, dada a falta de documentação no país de acolhimento. O estudo apresenta evidências de que os fluxos informais de remessas não são obrigatoriamente uma função do custo das remessas, como geralmente se pressupõe, mas podem estar relacionados com a natureza ou o padrão da migração.

1.5.2.4. Outros

Chort, I. (2017). Migrant network and immigrants' occupational mismatch. (Rede de migrantes e desajustamento profissional dos imigrantes). *Journal of Development Studies*, 53(11), 1806–1821. <https://doi.org/10.1080/00220388.2016.1219344>

O estudo verifica o impacto da utilização da rede para encontrar um emprego no desajustamento profissional, aproveitando o caso dos imigrantes senegaleses para a Europa e África. Os dados, obtidos através de quatro inquéritos realizados como parte do projeto MIDDAS entre 2009 e 2010, foram analisados usando um modelo de sondagem bivariada. O autor distingue entre desajustamento vertical – a diferença entre o nível de qualificação do trabalho em que um trabalhador migrante declara ter uma vantagem produtiva e o do seu trabalho real – e desajustamento horizontal – os migrantes que têm um trabalho que é atribuído ao mesmo nível de qualificação, mas que não corresponde à sua vantagem de produtividade autodeclarada. O autor apresenta evidências do impacto da utilização da rede para encontrar um emprego no desajustamento profissional. Os migrantes que conquistaram o seu emprego atual com base na sua rede migrante têm menor probabilidade de sofrer um desajustamento vertical negativo, ao passo que o impacto da utilização da rede no desajustamento horizontal não é significativo.

Okey, M. K. N. (2017). Does migration promote industrial development in Africa? (A migração promove o desenvolvimento industrial em África?) *Economics Bulletin*, 37(1), 228–247. <https://EconPapers.repec.org/RePEc:ebl:ecbull:eb-16-00563>

A investigação debruça-se sobre uma lacuna na literatura respeitante à ligação empírica entre a industrialização e a migração internacional em África. Recorrendo a dados de painel de 45 países coligidos de 1980 a 2010 e ao sistema do método dos momentos generalizados (MMM), o estudo analisa o efeito da emigração na industrialização. Esta investigação chega a três conclusões esclarecedoras. A primeira é que existe um efeito de industrialização positiva da migração internacional nos países de origem. A segunda é que os fluxos financeiros internacionais, as redes empresariais e as redes científicas são os meios através dos quais a migração influencia o desenvolvimento industrial. A terceira é que o maior efeito direto e indireto no desenvolvimento industrial foi provocado por migrantes pouco qualificados e de média qualificação. De um modo geral, os resultados do estudo são consistentes com a tese de que o ganho de cérebros é benéfico,

a qual defende que a facilitação do investimento no capital humano, a adoção de tecnologia e o comércio trazido pelas remessas pode beneficiar os países de origem.

Souza, E. (2021). Labour market incorporation of immigrant women in South Africa: Impacts of human capital and family structure. (Integração no mercado de trabalho das mulheres imigrantes na África do Sul: impactos do capital humano e da estrutura familiar). *Population Studies*, 75(1), 111–131.

<https://doi.org/10.1080/00324728.2020.1838601>

O artigo trata da participação no mercado de trabalho das mulheres africanas imigrantes na África do Sul. Partindo dos dados do Censo de 2011, o autor refere que, em média, as mulheres imigrantes têm menor probabilidade de participar na força de trabalho e de serem empregadas quando comparadas com as suas homólogas que são migrantes internas sul-africanas (SAIM). As imigrantes empregadas são mais prejudicadas do que as suas homólogas SAIM, e mais propensas a serem empregadas no setor informal. A incapacidade de algumas imigrantes de encontrar emprego retrata um padrão de assimilação descendente para estas imigrantes. As mulheres que são cabeças de família têm mais probabilidades de ser empregadas do que as que não o são. As comunidades coétnicas modelam os resultados das mulheres no mercado de trabalho, o que se reflete no facto de existirem diferenças nas experiências do mercado de trabalho em função da nacionalidade. O autor conclui reiterando a necessidade de uma melhor integração das mulheres imigrantes na força de trabalho na África do Sul.

1.5.3. Envolvimento da diáspora

Beyene, H. G. (2015). Are African diasporas development partners, peace-makers or spoilers? The case of Ethiopia, Kenya and Nigeria. (As diásporas africanas são parceiras de desenvolvimento, pacificadoras ou beligerantes? O caso da Etiópia, do Quênia e da Nigéria.) *Diaspora Studies*, 8(2), 145–161.

<https://doi.org/10.1080/09739572.2015.1029714>

O documento aborda empiricamente o papel das diásporas africanas no crescimento económico, desenvolvimento e atividades de consolidação da paz nos seus países de origem, utilizando a Nigéria, o Quênia e a Etiópia como estudos de caso. O estudo realça as características e a importância das remessas. Ainda que muitos agregados familiares sejam beneficiários, as receitas das remessas estão na sua maioria limitadas aos agregados familiares com melhores condições. Os fluxos de remessas são três vezes superiores à ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e têm um melhor impacto no desenvolvimento do que a APD, embora as transferências sejam feitas principalmente através de redes informais. No que respeita à consolidação da paz, ao contrário da diáspora etíope, as diásporas nigeriana e queniana empenham-se em esforços de consolidação da paz nos seus países de origem. Porém, as diásporas quenianas estão razoavelmente mais bem organizadas e mais empenhadas na gestão de conflitos e na consolidação da paz. O autor exorta a uma melhor apreciação do papel das diásporas e a uma colaboração mais estreita com estas na edificação e promoção da paz.

Chikanda, A., & Crush, J. (2018). Global Zimbabweans: Diaspora Engagement and Disengagement. (Zimbabuanos no mundo : Vinculação e desvinculação da diáspora).

Journal of International Migration and Integration, 19(4), 1037–1057.
<https://doi.org/10.1007/s12134-018-0582-0>

Este artigo investiga a história da migração, as características demográficas e as ligações com o passado da diáspora zimbabuana no Canadá. Através da análise de 280 respostas a um inquérito, este estudo procura perceber as características importantes da diáspora dos zimbabuanos. Os autores identificaram os pedidos de asilo como uma “das principais estratégias” a que os zimbabuanos recorrem para entrar em países desenvolvidos. As características da diáspora zimbabuana são muito heterogéneas, sobretudo relativamente à identidade e desejo zimbabuano de participar no desenvolvimento do país natal. Isto não tem conexão com as condições políticas e económicas no país de origem, que a maioria sentia que eram responsáveis por o terem deixado originalmente. Apesar de alguns zimbabuanos da diáspora no Canadá ainda continuarem a enviar remessas para o país de origem e terem interesse no desenvolvimento do seu país, outros integraram-se cultural e economicamente e já não se identificam como zimbabuanos. As áreas para investigação futura poderiam incluir a ligação do comportamento do envio das remessas por parte da diáspora com o facto de serem diásporas de primeira, segunda ou terceira geração e se a integração cultural e social nos países de acolhimento difere em função do género.

Gnimassoun, B., & Anyanwu, J. C. (2019). The Diaspora and economic development in Africa. (A diáspora e o desenvolvimento económico em África). *Review of World Economics*, 155(4), 785–817.

<https://doi.org/10.1007/s10290-019-00344-3>

Este artigo examina o impacto da diáspora africana no desenvolvimento económico da África. Este estudo utiliza uma base de dados bilateral da emigração de países africanos para 20 países desenvolvidos da OCDE para avaliar quer o impacto total, quer os impactos específicos da diáspora com base no nível de educação dos emigrantes para examinar a existência de um possível efeito prejudicial na emigração com níveis de formação mais altos. Os investigadores ao analisarem os dados utilizaram uma abordagem dos mínimos quadrados em duas fases baseada na gravidade (2SLS) e a técnica do método dos momentos generalizados (GMM). Os autores relatam uma contribuição positiva, significativa e forte da diáspora altamente qualificada para o desenvolvimento em África. O impacto da diáspora no rendimento per capita real incidiu principalmente na melhoria do capital humano, particularmente o aumento da produtividade nos países de origem. Apesar dos emigrantes com nível de formação mais alto contribuírem mais para melhorar a renda, o nível das remessa de fundos para a África era maior nos de formação inferior.

Iheduru, O. C. (2011). African states, global migration, and transformations in citizenship politics. (Estados africanos, migração global e transformações nas políticas de cidadania). *Citizenship Studies*, 15(2), 181–203. <https://doi.org/10.1080/13621025.2011.549707>

O estudo analisa as transformações na emigração e cidadania em África, ao explorar três estratégias que estão a ser usadas para reforçar as relações entre o Estado e a diáspora: dupla cidadania ou dupla nacionalidade, o direito de voto nas eleições nacionais a partir do estrangeiro, e o direito de se candidatar a cargos públicos por emigrantes de localidades estrangeiras. São estudos de caso o Gana e a Nigéria, mas fazem-se grandes referências a outros países africanos. O estudo refere que, embora haja uma tendência crescente para alargar os direitos políticos na forma de dupla cidadania ou dupla nacionalidade e o direito de voto dos emigrantes provenientes do estrangeiro, a motivação para os Estados africanos não é necessariamente suportada pela

inclinação global de renegociar a cidadania, e também não se trata do desenvolvimento nacional ou do bem-estar da diáspora. As mudanças políticas são mais uma resposta à crise fiscal do Estado africano e à necessidade de considerar os recursos dos emigrantes – em particular as remessas – como uma forma de reduzir a dependência da ajuda externa. Obviamente, a retórica das transformações da cidadania não se traduziu num aumento do poder político dos emigrantes ou na melhoria dos seus direitos enquanto cidadãos nas suas pátrias.

Mangala, J. R. (2016). The African Union’s diaspora diplomacy and policy making: Operationalizing the migration–development nexus. (A diplomacia da diáspora e a elaboração de políticas da União Africana: Operacionalização da ligação entre migração e desenvolvimento). *Journal of the Middle East and Africa*, 7(2), 175–206. <https://doi.org/10.1080/21520844.2016.1193686>

O documento analisa a diplomacia e a formulação de políticas da diáspora da União Africana (UA), apreciando os seus esforços para operacionalizar a relação entre migração e desenvolvimento. Através de uma resenha de literatura e políticas relevantes, o documento destaca a pertinência de vários instrumentos e quadros que a UA tem adotado relativamente à extensa agenda de migração-desenvolvimento. Das muitas questões destacadas no artigo, três são consideradas importantes. A primeira é a noção de que a parceria UA-diáspora tem de abraçar uma visão holística do desenvolvimento que integre a importância não só das remessas financeiras, mas também das remessas sociais, amplamente definidas como o fluxo de ideias e práticas que são boas e benéficas. A segunda, os esforços políticos da UA relativamente ao nexo migração-desenvolvimento e o papel da diáspora produziram resultados positivos que fornecem uma visão clara de como os Estados se podem relacionar com a diáspora africana. Finalmente, embora ainda haja questões por resolver, como a representação legítima da diáspora em alguns órgãos da UA, foram feitos progressos significativos para fazer avançar a diáspora africana, como é evidente nas consultas contínuas que resultaram na Cimeira Global da Diáspora Africana de 2012.

Nwozor, A., Oshewolo, S., Olanrewaju, J. S., Bosede Ake, M., & Okidu, O. (2022). Return migration and the challenges of diasporic reintegration in Nigeria. (Migração de regresso e os desafios da reintegração da diáspora na Nigéria). *Third World Quarterly*, 43(2), 432–451. <https://doi.org/10.1080/01436597.2022.2026216>

A formulação de políticas relativamente ao regresso de migrantes induz uma resposta positiva da diáspora na Nigéria? Em que medida as projeções das políticas relativamente à migração de regresso enfrentam dilemas em termos de reintegração na Nigéria? O regresso da diáspora melhora ou piora o desenvolvimento nacional tendo a reintegração como fator interveniente? Este artigo apresenta respostas a estas questões através de entrevistas realizadas a informadores chave complementadas por uma resenha da literatura relevante. Os autores observam uma desconexão entre o desejo de regressar e as contribuições da diáspora para o desenvolvimento nacional. A migração de regresso enfrenta dilemas em termos de reintegração, que potencialmente podem ter impactos negativos no indivíduo e na sua contribuição para o lugar de origem ou agregado familiar, países de acolhimento e comunidade internacional. Argumentam que iniciativas de regresso devem reunir três condições interligadas: conceção de programas de desenvolvimento que efetivamente utilizem o conjunto de competências dos migrantes regressados; reconhecimento da natureza transnacional do seu conjunto de competências e a disponibilidade para permitir a sua circulação e implantação contínua a nível global; e desenvolvimento de uma conjuntura nacional favorável, incluindo o fornecimento de segurança e condições básicas para ajudar a reintegração.

Nzima, D., & Moyo, P. (2017). The new ‘diaspora trap’ framework: Explaining return migration from South Africa to Zimbabwe beyond the ‘failure-success’ framework. (O novo enquadramento da “armadilha da diáspora”: explicar a migração de regresso da África do Sul para o Zimbabué para além do enquadramento “fracasso-sucesso”. *Migration Letters*, 14(3), 355–370. <https://doi.org/10.33182/ml.v14i3.349>

A investigação resulta da compreensão limitada dos fatores que desencorajam as pessoas de uma migração de regresso permanente. O artigo amplia a explicação da migração de regresso e a sua ausência para além do enquadramento de fracasso-sucesso através de uma abordagem de investigação qualitativa que engloba entrevistas a migrantes zimbabuanos qualificados na África do Sul. Os autores estabelecem o enquadramento da "armadilha da diáspora" para justificar os fatores sociais e económicos que impedem a migração de regresso, tanto nos países de origem como nos países de acolhimento. Na opinião dos autores, a "construção social de sucesso" associada à migração era prejudicial à migração de regresso, uma vez que os migrantes se opunham ao retorno ao Zimbabué sem a sua capacidade de satisfazer as expectativas familiares e comunitárias de sucesso. Num outro prisma, em contraste com o enquadramento de fracasso-sucesso, as condições sociopolíticas e económicas desfavoráveis no Zimbabué não transformam a migração de regresso numa opção, dado que os migrantes qualificados não eram otimistas quanto à sua capacidade de satisfazer os seus próprios objetivos de subsistência.

Shindo, R. (2012). ‘The hidden effect of Diaspora return to post-conflict countries: The case of policy and temporary return to Rwanda. (O efeito oculto do retorno da diáspora aos países pós-conflito: O caso da política e do retorno temporário ao Ruanda) *Third World Quarterly*, 33(9), 1685–1702. <https://doi.org/10.1080/01436597.2012.721232>

Existe uma falta de compreensão dos programas de retorno da diáspora, incluindo o programa de Migração para o Desenvolvimento em África (MIDA) e a eficácia desses programas nos Estados pós-conflito. O artigo fornece uma visão geral dos programas de retorno da diáspora. Utilizando o Ruanda como estudo de caso, examina a implicação do programa de retorno da diáspora do MIDA num contexto específico de pós-conflito. Os retornos da diáspora no Ruanda são categorizados em retorno político (que são maioritariamente permanentes) e retorno temporário. Às diásporas ruandesas são atribuídas partes de um projeto nacional e estão assim ligadas ao atual governo ruandês. Os seus retornos são, por conseguinte, encarados como retornos neutralizados (neutros) e despolitizados. As diásporas visitantes, contudo, podem fazer a sua autoavaliação da situação ruandesa, contribuindo assim para diversificar as vozes disponíveis no espaço político ruandês. A implicação é, pois, que a despolitização do retorno da diáspora poderia inadvertidamente resultar na repolitização das diásporas. É necessária mais investigação para clarificar esta afirmação, através da realização de entrevistas com os retornados da diáspora para determinar as suas realidades concretas.

Takiyakwaa, D., & Tanle, A. (2020). ‘We are each other’s keeper’: Migrant associations and integration in urban Africa. (Somos o protetor uns dos outros: Associações de migrantes e integração na África urbana) *Urban Forum*, 31(1), 115–134. <https://doi.org/10.1007/s12132-019-09373-5>

Como as associações de migrantes promovem os processos de integração dos seus membros nos países de acolhimento? Como tem mudado o papel das associações de migrantes ao longo dos anos? Este estudo considerou estas questões examinando o papel das associações de migrantes na

integração dos seus membros no Gana. Utilizou uma conceção de investigação seguindo a estratégia de triangulação concomitante (convergente). Os resultados mostraram que os mecanismos de apoio e adaptação das associações de migrantes facilitavam a integração dos migrantes na comunidade de acolhimento oferecendo três benefícios diferentes: económicos, sociais e assistenciais, e culturais. Além disso, os autores constataram que o principal objetivo das associações de migrantes, que é fornecer mecanismos de apoio para facilitar a integração, não mudou fundamentalmente, mas evoluiu e assumiu novas formas e dimensões tendo em conta os contextos sociopolíticos, culturais e económicos em mutação nas comunidades de acolhimento.

Whitaker, B. E. (2011). The politics of home: Dual citizenship and the African diaspora. (A política interna: A dupla cidadania e a diáspora africana) *International Migration Review*, 45(4), 755–783. <https://doi.org/10.1111/j.1747-7379.2011.00867.x>

O artigo examina a dupla cidadania da diáspora africana, com o intuito de interrogar a razão por que alguns países africanos adotaram a dupla cidadania para emigrantes e outros não. Baseando-se numa abordagem de estudo de caso, o autor ponderou a dinâmica da dupla cidadania no Senegal, Quênia e Gana. O autor argumenta que o reconhecimento dos direitos de dupla cidadania em alguns países africanos é motivado não só por interesses políticos na intersecção entre a política interna e a política da diáspora, como também por razões económicas e de segurança. Três pontos essenciais são destacados no documento. O primeiro é que, muito embora exista uma ligação entre democratização e dupla cidadania, esta não se verifica em todo o lado. O segundo é que a decisão de reconhecer a dupla cidadania (ou não) pode ser condicionada pela perceção das inclinações políticas da comunidade da diáspora. O terceiro é a noção de que os líderes africanos estão a esforçar-se por manter um equilíbrio entre a obtenção de apoio (financeiro e eleitoral) dos emigrantes, por um lado, e evitar a competição política direta, por outro.

1.5.4. Governação das fronteiras

Aduloju, A. A. (2017). ECOWAS and free movement of persons: African women as cross-border victims. (A CEDEAO e a livre circulação de pessoas: as mulheres africanas como vítimas transfronteiriças) *Journal of International Women's Studies*, 18(4), 89–105. <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol18/iss4/7>

Esta investigação emprega dados primários de observações e entrevistas, bem como dados secundários, para examinar as cláusulas do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas da CEDEAO e a sua operacionalidade na África Ocidental. Um grande obstáculo à operacionalidade deste protocolo refere-se às atitudes e à ignorância dos guardas de fronteira relativamente às cláusulas do protocolo. Os resultados mostram que muitos dos comerciantes transfronteiriços são mulheres que estão particularmente expostas a extorsões, intimidações e assédios sexuais dos guardas de fronteira que, deste modo, lesam os seus direitos estabelecidos no protocolo. O autor argumenta que o protocolo e o seu clausulado têm sido considerados apenas como meros documentos devido à não implementação plena pelos Estados-Membros da CEDEAO. O que precede tem implicações na capacidade e na credibilidade da CEDEAO para integrar de modo apropriado a sub-região para fins de desenvolvimento.

Jaji, R. (2013). Somali Asylum Seekers and Refoulement at the Kenya-Somalia Border. (Requerentes de asilo somalianos e repulsão na fronteira da Somália com o Quênia) *Journal of Borderlands Studies*, 28(3), 355–368.

<https://doi.org/10.1080/08865655.2013.862758>

Este artigo investiga as políticas e as inconsistências na passagem das fronteiras e a dinâmica paradoxal da integração regional e do protecionismo territorial na África Oriental. Também contribui para o discurso sobre os efeitos do terrorismo na passagem das fronteiras e nos pedidos de asilo. Considera estes dois assuntos na perspectiva do regresso forçado (repulsão) de requerentes de asilo somalianos pelas autoridades do Quênia em 2007, mediante métodos qualitativos de investigação e análise de documentos. O autor argumenta que as experiências dos requerentes de asilo e refugiados somalianos configuram-se como um processo de: marginalização, segregação, bem como de inclusão e exclusão seletivas. A inclusão e a exclusão não dependem apenas de possuir (ou não) competências consideradas úteis pelo país de destino, mas são também objeto de políticas de identidade prevalentes nos potenciais países de asilo. Paradoxalmente, a luta contra o terrorismo levou a um aumento dos fluxos de requerentes de asilo e, ao mesmo tempo, decretou o encerramento das fronteiras para impedir a entrada dos requerentes de asilo.

Moyo, I. (2020). On borders and the liminality of undocumented Zimbabwean migrants in South Africa (Sobre as fronteiras e as experiências de liminaridade dos migrantes zimbabuanos indocumentados na África do Sul). *Journal of Immigrant and Refugee Studies*, 18(1), 60–74.

<https://doi.org/10.1080/15562948.2019.1570416>

Este artigo examina as experiências de migrantes zimbabuanos indocumentados na fronteira de Beitbridge e as suas implicações na regulação da migração na fronteira. Este estudo utilizou uma metodologia de investigação qualitativa com 65 entrevistas efetuadas a migrantes indocumentados entre 2014 e 2015. O autor realça uma associação evidente entre a fronteira securitizada da África do Sul com o Zimbabué e o aumento da migração indocumentada. Isto resultou na introdução clandestina de migrantes na África do Sul vindos do Zimbabué. A falta de documentação destes migrantes na África do Sul levou à criação de numerosas vulnerabilidades, e resultou no aumento da marginalização destes migrantes e da sua exposição à exploração. Este documento sugere uma mudança nas práticas fronteiriças, especificamente o desmantelamento da fronteira securitizada dada a sua plausível contribuição para a livre mobilidade humana e para reduzir a introdução clandestina de migrantes.

Moyo, I., & Nshimbi, C. C. (2019). Border practices at Beitbridge border and Johannesburg inner city: Implications for the SADC Regional Integration Project (Práticas fronteiriças em Beitbridge e no centro da cidade de Joanesburgo: implicações para o projeto de integração regional da SADC). *Journal of Asian and African Studies*, 54(3), 309–330.
<https://doi.org/10.1177/0021909618822123>

Como são tratados os imigrantes nas fronteiras da África do Sul, nomeadamente em Beitbridge e no centro da cidade de Joanesburgo? A fronteira de Beitbridge é um ‘local de encerramento’ ou um ‘local de ligação’ através do qual a circulação de pessoas é desencorajada e/ou encorajada? Algumas classes de migrantes são tratadas melhor? Este artigo aprofunda estas questões mediante uma investigação das dinâmicas da gestão da fronteira e o modo como os migrantes africanos são tratados na fronteira de Beitbridge e no centro da cidade de Joanesburgo. Este estudo utilizou uma metodologia qualitativa através de entrevistas para responder às questões da investigação. Os autores argumentam que a fronteira de Beitbridge é um local de encerramento que restringe os imigrantes africanos com práticas que são similares às verificadas no centro da cidade de

Joanesburgo. Esta situação corresponde aos eventos em ‘outras’ fronteiras que os migrantes africanos têm continuado a atravessar nas suas muitas viagens para e em Joanesburgo. Alegam que as fronteiras ‘seguem os migrantes africanos por todo o lado’ já que os lugares onde se verificam estas práticas fronteiriças não se limitam às linhas de contorno dos mapas políticos. Isto põe em causa a eficácia dos objetivos e dos esforços de integração regional não só da África do Sul, mas também da SADC.

1.5.5. Migração irregular

1.5.5.1. Introdução clandestina de migrantes

Adugna, F., Deshingkar, P., & Atnafu, A. (2021). Human Smuggling from Wollo, Ethiopia to Saudi Arabia: Askoblay Criminals or Enablers of Dreams? (Contrabando de seres humanos de Wollo, na Etiópia, para a Arábia Saudita: os Askoblay são traficantes ou facilitadores de sonhos?) *Public Anthropologist*, 3(1), 32–55. <https://doi.org/10.1163/25891715-03010003>

Este artigo investiga as atividades de introdução clandestina de migrantes etíopes na Arábia Saudita. Com base em longas entrevistas e discussões de grupos-alvos com diferentes agentes (nomeadamente dois traficantes importantes, 25 candidatos a migrantes incluindo deportados, 23 famílias de migrantes, 20 repatriados e três migrantes em trânsito) em Wollo, na Etiópia, este artigo contesta a narrativa aceite de que a facilitação da migração e até mesmo o contrabando de seres humanos ocorrem em larga escala e são controlados por redes criminosas. Os autores mostram que a facilitação da migração é localizada, fragmentada, estabelecida em redes de parentesco, inserida nas comunidades locais e envolve várias pessoas comuns que se associam oportunisticamente. Os ganhos destes esforços são relativamente modestos e são de algum modo aumentados com outras fontes de rendimento, embora não haja provas da diversificação destes traficantes para outras atividades ilícitas. Estes resultados rejeitam as perspetivas populares e, portanto, implicam uma reformulação das estratégias para lidar com a introdução clandestina de migrantes no Corno da África.

Campana, P. (2018). Out of Africa: The organization of migrant smuggling across the Mediterranean (Fora de África: a organização da introdução clandestina de migrantes pelo Mediterrâneo. *European Journal of Criminology*, 15(4), 481–502.

<https://doi.org/10.1177/1477370817749179>

Este estudo fornece provas de como as operações de introdução clandestina de migrantes são organizadas, através de um estudo empírico da estrutura e das atividades de redes de tráfico entre o Corno da África e a Europa do Norte pela Líbia. Os resultados indicam que as redes de tráfico que operam ao longo desta rota não parecem ser uma organização única, mas sim compostas em grande parte por elementos independentes. Contudo, as provas indicam a presença de hierarquias localizadas e rudimentares com algum nível de divisão de tarefas, bem como um pequeno número de elementos altamente especializados que operam em várias etapas desta rota de introdução clandestina de migrantes. Três pontos sobre a coordenação são instrutivos. O primeiro é a importância da dimensão local e da tendência para coordenar pelos traficantes envolvidos na mesma etapa do trajeto. O segundo é que é mais provável haver coordenação entre funções do que entre organizadores e ajudantes. O terceiro incide na competição entre os traficantes. O autor apresenta recomendações políticas para a introdução clandestina de migrantes com base nas suas

conclusões, incluindo a adoção de ações coordenadas simultaneamente dedicadas a vários grupos de traficantes. Estes esforços coordenados devem integrar partilha de informações e operações policiais coordenadas.

D’Orsi, C. (2021). Migrant smuggling in Africa: Challenges yet to be overcome (Tráfico de migrantes em África: desafios pendentes). *African Journal of Legal Studies*, 13(4), 471–500. <https://doi.org/10.1163/17087384-12340076>

Este estudo investiga a eficácia da legislação e das políticas atuais no combate à introdução clandestina de migrantes. Foi realizado examinando os números da migração clandestina ao longo dos anos relativamente às políticas implementadas para a sua repressão. O autor afirma que as atuais políticas de migração e os esforços de cooperação em África para conter a introdução clandestina de migrantes têm produzido resultados mistos. Embora os esforços recentes dos governos e das organizações tenham começado a produzir resultados positivos em alguns casos, em outros a situação permanece muito semelhante. Na sua opinião, a migração clandestina não pode ser erradicada por completo, mas pode ser mais bem gerida. Para tentar por termo ao contrabando de seres humanos em África, é imprescindível fortalecer a cooperação entre os governos. Isto incluirá, entre outros aspetos, funções operacionais conjuntas e o estabelecimento de mecanismos ou sistemas de partilha de informações.

Maher, S. (2018). Out of West Africa: Human smuggling as a social enterprise (Sair da África Ocidental: contrabando de seres humanos como empresa social). *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 676(1), 36–56.

<https://doi.org/10.1177/0002716217743935>

Este artigo investiga a sociabilidade da facilitação da migração, a partir de um estudo etnográfico efetuado no Senegal. Explica como assegurar a assistência ou os serviços de um passador depende de economias relacionais de proximidade social, um termo que descreve até que ponto as relações entre o migrante e o passador se formam através de relações interpessoais. Portanto, a proximidade social é uma determinante dos serviços e da proteção que os migrantes recebem ao longo das viagens. Ao arrepio da noção amplamente aceite de que os migrantes irregulares são explorados por traficantes de seres humanos gananciosos e desonestos, o autor assinala que os comandantes das embarcações e outros facilitadores são mais frequentemente guias e protetores que desempenham papéis importantes na assistência às pessoas que transitam por terras desconhecidas. O risco inerente à migração irregular é, assim, uma função das condições políticas ao longo das rotas de migração e não emana do passador ou do facilitador.

Raineri, L. (2018). Human smuggling across Niger: State-sponsored protection rackets and contradictory security imperatives (Introdução clandestina de migrantes pelo Níger: atividades de extorsão patrocinadas pelo Estado e imperativos de segurança contraditórios). *Journal of Modern African Studies*, 56(1), 63–86.

<https://doi.org/10.1017/S0022278X17000520>

Este artigo utiliza dados primários recolhidos entre 2015 e 2017, incluindo entrevistas e discussões de grupos-alvos, para examinar a dinâmica da introdução clandestina de migrantes pelo Níger. O autor afirma que a introdução clandestina de migrantes ocorre no âmbito de uma rede de proteção patrocinada pelo Estado, que tem revelado ser altamente resiliente. Isto pode ser atribuído ao facto de a mobilidade humana ter grande legitimidade social no norte do Níger, e de a associação do

setor do tráfico de migrantes com as redes locais de clientelismo político aumentarem ainda mais a estabilidade precária do Níger. No âmbito destas dinâmicas, os imperativos de segurança conflituosos a nível nacional e internacional têm dificultado em larga medida o impacto dos regimes de proibição patrocinados externamente e desenvolvidos para combater a migração irregular. O autor conclui que nas intervenções para enfrentar este flagelo deve ser devidamente considerada uma compreensão muito mais profunda das dinâmicas locais e dos agentes não estatais que facilitam a migração irregular.

1.5.5.2. Tráfico de seres humanos

Bello, P. O., & Olutola, A. A. (2018). The enforcement of anti-human trafficking law in South Africa: A case of an aircraft without a pilot. (A aplicação da lei contra o tráfico de seres humanos na África do Sul: um caso de um avião sem piloto). *Police Practice and Research*, 19(3), 270–283.

<https://doi.org/10.1080/15614263.2017.1387783>

Este artigo avalia a eficácia institucional dos esforços atuais de aplicação da legislação estatal contra o tráfico de seres humanos na África do Sul. Examina especificamente a capacidade e a credibilidade das Autoridades Policiais da África do Sul (SAPS) para aplicar efetivamente a legislação contra o tráfico de seres humanos na África do Sul. Isto foi efetuado através da realização de 20 entrevistas longas a especialistas do Grupo de Prevenção da Criminalidade e Segurança (SJPCS). Os autores constataram que as SAPS não têm sido eficazes na aplicação da legislação contra o tráfico de seres humanos na África do Sul. Uma das razões apontadas é o facto de as SAPS estarem sobrecarregadas com a hercúlea responsabilidade de combater a criminalidade na sociedade, e não terem necessariamente capacidade para lutar contra o tráfico de seres humanos, o que também exige uma atenção enorme e frequentemente uma unidade especializada para o efeito. Além disso, a capacidade das SAPS para lutar contra o tráfico de seres humanos também é minada pela falta de empenho, formação inadequada e corrupção na instituição. Para enfrentar estes desafios, os autores sugerem a criação de uma instituição policial especializada, dedicada e forte, a quem seria confiada a responsabilidade da luta contra o tráfico de seres humanos.

Britton, H. E., & Dean, L. A. (2014). Policy responses to human trafficking in Southern Africa: Domesticating international norms (Respostas políticas ao tráfico de seres humanos na África Austral: a adaptação das normas internacionais). *Human Rights Review*, 15(3), 305–328.

<https://doi.org/10.1007/s12142-014-0303-9>

Esta investigação examina as respostas políticas usadas na luta contra o tráfico de seres humanos na África Austral. Para o efeito, foi realizada uma análise do conteúdo de dez políticas relevantes. Os resultados revelam diferenças nas estratégias e políticas dominantes para lutar contra o tráfico de seres humanos desde o nível internacional ao nacional, passando pelo regional. Enquanto a nível nacional e internacional é dada atenção ao procedimento penal, a prevenção e proteção das vítimas são as estratégias preferidas a nível regional. As normas, estratégias e políticas para lutar contra o tráfico de seres humanos são localizadas e adaptadas para se enquadrarem no contexto africano e incluem, por exemplo, o envolvimento dos líderes tradicionais nos programas contra o tráfico de seres humanos. Presumivelmente, a adoção de uma abordagem preventiva indica que os Estados da África Austral optam por escolhas políticas com as quais estão familiarizados e podem

facilmente ser reproduzidas e fiscalizadas. Este artigo frisa a importância de uma abordagem holística que considere as leis e as políticas contra o tráfico de seres humanos à luz de outras questões de desenvolvimento mais amplas.

Emser, M., & Francis, S. (2017). Counter-trafficking governance in South Africa: An analysis of the role of the KwaZulu-Natal human trafficking, prostitution, pornography and brothels task team (A governação da luta contra o tráfico na África do Sul: uma análise do papel da equipa de trabalho sobre tráfico de seres humanos, prostituição, pornografia e bordéis na província de KwaZulu-Natal). *Journal of Contemporary African Studies*, 35(2), 190–211.

<https://doi.org/10.1080/02589001.2017.1309363>

Esta investigação avalia a eficácia da Equipa de Trabalho sobre Tráfico de Seres Humanos, Prostituição, Pornografia e Bordéis na província de KwaZulu-Natal (equipa de trabalho KZN) no contexto atual da governação contra o tráfico de seres humanos na África do Sul. Este estudo utilizou uma metodologia de investigação quantitativa, com entrevistas a 55 importantes agentes governamentais envolvidos na luta contra o tráfico de seres humanos na África do Sul. A equipa de trabalho KZN organizou a sua missão em torno de quatro dimensões de luta contra este tráfico: prevenção, proteção, procedimento penal e parceria. Os resultados indicam o sucesso relativo da equipa de trabalho KZN em termos de prevenção primária, com resultados variáveis nas áreas da proteção, procedimento penal e parceria. O estudo realça os constrangimentos institucionais e financeiros como principais obstáculos para que a equipa de trabalho atingisse todo o seu potencial. Para que se registem mais sucessos a nível provincial, os autores frisaram a importância da formulação e da implementação, a nível nacional, de um quadro político bem concebido e completo que dê prioridade à cooperação e coordenação.

Kah, H. K. (2019). ‘Blood Money’, Migrants’ Enslavement and Insecurity in Africa’s Sahel and Libya (‘Dinheiro de sangue’, Escravidão e Insegurança dos Migrantes no Sahel e na Líbia em África). *Africa Development*, 44(1), 25–44. <https://www.jstor.org/stable/26873420>.

Este artigo investiga as implicações da busca de melhores condições de vida e da migração para a Europa através do Sahel e da Líbia no aumento da escravidão e da introdução clandestina de migrantes. Mediante uma análise do conteúdo da literatura e de documentos existentes, o autor argumenta que vários fatores sociopolíticos e económicos são responsáveis pelas viagens perigosas e incertas através do Sahel. O autor salienta as provas de tráfico de seres humanos, abusos sexuais, tortura e morte ao longo desta rota de migração. Apesar de alguns migrantes conseguirem eventualmente chegar à Europa pelo mar Mediterrâneo a partir da costa da Líbia, muitos morrem, ficam retidos no deserto entre o Níger e a Líbia, ou são capturados por redes criminosas que os utilizam para fins lucrativos. O autor apresenta recomendações políticas para enfrentar a crescente ameaça ao tratamento digno dos seres humanos.

Onuoha, B. (2011). The state human trafficking and human rights issues in Africa (Atividades estatais interligadas com o tráfico de seres humanos e violações dos direitos humanos). *Contemporary Justice Review: Issues in Criminal, Social, and Restorative Justice*, 14(2), 149–166. <https://doi.org/10.1080/10282580.2011.565973>

O tráfico de seres humanos e as violações dos direitos humanos dos migrantes não têm esmorecido em África. Este artigo examina os fatores internos responsáveis, mediante uma resenha da

literatura relevante. Embora as dinâmicas internas em jogo sejam numerosíssimas, o caráter do Estado e o tipo de liderança política que é exercida estão implicados nos problemas persistentes ligados ao tráfico de seres humanos e às violações dos direitos humanos. As políticas para lutar contra o tráfico de seres humanos têm sido largamente ineficazes por força da sua formulação e implementação deficiente. O Estado em África é caracterizado por ineficiência, capacidade inadequada e autonomia limitada para governar, porque é subserviente e privatizado por uma coligação de interesses do poder dominante, os quais afetam os esforços contra o tráfico de seres humanos e as violações dos direitos humanos. A reforma do caráter do Estado em África é, portanto, importante na tentativa de resolver o problema do tráfico de seres humanos e proteger os direitos das suas vítimas. Embora o documento destaque o papel da liderança política neste processo de reforma, não foi dada ênfase ao papel dos cidadãos em tal processo.

Sawadogo, W. R. (2012). The challenges of transnational human trafficking in West Africa (Os desafios do tráfico transnacional de seres humanos na África Ocidental). *African Studies Quarterly*, 13(1–2), 93–113. <http://asq.africa.ufl.edu/files/Sawadogo-2012.pdf>

Este artigo examina as causas e as consequências do tráfico de seres humanos na África Ocidental, tendo em vista a identificação de estratégias e mecanismos práticos a implementar para resolver a questão. Por um lado, as questões socioeconómicas têm contribuído para a prevalência continuada do tráfico de seres humanos, incluindo o aumento da população, a urbanização, a falta de segurança, o crescimento económico limitado e a pobreza. Além disso, padrões culturais, como a retirada de crianças das suas famílias biológicas, têm levado a um aumento do contrabando de seres humanos. Por outro lado, o fracasso dos sistemas político-institucionais nacionais, regionais e internacionais é encarado como um fator de contribuição para questões de tráfico transnacional de seres humanos. Nesta região, os cargos públicos são, regra geral, usados para ganhos próprios; a corrupção destrói o tecido institucional e os traficantes de seres humanos ganham mais poder e influência à medida que o poder e influência do Estado enfraquece. O desenvolvimento de mecanismos de cooperação eficazes a nível nacional, regional e mundial é crítico na abordagem e luta contra o tráfico de seres humanos

Sowale, A. O. (2018). Economic Community of West African States' Protocol on Free Movement and the challenges of human trafficking in West Africa (Protocolo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental sobre a livre circulação e os desafios do tráfico de seres humanos na África Ocidental). *Insight on Africa*, 10(2), 215–225. <https://doi.org/10.1177/0975087818776166>

Este artigo examina as implicações do Protocolo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) sobre a livre circulação no tráfico de seres humanos através de uma resenha da literatura relevante. Embora este Protocolo promova a integração económica, este estudo mostra que, em vez de dissuadir o tráfico de seres humanos, o protocolo está, indiretamente, a permitir o tráfico de seres humanos. Os traficantes de seres humanos aproveitaram a disposição relativa à livre circulação para perpetuar as suas conhecidas atividades. Evidentemente, a CEDEAO não dispõe de um mecanismo estabelecido que seja adequado e eficaz para monitorizar e gerir a entrada de imigrantes ilegais. Isto é agravado pela inépcia e corrupção de alguns guardas de fronteira. O autor conclui observando a importância da implementação pela CEDEAO e pelos seus Estados-Membros de mecanismos eficazes e da intensificação em geral dos seus esforços no combate ao tráfico de seres humanos.

1.5.5.3. Regresso, Readmissão e Reintegração

Dako-Gyeke, M., & Kodom, R. B. (2017). Deportation and re-integration: Exploring challenges faced by deportee residents in the Nkoranza Municipality, Ghana (Deportação e reintegração: explorando os desafios enfrentados pelos deportados no município de Nkoranza, Gana). *Journal of International Migration and Integration*, 18(4), 1083–1103. <https://doi.org/10.1007/s12134-017-0526-0>

Na investigação sobre deportação, muitos estudos concentram-se nas razões da deportação sem interrogação adequada das experiências de reintegração dos deportados. Este estudo examina os desafios enfrentados pelos deportados para se reintegrarem no município de Nkoranza no Gana. Utilizou uma abordagem de investigação qualitativa que envolveu entrevistas a 20 deportados. Os autores constataram que os deportados enfrentaram vários desafios que afetaram a sua capacidade de se reintegrarem eficazmente. Estes desafios incluíam perda de bens pessoais, má capacidade de relacionamento, perceções negativas, acesso inadequado ao mercado de trabalho e aos cuidados de saúde, bem como falta de acesso adequado a serviços de apoio formal. Concluíram que são fundamentais melhores processos e sistemas antes e após a deportação que apoiem os deportados no restabelecimento das suas vidas nas comunidades de acolhimento.

Idemudia, U., Okoli, N., Goitom, M., & Bawa, S. (2021). Life after trafficking: reintegration experiences of human trafficking survivors in Nigeria (A vida depois do tráfico: experiências de reintegração de sobreviventes do tráfico de seres humanos na Nigéria). *International Journal of Migration, Health and Social Care*, 17(4), 449–463. <https://doi.org/10.1108/IJMHSC-03-2021-0023>

Este artigo investiga os desafios e as oportunidades dos programas de assistência à reintegração dos sobreviventes do tráfico de seres humanos na Nigéria. Utilizou uma abordagem de investigação qualitativa para examinar as perceções destes retornados relativamente à reintegração. Este estudo chega a três conclusões instrutivas. A primeira é que, apesar de parecer que os programas de reintegração proporcionam alguns benefícios através da prestação de serviços de reintegração, a integração substantiva está longe de ser alcançada visto que os sobreviventes enfrentam desafios semelhantes aos que tinham antes de serem traficados. A segunda é que a capacidade dos sobreviventes de assegurarem os seus meios de subsistência influencia as suas vidas quotidianas depois do tráfico e, portanto, afeta a sua reintegração. A terceira é que a assistência à reintegração dará melhores resultados se assentar nas experiências reais dos sobreviventes em vez de ser incentivada por imperativos políticos. Essencialmente, este estudo evidencia a natureza complexa e o processo inerente à reintegração, bem como dos diferentes resultados dos esforços de reintegração dos sobreviventes.

Kleist, N. (2017). Disrupted migration projects: The moral economy of involuntary return to Ghana from Libya (Projetos migratórios interrompidos: a economia moral da repatriação involuntária da Líbia para o Gana). *Africa*, 87(2), 322–342. <https://doi.org/10.1017/S000197201600098X>

Este artigo investiga as consequências sociais e económicas de uma repatriação involuntária no contexto da migração irregular e de alto risco mediante um estudo de caso de repatriações involuntárias (e de emergência) para o Gana após o início da guerra civil na Líbia. O autor realizou entrevistas a 45 repatriados involuntários entre 2012 e 2013. O autor argumenta que a repatriação involuntária intensifica e reproduz as desigualdades locais e globais. Estas repatriações perturbam

os projetos migratórios que visam sobretudo garantir o seu sustento e o da sua família e/ou a acumulação de poupanças para investir em negócios, terras ou habitação no Gana. Em termos sociais, regressar sem a devida recompensa resulta em tensões nas relações de género e familiares, e também afeta os ideais de masculinidade que estão relacionados com a idade adulta, responsabilidade e acumulação de fundos. O estudo conclui que a dependência da subsistência em relação à migração para regiões com conflitos ou áreas com mobilidade restrita comporta riscos e incertezas para os migrantes e as suas famílias.

1.5.5.4. Outros

Alfaro-Velcamp, T., McLaughlin, R. H., Brogneri, G., Skade, M., & Shaw, M. (2017). ‘Getting angry with honest people’: The illicit market for immigrant “papers” in Cape Town, South Africa (“Perder a paciência com as pessoas honestas”: o mercado negro dos documentos para imigração na Cidade do Cabo, África do Sul). *Migration Studies*, 5(2), 216–236.

<https://doi.org/10.1093/migration/mnx022>

Este artigo investiga o mercado negro de documentos para imigração na Cidade do Cabo, África do Sul, salientando a forma como estes documentos estão ligados à garantia de estatuto e à sobrevivência. A equipa de investigação usou a etnografia, entrevistas e observação participante no estudo. Os autores observam que a participação dos imigrantes neste mercado negro era motivada pelo seu desejo de assegurar o seu estatuto e melhorar os seus potenciais meios de subsistência e dignidade. Contudo, esta participação implica participar na sua própria dominação. As leis e as normas da África do Sul são concebidas como processos de controlo em que os migrantes são forçados a participar num mercado negro, contribuindo assim para subverter a governação global da migração. Este estudo também implica alguns funcionários do Departamento de Administração Interna (DAI) neste mercado negro, alguns dos quais se sentem prejudicados por quem tenta obter estes documentos de maneira legal. Estes documentos ilegais não são um substituto da regularização do estatuto de imigrante, o que implicará que imigrantes honestos e requerentes de asilo legítimos continuarão a enfurecer os funcionários procurando utilizar os canais legais.

Aniche, E. T., Moyo, I., & Nshimbi, C. C. (2021). Interrogating the nexus between irregular migration and insecurity along ‘ungoverned’ border spaces in West Africa (Interrogar o nexó entre migração irregular e insegurança ao longo dos espaços fronteiriços "sem controlo" na África Ocidental). *African Security Review*, 30(3), 304–318.
<https://doi.org/10.1080/10246029.2021.1901753>

Este artigo investiga as implicações da migração irregular na segurança na sub-região da CEDEAO com base numa resenha da literatura e de documentos relevantes sobre a migração, a segurança e a governação. Baseando-se na teoria dos espaços sem controlo, analisa como a colonialidade e a porosidade das fronteiras na África Ocidental contribuem para a insegurança transfronteiriça. Os autores argumentam que os espaços sem controlo levam a um aumento da introdução clandestina de migrantes e do tráfico de seres humanos, tráfico de drogas, comércio ilícito de armas ligeiras e de pequeno calibre (ALPC) e branqueamento de capitais. Também implicam os países desenvolvidos nas causas subjacentes aos espaços sem controlo, às fronteiras coloniais porosas e a outros desafios de segurança. Como as fronteiras podem ser fonte de resultados positivos e negativos, os autores frisam a importância de melhorar a cooperação e a gestão das fronteiras.

Além disso, os autores realçam que assegurar a segurança é responsabilidade dos agentes estatais e não estatais. A maneira como estes agentes poderiam colaborar com sucesso é uma área que exige mais estudo.

Dithebe, M. V. E., & Mukhuba, T. T. (2018). *Illegal immigration and the challenge of border control in South Africa (Imigração ilegal e o desafio do controlo das fronteiras na África do Sul)*. *African Renaissance*, 15(2), 127–147.

<https://doi.org/10.31920/2516-5305/2018/v15n2a6>

Este estudo avalia os fatores que contribuem para a imigração ilegal e o fraco controlo nas fronteiras da África do Sul. Utilizou uma abordagem de investigação qualitativa para responder ao seu objetivo, com entrevistas a 23 funcionários que trabalham em departamentos governamentais responsáveis pela imigração e pelo controlo das fronteiras no país. Os autores identificaram vários fatores como motores da migração ilegal e do fraco controlo nas fronteiras. Estes incluem fatores de pressão política particularmente relacionados com as instabilidades políticas nos países de origem que forçam os migrantes para a África do Sul. Os fatores económicos relacionam-se com o desejo de melhores condições de vida que os migrantes esperam conseguir na África do Sul. Os fatores sociais incluem a presença de

redes sociais no país de destino. Por fim, fatores ambientais, como inundações, também contribuem para o aumento de imigrantes ilegais na África do Sul. Para tratar destas questões, os autores recomendam aumentar a quantidade de funcionários nos postos de fronteira, reforçar a capacitação dos funcionários, e criar um fórum de política migratória que contribua para as decisões políticas sobre a migração ilegal e o fraco controlo nas fronteiras.

1.5.6. Deslocação forçada

Bayar, M., & Aral, M. M. (2019). *An analysis of large-scale forced migration in Africa (Análise da migração forçada em grande escala em África)*. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(21).

<https://doi.org/10.3390/ijerph16214210>

A migração forçada em grande escala (MFGE) está a tornar-se cada vez mais uma grande ameaça ao desenvolvimento. Este estudo utiliza análises quantitativas de dados de 48 Estados africanos no período entre 2001 e 2017 para investigar os motores da migração forçada em África. Foi utilizada a análise de regressão lógica ordenada para examinar a associação da MFGE com algumas outras variáveis independentes. Os resultados sugerem que os maiores fatores responsáveis pela MFGE em África são os conflitos violentos, os regimes autoritários e a pobreza. Num outro registo, os riscos climáticos têm um efeito indireto na MFGE, enquanto a ajuda externa não tem qualquer efeito na mitigação da MFGE. Os autores sugerem que os responsáveis políticos devem priorizar a segurança humana e elaborar estratégias eficazes para mitigar a MFGE.

Ecke, J., Saydee, G., Nyan, J. W., Donzo, K., Dolo, M. K., & Russ, R. (2016). *The subjective and economic well-being of repatriated Liberian refugees from Ghana (O bem-estar subjetivo e económico dos refugiados liberianos repatriados do Gana)*. *Refugee Survey Quarterly*, 35(3), 119–143. <https://doi.org/10.1093/rsq/hdw011>

Este estudo investiga as experiências de refugiados liberianos ao regressarem ao país de origem e avalia se o bem-estar dos refugiados melhora após o regresso. Com base numa abordagem com métodos mistos de investigação, avalia o bem-estar económico, subjetivo e emocional dos refugiados retornados. Os resultados indicam um aumento do bem-estar geral subjetivo e emocional dos refugiados após o seu retorno à Libéria. Por outro lado, o bem-estar económico, medido com base no acesso a serviços públicos e outros indicadores empíricos, piorou após o seu regresso. Esta investigação frisa a importância das abordagens com métodos mistos para aprofundar os resultados da repatriação. Uma lacuna nesta investigação é a incapacidade de avaliar criticamente a associação entre períodos de tempo de regresso e os níveis de bem-estar, o que deverá ser feito em estudos posteriores.

Hovil, L., & Lomo, Z. A. (2015). Forced displacement and the crisis of citizenship in Africa's Great Lakes region: Rethinking refugee protection and durable solutions (Deslocação forçada e crise de cidadania na região dos Grandes Lagos de África: Repensar a proteção dos refugiados e soluções duradouras). *Refugee*, 31(2), 39–50. <https://doi.org/10.25071/1920-7336.40308>

Por que razão há milhares de refugiados na região dos Grandes Lagos de África há mais de quatro décadas sem qualquer solução à vista? Por que razão milhares encontraram solução, mas foram deslocados novamente? Como podem a cidadania e a exclusão influenciar a criação, a experiência e a resolução da deslocação? Com base em métodos qualitativos de investigação este artigo aprofunda estes assuntos examinando a deslocação forçada, a proteção dos refugiados e soluções duradouras na região dos Grandes Lagos de África pela ótica da cidadania. Os autores argumentam que as grandes provações sofridas por muitos refugiados sem soluções duradouras é um efeito resultante de uma incapacidade geral e sistémica de traçar um rumo realista para a cidadania destes refugiados. O acima exposto também está implicado como causa profunda quer de conflito duradouro e da deslocação na região, quer da incapacidade de encontrar soluções para o exílio. É necessária uma reforma abrangente das estruturas de governação para responder adequada e eficazmente às questões de cidadania a nível local, nacional, regional e internacional.

Kamta, F. N., Schilling, J., & Scheffran, J. (2020). Insecurity, resource scarcity, and migration to camps of internally displaced persons in Northeast Nigeria (Insegurança, escassez de recursos e migração para campos de pessoas deslocadas internamente no nordeste da Nigéria). *Sustainability (Suíça)*, 12(17), 1–15. <https://doi.org/10.3390/SU12176830>

Este artigo investiga o papel que a insegurança causada pela insurreição do Boko Haram e pela escassez de recursos desempenha na decisão das pessoas migrarem do seu lugar de origem para campos de pessoas deslocadas internamente (PDI) em Maiduguri, na Nigéria. Entre março e maio de 2019, os investigadores realizaram 204 entrevistas a PDI no campo de Bakassi em Maiduguri. As provas confirmam que o principal fator impulsor da migração foi o conflito. Outros fatores capazes de influenciar a decisão de migrar incluem a aquisição de terra, a situação socioeconómica, o acesso a água e terra, a riqueza, bem como a localização geográfica da comunidade. Além disso, estes fatores atuaram de modo diverso em comunidades diferentes relativamente à decisão das pessoas de migrarem. Os autores sugerem que as autoridades relevantes melhorem as condições socioeconómicas das comunidades de residência para atenuar os fatores que impulsionam os jovens a aderir a radicalismos.

Landau, L. B., & Amit, R. (2014). Wither policy? Southern African perspectives on understanding law, “refugee” policy and protection (Enfraquecer a política? Perspetivas da África Austral para a compreensão da lei, da política e da proteção dos ‘refugiados’). *Journal of Refugee Studies*, 27(4), 534–552. <https://doi.org/10.1093/jrs/feu005>

Quais são os fatores que determinam a proteção dos refugiados (ou a falta dela)? Que políticas podem ajudar ou dificultar os refugiados estabelecidos por conta própria? Que quadro analítico pode ser adotado para ajudar a compreensão das políticas sobre os refugiados? E que possibilidades existem para melhorar a proteção dos refugiados? Este artigo apresenta respostas às questões acima através da apreciação de alguns trabalhos empíricos efetuados na África do Sul, bem como uma extensa resenha da literatura. O autor opina que os fatores que determinam a proteção dos refugiados na África do Sul são vagamente definidos pela lei nacional sobre os refugiados e pela política formal de ‘refugiados’ e, conseqüentemente, são extremamente restritivos na garantia dos direitos dos refugiados e dos requerentes de asilo. Este artigo também sugere a introdução de um quadro analítico institucional mais amplo e a atribuição de um espaço significativo à autonomia burocrática na análise das políticas sobre os refugiados. Conclui acentuando a necessidade de alargar a incidência da política sobre os refugiados mediante a inclusão de várias vertentes políticas e sociais para garantir uma proteção prática.

Macdonald, A., & Porter, H. (2020). The politics of return: Understanding trajectories of displacement and the complex dynamics of “return” in Central and East Africa (A política de retorno: compreender as trajetórias do deslocamento e a complexa dinâmica do "retorno" na África Central e Oriental). *Journal of Refugee Studies*, 33(4), 639–662. <https://doi.org/10.1093/jrs/feaa118>

Este artigo é uma introdução a uma série de artigos que questionam o significado de ‘regresso’ à luz do contexto dinâmico da incerteza e da mobilidade multidirecional. Aborda a questão das diferentes e novas aceções de regresso que poderão proporcionar uma visão do ‘ciclo de vida’ das dinâmicas de conflito e deslocação nas regiões afetadas pela guerra da África Oriental e Central, mais concretamente no Uganda, República Democrática do Congo e Sudão do Sul. Os autores salientaram a inadequação dos quadros estáticos utilizados para explicar as experiências das populações em movimento devido a conflitos violentos, argumentando que o regresso não significa apenas uma reconfiguração de pessoas e lugares, nem tem totalmente a ver com novas normas. O artigo introduz quatro áreas nas quais os artigos da série apresentam as atuais aceções das dinâmicas do regresso das pessoas deslocadas internamente (PDI), dos refugiados e dos combatentes, as conceptualizações de lugar de origem e de mobilidade; as negociações quotidianas da pertença; a associação entre o regresso e os ‘ciclos de violência’; bem como as formas como o regresso se configura e é moldado pela governação e pela autoridade pública em todos os contextos.

O’Reilly, C. (2015). Household recovery from internal displacement in Northern Uganda (Recuperação das famílias deslocadas internamente no norte do Uganda). *World Development*, 76, 203–215. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.07.011>

A maioria dos estudos sobre as deslocações contam principalmente com dados qualitativos e não se preocupam necessariamente com os efeitos causais. São escassos os estudos que utilizam técnicas estatísticas para identificar os efeitos causais do deslocamento. Este artigo aborda esta lacuna avaliando quantitativamente o impacto do regresso a casa após uma deslocação no

crescimento dos consumos dos agregados familiares no norte da Uganda. O estudo utilizou a metodologia de enlaçamento baseado em índices de propensão para comparar famílias deslocadas com famílias não deslocadas. Para o efeito, o investigador analisou dados de Inquéritos de Medição do Nível de Vida (IMNV) e do Inquérito Nacional aos Agregados Familiares do Uganda. Os resultados indicam que as famílias deslocadas passam inicialmente por um período em que existe uma grande diferença entre os seus níveis de consumo comparados com os das famílias não deslocadas, o que é consistente com a noção de que a deslocação representa um choque para o capital fixo das famílias. Este período é, no entanto, seguido por outro de crescimento do consumo para as famílias deslocadas. Isto tem implicações na calendarização e na prestação de ajuda humanitária e de desenvolvimento relacionada com os refugiados e as pessoas deslocadas internamente.

Parent, N. (2021). Commitments to forced migrants in African peace agreements, 1990–2018 (Compromissos com os migrantes forçados nos acordos de paz africanos, 1990-2018). *International Journal of Human Rights*, 1–20. <https://doi.org/10.1080/13642987.2021.2007079>

Este estudo aborda a lacuna de investigação relacionada com a falta geral de análise sistemática do compromisso dos acordos de paz com o bem-estar, a segurança e os direitos dos migrantes forçados. Utiliza uma abordagem de análise de conteúdo indutiva para avaliar 177 acordos de paz, apresentando os resultados em quatro categorias temáticas: regresso, reconstrução, reabilitação e reintegração e reinstalação (os 5 erros); provisão para compromissos; direitos e lei; e terra e propriedade. Os resultados indicam que o regresso é o que mais domina entre os 5 erros, enquanto a reintegração é praticamente inexistente. A provisão para o compromisso comum era a proteção física, seguida pela ajuda humanitária; este resultado não é uma surpresa dado o foco central da ajuda humanitária. Os resultados também mostram compromissos limitados relativamente aos direitos à terra e à propriedade para os migrantes forçados, apesar da importância de abordar questões sobre a matéria. Na conclusão, o autor reconhece a necessidade de uma maior investigação e resenha exaustiva da literatura sobre os acordos de paz e as deslocações forçadas em África.

1.5.7. Migração interna

Beauchemin, C. (2011). Rural – urban migration in West Africa: Towards a Reversal? (Migração das zonas rurais para as urbanas na África Ocidental: rumo a uma inversão?) Migration trends and economic situation in Burkina Faso and Cote d'Ivoire. (Tendências migratórias e situação económica no Burquina Fasso e na Costa do Marfim) *Population, Space and Place*, 17(Outubro de 2009), 47–72. <https://doi.org/10.1002/psp.573>

Este estudo examina as tendências migratórias internas na Costa do Marfim e no Burquina Fasso através da análise dos fluxos domésticos de migrantes nestes dois países no longo prazo, e salienta os fatores responsáveis pelas tendências migratórias observadas. Este estudo utilizou dados de inquéritos retrospectivos, representativos a nível nacional, que detalhavam os históricos da migração, a dimensão da população do local de residência na época e outras informações relevantes. Foram elaborados modelos discretos de históricos de eventos utilizando a regressão logística binária, para além da estimativa das taxas de migração. Os resultados revelaram que a maior parte da migração do campo para a cidade evoluiu, sendo dominada pelos jovens. Mais importante ainda, verifica-se uma diminuição na percentagem da migração no crescimento urbano

ao longo das décadas nos dois países. Na Costa do Marfim, registou-se uma inversão na migração com um aumento dos que deixam as zonas urbanas. Estes resultados estão relacionados com o empobrecimento contínuo da população urbana. Embora a chegada de antigos habitantes das cidades possa resultar na renovação social e económica das zonas rurais, também pode dar azo a conflitos e ao empobrecimento das populações rurais. O que precede tem implicações na formulação das políticas.

Blunch, N.-H., & Laderchi, C. R. (2015). The winner takes it all: Internal migration, education and wages in Ethiopia (O vencedor leva tudo: migração interna, educação e salários na Etiópia). *Migration Studies*, 3(3), 417–437.

<https://doi.org/10.1093/migration/mnv008>

Este estudo investiga as conexões entre a migração interna, a educação e os salários, fornecendo respostas às seguintes questões: A migração faz subir os salários? A percentagem de migrantes nas comunidades de acolhimento afeta os salários? Existem diferenças na estrutura geral dos salários dos migrantes e dos não migrantes nas comunidades de acolhimento? Há diferenças na associação entre migração e salário com base no nível de educação? Este estudo utilizou um inquérito sobre o trabalho infantil realizado na Etiópia em 2001 e os dados foram analisados empiricamente recorrendo a estatísticas descritivas e ao método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) para a estimativa. Os resultados confirmam que, em média, os migrantes estão em melhor situação do que os não migrantes em termos educativos e salariais. No entanto, os migrantes mais qualificados tinham rendimentos mais elevados em comparação com os migrantes menos qualificados. Portanto, os autores frisaram a importância de priorizar a atualização de competências e a educação, particularmente em áreas com níveis altos de migração. É necessário realizar mais investigação noutros contextos para compreender melhor as ligações entre migração interna, educação e mercado de trabalho.

De Brauw, A., Mueller, V., & Lee, H. L. (2014). The role of rural-urban migration in the structural transformation of Sub-Saharan Africa (O papel da migração das zonas rurais para as urbanas na transformação estrutural da África Subsariana). *World Development*, 63, 33–42.

<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.10.013>

Os autores examinam o estado da migração das zonas rurais para as urbanas na África Subsariana (ASS). O seu argumento principal, baseado em investigações empíricas, é que as taxas de migração das zonas rurais para as urbanas na África Subsariana são heterogéneas. Também observam que muitos países da África Subsariana registaram taxas baixas de migração interna. As disparidades salariais e as taxas de pobreza são fatores explicativos que contribuem significativamente para a migração das zonas rurais para as urbanas. No entanto, condicionadas pela migração, as remessas de fundos afiguram-se baixas na maioria dos países, o que pode ser causado por vários fatores incluindo a falta de registo formal das remessas, e pelo facto de a principal contribuição do membro do agregado familiar que migrou pesar menos no autoconsumo de bens produzidos pelo agregado familiar. Então quais são os obstáculos principais à migração das zonas rurais para as urbanas? Os autores relatam que, em primeiro lugar, a perceção do risco de rendimento por parte dos indivíduos avessos ao risco pode obstar à migração. Além disso, o papel das redes de migrantes para facilitar a migração das zonas rurais para as urbanas pode ser limitado, tendo em conta as más redes viárias e de comunicações. Ademais, o custo de oportunidade dos trabalhadores válidos que migram pode

ser demasiado alto para justificar a migração. Para melhorar a compreensão das dinâmicas da migração interna, há necessidade de um módulo de migração num inquérito nacional sobre vários temas ou investigações especializadas sobre a migração. Além disso, as razões para as baixas taxas de remessas observadas precisam de ser mais bem compreendidas.

Garcia, A. J., Pindolia, D. K., Lopiano, K. K., & Tatem, A. J. (2015). Modeling internal migration flows in sub-Saharan Africa using census microdata (Modelação dos fluxos migratórios internos na África Subariana utilizando microdados de recenseamentos). *Migration Studies*, 3(1), 89–110. <https://doi.org/10.1093/migration/mnu036>

Os modelos de interação espacial gravitacional (MIEG) têm o potencial de contribuir para uma melhor compreensão da migração através do fornecimento de estimativas quantitativas da importância absoluta e relativa das características de localização. Este estudo utiliza microdados de recenseamentos a nível nacional de 10 países da África Subariana e conjuntos de dados espaciais adicionais para criar uma série de MIEG que calcula estimativas quantitativas de migração à escala regional e desenvolve modelos de migração. Os resultados confirmam que os MIEG de migração são instrumentos úteis para compreender como os seres humanos se deslocam, e são aplicáveis a outros recenseamentos e conjuntos de dados demográficos para estimar a migração com limites conhecidos na falta de dados sobre a migração ou caso estes dados sejam de má qualidade. Estes modelos podem contribuir para uma melhor orientação das intervenções e atribuição de recursos. Contudo, precisam de ser alargados a outros contextos (como a África em geral ou outros países africanos), para testar a sua relevância e aplicabilidade.

Greiner, C., & Sakdapolrak, P. (2013). Rural-urban migration, agrarian change, and the environment in Kenya: A critical review of the literature (A migração das zonas rurais para as urbanas, a transformação agrária e o ambiente no Quênia. Uma resenha da literatura). *Population and Environment*, 34(4), 524–553. <https://doi.org/10.1007/s11111-012-0178-0>

Este artigo reage à pouca ênfase dada aos efeitos da migração no ambiente, concentrando-se na dinâmica dos processos de migração no âmbito dos agregados familiares de pequenos agricultores e no seu impacto no ambiente nas zonas rurais de origem do Quênia. Foi realizado através de uma resenha da literatura relevante. No entender dos autores, a forte relação observada entre migração e ambiente nas zonas de origem é multifacetada e enquadrada basicamente por duas narrativas fortes, mas contraditórias. Por um lado, a migração contribui para a recuperação ambiental através do fluxo de remessas e de ideias. Por outro lado, a migração implica perda de mão de obra agrícola, o que leva à diminuição da produção e, por fim, a uma degradação ambiental causada, por exemplo, por um aumento da suscetibilidade à erosão. Para dar a conhecer ainda mais as complexidades inerentes às relações entre migração e ambiente, os autores defendem uma abordagem translocal que ofereça uma visão abrangente e multidimensional donexo através da ênfase nas noções de lugar, comunidade e redes. O impacto da migração das zonas rurais para as urbanas nos recursos ambientais e na resiliência dos pequenos agricultores às alterações climáticas, bem como as formas como os migrantes urbanos dependem das zonas rurais são áreas sugeridas que requerem mais investigação.

Mitchell, M. I. (2011). Insights from the cocoa regions in Côte d’Ivoire and Ghana: Rethinking the migration–conflict nexus (Visão das regiões cacauceiras na Costa do Marfim e no Gana: repensar o nexo entre migração e conflito). *African Studies Review*, 54(2), 123–144.

<https://doi.org/10.1353/arw.2011.0035>

Este artigo investiga o nexos entre migração e conflito na Costa do Marfim e no Gana através da resenha da literatura existente. Este estudo, que apresenta a migração como uma questão da segurança por direito próprio, parte de muitos estudos que mostram a migração (interna) como uma consequência de conflitos. Utilizando a migração como variável explicativa, examina os mecanismos e as dinâmicas através dos quais os processos de migração (interna) estão ligados à ocorrência de conflitos internos violentos. A migração nas regiões cacauceiras da Costa do Marfim tem as suas origens no período colonial e continuam desde então, resultando em disputas sobre os recursos. Portanto, teve um papel subjacente aos conflitos violentos naquele país. Pelo contrário, embora as regiões cacauceiras no Gana não estivessem imunes a conflitos violentos, a migração não foi um fator contributivo para o conflito. As variáveis intervenientes que deram uma visão melhor do nexos entre migração e conflito nestes países incluem a natureza das relações entre o Estado e a sociedade, o regime fundiário, a capacidade do Estado, e as experiências e choques exógenos com discursos de autoctonia.

Pickbourn, L. (2018). Rethinking rural-urban migration and women's empowerment in the era of the SDGs: Lessons from Ghana (Repensar a migração das zonas rurais para as urbanas e o empoderamento das mulheres na era dos ODS: lições do Gana). *Sustainability (Suíça)*, 10(4).

<https://doi.org/10.3390/su10041075>

Este artigo investiga a complexa relação entre o empoderamento das mulheres e a migração das mulheres das zonas rurais para as urbanas. Este estudo utilizou provas recolhidas através de inquéritos e entrevistas com mulheres migrantes em Acra e no distrito de Savelegu-Nanton no norte do Gana. O investigador colocou as questões do inquérito a 434 mulheres e realizou 50 entrevistas. O autor conclui que as mulheres que migram das zonas rurais para as urbanas são muitas vezes duplamente penalizadas com marginalização e exploração. Decidem migrar para melhorar a sua vida e a vida das suas famílias mesmo perante os desafios extremos que têm de enfrentar. Para estas mulheres, uma componente importante dos seus esforços na hora de escolher onde viver e trabalhar é a capacidade de regressar à sua comunidade de origem, tendo ainda a opção de voltar para a cidade.

1.5.8. Migração e comércio

Gnimassoun, B. (2020). Regional Integration: Do intra-African trade and migration improve income in Africa? (Integração regional: a migração e o comércio intra-africano melhoram os rendimentos em África?) *International Regional Science Review*, 43(6), 587–631.

<https://doi.org/10.1177/0160017619874852>

Este artigo examina o impacto da abertura regional (integração regional) no rendimento per capita em África mediante estimativas transversais e longitudinais. O investigador usou a migração e o comércio intra-africano como indicadores da integração regional, tendo sido utilizado o método dos mínimos quadrados em duas etapas (MQQ2E) como estratégia para a estimativa. Os resultados indicam que a integração africana não foi suficientemente forte para estimular um melhoramento de longo prazo no rendimento per capita real em África. Mesmo assim, parece que a integração africana melhorou significativamente os rendimentos de curto e médio prazo, mas apenas através

da migração internacional. Isto implica que, quando o crescimento da população por si só não pode potencialmente causar um aumento do rendimento, a migração permanente pode ter efeitos positivos. O autor também notou que o comércio intra-africano não tem um impacto significativo no rendimento per capita.

1.5.9. Migração e diplomacia

Fernández-Molina, I., & Hernando De Larramendi, M. (2020). Migration diplomacy in a de facto destination country: Morocco's new intermestic migration policy and international socialization by/with the EU (Diplomacia da migração num país de destino de facto: a nova política de migração “interméstica” de Marrocos e a socialização internacional pela/com a UE). *Mediterranean Politics*, 27(2), 212–235.

<https://doi.org/10.1080/13629395.2020.1758449>

Este artigo investiga a diplomacia de Marrocos relativamente à migração desde 1999, centrando-se especificamente nas relações com a União Europeia (UE) e na nova política de migração (NPM) de Marrocos. A metodologia deste estudo incluiu entrevistas semiestruturadas que foram complementadas com a análise do conteúdo de 24 discursos reais relevantes do rei Mohammed VI de Marrocos. Os autores argumentam que a NPM satisfaz os objetivos de política externa de Marrocos relativamente à UE e a África, e que a socialização internacional pela/com a UE é um dos principais motores das políticas de migração de Marrocos. Além disso, a mudança mais óbvia na socialização de Marrocos com a UE em termos de migração foi uma certa inversão a nível normativo e discursivo, que compreende um recuo marroquino de uma dramatização a favor de uma exibição visível de escolha racional e uma atitude transnacional em relação à UE. Por outro lado, o papel orientado por normas foi redirecionado para outros países africanos e para a comunidade internacional. O acima exposto destaca como a ação do sul pode ser utilizada para mitigar a assimetria do poder no contexto das relações de Marrocos com a UE, e como a posição ou a importância de um Estado no âmbito de um sistema de migração regional (neste caso euroafricano) pode ser utilizada estrategicamente para fins mais amplos de política externa.

Norman, K. P. (2020). Migration diplomacy and policy liberalization in Morocco and Turkey (Diplomacia da migração e liberalização da política em Marrocos e na Turquia). *International Migration Review*, 54(4), 1158–1183.

<https://doi.org/10.1177/0197918319895271>

Este artigo examina os fatores que motivam a introdução de reformas amplas da política de migração em Marrocos e na Turquia, e os seus efeitos iniciais nos migrantes e refugiados residentes em cada país de acolhimento. Utilizando a ótica da diplomacia da migração, este estudo realizou, em 2015, 75 entrevistas nos dois países para perceber as influências internacionais que estimulam a tomada de decisões nacionais na área da migração. O autor argumenta que as posições geográficas da Turquia e de Marrocos são instrumentais para moldar os fatores diplomáticos que acionam o processo de reforma. No entanto, um processo de reforma da migração ativado por interesses diplomáticos tem implicações para a sua implementação porque os Estados de acolhimento podem estar principalmente interessados nas vantagens da implementação da reforma, com incentivos mínimos para dar início a uma implementação rigorosa. Os Estados de acolhimento podem concentrar-se nos ganhos económicos e diplomáticos da reforma, com pouco interesse no impacto destas políticas na vida quotidiana dos migrantes e dos refugiados.

Paoletti, E. (2011). Migration and foreign policy: The case of Libya (Migração e política externa: o caso da Líbia). *Journal of North African Studies*, 16(2), 215–231. <https://doi.org/10.1080/13629387.2011.532588>

Este artigo analisa a política de migração da Líbia na ótica das interações daquele país com o seus vizinhos africanos e árabes utilizando o método de investigação qualitativa. Esta investigação argumenta que a migração surgiu como uma alavanca com a qual a Líbia, aproveitando a sua localização geopolítica, exerce pressão nas relações diplomáticas com os seus vizinhos. As políticas de migração da Líbia caracterizavam-se por um grande grau de ambivalência. A abertura deste país a países africanos e árabes foi influenciada por fatores económicos, incluindo o seu desejo de colmatar a falta de mão-de-obra, bem como por fatores políticos, particularmente a sua tentativa de tornar-se líder no cenário internacional no meio do seu crescente isolamento do Ocidente. Em contraste com a abertura professada, as violações do direito internacional consuetudinário em matéria de asilo foram generalizadas e as deportações não diminuíram. As políticas de migração foram aplicadas de maneira não sistemática, mas de modo ad hoc, o que demonstra que os países não democráticos tendem a utilizar a coerção impulsionada pela migração na política externa em comparação com os seus homólogos democráticos.

1.5.10. Outros

Bakewell, O., & Jónsson, G. (2013). Theory and the study of migration in Africa (Teoria e estudo da migração em África). *Journal of Intercultural Studies*, 34(5), 477–485. <https://doi.org/10.1080/07256868.2013.827830>

Este documento introduz uma série de artigos que examinam os diversos aspetos da migração com base em dados concretos de África. Estes artigos não se ocupam necessariamente do fornecimento de material novo, concentrando-se mais na oferta de novas visões teóricas que podem refutar, contrariar ou refinar as teorias existentes que dominam a área da migração. Os autores argumentam que a África tem sido em grande parte uma consumidora de teorias porque os conceitos básicos da migração foram maioritariamente desenvolvidos em outros lugares para serem testados em África. O domínio dos conceitos e hipóteses de migração pela experiência de uma parte limitada do mundo restringe a teoria da migração. A investigação sobre a diversidade de práticas migratórias em África pode oferecer novas e matizadas perspetivas e conhecimentos teóricos que se podem refletir na elaboração de teorias refinadas que, posteriormente, podem ser testadas em outras regiões do mundo.

Borderon, M., Sakdapolrak, P., Muttarak, R., Kebede, E., Pagogna, R., & Sporer, E. (2019). Migration influenced by environmental change in Africa: A systematic review of empirical evidence (Migração influenciada pelas alterações climáticas em África: uma análise sistemática das provas empíricas). *Demographic Research*, 41(Dezembro), 491–544.

<https://doi.org/10.4054/DemRes.2019.41.18>

Este artigo consolida provas relativamente aonexo entre migração e ambiente através de uma análise sistemática das provas empíricas existentes de migração influenciada pelas alterações climáticas em África. A equipa de investigação analisou, no total, 53 estudos qualitativos e quantitativos. Os autores observam que as formas como as alterações climáticas influenciam a migração são indiretas, porque afetam outros motores de migração, incluindo fatores económicos, sociodemográficos e políticos. O padrão e a direção da influência das alterações climáticas na

migração dependem dos contextos socioeconômicos e geográficos, das características demográficas, bem como da duração e do tipo de migração.

Collyer, M., & De Haas, H. (2012). Developing dynamic categorisations of transit migration (Estabelecer as classificações dinâmicas da migração em trânsito). *Population, Space and Place*, 18(4), 468–481. <https://doi.org/10.1002/psp.635>

Este artigo investiga os limites inerentes à classificação de populações móveis como migrantes em trânsito, e demonstra-os através de uma análise da migração para e pelo norte da África. Foram observadas três deficiências no termo ‘migrantes em trânsito’. Em primeiro lugar, as viagens através do Sara para o Norte de África levam meses e, geralmente, são feitas por etapas porque os migrantes permanecem temporariamente em alguns lugares a fim de trabalhar e poupar dinheiro. Em segundo lugar, a noção de que todos os migrantes subsarianos presentes no Norte de África estão ‘a caminho’ é enganosa visto que alguns se estabeleceram nessa região. Em terceiro lugar, uma percentagem apreciável de migrantes desiste ou opta por não se aventurar na Europa e prefere estabelecer-se no Norte de África como uma alternativa ao regresso ao país de origem. Contrariando a ideia de migração em trânsito, os autores apresentaram a noção de ‘migração fragmentada’ como um modo de conceptualizar a migração como um processo dinâmico que abrange várias viagens segmentadas para estes migrantes.

Crush, J., Chikanda, A., & Tawodzera, G. (2015). The third wave: Mixed migration from Zimbabwe to South Africa (A terceira vaga: migração mista do Zimbabué para a África do Sul). *Canadian Journal of African Studies*, 49(2), 363–382.

<https://doi.org/10.1080/00083968.2015.1057856>

Esta investigação utiliza dados do Programa de Migração da África Austral (PMAA) recolhidos em 1997, 2005 e 2010 para examinar a natureza mutável da migração do Zimbabué para a África do Sul. Os autores destacaram a periodização e a complexidade da migração mista, argumentando que é muito heterogénea. Foram realçadas três fases ou “vagas” de migração mista. A primeira coincide com a abertura da África do Sul ao resto do continente e o declínio do desempenho socioeconómico do Zimbabué nos anos 1990. A segunda vaga, que ocorreu entre meados dos anos 1990 e 2005, corresponde ao aumento da migração irregular como consequência das restrições rigorosas à migração do Zimbabué pelo governo da África do Sul, apesar de a maioria destes fluxos de entrada na África do Sul serem temporários. A terceira vaga, que se intensificou em 2005, foi uma resposta direta ao colapso total da economia do Zimbabué que levou a um aumento significativo dos migrantes zimbabuanos para a África do Sul, os quais, na sua maioria, queriam prolongar a sua estadia e construir uma vida nova.

Flahaux, M. L. (2021). Reintegrating after return: Conceptualisation and empirical evidence from the life course of Senegalese and Congolese migrants (Reintegração após o regresso: conceptualização e provas empíricas do ciclo de vida dos migrantes senegaleses e congoleses). *International Migration*, 59(2), 148–166. <https://doi.org/10.1111/imig.12705>

Neste estudo, o autor desenvolveu e aplicou um quadro que estabelece uma ligação entre a intenção de regressar e a reintegração após o regresso para examinar o papel da reintegração nas suas histórias de vida e migração, bem como as suas aspirações, e as condições em que se encontram. O autor complementou os dados transnacionais e biográficos do projeto de Migração entre a África e a Europa (MAFE) foram complementados com entrevistas a migrantes do Senegal e da

República Democrática do Congo que regressaram. Os resultados confirmam a interligação entre a intenção inicial, o regresso e a reintegração. Os migrantes preveem a sua reintegração e os que imaginam um regresso positivo, planeiam o seu regresso. Além disso, enquanto o contexto no país de origem influencia as estratégias de reintegração dos migrantes, a intenção de regressar contribui para a preparação do regresso, captando capital humano e financeiro para a sua reintegração. O quadro desenvolvido é uma contribuição importante para a literatura. A futura investigação poderá centrar-se na adaptação e teste do quadro em outros países africanos.

Gignarta, T. S., Guan, Z. Z., & Borojo, D. G. (2020). The impacts of economic freedom and institutional quality on migration from African countries (Os impactos da liberdade económica e da qualidade institucional nas migrações dos países africanos). *South African Journal of Economics*, 88(3), 242–266. <https://doi.org/10.1111/saje.12254>

Este estudo examina empiricamente o efeito da qualidade institucional e da liberdade económica na migração oriunda de 44 países africanos para Estados-Membros da OCDE. Foram analisados dados para o estudo de várias fontes, incluindo a OCDE e os Indicadores Mundiais de Governação (WGI). Como medidas de qualidade institucional incluem-se: o Estado de direito; a eficácia governamental; a ausência de violência; e a instabilidade. Entre os indicadores de liberdade económica contam-se a eficiência regulamentar; a dimensão do governo; e o mercado aberto. Como técnica de estimativa foi utilizado o modelo de Poisson estimado por pseudo-máxima verosimilhança (PPML). Os resultados indicam que a qualidade institucional e a liberdade económica influenciam o fluxo migratório porque afetam a segurança económica, as oportunidades e o crescimento económico. Ou seja, a escassa qualidade institucional e de liberdade económica nos países de origem dos migrantes influenciam a migração para fora destes países, o que implica que funcionam como fatores impulsionadores, significativamente determinantes da migração de África. Assim, é importante que as políticas de gestão dos fluxos migratórios para fora de África conheçam os indicadores de qualidade institucional e de liberdade económica.

Gordon, S. (2016). Immigration policies that include or exclude: A South African public opinion study of immigration policy preferences. (Políticas de imigração que incluem ou excluem: um estudo da opinião pública sul africana sobre as preferências no que respeita à política de imigração). *Social Dynamics*, 42(3), 443–461.

<https://doi.org/10.1080/02533952.2016.1238336>

Este estudo investiga os fatores que determinam as atitudes de exclusão relativamente à imigração entre os sul-africanos através de técnicas de pesquisa da opinião pública. Também foi avaliada a associação entre o número de imigrantes numa área e as atitudes de exclusão. Os dados utilizados neste estudo foram colhidos no Inquérito às Atitudes Sociais dos Sul-Africanos (IASSA). Esta investigação utilizou uma análise de regressão multivariada para examinar a influência do patriotismo político e cultural, bem como a perceção das consequências da migração, nas preferências individuais por políticas de imigração restritivas. O autor não encontrou provas de uma relação entre a dimensão do grupo de imigrantes e as atitudes relativamente à imigração. O patriotismo cultural foi associado positivamente ao apoio à exclusão dos imigrantes, e a perceção de que a imigração tem consequências negativas foi associada ao apoio a políticas migratórias supressivas. As áreas para mais investigações incluem o impacto do nacionalismo e da globalização nas atitudes contrárias aos imigrantes.

Kanayo, O., & Anjofui, P. (2021). Migration dynamics in Africa: Expectations and lived experiences of immigrants in South Africa (Dinâmica da migração em África: expectativas e experiências concretas de imigrantes na África do Sul). *Journal of Asian and African Studies*, 56(3), 572–588. <https://doi.org/10.1177/0021909620934840>

Este estudo investiga as experiências relativamente às expectativas dos imigrantes na África do Sul. Investigou as experiências concretas dos imigrantes dos Camarões e da República Democrática do Congo através de entrevistas semiestruturadas e grupos-alvos. Os resultados mostram que, para a maioria dos imigrantes, as suas expectativas foram goradas pelo desemprego, xenofobia, discriminação e ameaças à segurança. Contudo, as poucas histórias de sucesso dos migrantes estão a influenciar outros, à medida que se tornam mais resilientes e desenvolvem outras estratégias de sobrevivência. Os autores declaram que, embora seja imperativo que a África do Sul formule estratégias para apoiar a integração dos migrantes, não se pode culpar o país de acolhimento por não assumir responsabilidade total pelos migrantes, porque tem de satisfazer as necessidades dos seus próprios cidadãos.

Mberu, B. U., & Pongou, R. (2016). Crossing boundaries: Internal, regional and international migration in Cameroon (Atravessar as fronteiras: migração interna, regional e internacional nos Camarões). *International Migration*, 54(1), 100–118.

<https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2012.00766.x>

Este artigo investiga as várias dimensões da migração nos Camarões, as suas determinantes e implicações principais para o desenvolvimento, através de uma resenha da literatura relevante, dados disponíveis e documentos políticos. Os autores observam que a migração interna é mais dominante à medida que aumenta a quantidade de pessoas que mudam do campo para a cidade. Uma percentagem significativa de camaroneses também migra para países africanos vizinhos, Europa e América do Norte. As diferenças geográficas na procura e oferta de trabalho, os conflitos civis e a opressão política perante o aumento da instabilidade política são determinantes importantes da migração interna e internacional. O aumento dos níveis de migração nos Camarões não é alheio às terríveis perspetivas económicas e de desenvolvimento do país desde os anos 1990. No parecer dos autores, dada a grande quantidade de emigrantes camaroneses, a prioridade da nova política de migração no sentido de empenhar a diáspora no codesenvolvimento do país é um passo positivo.

Neumann, K., & Hermans, F. (2017). What drives human migration in Sahelian countries? A meta-analysis. (O que impulsiona a migração humana nos países sahelianos? Uma meta-análise) *Population, Space and Place*, 23(1). <https://doi.org/10.1002/psp.1962>

É muito limitada a investigação que consolida o atual conhecimento dos motores da migração em África. Este artigo dedica-se a esta lacuna sintetizando provas em torno dos motores da migração através de uma meta-análise de 53 estudos de casos revistos por pares nas três últimas décadas nos países africanos do Sahel. Foi também desenvolvida pelos autores uma estrutura para caracterizar os motores da migração e as suas interações. As provas apontam para a supremacia dos fatores económicos e sociais como motores da migração. Além disso, as condições ambientais adversas foram referidas pelo estudo como motores indiretos da migração, afetando os motores económicos, incluindo a perda de gado ou de emprego, e a diminuições de rendimentos. Os autores realçam a necessidade de prestar atenção ao nexo de causalidade dos motores da migração que é a interação de vários fatores que motivam a migração, os quais estão presentemente a ser alvo de investigação.

Ruyssen, I., & Rayp, G. (2014). Determinants of intraregional migration in sub-Saharan Africa 1980-2000 (Determinantes da migração inter-regional na África Subsariana). *Journal of Development Studies*, 50(3), 426–443.

<https://doi.org/10.1080/00220388.2013.866218>

Este estudo responde à compreensão limitada das determinantes da migração sul-sul investigando os fatores que impulsionam a migração intrarregional na África Subsariana. Utilizou a Base de Dados sobre Migração e Remessas Bilaterais (GBMD) do Banco Mundial abrangendo o período entre 1980 e 2000, e 42 países de origem e destino para analisar os incentivos para a migração intrarregional. O autor utilizou o modelo de migração do capital humano e o modelo de regressão com interação espacial para definir as determinantes dos padrões de migração entre estes países e a potencial interação espacial entre os fluxos de origem e de destino, respetivamente. As determinantes dos fluxos migratórios incluem fatores económicos como os rendimentos nos países de acolhimento e fatores político-sociais, entre os quais, conflitos no país de origem e liberdade relativa nos países de acolhimento, bem como efeitos das redes que diminuem os custos psicológicos associados à migração. A distância e a proximidade também foram fatores importantes por causa da sua influência nos custos com transporte e comunicações. Esta investigação também encontrou provas de dependência e heterogeneidade espacial nas decisões sobre a migração.

Thomas, K. J. A., & Inkpen, C. (2013). Migration dynamics, entrepreneurship, and African development: Lessons from Malawi (Dinâmica de migração, empreendedorismo e desenvolvimento africano: lições do Maláui). *International Migration Review*, 47(4), 844–873.

<https://doi.org/10.1111/imre.12052>

Os autores analisam a associação da migração com as atividades laborais por conta própria entre indivíduos que migram para o Maláui. Utilizou dados do recenseamento do Maláui de 2008 e uma combinação de modelos de regressão binomial e multinomial para examinar as contribuições materiais dos migrantes na criação de empresas detidas por migrantes e na redução do desemprego. Através de análises, foram identificados alguns pontos críticos. Em primeiro lugar, os migrantes africanos regressados do Ocidente não estão envolvidos no trabalho por conta própria como os seus homólogos de outros países africanos e ainda menos em atividades agrícolas por conta própria. Existe uma continuidade espacial no que diz respeito às possibilidades de trabalho por conta própria. Isto é exemplificado pelo facto de os indivíduos que imigram de países africanos não pertencentes à SADC serem mais suscetíveis de trabalhar por conta própria do que os imigrantes provenientes de fora de África. Além disso, os migrantes que regressam dos países da SADC têm maior probabilidade de trabalhar por conta própria do que os regressados de outros países africanos. Por fim, comparados com migrantes internacionais, é menos provável que os migrantes internos trabalhem por conta própria, frisando assim que a migração internacional não tem tanta importância para o desenvolvimento. É necessário realizar mais investigação sobre os canais específicos através dos quais o trabalho por conta própria dos migrantes afeta o desenvolvimento.

Toma, S., & Vause, S. (2014). Gender differences in the role of migrant networks: Comparing Congolese and Senegalese migration flows (Diferenças de género no papel das

redes de migrantes: comparação dos fluxos migratórios congolezes e senegaleses). *International Migration Review*, 48(4), 972–997. <https://doi.org/10.1111/imre.12150>

Os estudos efetuados que investigam a interação entre género e redes de migrantes são limitados. Para colmatar esta lacuna, este estudo de investigação examina a diferença de género no papel desempenhado pelas redes de migrantes na mobilidade internacional com estudos de casos no Senegal e na República Democrática do Congo. Utilizou dados retrospectivos recolhidos entre 2008 e 2010 pelo projeto sobre a Migração entre a África e a Europa (MEAE). Os investigadores elaboraram os resultados utilizando uma análise histórica discreta do histórico de eventos e um modelo de regressão logística. Os autores concluíram que o género e o contexto influenciam o papel desempenhado pelas redes de migrantes. Há uma diferença entre a influência do cônjuge do migrante e a de outros elos da rede. As senegalesas tendem mais a contar com redes concentradas geograficamente do que os senegaleses, enquanto as diferenças por género são menos marcantes no caso do Congo. O exemplo do Senegal pode ter sido influenciado pelas normas patriarcais rígidas naquela sociedade que limitam a participação e a autonomia das mulheres na mobilidade e nas atividades económicas. O modo como as mulheres organizam e mobilizam estas redes para derrubar as barreiras de género à migração é uma área que merece mais investigação.

Uberti, S. D., De Lombaerde, P., Nita, S., & Legovini, E. (2015). Analyzing intra-regional migration in sub-Saharan Africa: Statistical data constraints and the role for regional organizations (Analisar a migração intrarregional na África Subsariana: as restrições de dados estatísticos e o papel das organizações regionais). *Regions and Cohesion*, 5(2), 77–113. <https://doi.org/10.3167/reco.2015.050204>

Este artigo examina em que medida as organizações regionais (como a União Africana (UA) e as comunidades económicas regionais (CER)) na África Subsariana devem estar envolvidas na monitorização da migração intra-africana à luz da agenda da política da migração do continente, através de uma resenha da literatura relevante. Os autores defendem a melhoria dos instrumentos estatísticos que poderiam levar ao desenvolvimento de um quadro político de migração regional harmonizado e mais informado, e à implementação de políticas sociais regionais em harmonia com as políticas nacionais. Na defesa de um papel mais proeminente para as organizações regionais no fornecimento de dados estatísticos sobre a migração, os autores opinam que a agenda de investigação em África tem tido uma maior sofisticação e complexidade conceptual, exigindo assim novos dados. Tendencialmente as instituições nacionais têm um desempenho inferior em relação à produção de dados estatísticos, particularmente quando surgem novas agendas de investigação e novas necessidades de dados, o que requer um papel complementar das organizações regionais. Enfim, justifica-se o fortalecimento do seu papel considerando os seus mandatos na área da governação da migração regional.

Vause, S., & Toma, S. (2015). Is the feminization of international migration really on the rise? The case of flows from the Democratic Republic of Congo and Senegal (A feminização da migração internacional está realmente a aumentar? O caso dos fluxos da República Democrática do Congo e do Senegal). *Population*, 70(1), 41–67. <https://doi.org/10.3917/popu.1501.0041>

Esta investigação dedica-se à compreensão limitada da participação feminina na migração internacional em África, examinando em que medida a migração internacional no Senegal e na República Democrática do Congo (RDC) tende para uma feminização e as características desta

feminização. Para este estudo a equipa de investigação analisou dados do inquérito à migração entre a África e a Europa (MAFE) que recolheu informações retrospectivas nas áreas das capitais dos respetivos países e nas áreas de destino mais importantes na Europa. Os autores não apresentam provas claras de uma feminização considerável dos fluxos migratórios nestes dois contextos, embora registem que as mulheres senegalesas sejam menos propensas a migrar, o que pode ser explicado por fatores familiares e patriarcais. Os contextos limitados em que aumentou a probabilidade da migração feminina foram motivados por uma diminuição substancial da migração masculina aliada a uma estagnação da migração feminina. Em geral, as congolezas são mais propensas a migrar do que as senegalesas; os autores afirmam que as alterações absolutas e relativas na migração feminina devem ambas serem tidas em conta na avaliação do grau de feminização da migração internacional.

1.6. Conclusão, recomendações e orientação da investigação futura.

1.6.1. Conclusão

A secção apresenta a conclusão desta investigação, que forneceu uma extensa avaliação de artigos sobre a migração em África publicados em periódicos académicos. Agrupados por temas, forneceu provas sobre questões atuais de migração em África, bem como uma cronologia das suas publicações. Apesar de não exaustivos, os artigos discutidos neste trabalho permitem aceder a contribuições importantes para a investigação sobre migração em África ao longo dos últimos 12 anos. Também fornecem inspiração a investigadores e professores que podem utilizar a lista de publicações como referência para os seus estudantes e investigadores em início da carreira.

Este trabalho também identificou a necessidade de investigação futura com vista a contribuir para a tomada de decisão. As lacunas de investigação sintetizadas a partir destes artigos e complementadas com o conhecimento e a experiência dos investigadores fornecem uma importante inspiração e orientação para a investigação futura. Espera-se que o Centro, bem como os investigadores, legisladores e profissionais que trabalham nesta área considerarão úteis os recursos partilhados neste relatório para os seus esforços atuais e futuros de investigação em matéria de migração em África.

1.6.2. Orientações e recomendações para a investigação futura

Esta secção apresenta lacunas identificadas na literatura sobre a migração em África com vista à sua investigação futura. Assenta principalmente na análise dos artigos incluídos na bibliografia anotada, incluindo uma síntese de recomendações nos respetivos artigos para investigação futura. O que precede é complementado pelo conhecimento e a experiência dos investigadores que trabalham na área da migração em África. Este estudo também sugere agendas/questions delineadas na seguinte Tabela 1

Tabela 1: Orientações para a investigação futura (agenda / questões de investigação)

| Área temática chave | Áreas de interesse da investigação atual | Agenda / Questões para investigação futura |
|-----------------------------|--|--|
| Governação da migração | <ul style="list-style-type: none"> ● A associação e a variância entre as políticas de migração a nível nacional, e as políticas de migração a nível regional. ● O regime das políticas de migração em alguns Estados africanos e a sua implementação. ● A influência da política e dos interesses locais nas políticas e nas práticas nacionais de migração. ● Crítica dos interesses, política, princípios e práticas de migração das organizações multilaterais e bilaterais em África. ● Relações de governação da migração entre organizações bilaterais e multilaterais, bem como entre Estados-nações de África. ● Exame dos protocolos, quadros e posições comuns que foram adotados pela União Africana, e pelas comunidades económicas regionais africanas, bem como avaliação dos seus impactos e desafios na sua implementação para a promoção da integração regional. ● Avaliação dos mecanismos de gestão das fronteiras em alguns Estados-nações africanos. | <ul style="list-style-type: none"> ● A interação dos interesses nacionais em resposta à migração. ● As relações de poder entre Estados e as noções que moldam as políticas internacionais de migração. ● Os obstáculos e as oportunidades inerentes às necessidades de cooperação bilateral, regional e africana. ● Como os países africanos navegam entre as pressões e as oportunidades internas e externas relativamente à migração internacional. ● Como se pode perceber melhor as decisões de políticas migratórias em países de acolhimento em desenvolvimento? ● Como a política influencia as decisões do governo em matéria de imigração nos países de destino? ● Como os regimes de migração nacionais, regionais e africanos moldam e são moldados por considerações socioeconómicas, incluindo pobreza, desigualdade e emprego, identidade de cidadania, desejos dos cidadãos de migrar, e colaboração com diversas partes interessadas. |
| Migração laboral e educação | <ul style="list-style-type: none"> ● Avaliação da incorporação dos migrantes nos mercados de trabalho ● Avaliação da dimensão e do impacto em África da fuga de cérebros. ● Exame das condições e consequências no mercado de trabalho dos migrantes regressados. ● Impacto da emigração qualificada no desenvolvimento e prosperidade dos que permanecem no país de origem. | <ul style="list-style-type: none"> ● Possibilidades e obstáculos ao desenvolvimento de políticas abrangentes e transparentes da migração laboral e educação, bem como reconhecimento mútuo das qualificações. ● Que reformas institucionais são necessárias para revelar o potencial das remessas em África? Quais são os motores da fuga de cérebros dos países africanos? Quais são os benefícios potenciais do ganho de cérebros e da |

| | | |
|----------------------------|--|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Exame do efeito da emigração na industrialização. ● Determinantes e impactos macroeconómicos das remessas; impacto das remessas internas e internacionais na pobreza e no crescimento económico. ● Exame do nexo entre as remessas e o desenvolvimento financeiro; avaliação da associação entre as remessas e as instituições, e entre as remessas e a educação dos migrantes. | <p>circulação de cérebros para o desenvolvimento de África? Como a tecnologia enquanto variável interveniente influencia o modo como o desenvolvimento financeiro afeta as remessas?</p> |
| O empenhamento da diáspora | <ul style="list-style-type: none"> ● Exame das transformações na emigração e cidadania nos países africanos, incluindo a interrogação da razão do porquê de alguns países africanos adotarem a dupla cidadania para emigrantes e outros não. ● Avaliação de programas e políticas sobre o regresso da diáspora ● O papel e o impacto das diásporas africanas na construção da paz, no crescimento económico e no desenvolvimento. | <ul style="list-style-type: none"> ● A melhoria da compreensão das políticas e estratégias que promovem a participação da diáspora no desenvolvimento dos seus países de origem. ● A eficácia dos programas para o regresso da diáspora e as suas implicações políticas. Esta investigação deve incluir mais estudos (qualitativos e quantitativos) das experiências dos membros da diáspora no regresso temporário ou permanente. |
| Governança das fronteiras | <ul style="list-style-type: none"> ● As políticas e as contradições da passagem das fronteiras e da integração regional. ● Avaliação da operacionalidade do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas da CEDEAO. ● Análise da regulação da migração na fronteira e das experiências dos migrantes nas fronteiras | <ul style="list-style-type: none"> ● Aprofundamento dos mecanismos que podem estimular a cooperação no desenvolvimento de estratégias e técnicas para uma melhor regulação da circulação de pessoas e bens através das fronteiras. ● As implicações da cooperação e integração regionais nas práticas fronteiriças, bem como o nexo entre corrupção, capacidade estatal e ineficiência nas fronteiras.. |
| Migração irregular | <ul style="list-style-type: none"> ● Análise dos motores da migração ilegal. ● Exame das dinâmicas e da organização da imigração clandestina. ● Análise da eficácia da legislação, políticas, atividades e estratégias contra a imigração clandestina e o tráfico de seres humanos. ● Exame das causas e consequências da migração irregular, incluindo o tráfico transnacional de seres humanos. | <ul style="list-style-type: none"> ● Um melhor entendimento do papel dos agentes não estatais na migração irregular. ● Um entendimento melhorado sobre como operam os facilitadores da migração (traficantes de migrantes), bem como a sua escala de operações. |

| | | |
|-----------------------|---|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> ● Exame da implicação do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas no tráfico de seres humanos. ● Avaliação das consequências sociais e económicas do regresso no contexto da migração irregular. ● Exame dos desafios e oportunidades da reintegração dos sobreviventes da imigração clandestina e do tráfico de seres humanos. | |
| Deslocação forçada | <ul style="list-style-type: none"> ● Análise dos motores da migração forçada. ● Exame da deslocação forçada, proteção dos refugiados e soluções duradouras. ● Avaliação do impacto e da experiência dos refugiados após o regresso ao seu país de origem, a questão e o significado de ‘regresso’ à luz do contexto dinâmico da incerteza e da mobilidade multidirecional. | <ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os motores das deslocações forçadas, bem como os fatores que possivelmente ajudarão ou dificultarão os deslocados em termos do seu desenvolvimento socioeconómico. ● Os impactos dos acordos de paz (ou da sua falta), a prevenção e gestão de crises, a resolução de conflitos, e a integração e reintegração. |
| Migração interna | <ul style="list-style-type: none"> ● Exame das tendências da migração interna nos países africanos, incluindo as dinâmicas dos processos de migração. ● Análise da migração das zonas rurais para as urbanas em alguns países africanos. ● Associação entre migração interna, educação e salários. | <ul style="list-style-type: none"> ● Uma melhor compreensão do retorno da informação entre as zonas urbanas e rurais e das suas interdependências. Indo além da conceptualização míope de que é necessário os migrantes urbanos prestarem assistência a quem permanece nas zonas rurais. ● É necessário um entendimento mais acentuado dos efeitos do fluxo de ideias e conhecimentos que a migração oferece às áreas de origem através de uma conceptualização e investigação claras assente em dados concretos. |
| Migração e comércio | <ul style="list-style-type: none"> ● Avaliação do impacto da abertura regional (integração regional) no rendimento per capita. | <ul style="list-style-type: none"> ● As implicações da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) recentemente estabelecida, do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas da União Africana, e de outros protocolos regionais sobre a livre circulação de pessoas e comércio. |
| Migração e diplomacia | <ul style="list-style-type: none"> ● As relações entre Estados, por um lado, e as relações bilaterais e multinacionais entre Estados e organizações internacionais, por outro, e como estas relações influenciam as políticas migratórias. | <ul style="list-style-type: none"> ● A intersecção das questões de migração com a diplomacia internacional, mudando o foco das perspetivas dos países do Norte de África para a diplomacia de migração noutros contextos nacionais e regionais em África. |

| | | |
|--------|--|---|
| Outros | <ul style="list-style-type: none"> ● Avaliação dos limites da classificação de populações móveis como migrantes em trânsito. ● Avaliação dos motores da migração intrarregional africana. ● A dinâmica dos géneros da migração internacional em alguns países africanos. ● As perceções públicas das políticas de imigração nos países de acolhimento. | <ul style="list-style-type: none"> ● O nexo entre migração e segurança alimentar. ● O nexo entre migração e ambiente (incluindo o impacto da migração das zonas rurais para as urbanas nos recursos ambientais). ● A relação entre migração, pobreza e desigualdade. ● Diplomacia da migração. ● A dimensão do género na migração. |
|--------|--|---|

Bibliografia

- Abdi, C. M. (2011) 'Moving beyond xenophobia: Structural violence, conflict and encounters with the "other" Africans', *Development Southern Africa*, 28(5), pp. 691–704. doi: 10.1080/0376835X.2011.623916.
- Adam, I., Trauner, F., Jegen, L. e Roos, C. (2020) 'West African interests in (EU) migration policy. Balancing domestic priorities with external incentives', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46(15), pp. 3101–3118. doi: 10.1080/1369183X.2020.1750354.
- Adams, R. H. e Cuecuecha, A. (2013) 'The impact of remittances on investment and poverty in Ghana', *World Development*. 50, pp. 24–40. doi: 10.1016/j.worlddev.2013.04.009.
- Adamson, F. B., e Tsourapas, G. (2019). Migration diplomacy in world politics. *International Studies Perspectives*, 20(2), 113-128.
- Adekunle, I. A., Tella, S. A. e Ogunjobi, F. O. (2021) 'Remittances and the future of African economies', *International Migration*, (Novembro), pp. 1–19. doi: 10.1111/imig.12951.
- Adekunle, I. A., Tella, S. A., Subair, K. e Adegboyega, S. B. (2020) 'Remittances and financial development in Africa', *Journal of Public Affairs*, e2545. doi: 10.1002/pa.2545.
- Adugna, F., Deshingkar, P. e Atnafu, A. (2021) 'Human smuggling from Wollo, Ethiopia to Saudi Arabia: Askoblay criminals or enablers of dreams?', *Public Anthropologist*, 3(1), pp. 32–55. doi: 10.1163/25891715-03010003.
- Aduloju, A. A. (2017) 'ECOWAS and free movement of persons: African women as cross-border victims', *Journal of International Women's Studies*, 18(4), pp. 89–105. Extraído de <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol18/iss4/7> (Acedido em ...)
- Comissão da União Africana (UAC) (2018) 'Migration Policy Framework for Africa (MPFA) and Plan of Action (2018–2030)'. Extraído de https://au.int/sites/default/files/documents/35956-doc-2018_mpf_a_english_version.pdf (Acedido em 22 de abril de 2022)
- Ajide, K. B. e Alimi, O. Y. (2019) 'Political instability and migrants' remittances into sub-Saharan Africa region', *GeoJournal*, 84(6), pp. 1657–1675. doi: 10.1007/s10708-018-9942-8.
- Ajide, K. B. e Raheem, I. D. (2016) 'The institutional quality impact on remittances in the ECOWAS sub-region', *African Development Review*, 28(4), pp. 462–481. doi: 10.1111/1467-8268.12224.
- Akanle, O., Kayode, D. e Abolade, I. (2022) 'Sustainable Development Goals (SDGs) and remittances in Africa', *Cogent Social Sciences*, 8(1). doi: 10.1080/23311886.2022.2037811.

- Alfaro-Velcamp, T., McLaughlin, R. H., Brogneri, G., Skade, M. e Shaw, M. (2017) “Getting angry with honest people”: The illicit market for immigrant “papers” in Cape Town, South Africa’, *Migration Studies*, 5(2), pp. 216–236. doi: 10.1093/migration/mnx022.
- Aniche, E. T. (2022) ‘Borders, migration and xenophobic policies in West Africa’, *Africa Review*, 14, pp. 24–47. doi: 10.1163/09744061-20220121.
- Aniche, E. T., Moyo, I. e Nshimbi, C. C. (2021) ‘Interrogating the nexus between irregular migration and insecurity along “ungoverned” border spaces in West Africa’, *African Security Review*, 30(3), pp. 304–318. doi: 10.1080/10246029.2021.1901753.
- Arestoff, F., Kuhn-Le Braz, M. e Mouhoud, E. M. (2016) ‘Remittance behaviour of forced migrants in post-apartheid South Africa’, *Journal of Development Studies*, 52(6), pp. 824–837. doi: 10.1080/00220388.2015.1098628.
- Attoh, F. e Ishola, E. (2021) ‘Migration and regional cooperation for development: ECOWAS in perspective’, *Africa Review*. 13(2), pp. 139–154. doi: 10.1080/09744053.2021.1943146.
- Bakewell, O. e Jónsson, G. (2013) ‘Theory and the study of migration in Africa’, *Journal of Intercultural Studies*, 34(5), pp. 477–485. doi: 10.1080/07256868.2013.827830.
- Baldé, Y. (2011) ‘The impact of remittances and foreign aid on savings/investment in sub-Saharan Africa’, *African Development Review*, 23(2), pp. 247–262. doi: 10.1111/j.1467-8268.2011.00284.x.
- Barnabé, A. Y., Paul, N. e Chrysost, B. (2021) ‘Do remittances spur financial inclusion in Africa? A multi-dimensional approach’, *Economics Bulletin*, 41(2), pp. 328–341. Extraído de <https://ideas.repec.org/a/ebl/ecbull/eb-20-00378.html>. (Acedido em ...).
- Batista, C., Lacuesta, A. e Vicente, P. C. (2012) ‘Testing the “brain gain” hypothesis: Micro evidence from Cape Verde’, *Journal of Development Economics*, 97(1), pp. 32–45. doi: 10.1016/j.jdeveco.2011.01.005.
- Bayar, M. e Aral, M. M. (2019) ‘An analysis of large-scale forced migration in Africa’, *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(21). doi: 10.3390/ijerph16214210.
- Beauchemin, C. (2011) ‘Rural–urban migration in West Africa: Towards a reversal? Migration trends and economic situation in Burkina Faso and Côte d’Ivoire’, *Population, Space and Place*, 17(Outubro de 2009), pp. 47–72. doi: 10.1002/psp.573.
- Bello, P. O. e Olutola, A. A. (2018) ‘The enforcement of anti-human trafficking law in South Africa: A case of an aircraft without a pilot’, *Police Practice and Research*, 19(3), pp. 270–283. doi: 10.1080/15614263.2017.1387783.

- Beyene, H. G. (2015) 'Are African diasporas development partners, peace-makers or spoilers? The case of Ethiopia, Kenya and Nigeria', *Diaspora Studies*, 8(2), pp. 145–161. doi: 10.1080/09739572.2015.1029714.
- Bisong, A. (2019) 'Trans-regional institutional cooperation as multilevel governance: ECOWAS migration policy and the EU', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 45(8), pp. 1294–1309. doi: 10.1080/1369183X.2018.1441607.
- Bisong, A. (2021) 'Invented, invited and instrumentalised spaces: Conceptualising non-state actor engagement in regional migration governance in West Africa', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, pp. 1–19. doi: 10.1080/1369183X.2021.1972570.
- Blunch, N.-H. e Laderchi, C. R. (2015) 'The winner takes it all: Internal migration, education and wages in Ethiopia', *Migration Studies*, 3(3), pp. 417–437. doi: 10.1093/migration/mnv008.
- Boersma, M., Koch, D. J., Kroon, L., McDougal, D., Verhoeff, G. e Wang, Y. (2022) 'Learning in migration management? Persistent side effects of the EUTF', *International Migration*, (Novembro de 2015), pp. 1–14. doi: 10.1111/imig.12965.
- Bolarinwa, J. O. (2015) 'The ECOWAS free movement protocol: Obstacle or driver of regional integration?', *Insight on Africa*, 7(2), pp. 154–168. doi: 10.1177/0975087815580731.
- Borderon, M., Sakdapolrak, P., Muttarak, R., Kebede, E., Pagogna, R. e Sporer, E. (2019) 'Migration influenced by environmental change in Africa: A systematic review of empirical evidence', *Demographic Research*, 41(Dezembro), pp. 491–544. doi: 10.4054/DemRes.2019.41.18.
- Brachet, J. (2016) 'Policing the desert: The IOM in Libya beyond war and peace', *Antipode*, 48(2), pp. 272–292. doi: 10.1111/anti.12176.
- Bredtmann, J., Martínez Flores, F. e Otten, S. (2019) 'Remittances and the brain drain: Evidence from microdata for sub-Saharan Africa', *Journal of Development Studies*, 55(7), pp. 1455–1476. doi: 10.1080/00220388.2018.1443208.
- Britton, H. E. e Dean, L. A. (2014) 'Policy responses to human trafficking in Southern Africa: Domesticating international norms', *Human Rights Review*, 15(3), pp. 305–328. doi: 10.1007/s12142-014-0303-9.
- Campana, P. (2018) 'Out of Africa: The organization of migrant smuggling across the Mediterranean', *European Journal of Criminology*, 15(4), pp. 481–502. doi: 10.1177/1477370817749179.
- Capuano, S. e Marfouk, A. (2013) 'African brain drain and its impact on source countries: What do we know and what do we need to know?', *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 15(4), pp. 297–314. doi: 10.1080/13876988.2013.813122.

- Carciotto, S. (2021) 'Making asylum seekers more vulnerable in South Africa: The negative effects of hostile asylum policies on livelihoods', *International Migration*, 59(5), pp. 3–18. doi: 10.1111/imig.12788.
- Chikanda, A. e Crush, J. (2018) 'Global Zimbabweans: Diaspora engagement and disengagement', *Journal of International Migration and Integration*, 19(4), pp. 1037–1057. doi: 10.1007/s12134-018-0582-0.
- Chitambara, P. (2019) 'Remittances, institutions and growth in Africa', *International Migration*, 57(5), pp. 56–70. doi: 10.1111/imig.12542.
- Chort, I. (2017) 'Migrant network and immigrants' Occupational mismatch', *Journal of Development Studies*, 53(11), pp. 1806–1821. doi: 10.1080/00220388.2016.1219344.
- Collyer, M. e De Haas, H. (2012) 'Developing dynamic categorisations of transit migration', *Population, Space and Place*, 18(4), pp. 468–481. doi: 10.1002/psp.635.
- Crush, J., Chikanda, A. e Tawodzera, G. (2015) 'The third wave: Mixed migration from Zimbabwe to South Africa', *Canadian Journal of African Studies*, 49(2), pp. 363–382. doi: 10.1080/00083968.2015.1057856.
- Dako-Gyeke, M. e Kodom, R. B. (2017) 'Deportation and re-integration: Exploring challenges faced by deportee residents in the Nkoranza Municipality, Ghana', *Journal of International Migration and Integration*. 18(4), pp. 1083–1103. doi: 10.1007/s12134-017-0526-0.
- De Brauw, A., Mueller, V. e Lee, H. L. (2014) 'The role of rural-urban migration in the structural transformation of Sub-Saharan Africa', *World Development*, 63, pp. 33–42. doi: 10.1016/j.worlddev.2013.10.013.
- De Brauw, A., Mueller, V. e Woldehanna, T. (2013) 'Motives to remit: Evidence from tracked internal migrants in Ethiopia', *World Development*, 50, pp. 13–23. doi: 10.1016/j.worlddev.2013.04.008.
- Dinbabo, M. F. e Badewa, A. (2020) Monitoring migration policy frameworks, treaties and conventions for development in Africa, *Journal of African Union Studies*, 9(1), 23-49. doi: 10.31920/2050-4306/2020/s9n1a2.
- Dini, S. (2018) 'Migration management, capacity building and the sovereignty of an African State: International Organization for Migration in Djibouti', *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44(10), pp. 1691–1705. doi: 10.1080/1369183X.2017.1354058.
- Dithebe, M. V. E. e Mukhuba, T. T. (2018) 'Illegal immigration and the challenge of border control in South Africa', *African Renaissance*, 15(2), pp. 127–147. doi: 10.31920/2516-5305/2018/v15n2a6.

- Docquier, F. e Iftikhar, Z. (2019) 'Brain drain, informality and inequality: A search-and-matching model for sub-Saharan Africa', *Journal of International Economics*, 120, pp. 109–125. doi: 10.1016/j.jinteco.2019.05.003.
- D'Orsi, C. (2021) 'Migrant smuggling in Africa: Challenges yet to be overcome', *African Journal of Legal Studies*, 13(4), pp. 471–500. doi: 10.1163/17087384-12340076.
- Ecke, J., Saydee, G., Nyan, J. W., Donzo, K., Dolo, M. K. e Russ, R. (2016) 'The subjective and economic well-being of repatriated Liberian refugees from Ghana', *Refugee Survey Quarterly*, 35(3), pp. 119–143. doi: 10.1093/rsq/hdw011.
- Emser, M. e Francis, S. (2017) 'Counter-trafficking governance in South Africa: An analysis of the role of the KwaZulu-Natal human trafficking, prostitution, pornography and brothels task team', *Journal of Contemporary African Studies*, 35(2), pp. 190–211. doi: 10.1080/02589001.2017.1309363.
- Ezeoha, A. E. (2013) 'Financial determinants of international remittance flows to the sub-Saharan African region', *International Migration*, 51(SUPPL.1). doi: 10.1111/imig.12061.
- Fernández-Molina, I. e Hernando De Larramendi, M. (2020) 'Migration diplomacy in a de facto destination country: Morocco's new intermestic migration policy and international socialization by/with the EU', *Mediterranean Politics*, 27(2), pp. 212–235. doi: 10.1080/13629395.2020.1758449.
- Flahaux, M. (2021) 'Reintegrating after return: Conceptualisation and empirical evidence from the life course of Senegalese and Congolese migrants', *International Migration*, 59(2), pp. 148–166. doi: 10.1111/imig.12705.
- Flahaux, M. e De Haas, H. (2016). African migration: Trends, patterns, drivers, *Comparative Migration Studies*, 4(1): 1–25. doi: 10.1186/s40878-015-0015-6.
- Flahaux, M., Beauchemin, C. e Schoumaker, B. (2014) 'From Europe to Africa: Return migration to Senegal and the Democratic Republic of the Congo', *Population & Societies*, 515(9), pp. 1–4. doi: 10.3917/popsoc.515.0001.
- Garcia, A. J., Pindolia, D. K., Lopiano, K. K. e Tatem, A. J. (2015) 'Modeling internal migration flows in sub-Saharan Africa using census microdata', *Migration Studies*, 3(1), pp. 89–110. doi: 10.1093/migration/mnu036.
- Gignarta, T. S., Guan, Z. Z. e Borojo, D. G. (2020) 'The impacts of economic freedom and institutional quality on migration from African countries', *South African Journal of Economics*, 88(3), pp. 242–266. doi: 10.1111/saje.12254.
- Gnimassoun, B. (2020) 'Regional integration: Do intra-African trade and migration improve income in Africa?', *International Regional Science Review*, 43(6), pp. 587–631. doi: 10.1177/0160017619874852.

- Gnimassoun, B. e Anyanwu, J. C. (2019) 'The diaspora and economic development in Africa', *Review of World Economics*, 155(4), pp. 785–817. doi: 10.1007/s10290-019-00344-3.
- Gordon, S. (2016) 'Immigration policies that include or exclude: A South African public opinion study of immigration policy preferences', *Social Dynamics*, 42(3), pp. 443–461. doi: 10.1080/02533952.2016.1238336.
- Gordon, S. (2022) 'Mass preferences for the free movement of people in Africa: A public opinion analysis of 36 countries', *International Migration Review*, 56(1), pp. 270–295. doi: 10.1177/01979183211026243.
- Greiner, C. e Sakdapolrak, P. (2013) 'Rural-urban migration, agrarian change, and the environment in Kenya: A critical review of the literature', *Population and Environment*, 34(4), pp. 524–553. doi: 10.1007/s11111-012-0178-0.
- Hines, A. L. e Simpson, N. B. (2019) 'Migration, remittances and human capital investment in Kenya', *Economic Notes*, 48(3). doi: 10.1111/ecno.12142.
- Hirsch, A. (2021) 'The African Union's Free Movement of Persons Protocol: Why has it faltered and how can its objectives be achieved?', *South African Journal of International Affairs*, 28(4), pp. 497–517. doi: 10.1080/10220461.2021.2007788.
- Hovil, L. e Lomo, Z. A. (2015) 'Forced displacement and the crisis of citizenship in Africa's Great Lakes region: Rethinking refugee protection and durable solutions', *Refugee*, 31(2), pp. 39–50. doi: 10.25071/1920-7336.40308.
- Hoxhaj, R., Marchal, L. e Seric, A. (2016) 'FDI and migration of skilled workers towards developing countries: Firm-level evidence from sub-Saharan Africa', *Journal of African Economies*, 25(2), pp. 201–232. doi: 10.1093/jae/ejv022.
- Idemudia, U., Okoli, N., Goitom, M. e Bawa, S. (2021) 'Life after trafficking: Reintegration experiences of human trafficking survivors in Nigeria', *International Journal of Migration, Health and Social Care*, 17(4), pp. 449–463. doi: 10.1108/IJMHS-03-2021-0023.
- Iheduru, O. C. (2011) 'African states, global migration, and transformations in citizenship politics', *Citizenship Studies*, 15(2), pp. 181–203. doi: 10.1080/13621025.2011.549707.
- Organização Internacional para as Migrações (OIM). (2020) Africa Migration Report: Changing the narrative. Adis Abeba: Extraído de <https://publications.iom.int/system/files/pdf/africa-migration-report.pdf>. (Acedido em 22 de abril de 2022)
- Iwuoha, V. C. e Mbaegbu, C. C. (2021) 'Border governance and its complications in West Africa: What can be learned from constructivism?', *Society*, 58(4), pp. 269–281. doi: 10.1007/s12115-021-00622-7.

- Jaji, R. (2013) ‘Somali asylum seekers and refoulement at the Kenya-Somalia border’, *Journal of Borderlands Studies*, 28(3), pp. 355–368. doi: 10.1080/08865655.2013.862758.
- Kah, H. K. (2019) “‘Blood money’”, migrants’ enslavement and insecurity in Africa’s Sahel and Libya’, *Africa Development*, 44(1), pp. 25–44. Extraído de <https://www.jstor.org/stable/26873420>. (Acedido em ...)
- Kamta, F. N., Schilling, J. e Scheffran, J. (2020) ‘Insecurity, resource scarcity, and migration to camps of internally displaced persons in Northeast Nigeria’, *Sustainability (Suíça)*, 12(17), pp. 1–15. doi: 10.3390/SU12176830.
- Kanayo, O. e Anjofui, P. (2021) ‘Migration dynamics in Africa: Expectations and lived experiences of immigrants in South Africa’, *Journal of Asian and African Studies*, 56(3), pp. 572–588. doi: 10.1177/0021909620934840.
- Karikari, N. K., Mensah, S. e Harvey, S. K. (2016) ‘Do remittances promote financial development in Africa?’, *SpringerPlus*, 5(1). doi: 10.1186/s40064-016-2658-7.
- Kleist, N. (2017) ‘Disrupted migration projects: The moral economy of involuntary return to Ghana from Libya’, *Africa*, 87(2), pp. 322–342. doi: 10.1017/S000197201600098X.
- Landau, L. B. e Amit, R. (2014) ‘Wither policy? Southern African perspectives on understanding law, “refugee” policy and protection’, *Journal of Refugee Studies*, 27(4), pp. 534–552. doi: 10.1093/jrs/feu005.
- Mabera, F. (2017) ‘The impact of xenophobia and xenophobic violence on South Africa’s developmental partnership agenda’, *Africa Review*, 9(1), pp. 28–42. doi: 10.1080/09744053.2016.1239711.
- Macdonald, A. e Porter, H. (2020) ‘The politics of return: Understanding trajectories of displacement and the complex dynamics of “return” in Central and East Africa’, *Journal of Refugee Studies*, 33(4), pp. 639–662. doi: 10.1093/jrs/feaa118.
- Maher, S. (2018) ‘Out of West Africa: Human smuggling as a social enterprise’, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 676(1), pp. 36–56. doi: 10.1177/0002716217743935.
- Mangala, J. R. (2016) ‘The African Union’s diaspora diplomacy and policymaking: Operationalizing the migration–development nexus’, *Journal of the Middle East and Africa*, 7(2), pp. 175–206. doi: 10.1080/21520844.2016.1193686.
- Marchetta, F. (2012) ‘Return migration and the survival of entrepreneurial activities in Egypt’, *World Development*, 40(10), pp. 1999–2013. doi: 10.1016/j.worlddev.2012.05.009.
- Mberu, B. U. e Pongou, R. (2016) ‘Crossing boundaries: Internal, regional and international migration in Cameroon’, *International Migration*, 54(1), pp. 100–118. doi: 10.1111/j.1468-2435.2012.00766.x.

- Mezger Kveder, C. L. e Flahaux, M. L. (2013) 'Returning to Dakar: A mixed methods analysis of the role of migration experience for occupational status', *World Development*, 45, pp. 223–238. doi: 10.1016/j.worlddev.2012.11.009.
- Mitchell, M. I. (2011) 'Insights from the cocoa regions in Côte d'Ivoire and Ghana: Rethinking the migration–conflict nexus', *African Studies Review*, 54(2), pp. 123–144. doi: 10.1353/arw.2011.0035.
- Moyo, I. (2020) 'On borders and the liminality of undocumented Zimbabwean migrants in South Africa', *Journal of Immigrant and Refugee Studies*, 18(1), pp. 60–74. doi: 10.1080/15562948.2019.1570416.
- Moyo, I. e Nshimbi, C. C. (2019) 'Border practices at Beitbridge border and Johannesburg inner city: Implications for the SADC Regional Integration Project', *Journal of Asian and African Studies*, 54(3), pp. 309–330. doi: 10.1177/0021909618822123.
- Moyo, I. e Nshimbi, C. C. (2020) 'Of borders and fortresses: Attitudes towards immigrants from the SADC region in South Africa as a critical factor in the integration of Southern Africa', *Journal of Borderlands Studies*, 35(1), pp. 131–146. doi: 10.1080/08865655.2017.1402198.
- Natter, K. (2021) 'Ad-hocratic immigration governance: How states secure their power over immigration through intentional ambiguity', *Territory, Politics, Governance*. doi: 10.1080/21622671.2021.1877189.
- Neumann, K. e Hermans, F. (2017) 'What drives human migration in Sahelian countries? A Meta-analysis', *Population, Space and Place*, 23(1). doi: 10.1002/psp.1962.
- Norman, K. P. (2016) 'Between Europe and Africa: Morocco as a country of immigration', *Journal of the Middle East and Africa*, 7(4), pp. 421–439. doi: 10.1080/21520844.2016.1237258.
- Norman, K. P. (2020) 'Migration diplomacy and policy liberalization in Morocco and Turkey', *International Migration Review*, 54(4), pp. 1158–1183. doi: 10.1177/0197918319895271.
- Nshimbi, C. C. e Fioramonti, L. (2014) 'The will to integrate: South Africa's responses to regional migration from the SADC region', *African Development Review*, 26(S1), pp. 52–63. doi: 10.1111/1467-8268.12092.
- Nwozor, A. Oshewolo, S., Olanrewaju, J. S., Bosede Ake, M. e Okidu, O. (2022) 'Return migration and the challenges of diasporic reintegration in Nigeria', *Third World Quarterly*, 43(2), pp. 432–451. doi: 10.1080/01436597.2022.2026216.
- Nzima, D. e Moyo, P. (2017) 'The new "diaspora trap" framework: Explaining return migration from South Africa to Zimbabwe beyond the "failure-success" framework', *Migration Letters*, 14(3), pp. 355–370. doi: 10.33182/ml.v14i3.349.

- Odonayo, M. A., Asuelime, L. E. e Okem, A. E. (2017) 'South African policy on migration and its alignment with the UNO charter on refugee and asylum-seekers', *Journal of African Union Studies*, 6(1), pp. 81–96. doi: 10.31920/2050-4306/2017/v6n1a5.
- Oette, L. e Babiker, M. A. (2017) 'Migration control à la Khartoum: EU external engagement and human rights protection in the Horn of Africa', *Refugee Survey Quarterly*, 36(4), pp. 64–89. doi: 10.1093/rsq/hdx013.
- Okey, M. K. N. (2017) 'Does migration promote industrial development in Africa?', *Economics Bulletin*, 37(1), pp. 228–247. Estraído de <https://EconPapers.repec.org/RePEc:ebl:ecbull:eb-16-00563>. (Acedido em ...).
- Olakpe, O. (2022) 'Views on migration partnerships from the ground: Lessons from Nigeria', *International Migration*, (February 2021), pp. 1–10. doi: 10.1111/imig.12974.
- Onuoha, B. (2011) 'The state human trafficking and human rights issues in Africa', *Contemporary Justice Review: Issues in Criminal, Social, and Restorative Justice*, 14(2), pp. 149–166. doi: 10.1080/10282580.2011.565973.
- O'Reilly, C. (2015) 'Household recovery from internal displacement in Northern Uganda', *World Development*, 76, pp. 203–215. doi: 10.1016/j.worlddev.2015.07.011.
- Osabuohien, E. S. e Efobi, U. R. (2013) 'Africa's money in Africa', *South African Journal of Economics*, 81(2), pp. 292–306. doi: 10.1111/saje.12012.
- Palmary, I. e De Gruchy, T. (2020) 'The globalisation of trafficking and its impact on the South African counter-trafficking legislation', *Critical Social Policy*, 40(1), pp. 50–68. doi: 10.1177/0261018319829640.
- Paoletti, E. (2011) 'Migration and foreign policy: The case of Libya', *Journal of North African Studies*, 16(2), pp. 215–231. doi: 10.1080/13629387.2011.532588.
- Parent, N. (2021) 'Commitments to forced migrants in African peace agreements, 1990–2018', *International Journal of Human Rights*, pp. 1–20. doi: 10.1080/13642987.2021.2007079.
- Phakathi, M. (2019) 'African Union Migration Policies: A Route to African Unity?', *Journal of African Union Studies*, 8(2), pp. 25–44. doi: 10.31920/2050-4306/2019/8n2a2.
- Pickbourn, L. (2018) 'Rethinking rural-urban migration and women's empowerment in the era of the SDGs: Lessons from Ghana', *Sustainability (Suíça)*, 10(4). doi: 10.3390/su10041075.
- Raineri, L. (2018) 'Human smuggling across Niger: State-sponsored protection rackets and contradictory security imperatives', *Journal of Modern African Studies*, 56(1), pp. 63–86. doi: 10.1017/S0022278X17000520.

- Ruysen, I. e Rayp, G. (2014) ‘Determinants of intraregional migration in sub-Saharan Africa 1980–2000’, *Journal of Development Studies*, 50(3), pp. 426–443. doi: 10.1080/00220388.2013.866218.
- Sahoo, M. e Sethi, N. (2020) ‘Does remittance inflow promote human development in sub-Saharan Africa? An empirical insight’, *Global Economy Journal*, 20(4), pp. 1–23. doi: 10.1142/S2194565920500219.
- Sambo, H. (2018) ‘Understanding the effect of international remittances on undernourishment in sub-Saharan Africa: A spatial model approach’, CEPN Working Papers Hal-01691436 HAL. Extraído de <https://ideas.repec.org/p/hal/cepnwp/hal-01691436.html>. (Acedido em ...).
- Sawadogo, W. R. (2012) ‘The challenges of transnational human trafficking in West Africa’, *African Studies Quarterly*, 13(1–2), pp. 93–113. Extraído de <http://asq.africa.ufl.edu/files/Sawadogo-2012.pdf>. (Acedido em ...).
- Shindo, R. (2012) ‘The hidden effect of diaspora return to post-conflict countries: The case of policy and temporary return to Rwanda’, *Third World Quarterly*, 33(9), pp. 1685–1702. doi: 10.1080/01436597.2012.721232.
- Singh, R. J., Haacker, M., Lee, K. W. e Le Goff, M. (2011) ‘Determinants and macroeconomic impact of remittances in sub-Saharan Africa’, *Journal of African Economies*, 20(2), pp. 312–340. doi: 10.1093/jae/ejq039.
- Souza, E. (2021a) ‘Household gender dynamics and remitting behaviour in sub-Saharan Africa’, *International Migration*, 59(6), pp. 186–203. doi: 10.1111/imig.12833.
- Souza, E. (2021b) ‘Labour market incorporation of immigrant women in South Africa: Impacts of human capital and family structure’, *Population Studies*, 75(1), pp. 111–131. doi: 10.1080/00324728.2020.1838601.
- Sowale, A. O. (2018) ‘Economic Community of West African States’ Protocol on Free Movement and the challenges of human trafficking in West Africa’, *Insight on Africa*, 10(2), pp. 215–225. doi: 10.1177/0975087818776166.
- Sparreboom, T., Mertens, J. e Berger, S. (2020) ‘The labour market impact of immigration in three sub-Saharan African economies’, *Journal of International Migration and Integration*, 21, pp. 1225–1248. doi: 10.1007/s12134-019-00707-7.
- Takyaikwaa, D. e Tanle, A. (2020) “‘We are each other’s keeper’: Migrant associations and integration in urban Africa’, *Urban Forum*, 31(1), pp. 115–134. doi: 10.1007/s12132-019-09373-5.
- Tawat, M. e Lamptey, E. (2021) ‘The 2015 EU-Africa joint Valletta action plan on immigration: A parable of complex interdependence’, *International Migration*, (Setembro de 2020), pp. 1–15. doi: 10.1111/imig.12953.

- Teferra, D. e Altbach, P.G., (2004) 'African higher education: Challenges for the 21st century', *Higher Education*, 47, 21–50. doi: 10.1023/B:HIGH.0000009822.49980.30.
- Theodore, N., Blaauw, D., Pretorius, A. e Schenck, C. (2017) 'The socioeconomic incorporation of immigrant and native-born day labourers in Tshwane, South Africa', *International Migration*, 55(1), pp. 142–156. doi: 10.1111/imig.12311.
- Thomas, K. J. A. e Inkpen, C. (2013) 'Migration dynamics, entrepreneurship, and African development: Lessons from Malawi', *International Migration Review*, 47(4), pp. 844–873. doi: 10.1111/imre.12052.
- Toma, S. e Vause, S. (2014) 'Gender differences in the role of migrant networks: Comparing Congolese and Senegalese migration flows', *International Migration Review*, 48(4), pp. 972–997. doi: 10.1111/imre.12150.
- Uberti, S. D., De Lombaerde, P., Nita, S. e Legovini, E. (2015) 'Analyzing intra-regional migration in sub-Saharan Africa: Statistical data constraints and the role for regional organizations', *Regions and Cohesion*, 5(2), pp. 77–113. doi: 10.3167/reco.2015.050204.
- Vause, S. e Toma, S. (2015) 'Is the feminization of international migration really on the rise? The case of flows from the Democratic Republic of Congo and Senegal', *Population*, 70(1), pp. 41–67. doi: 10.3917/popu.1501.0041.
- Vhumbunu, C. H. e Rudigi, J. R. (2020) 'Facilitating regional integration through free movement of people in Africa: Progress, challenges and prospects', *Journal of African Union Studies*, 5(1), pp. 31–49. doi: 10.31920/2050-4306/2020/9n2a3.
- Whitaker, B. E. (2011) 'The politics of home: Dual citizenship and the African diaspora', *International Migration Review*, 45(4), pp. 755–783. doi: 10.1111/j.1747-7379.2011.00867.x.
- Whitaker, B. E. (2015) 'Playing the immigration card: The politics of exclusion in Côte d'Ivoire and Ghana', *Commonwealth and Comparative Politics*, 53(3), pp. 274–293. doi: 10.1080/14662043.2015.1051289.
- Whitaker, B. E. (2020) 'Refugees, foreign nationals, and Wageni: Comparing African responses to Somali migration', *African Studies Review*, 63(1), pp. 18–42. doi: 10.1017/asr.2019.52.
- Yeboah, T., Kandilige, L., Bisong, A., Garba, F. e Kofi Teye, J. (2021) 'The ECOWAS Free Movement Protocol and diversity of experiences of different categories of migrants: A qualitative study', *International Migration*, 59(3), pp. 228–244. doi: 10.1111/imig.12766.
- Zanker, F. L. e Moyo, K. (2020) 'The corona virus and migration governance in South Africa: Business as usual?', *Africa Spectrum*, 55(1), pp. 100–112. doi: 10.1177/0002039720925826.

Zewdu, G. A. (2018) 'Irregular migration, informal remittances: Evidence from Ethiopian villages', *GeoJournal*, 83(5), pp. 1019–1034. doi: 10.1007/s10708-017-9816-5.

Componente 2: Um levantamento das instituições de investigação e de capacitação em matéria de migração em África

2.1. Introdução

O objetivo geral da investigação é identificar as instituições africanas que estão a realizar investigação e facilitar a capacitação/formação sobre migração e, tendo o MPFA como ponto de referência, identificar áreas para possível colaboração e sinergia entre o Centro e as outras instituições relacionadas. Este exercício de levantamento também ajudará a identificar lacunas que poderiam ser exploradas pelo Centro (e por outras instituições no continente).

A secção seguinte fornece uma lista não exaustiva de centros e instituições de capacitação em matéria de migração em África. Os resultados deste estudo são apresentados em três secções. A primeira apresenta uma lista de organizações internacionais sediadas em África, que operam em mais do que um país. A segunda fornece uma visão geral dos centros e institutos que estão sediados em instituições de ensino superior. A terceira aprofunda a análise de centros independentes e outros institutos sediados em África. Estes centros e institutos estão exclusivamente centrados na migração ou incluem a migração como um dos seus temas de enfoque. O quadro sintético (ver Quadro 2 abaixo) apresenta uma lista detalhada de instituições de formação e capacitação, o seu âmbito geográfico e área(s) de interesse, bem como a respetiva área temática chave do MPFA. A análise é feita a partir de fontes secundárias disponíveis online. A informação no ficheiro Excel de metadados é apresentada por região, país, nome de instituição, áreas de investigação e a área temática do MPFA abordada por estes centros/institutos. A descrição inclui também detalhes de websites, pessoas relevantes e os seus dados de contacto.

No contexto desta investigação, a análise da literatura existente fez parte da tarefa fundamental, uma vez que constituiu uma oportunidade para colocar o estudo num contexto mais amplo. Ao mesmo tempo, ajudou a obter conhecimentos sobre o panorama das instituições de investigação e capacitação em matéria de migração em África. A análise da literatura relevante também facilitou e demonstrou como as estruturas das instituições de investigação e capacitação sobre migração se inserem no quadro mais alargado do MPFA 2018-2030 e do Plano de Ação revisto da União Africana. Além disso, a revisão bibliográfica ajudou a equipa de investigadores a obter uma melhor compreensão das questões relativas ao levantamento das instituições de investigação e capacitação sobre migração em África.

2.2. Lista de organizações internacionais

2.2.1. Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (ITCILO)

O ITCILO é o braço da área da formação da Organização Internacional do Trabalho e oferece programas de capacitação numa vasta gama de tópicos, incluindo a promoção do emprego, normas internacionais do trabalho, proteção social, diálogo social, inovação, igualdade e diversidade de género, desenvolvimento sustentável e o futuro do trabalho. As atividades de formação e capacitação destinam-se a diferentes intervenientes, nomeadamente funcionários, decisores políticos ou profissionais de instituições públicas e ministérios que lidam com a migração e/ou relações internacionais, representantes de organizações de empregadores, representantes de

organizações de trabalhadores, especialistas de organizações regionais ou internacionais que gerem programas de migração, membros ou pessoal de organizações da sociedade civil e ONG envolvidas em questões relacionadas com trabalhadores migrantes. Em África, o ITCILO envolveu Comunidades Económicas Regionais e Estados Membros numa série de iniciativas de formação sobre migração laboral. Estas incluem, entre outras, o "Kit de Ferramentas de Formação sobre Migração Laboral para o Centro Africano Regional de Administração do Trabalho (ARLAC)" que visa reforçar a capacidade dos Estados Membros para conceber e coordenar a implementação de políticas de migração laboral. O ITCILO também promoveu o reforço da capacidade de envolvimento da diáspora através do projeto SURE, uma iniciativa destinada a abordar a reintegração social e profissional dos migrantes que regressam ao país de origem, fortalecendo a capacidade dos intervenientes a nível político no Norte de África para conceber e facilitar políticas de migração de regresso aos países de origem assentes em dados concretos.

2.2.2. Organização Internacional para as Migrações (IOM)

O trabalho que a IOM realiza com a AUC é orientado pela Agenda 2063 da União Africana e pelo seu compromisso com um continente próspero, integrado e pacífico. A IOM tem sido fundamental no desenvolvimento do Quadro de Política de Migração para a África que assiste os Estados Membros no desenvolvimento e implementação de políticas de migração e quadros institucionais sólidos, no estabelecimento de um Fórum Pan-Africano sobre Migração, elaborando um projeto de política sobre Tráfico e na criação do Instituto Africano de Remessas. Os conhecimentos institucionais da IOM sobre migração e questões inerentes posicionaram-na como parceiro estratégico da Comissão da União Africana (AUC), sobretudo tendo em conta a sua grande área operacional em quase todos os Estados Membros da União Africana, permitindo-lhe uma colaboração e apoio mais estreitos aos Estados Membros, incluindo no trabalho da AUC, com uma vasta gama de intervenientes no interior e no exterior das fronteiras nacionais. A IOM é também cada vez mais solicitada pelos Estados Membros para ajudar a enfrentar os desafios complexos e multifacetados da gestão de fronteiras.

A IOM continua a fornecer à AUC apoio técnico e operacional centrado na capacitação de uma vasta gama de pessoal, desde o governo a outros parceiros sociais que colaboram com o governo em atividades relacionadas com a migração. A investigação tem identificado necessidades e lacunas que requerem capacitação a nível nacional e regional de forma a reforçar as estruturas de governação da migração. A IOM tem apoiado várias atividades de capacitação em áreas temáticas de migração em parceria com a AUC e a ILO, conforme delineado abaixo.

Relativamente à migração irregular, a Iniciativa da União Africana para o Corno de África (AU-HoAI) revelou a disponibilidade de instrumentos legais e políticas centradas no combate ao tráfico de seres humanos e ao contrabando de migrantes, fronteiras porosas e inadequação das capacidades institucionais. No entanto, representam um desafio para os Estados Membros da União Africana com o intuito de abordar a natureza cada vez mais complexa da migração irregular, tanto individualmente como países, como coletivamente como uma região. Considerando este desafio, a IOM tem canalizado o seu apoio para o reforço da capacidade dos Estados Membros na região para, em colaboração, oferecer proteção e assistência às vítimas de tráfico e contrabando de pessoas, e reforçar as capacidades dos serviços de aplicação da lei para detetar crimes e identificar os autores.

Apoio ao Protocolo da Livre circulação de pessoas (FMP): A colaboração da IOM com o Departamento de Assuntos Políticos da União Africana na promoção da sua agenda continental de livre circulação abrangeu as negociações e a elaboração do FMP. A IOM apoiou a investigação sobre os benefícios e desafios da livre circulação de pessoas, a fim de fornecer uma base probatória para a promoção do Protocolo. Esta colaboração permitiu também o desenvolvimento das especificações e orientações para a conceção, produção e emissão de um passaporte africano, bem como o esboço da estratégia de comunicação.

Apoio dos Postos Fronteiriços de Paragem Única (OSBP): Em 2012, a União Africana adotou o Programa para Desenvolvimento das Infraestruturas em África (PIDA) e o seu Plano de Ações Prioritárias (PAP) associado, dando prioridade aos programas continentais para abordar o défice de infraestruturas que prejudica gravemente a competitividade de África no mercado global. Os OSBP são essenciais para a implementação de projetos de transporte no PIDA-PAP e para uma maior interconexão dos mercados, bem como para a integração regional no continente. A OIM, em parceria com a NEPAD e a União Africana, trabalhará na formulação da facilitação do comércio e transporte da União Africana, que se destina a abordar orientações continentais sobre a matéria. Visto que a conectividade digital afeta todos os aspetos da migração, a União Africana comprometeu-se a construir um Mercado Único Digital seguro em África até 2030. A IOM irá colaborar com a NEPAD na automatização e digitalização do OSBP, centrando-se nos processos aduaneiros e de imigração para assegurar que todos os OSBP tenham uma fonte de energia fiável e sejam totalmente automatizados.

2.2.3. Centro Africano de Capacitação (ACBC)

O ACBC é a principal subestrutura de capacitação da IOM, centrado no continente africano. Localizado em Moshi, na Região de Kilimanjaro da República Unida da Tanzânia, a IOM criou o ACBC em 2009 em resposta a um pedido dos seus 54 Estados Membros africanos de um apoio mais concentrado e especializado capaz de ajudar a desenvolver as capacidades nacionais para melhor gerir a migração transfronteiriça. Desde então, o ACBC formou cerca de 8 000 funcionários na área da migração em todo o continente e forneceu várias outras formas de apoio à capacitação a todos os 54 Estados Membros africanos da IOM, incluindo avaliações, programas de formação e outros materiais, e cursos de formação de formadores. Embora inicialmente centrado em questões de imigração e gestão de fronteiras, incluindo a criminalidade organizada transnacional, tráfico de seres humanos e contrabando de migrantes, o ACBC cobre agora todo o espectro de questões sobre a gestão da migração, incluindo direito internacional em matéria de migração e direitos humanos; desenvolvimento das políticas migratórias; proteção dos migrantes; gestão da identidade legal e verificação de documentos; gestão cooperativa de fronteiras; migração laboral; regresso, readmissão e reintegração dos migrantes; saúde nas fronteiras e gestão de dados sobre migração. O ACBC é também o ponto central para a formação sobre o programa emblemático da IOM, Fundamentos da Gestão da Migração (EMM 2.0), e o curso de formação de formadores EMM 2.0. O ACBC foi encarregado pelo Diretor Geral da IOM de reforçar o apoio à capacitação da IOM às instituições regionais, incluindo a União Africana e, especificamente, aos Centros de Migração da Comissão da União Africana.

2.2.4. Gabinete de Ligação Especial (SLO) da IOM (Adis Abeba)

O IOM/SLO fornece apoio técnico em termos de investigação e dados em várias áreas temáticas sobre migração em parceria com a União Africana. Estes incluem, mas não só, a integração

regional, cooperação e desenvolvimento sustentável, migração e saúde, migração, elaboração de políticas ambientais e climáticas, migração e mobilidade laboral, ação humanitária e deslocamentos forçados. O SLO é o ponto central para a compilação do Relatório sobre a Migração em África, em colaboração com a AUC e outros parceiros relevantes.

2.2.5. Centro de Análise de Dados sobre Migração Global (GMDAC) da IOM/Instituto Global de Dados (GDI)

Criado em Berlim, em setembro de 2015, o Centro de Análise de Dados sobre Migração Global (GMDAC) da IOM foi criado para responder aos apelos no sentido de melhores dados e análises sobre migração internacional. Mais recentemente, o GMDAC tornou-se parte do Instituto Global de Dados (GDI) da IOM. Os dados são fundamentais para informar a base da governação da migração, melhorar a programação e promover uma melhor compreensão pública da migração. De acordo com a Estratégia de Migração de Dados da IOM, o GMDAC fornece apoio nas seguintes áreas:

- Capacitação em matéria de dados migratórios para o pessoal da IOM e partes interessadas externas
- Gestão do conhecimento: secções de dados regionais no Portal de Dados de Migração Global,
- Abordagem de lacunas de dados: sobre migrantes desaparecidos e governação das migrações
- Análise orientada para a utilização de dados para efeitos de programação: avaliações de impacto
- Garantia de qualidade dos dados sobre migração selecionados: análise das tendências migratórias regionais
- Ligação, coordenação e convocação: com Plataformas de Coordenação Regional e outros organismos regionais relevantes da ONU/outros organismos
- Apoio no planeamento e na criação de centros de dados e estratégias regionais.

O GMDAC/GDI da IOM estabeleceu parcerias com uma multiplicidade de agências e organizações, incluindo o Instituto de Estatística da União Africana (STATAFRIC) e o Observatório da Migração Africana (AMO).

2.2.6. Centros de Dados Regionais

Suporte de dados: a conectividade digital afeta todos os aspetos da migração. Para esse fim, a União Africana comprometeu-se a construir um Mercado Único Digital seguro em África até 2030. Em 2018, a IOM lançou o Centro Regional de Dados (RDH) para o Leste e Corno de África (EHOA) em Nairobi, Quênia, e em 2020 o Centro Regional de Dados sobre Migração para a África Austral (RMDHub) em Pretória, África do Sul. Os centros visam apoiar o debate assente em dados concretos, a nível estratégico e a nível político sobre migração através de uma combinação de iniciativas. A IOM estabeleceu estes centros regionais para apoiar a recolha, análise e interpretação de dados sobre migração a nível nacional e regional. Estes centros regionais e outros que serão lançados em breve apoiarão o trabalho da União Africana. A IOM trabalhará de perto com o Centro, o Observatório da Migração Africana da União Africana, o Centro Operacional Continental de Combate à Migração Irregular e as instituições de investigação sobre migração em África e para além da mesma, e outros parceiros e partes interessadas relevantes.

2.2.7. Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA)

A UNECA tem operações em vários países, incluindo, Etiópia, Camarões, Ruanda, Marrocos e Níger. Visa fomentar o desenvolvimento económico e social dos Estados Membros, melhorar a integração intrarregional e promover a cooperação internacional.

2.2.8. Instituto Africano de Desenvolvimento Económico e Planeamento (IDEP) da ONU

O IDEP é um órgão subsidiário da UNECA e opera no Senegal. Envolve-se em programas de capacitação e formação, tais como carteira de cursos de breve duração, programas de pós-graduação e programas de apoio à investigação.

2.2.9. Instituto de Formação e Investigação Demográficas (IFORD)

Criado em 1971 em Yaoundé, Camarões, pelas Nações Unidas e pelo Governo dos Camarões, as principais áreas de investigação do IFORD incluem: população, ambiente, desenvolvimento; medição e análise da pobreza; saúde sexual e reprodutiva; género, sociedades e comportamentos demográficos; migrações e desenvolvimento.

2.3. Lista de centros/institutos universitários

2.3.1. Instituto de Estudos da População e Investigação, Instituto de Estudos sobre a Migração do Quénia

O Instituto de Estudos sobre a Migração do Quénia (KIMS) é o Centro Regional de Excelência em Estudos Migratórios no Corno de África. O Instituto oferece um Diploma de Pós-Graduação em Estudos sobre Migração e formou profissionais no âmbito da migração dos estados membros do IGAD, estudantes e participantes autopatrocinados.

2.3.2. Centro Africano para a Migração e a Sociedade (ACMS), África do Sul

Instalado na Universidade de Witwatersrand, na África do Sul, o ACMS é interdisciplinar, centrando-se na política de mobilidade humana, na pobreza e na transformação social. O Centro colabora no trabalho académico e político em toda a África Subsariana, Ásia, Europa e Américas e oferece doutoramentos e mestrados em estudos sobre a migração e a deslocação. O ACMS coordena a *Academia Africana para a Investigação Migratória (AAMR)* cujo objetivo é (i) construir a capacidade de investigação da próxima geração de académicos africanos em migração e (ii) oferecer desenvolvimento profissional aos académicos africanos em migração. O ACMS também acolhe o Centro de Excelência em Migração e Mobilidade da Aliança Africana de Universidades de Investigação (ARUA), que pretende ser o ponto central para agregar investigadores de classe mundial das universidades membros para realizar investigação colaborativa sobre migração e mobilidade.

2.3.3. Grupo de Estudo e Investigação sobre Migrações (GERM), Senegal

Com sede na Universidade Gaston Berger em Saint-Louis, Senegal, o GERM é uma rede de investigadores e académicos que realizam investigação sobre mobilidades - migração interna e internacional; relações sociais de género e relações de género; alterações climáticas e adaptação; direitos humanos; proteção social, etc.

2.3.4. Centro de Estudos das Migrações (CMS), Gana

O CMS faz parte da Universidade do Gana e dedica-se à investigação, ensino, formação, capacitação, avaliação de políticas, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos sobre questões de migração. O centro oferece programas de MA/MPhil e PhD e os seus programas destinam-se a capacitar funcionários na área da imigração e segurança, assistentes sociais e advogados. Além disso, o centro serve diferentes intervenientes através de seminários de investigação e palestras públicas onde os resultados sobre migração são divulgados e discutidos.

2.3.5. Universidade de Moi, Quênia

A Universidade de Moi no Quênia oferece um Mestrado em Migração Forçada, assim como um Diploma de Pós-graduação em Migração Forçada. Embora o website não contenha informação suficiente, a área de interesse é a migração forçada, um dos pilares fundamentais do MPFA.

2.3.6. Rede de Investigação sobre Migração em África (NOMRA), Nigéria

O objetivo global da rede consiste em construir uma rede regional de investigação sobre migração e capacidade de investigação para realizar investigação transnacional, multidisciplinar e inovadora sobre aspetos socioculturais, económicos e políticos da migração internacional na região, para fazer avançar o conhecimento sobre a dinâmica migratória e a elaboração de políticas na região. Serão estabelecidos cinco pontos focais sub-regionais na África Ocidental, Oriental, Central, Setentrional e Austral.

2.3.7. Centro para o Estudo da Inovação da Governação (GovInn), África do Sul

O Centro para o Estudo da Inovação da Governação (GovInn) da Universidade de Pretória é a primeira instituição de investigação de África que se dedica inteiramente à inovação da governação na África Subsariana. O Centro concentra-se na investigação de ponta sobre governação e desenvolvimento. As áreas de investigação incluem: nova governação económica (abordagens alternativas de desenvolvimento), governação dos bens comuns (terra, alimentação, água, energia, agricultura e recursos naturais), governação da segurança (meios de subsistência, desenvolvimento centrado nas pessoas e transformação criativa de conflitos), bem como governação transfronteiriça (integração regional, migração e desenvolvimento humano). Estes temas estão alinhados com os objetivos do MPFA sobre governação migratória e integração regional.

2.3.8. Centro para o Estudo da Migração Forçada (CSFM), Tanzânia

O Centro para o Estudo da Migração Forçada (CSFM), criado em 1995, está situado na Faculdade de Direito da Universidade de Dar es Salaam. O centro tem um carácter multidisciplinar e atrai membros da Faculdade de Direito, Faculdade de Artes e Ciências Sociais, e do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Entre as atividades do centro estão a investigação, ensino, desenvolvimento curricular e preparação de materiais e recursos didáticos, prestação de serviços e divulgação do direito humanitário. O CSFM desempenha também um papel de aconselhamento ao governo e de *lobbying* para uma reforma legislativa adequada em questões relacionadas com a migração forçada.

2.3.9. Centro Universitário de Estudos sobre Migrações (CUEM), Marrocos

Fundado em 1990 e associado à Universidade Mohammed I de Oujda em Marrocos, o CUEM é um centro de investigação multidisciplinar sobre a migração. Reúne investigadores de várias e

complementares especialidades no estudo da migração: sociólogos, economistas, geógrafos, islamologistas, linguistas e advogados. Os objetivos do CUEM são: A organização de reuniões científicas, atividades, seminários e cursos de formação sobre o fenómeno da migração e a criação de mestrados e graus profissionais; a recolha de dados quantitativos e qualitativos relativos aos movimentos migratórios.

2.3.10. Universidade IBN ZOHR, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Marrocos

A universidade realiza atividades de investigação sobre migração e oferece programas de pós-graduação, incluindo um doutoramento em Planeamento Espacial, Sociedades, Migração e Desenvolvimento Sustentável.

2.3.11. Associação Marroquina de Estudo e Investigação sobre as Migrações (AMERM), Marrocos

A AMERM está sediada na Faculdade de Direito da Universidade Mohammed V em Rabat. Os objetivos da associação são: (a) desenvolver capacidades de investigação sobre questões de migração em Marrocos; (b) gerar novas vias de investigação e colaboração entre investigadores; (c) integrar estudos sobre migração em Marrocos com estudos realizados noutros quadros a nível local ou internacional; (d) criar sinergias regionais no debate sobre migração em Marrocos com o dos países vizinhos; (e) contribuir para a colaboração entre investigadores sobre migração em relação à investigação atual e futura; (f) iniciar o diálogo entre investigadores e decisores.

2.3.12. Univers , MarrocosFaculda

A Faculdade de Ciências Jurídicas, Económicas e Sociais da universidade oferece um programa de mestrado em Migração e Sociedade. Os objetivos são: formar especialistas em problemas migratórios; dotar os investigadores de ferramentas para navegarem na realidade social e política contemporânea, situarem-se no debate epistemológico dominando os conceitos e teorias no campo da migração internacional.

2.3.13. Centro de Estudo e Investigação Demográfica(CERED), Marrocos

O Centro recolhe e centraliza todas as informações e estudos relacionados com assuntos populacionais de natureza nacional ou internacional. Também assegura a divulgação e popularização dos resultados das investigações, estudos e análises demográficas e sociais do Centro junto de todos os utilizadores.

2.3.14. Centro para os Estudos sobre a Migração e os Refugiados (CMRS), Egito

O CMRS está sediado na Escola de Assuntos Globais e Políticas Públicas, na Universidade Americana do Cairo. Concentra-se em todas as formas de mobilidade internacional – voluntária, forçada, económica, política, individual, coletiva, temporária e permanente. Como parte do programa de pós-graduação, o CMRS oferece um Mestrado em Estudos sobre a Migração e os Refugiados, um Diploma em Estudos sobre Migração Forçada e Refugiados, bem como um Diploma com especialização em Intervenção Psicossocial para migrantes forçados e refugiados. Os seus programas de investigação incluem um inventário sistemático e comparativo dos movimentos de migrantes e refugiados no Médio Oriente e no Norte de África. O trabalho do CMRS estende-se para além do ensino académico e da investigação, para oferecer uma série de serviços educacionais às comunidades de refugiados.

2.3.15. Coletivo Interdisciplinar de Migração e Mobilidades em África (MMICA), África do Sul

A Universidade do Cabo Ocidental (UWC) estabeleceu um "Nicho de Investigação Emergente sobre Migração e Mobilidades" chamado *Coletivo Interdisciplinar de Migração e Mobilidades em África (MMICA)* para promover mais abordagens críticas na investigação e colaboração em questões relacionadas com a migração. O MMICA é uma colaboração interdisciplinar entre cinco faculdades na UWC e a investigação cobre uma gama diversificada de temas, incluindo: os direitos legais e humanos dos refugiados e migrantes; aspetos "especiais" da mobilidade em contextos locais, tais como o acesso ao transporte e à circulação nas cidades; a relação entre migração e desenvolvimento, incluindo o transnacionalismo; migração interna, mobilidade agrária e potencial futuro; histórias económicas e sociais de mobilidade, as políticas contra a xenofobia, cidadania e pertença; e a relação entre mobilidade, desigualdade e descolonização.

Além disso, a UWC desenvolveu um novo Programa de Mestrado em Estudos sobre a Migração. O programa proposto será interdisciplinar na sua natureza e transversal a várias faculdades. O Mestrado em Estudos sobre a Migração oferece aos estudantes a educação e as competências necessárias para oferecer soluções a muitos dos principais desafios migratórios enfrentados pela sociedade numa era de crescente globalização. Cobrirá questões relacionadas com os aspetos políticos, jurídicos, económicos e sociais, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Também promete abordar as deficiências em competências e conhecimentos sobre questões relacionadas com a migração, particularmente em África. Em geral, o programa visa desenvolver especialistas altamente qualificados no domínio da migração, preparando-os para carreiras tanto no campo académico como não académico.

2.3.16. Centro de Estudos das Migrações (CMS), Nigéria

O centro foi criado na Universidade Nnamdi Azikiwe na Nigéria para aumentar a sensibilização para os riscos da migração irregular e para abordar diferentes aspetos da mobilidade humana. O centro oferece cursos de pós-graduação em estudos sobre a migração.

2.3.17. Centro de Excelência em Migração e Estudos Globais (CEM&GS), Nigéria

Estabelecido na Universidade Aberta Nacional da Nigéria, o centro incide na migração interna e global, na capacitação e métodos afrocêntricos nas artes, humanidades e ciências sociais. Visa divulgar a investigação assente em dados concretos e orientada para soluções que promovem a política nacional de estudos sobre migração. Mobiliza também bolsas de estudo para atividades académicas e de sensibilização para a sustentabilidade. O centro publica uma revista académica e uma série de monografias revistas por pares.

2.3.18. Grupo de Estudo e Investigação sobre Migração, Espaço e Sociedade (GERMES), Níger

Com sede na Escola Superior de Educação da Universidade Abdou Moumouni de Niamey (ENS), a GERMES oferece: (a) realizar investigação aprofundada sobre as dinâmicas migratórias no Níger; (b) contribuir para a formação de jovens investigadores em termos teóricos e metodológicos e (c) promover intercâmbios entre investigadores e agentes públicos e privados responsáveis pela gestão das migrações.

2.3.19. Escola Superior Livre de Ciências Comerciais Aplicadas(ESLSCA), Egito

Criado em 2019 na ESLSCA no Cairo, o Centro de Investigação da ESLSCA facilita e promove interações entre académicos, estudantes e a comunidade empresarial para desenvolver e melhorar

as oportunidades de investigação, excelência académica, criação e disseminação de conhecimentos. Nos últimos três anos, uma comunidade de investigadores da ESLSCA publicou inúmeros artigos relacionados com estudos sobre a migração na região do Médio Oriente e Norte de África (MENA).

2.4. Lista de centros independentes e outras instituições

2.4.1. Centro Africano das Administrações Regionais do Trabalho (ARLAC), Zimbabué

Criado em 1974 pela ILO e sediado no Zimbabué, o ARLAC opera a nível regional, sub-regional e nacional para proporcionar atividades de formação relacionadas com a migração laboral a funcionários do sistema de administração do trabalho nos países anglófonos membros do ARLAC. Estes incluem Botsuana, Nigéria, Egito, Serra Leoa, Etiópia, Seicheles, Gana, África do Sul, Quénia, Sudão, Lesoto, Somália, Libéria, Suazilândia, Maláui, Uganda, Maurícia, Zâmbia, Namíbia e Zimbabué.

2.4.2. Aliança para a Migração, a Liderança e o Desenvolvimento (AML), Senegal

A AML é uma organização francófona cujo objetivo é fornecer aos intervenientes africanos na área do desenvolvimento as ferramentas necessárias e apropriadas para uma melhor gestão da migração. Estes incluem, entre outros, competência, formação sobre convenções internacionais ou regionais, promoção das melhores práticas em conformidade com estas convenções e aconselhamento aos governos sobre problemas relacionados com a migração.

2.4.3. Centro de Políticas para o Novo Sul (PCNS), Marrocos

O PCNS é um grupo de reflexão marroquino que visa contribuir para a melhoria das políticas públicas económicas e sociais que desafiam Marrocos e o resto de África como partes integrantes do Sul global. Através dos seus esforços analíticos, o grupo de reflexão visa apoiar o desenvolvimento de políticas públicas em África e fornecer uma plataforma para especialistas do Sul. Esta posição centra-se no diálogo e na parceria, e visa cultivar os conhecimentos e a excelência africanos necessários para a análise precisa dos desafios africanos e globais e a sugestão de soluções adequadas. Para este fim, o PCNS reúne investigadores, publica o seu trabalho e capitaliza numa rede de parceiros de renome, representativos de diferentes regiões do mundo. O PCNS acolhe uma série de encontros de diferentes formatos e escalas ao longo do ano, sendo as mais importantes as conferências internacionais anuais, "Os Diálogos Atlânticos" e "Conferência Anual Africana de Paz e Segurança (APSACO)".

2.4.4. Centro Regional Africano de Administração do Trabalho (CRADAT), Camarões

O CRADAT foi criado em 1965 para ajudar os países francófonos ao nível das atividades de formação e capacitação. O Centro está localizado na Universidade de Yaoundé nos Camarões e o seu objetivo consiste em assegurar a formação, especialização e aperfeiçoamento de: pessoal de gestão da função pública e dos serviços governamentais nas áreas do trabalho, formação profissional, saúde no trabalho, trabalho infantil e recursos humanos; executivos sindicais e gestores de empresas; responsáveis de organizações profissionais nos países membros que tratam de questões laborais e sociais.

2.4.5. Centro Árabe para a Administração do Trabalho e do Emprego (ACLAE), Tunísia

Criado pela ILO em 1993, o ACLAE serve como um fórum de partilha de conhecimentos e experiências entre as instituições da administração do trabalho de países árabes.

2.4.6. Centro de Migração Mista (MMC)

O MMC opera em vários países do Norte, Leste e Oeste de África, incluindo: Mali, Níger, Burkina Fasso, Argélia, Egito, Marrocos, Sudão, Tunísia, Quênia, Somália, Jibuti e Etiópia. O centro é uma fonte líder de dados independentes e de alta qualidade, investigação, análise e especialização em migração mista. Na África Ocidental, o MMC trabalha em parceria com o Observatório do Contrabando de Migrantes do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Criminalidade (UNODC) para realizar investigação de campo em toda a África do Norte e Ocidental.

2.4.7. Centro de Túnis para a Migração e o Asilo (CETUMA), Tunísia

O CETUMA é uma organização sem fins lucrativos que realiza atividades de investigação sobre questões relacionadas com a migração.

2.4.8. Samuel Hall, Quênia

Samuel Hall é uma empresa social que conduz investigação, avalia programas e concebe políticas em contextos de migração e deslocação. A sua abordagem é ética, academicamente rigorosa e baseada na experiência em primeira mão de cenários complexos e frágeis.

2.4.9. Instituto Scalabrini para a Mobilidade Humana em África (SIHMA), África do Sul

O SIHMA faz parte da Rede de Centros de Estudos Migratórios Scalabrini. Prevê uma África onde os direitos humanos dos migrantes são respeitados e a sua dignidade é promovida. Para este fim, o SIHMA produz e divulga investigação destinada a contribuir para uma melhor compreensão da mobilidade humana. Procura também contribuir para as políticas que promovem os direitos e a dignidade dos migrantes, requerentes de asilo e refugiados em África. O SIHMA desempenha um papel importante na abordagem dos direitos humanos dos migrantes – uma questão crucial identificada no MPFA.

2.4.10. Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAIIA), África do Sul

O SAIIA efetua análises sobre questões relevantes para o desenvolvimento de África. Além disso, promove discussões equilibradas sobre o envolvimento de África num contexto global. Dá particular atenção ao comércio, investimento, desenvolvimento, política externa e boa governação. O SAIIA mantém um centro de recursos e uma biblioteca de referência para académicos e estudantes envolvidos em relações internacionais. Organiza também conferências, debates e seminários sobre uma série de tópicos. A investigação do SAIIA sobre migração tem-se centrado nos desafios à implementação da livre circulação de pessoas, bem como nos benefícios do comércio e investimentos interafricanos.

2.4.11. Rede Regional de Migrantes da SADC (SADC-RMN)

A SADC-RMN procura reforçar as vozes e organizações de pessoas marginalizadas, deslocadas e pobres na política regional. Para tal, esta instituição está envolvida na coordenação, defesa de causas, liderança e governação, investigação aplicada e diálogo político.

2.4.12. Rede MOVIDA (Mobilidades, Viagens, Inovações e Dinâmicas na África Mediterrânica e Subsariana)

A MOVIDA pretende contribuir para mudar a forma como encaramos a migração africana e os migrantes africanos. Esta rede de investigadores visa organizar-se numa plataforma de conhecimento e debate, a fim de refletir coletivamente sobre a forma de voltar às ideias recebidas, reforçando ao mesmo tempo as capacidades analíticas e aguçando o espírito crítico das ONG, dos políticos e dos próprios migrantes.

2.4.13. Programa de Migração da África Austral (SAMP), África do Sul

O SAMP concentra-se nonexo entre migração e desenvolvimento na SADC. Realiza investigação aplicada sobre migração e questões políticas. Além disso, fornece aconselhamento e conhecimento especializado em matéria de política, formação em política e gestão da migração. O SAMP realiza campanhas de educação pública sobre questões relacionadas com a migração.

2.4.14. Projeto Migração e Saúde na África Austral (MAHP), África do Sul

O MAHP concentra-se na migração, saúde e bem-estar na SADC. Realiza projetos de investigação, bem como projetos de envolvimento público sobre famílias, infância e migração. O foco na saúde é crucial e precisa de ser apoiado e desenvolvido. Embora a migração e a saúde sejam uma das onze questões transversais do MPFA, não têm recebido atenção suficiente por parte dos institutos de investigação e centros de formação.

2.4.15. Centro Africano de Política de Migração e Desenvolvimento (AMADPOC), Quênia

Com sede no Quênia, o AMADPOC concentra-se nonexo entre migração e desenvolvimento, bem como nas formas internas e internacionais de migração voluntária, forçada e irregular. Os seus programas incluem investigação e centro de dados, política, diálogo e trabalho em rede, formação e capacitação, serviços de aconselhamento e um centro de recursos de migração africana.

2.4.16. Instituto para Estudos de Segurança (ISS), África do Sul

O ISS opera em várias regiões da África Subsariana, incluindo a África Austral, Oriental, Central e Ocidental e os seus escritórios regionais estão localizados em Nairobi, Adis Abeba, Dakar e Pretória. O ISS realiza investigação e presta assistência técnica na área de criminalidade transnacional, migração, segurança marítima e desenvolvimento, manutenção da paz, prevenção do crime e justiça penal. Fornece também análises de conflito e governação.

2.4.17. Centro Operacional Continental (COC), Sudão

A Comissão da União Africana lançou o Centro Operacional Continental em Cartum em 2021. O propósito do Centro de Cartum consiste na melhoria do regime geral de governação da migração em África, especificamente a gestão da migração irregular. Os objetivos do COC são: (a) estabelecer e fornecer uma plataforma de cooperação e partilha de informação sobre tráfico de seres humanos e contrabando de migrantes entre os serviços de aplicação da lei dos Estados Membros da União Africana, em conformidade com a legislação nacional dos Estados Membros; (b) melhorar a coordenação com iniciativas semelhantes no continente e fora dele na partilha de informações sobre a criminalidade organizada transnacional, em particular o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes; (c) facilitar a prevenção, deteção e investigação sobre o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes em colaboração com os serviços de

aplicação da lei nacionais, regionais, continentais e internacionais; (d) desenvolver e facilitar a assistência jurídica mútua, acordos de extradição e estratégias continentais harmonizadas entre Estados Membros para combater a criminalidade organizada transnacional, em particular o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes no quadro das políticas internacionais e da União Africana que sejam relevantes; (e) ajudar os Estados Membros da União Africana a desenvolver ou melhorar as boas práticas na recolha, análise e divulgação de informações sobre a criminalidade organizada transnacional, em particular o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes; (f) encomendar a realização de estudos sobre as tendências da criminalidade organizada transnacional, em particular o tráfico de seres humanos e o contrabando de migrantes entre os Estados Membros da UA e (g) desempenhar quaisquer outras funções solicitadas pelos órgãos políticos competentes da União Africana.

2.4.18. Observatório das Migrações Africanas, Marrocos

O AMO é uma plataforma de estudo lançada pela União Africana para melhorar a governação das migrações no continente e foi inaugurada em 2021 em Rabat, capital marroquina. A missão do AMO é facilitar a implementação do Pacto Global de Marraquexe sobre migração através da recolha de dados e da promoção da cooperação continental e internacional no domínio da migração e do reforço da contribuição da migração para o desenvolvimento sustentável. O AMO contribui para melhorar o regime global de governação das migrações em África, e para servir como ferramenta africana de forma a abordar deficiências de dados migratórios no continente, e orientar os países africanos na elaboração de políticas de migração assentes em dados concretos. Os principais objetivos incluem: fornecer ao continente uma fonte centralizada e unificada de dados sobre migrações para investigação adicional, formulação e programação de políticas, e melhorar o regime global de governação das migrações em África; fazer avançar a base de conhecimentos do continente africano sobre migrações e mobilidade; contribuir para políticas e intervenções assentes em dados concretos sobre migrações em África; apoiar e reunir as restantes iniciativas existentes sobre migrações.

2.4.19. Dignity Kwanza – Soluções comunitárias, Tanzânia

A Dignity Kwanza trabalha para salvaguardar e promover a dignidade humana das populações marginalizadas e vulneráveis, incluindo, refugiados, requerentes de asilo e migrantes vulneráveis, no sentido de alcançar o desenvolvimento social e económico. A Dignity Kwanza defende políticas que dão aos marginalizados e vulneráveis uma oportunidade de viver com dignidade. Para uma advocacia eficaz, a Dignity Kwanza envolve-se em investigação e estudos para recolher informação de forma a apoiar o seu trabalho nesta área.

2.4.20. Instituto de Estatística da União Africana (STATAFRIC), Tunísia

O STATAFRIC foi criado pela União Africana em 2013 com o intuito de fornecer estatísticas comparáveis, fiáveis e atualizadas, e harmonizar a produção de estatísticas para todo o continente africano. Em 2020, o STATAFRIC organizou um webinar sobre "Dados migratórios em tempos de COVID-19: Tendências e implicações políticas em África" em parceria com o Centro de Análise de Dados sobre a Migração Global (GMDAC) da IOM. As duas entidades organizaram também uma Escola Africana Online sobre Estatísticas de Migração para reforçar as capacidades nacionais de recolha, produção e divulgação de dados sobre migração nos países africanos. Os principais grupos-alvo são funcionários do Instituto Nacional de Estatística (NSO), mas também outros intervenientes que lidam com dados sobre migração.

2.4.21. Mecanismo de Investigação e Factos (REF) –Corno de África

Trata-se de um consórcio que compreende a Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres (SOAS, a Universidade de Manchester e a Sahan Research). O REF realiza investigação relacionada com a dinâmica das migrações e deslocções, vetores e implicações na região do Grande Corno de África (Jibuti, Eritreia, Etiópia, Quénia, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Uganda). Os principais temas de investigação incluem: as ligações e distinções entre migração e deslocção regular e irregular, e as condições de conflito, insegurança e subdesenvolvimento.

2.4.22. Centro de Investigação e Resultados (REF) – a Região do Sahel e Lago Chade e Norte de África

O objetivo geral da ação visa melhorar o conhecimento e a compreensão das causas profundas da instabilidade, insegurança, migração irregular e deslocção forçada no Norte de África e África Ocidental e das rotas migratórias, vetores e fatores subjacentes, bem como analisar e divulgar as políticas e abordagens mais eficazes para equacionar, reduzir e melhorar a gestão da migração. Além disso, a ação realiza investigação tanto quantitativa como qualitativa, analisa as melhores práticas para reduzir a migração irregular e a deslocção forçada na região, e difunde a investigação.

2.4.23. Migração para o Desenvolvimento e Igualdade (MIDEQ)

O Centro MIDEQ é um consórcio cujo objetivo consiste em produzir ações de investigação assente em dados concretos para compreender as relações entre migração, desigualdade e desenvolvimento. O MIDEQ opera no hemisfério sul e explora vários corredores de migração em África e entre África e outras regiões. Estas incluem: Burquina Fasso – Costa do Marfim; China – Gana; Egito – Jordânia e Etiópia – África do Sul.

Tabela 2: Lista de instituições de capacitação e formação em África

| Nome da instituição | Âmbito geográfico | Área de interesse | Área temática do MPFA | Temas transversais do MPFA |
|--|-------------------|---|---|---|
| Organizações internacionais | | | | |
| Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (ITCILO) | África | Migração laboral | Migração laboral | |
| Centro Africano de Capacitação (ACBC) | África | Vários aspetos da migração | Governança das migrações; migração interna; migração laboral; governança das fronteiras; migração irregular; deslocação forçada | |
| Gabinete de Ligação Especial (SLO) da IOM | África | Integração regional; cooperação e desenvolvimento sustentável; migração e saúde; elaboração de políticas migratórias, ambientais e climáticas; migração e mobilidade laboral; ação humanitária e deslocações forçadas | Integração regional; cooperação e desenvolvimento sustentável; migração e saúde; elaboração de políticas migratórias, ambientais e climáticas; migração e mobilidade laboral; ação humanitária e deslocações forçadas | Migração, pobreza e conflito; migração e saúde, migração e ambiente |
| Centro de Análise de Dados sobre Migração Global da IOM / Instituto Global de Dados (GDI) | África | Melhores dados e análises sobre a migração internacional | | Dados e investigação sobre migração |
| Centros de dados regionais da IOM | África | Melhores dados e análises sobre a migração internacional | | Dados e investigação sobre migração |
| Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) | África | Integração regional e promoção da cooperação internacional | Governança das migrações | |
| Instituto Africano de Desenvolvimento Económico e Planeamento (IDEP) da ONU | África | Programas de capacitação e formação, tais como carteira de cursos de breve duração, programas de pós-graduação e programas de apoio à investigação. | | Migração e desenvolvimento |
| Instituto de Formação e Investigação Demográficas (IFORD) | África Ocidental | População, ambiente, desenvolvimento; medição e análise da pobreza; saúde sexual e reprodutiva; género, sociedades e comportamentos demográficos; migrações e desenvolvimento | | Migração e desenvolvimento; migração, pobreza e conflito; migração e saúde, migração e ambiente |
| Centros / instituições universitários | | | | |

| | | | | |
|--|----------------------------------|---|---|--|
| Universidade de Nairobi – Instituto de Estudos sobre a Migração do Quênia | África | Governança das migrações; migração interna; migração laboral; governança das fronteiras; migração irregular; deslocação forçada | Governança das migrações; migração interna; migração laboral; governança das fronteiras; migração irregular; deslocação forçada | |
| Centro Africano para a Migração e a Sociedade (ACMS), África do Sul | África | Políticas de circulação humana; pobreza e transformação social | Governança das migrações; deslocação forçada; migração laboral; migração irregular; governança das fronteiras | Direitos humanos dos migrantes; migração e saúde; migração e género |
| Grupo de Estudo e Investigação sobre Migrações (GERM) | África Ocidental | Migração irregular; proteção social e migração feminina | Governança das migrações; deslocação forçada; migração irregular | Direitos humanos dos migrantes; migração e género; migração, crianças, adolescentes e jovens |
| Centro de Estudos das Migrações (CMS), Gana | África | Vários aspetos da migração | Governança das migrações; migração interna; migração laboral; envolvimento da diáspora | |
| Universidade de Moi, Quênia | África | Deslocação forçada | Governança das migrações; deslocação forçada | |
| Rede de Investigação sobre Migração em África (NOMRA), Nigéria | África, África Subsariana | Vários aspetos da migração | Governança das migrações; deslocação forçada; migração laboral; migração irregular; governança das fronteiras | |
| Centro para o Estudo da Inovação da Governança (GovInn), África do Sul | África | Governança e desenvolvimento | Governança das migrações; migração e comércio; governança das fronteiras | |
| Centro para o Estudo da Migração Forçada (CSFM), Tanzânia | África Oriental, Corno de África | Migração; refugiados; requerentes de asilo | Governança das migrações; deslocação forçada | |
| Centro Universitário de Estudos sobre Migrações (CUEM), Marrocos | África | Vários aspetos da migração | | |
| Université IBN ZOHR, Faculté des Lettres & des Sciences Humaines, | Norte de África – Europa | Programa de doutoramento sobre planeamento espacial, sociedades, migração e desenvolvimento sustentável | | |
| Associação Marroquina de Estudo e Investigação sobre Migrações (AMERM) - com sede na Faculdade de Direito da Universidade Mohammed V em Rabat | Norte de África – Europa | Formação; investigação; trabalho em rede | Governança das migrações | |
| Universidade de Rabat, Faculdade de Ciências Jurídicas, Económicas e Sociais, Marrocos | Norte de África | Formação; curso de pós-graduação sobre migração e sociedade | | |

| | | | | |
|---|---------------------------------|--|--|--|
| Centro de Estudo e Investigação Demográfica (CERED), Marrocos | Norte de África | Estatísticas; estudos populacionais | | |
| Centro para os Estudos sobre a Migração e os Refugiados, Egito | África | Todas as formas de mobilidade internacional, voluntária, forçada, económica, política, individual, coletiva, temporária e permanente | Governança das migrações; migração interna; deslocação forçada | |
| Coletivo Interdisciplinar de Migração e Mobilidades em África (MMICA), Gana | África | Migração e desenvolvimento; migração interna; política contra a xenofobia; cidadania e pertença; a relação entre mobilidade, desigualdade e descolonização | Governança das migrações; migração interna | Pobreza e conflito; migração e ambiente; migração e género |
| Centro de Estudos sobre a Migração, Universidade Nnamdi Azikiwe, Awka (CMS-NAU), Nigéria | África Ocidental, África | Investigação e trabalho em rede com a comunidade de investigadores, estudiosos, instituições, agências e organizações envolvidas em estudos migratórios; gestão e governança em todo o mundo | Governança das migrações; migração irregular | |
| Centro de Excelência em Migração e Estudos Globais (CEM&GS), Nigéria | África Ocidental, África | Migração interna e global; desenvolvimento das políticas | Migração interna; governança das migrações | |
| Grupo de Estudo e Investigação sobre Migração, Espaço e Sociedade (GERMES), Níger | Níger | Investigação, formação e trabalho em rede | Governança das migrações; migração irregular | |
| Universidade ESLSCA, Egito | Egito, Norte de África - Europa | Investigação, trabalho em rede e publicação | | |
| Centros independentes e outras instituições | | | | |
| Centro Africano da Administração Regional do Trabalho (ARLAC), Zimbabué | Países africanos anglófonos | Migração; trabalho | Migração laboral | |
| Aliança para a Migração, a Liderança e o Desenvolvimento (AMLD), Senegal | África | Governança das migrações; migração e desenvolvimento | Governança das migrações | |
| Centro de Políticas para o Novo Sul (PCNS), Marrocos | Norte de África | Nexo paz-desenvolvimento-segurança; migração e mobilidade em África | Governança das migrações | |
| Centro Regional Africano de Administração do Trabalho (CRADAT), Camarões | Países africanos francófonos | Trabalho; formação profissional; saúde no trabalho; trabalho infantil | Migração laboral | |

| | | | | |
|---|---|---|--|--|
| Centro Árabe para a Administração do Trabalho e do Emprego (ACLAE), Tunísia | Países arobófonos | Migração; trabalho | Migração laboral | |
| Centro de Migração Mista (MMC) | África Ocidental, Norte de África e África Oriental | Tendências dos fluxos migratórios mistos e dinâmica da circulação de pessoas, principalmente da África Ocidental e Oriental para e através de países do Norte de África | Governança das migrações; deslocação forçada; migração irregular | |
| Centro de Túnis para a Migração e o Asilo (CETUMA), Tunísia | Norte de África | Vários aspetos da migração e asilo | | |
| Samuel Hall, Quénia | África | Soluções duradouras; regresso e reintegração migração e desenvolvimento; mobilidade transfronteiriça; tráfico de pessoas; contrabando; deslocamento interno e deslocados internos; proteção de refugiados | Governança das migrações; deslocação forçada; migração irregular; gestão da migração; deslocação forçada; migração irregular | |
| Instituto Scalabrini para a Mobilidade Humana em África (SIHMA), África do Sul | África Subsariana | Acesso à justiça; igualdade e proteção dos direitos dos requerentes de asilo; refugiados e migrantes | Governança das migrações; deslocação forçada | Migração e desenvolvimento |
| Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAIIA), África do Sul | África Subsariana | Política externa; governação; ambiente; política económica e desenvolvimento social | Governança das migrações; migração e comércio | |
| Rede Regional de Migrantes do SADC (SADC-RMN) | Região da SADC | Acesso à justiça; igualdade e proteção dos direitos dos requerentes de asilo; refugiados e migrantes | Governança das migrações; deslocação forçada | Migração e desenvolvimento |
| Rede MOVIDA | África Mediterrânica e Subsariana | Vários aspetos da migração | | |
| Programa de Migração da África Austral (SAMP), África do Sul | Região da SADC | Migração e desenvolvimento | Governança das migrações; migração laboral; migração irregular; deslocação forçada | Migração e desenvolvimento |
| Projeto Migração e Saúde na África Austral (MAHP), África do Sul | Região da SADC | Migração; saúde | | Migração e saúde |
| Centro Africano de Política de Migração e Desenvolvimento (AMADPOC), Quénia | África Subsariana | Migração e desenvolvimento | Governança das migrações; migração laboral; migração irregular; deslocação forçada | Pobreza e conflito; migração e saúde; migração e ambiente; migração e género |

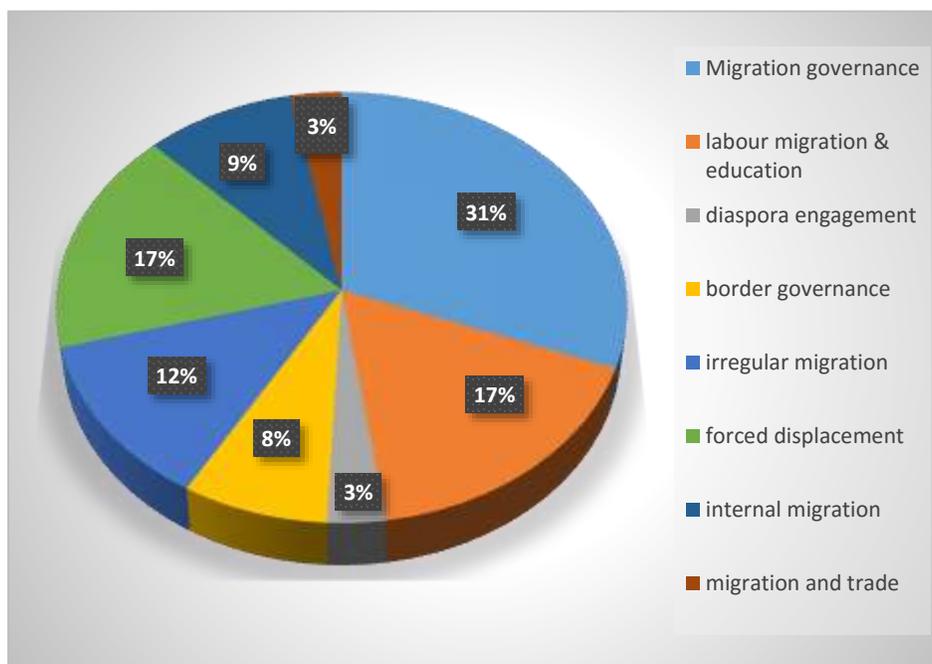
| | | | | |
|---|---|---|--|--|
| Instituto para Estudos de Segurança (ISS), África do Sul | África Subsariana | Crime e justiça; criminalidade organizada e branqueamento de capitais; corrupção e governação; terrorismo; análise e prevenção de conflitos; migração | Governação das migrações; governação das fronteiras; migração irregular; migração laboral e educação | |
| Centro Operacional Continental (COC), Sudão | África | Governação das migrações; migração irregular | Governação das migrações; migração irregular | |
| Observatório das Migrações Africanas, Marrocos | África | Dados e investigação sobre migração | | Dados e investigação sobre migração |
| Dignity Kwanza – Soluções comunitárias, Tanzânia | Tanzânia, África Oriental | Advocacia e investigação | | |
| Instituto de Estatística da União Africana (STATAFRIC), Tunísia | África | Dados e investigação sobre migração | | Dados e investigação sobre migração |
| Centro de Resultados de Investigação – Corno de África | Região do Grande Corno de África | Sistemas de gestão da migração e prestação de serviços sociais, financiamento do tráfico e contrabando; desafios do regresso; deslocação interna | Governação das migrações; migração irregular; deslocação forçada | |
| Centro de Investigação e Resultados – a Região do Sahel e Lago Chade e Norte de África | Norte de África e África Ocidental | Instabilidade; insegurança; migração irregular e deslocação forçada | Migração irregular; deslocação forçada | |
| Projeto Migração para o Desenvolvimento e Igualdade (MIDEQ) | Nordeste de África, África Ocidental e África Austral | Pobreza; desigualdade de rendimentos | Migração laboral e educação; envolvimento da diáspora | Ambiente, migração e género; migração, crianças, adolescentes e jovens |

2.5. Conclusões e discussão

Esta secção identificou uma lista de instituições que realizam ações de investigação e capacitação sobre a migração em África. Embora seja encorajador que tenha havido um crescimento constante na investigação sobre migração em toda a África, as iniciativas e programas estão muitas vezes integrados noutras questões socioeconómicas proeminentes e, por conseguinte, podem ser difíceis de representar. Mesmo onde existem iniciativas de capacitação e ensino sobre migração, não há informação suficiente que possa ser acedida publicamente. Neste âmbito, assumem uma importância crucial os websites e outras plataformas online frequentemente subdesenvolvidos, não atualizados com regularidade ou completamente disfuncionais. Surpreendentemente, isto aplica-se a muitas universidades africanas.

Em geral, existe a necessidade de um organismo de cúpula para coordenar atividades de investigação e formação, e esforços coletivos para promover uma compreensão mais robusta das dinâmicas e dos processos migratórios. A colaboração e o trabalho em rede entre as instituições de investigação/formação e o Centro são fundamentais para o sucesso das atividades e programas relacionados com a migração. Portanto, o Centro pode desempenhar um papel no desenvolvimento de uma plataforma de parceria e colaboração entre instituições de investigação centradas no processo migratório em toda a África. O seu papel coordenador pode incluir o desenvolvimento, lançamento e manutenção de um Sistema de Informação de Gestão (SIG) para melhor centralizar, divulgar e promover a utilização de dados e investigação sobre migração. Este relatório salienta que, em geral, os centros de capacitação e as instituições de formação abordam os oito pilares-chave do MPFA e as onze questões transversais. No entanto, vale a pena notar que as áreas-chave de interesse estratégico, como "migração e comércio" e "envolvimento da diáspora", têm uma percentagem baixa em termos de frequência (ver Figura 6). As áreas temáticas mais recorrentes incluem, "governança das migrações", "migração laboral", "deslocação forçada" e "migração irregular". Isto não é surpreendente uma vez que as intervenções de capacitação no âmbito do quadro de cooperação UE-UA sobre migração visam apoiar e promover iniciativas institucionais e legislativas centradas no tráfico de seres humanos, mobilidade e migração laboral, proteção internacional de populações deslocadas à força e migração irregular.

Figura 6: Áreas-chave de interesse das instituições de capacitação e formação vs pilares do MPFA



Fonte: Compilação própria dos autores

Além disso, os processos de Cartum, Trípoli e Rabat, que fazem parte da base da Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade (GAMM) – o quadro global da política externa de migração e asilo da UE – concentram-se em abordar a migração irregular, melhorar a gestão das fronteiras e promover a migração legal. Adicionalmente, a escassez de instituições de ensino superior africanas que oferecem formação sobre estudos de migração e as limitadas bolsas de estudo africanas sobre migração "obrigaram o continente a ver a migração e a mobilidade em África através de um prisma de um problema a corrigir e não de uma realidade que, se bem gerida, poderia beneficiar tanto os países de origem como os países de acolhimento" (IOM, 2020:4). Portanto, a fim de reequilibrar as relações assimétricas entre a Europa e a África é necessário que as instituições de formação e de capacitação abordem não só questões relacionadas com a migração irregular, mas também com os aspetos de desenvolvimento da migração. Por exemplo, a reflexão sobre temas-chave pan-africanos como a cooperação regional e a integração económica, o desenvolvimento de competências, as remessas e a diáspora podem assumir um papel central e tornar-se a pedra angular das intervenções de capacitação e formação. Isto incluirá o estabelecimento de mecanismos de autofinanciamento para reduzir a dependência do financiamento externo, definir áreas-chave prioritárias e contribuir para o conhecimento sobre a migração em África.

2.6. Conclusão e recomendações

Este relatório apresentou uma lista não exaustiva de centros de formação e instituições de capacitação que estão a trabalhar na migração em África. Estes foram classificados em três categorias principais: (a) internacionais; (b) sediados em universidades e (c) centros independentes e outras instituições. Globalmente, estas instituições abordam os principais pilares temáticos do MPFA e outras questões transversais relevantes. Com base nos resultados, o relatório propõe as seguintes recomendações:

- (a) Existe uma falta de coordenação e ligação entre a Comissão da União Africana, os órgãos da União Africana, os Estados Membros e as Comunidades Económicas Regionais, investigadores, organizações, institutos, académicos e organizações da sociedade civil. Esta lacuna reduz as oportunidades de colaboração, partilha de dados entre pares e disponibilidade de dados, o que, por sua vez, reduz a informação disponível para compreender as tendências e questões da migração e para contribuir para a elaboração e programação de políticas. Consequentemente, o presente relatório **recomenda** que o Centro facilite a criação de uma rede continental/organismo de cúpula que reúna todos os interessados relevantes para discutir assuntos de interesse mútuo. Isto aumentaria o sentimento de apropriação da agenda da migração africana e das iniciativas de investigação e capacitação por parte dos interessados, reforçando assim as relações entre o Centro e outras instituições. Adicionalmente, o relatório propõe que o Centro estabeleça capítulos regionais da rede continental/organismo de cúpula em conformidade com as cinco regiões da União Africana, ou seja, as regiões Norte, Oeste, Centro, Leste e Sul, ou que se baseiem nas Comunidades Económicas Regionais. Idealmente, tais capítulos regionais poderiam ser alojados ou associados aos secretariados das Comunidades Económicas Regionais da União Africana para que tenham uma "casa". Os capítulos regionais deliberariam sobre questões pertinentes às suas regiões para discussão a nível continental. A rede/organismo continental/regional/de cúpula proposto poderia também incluir questões relacionadas com dados migratórios e abordar a migração irregular que são lideradas, respetivamente, pelo Observatório da Migração Africana e pelo Centro Operacional Continental no Sudão. Isto asseguraria a sinergia na implementação da agenda da migração continental.
- (b) Embora não se possa esperar que o Centro responda a todos os pedidos de apoio emanados da Comissão da União Africana, órgãos/agências da União Africana, Estados Membros e Comunidades Económicas Regionais, estes pedidos poderão ser satisfeitos através de parcerias estratégicas entre o Centro e outras instituições relevantes no continente. Por exemplo, o Centro poderia subcontratar algumas das suas atividades a instituições africanas competentes, na área da investigação ou da formação/capacitação. Na implementação de tais iniciativas de natureza continental, a colaboração entre instituições relevantes seria também uma possibilidade. Desta forma, o presente relatório **recomenda** que:
 - A estratégia do Centro durante os próximos cinco anos defina claramente resultados e indicadores-chave para atividades e resultados a fim de enriquecer a base de conhecimentos sobre a migração em África e desenvolver as capacidades necessárias das partes interessadas a todos os níveis.

- O Centro compile e mantenha uma base de dados de todas as instituições relevantes no continente. Tal base de dados, que teria atualizações regulares, conteria as competências de cada instituição e os dados de contacto de um ponto de interesse. Facilitaria também a criação e implementação de uma rede continental/organismo de cúpula de instituições que realizam investigação e formação/capacitação em África.
 - O Centro crie um centro de documentação (centro de dados) para recolher e disponibilizar investigação sobre migração e informação específica de projetos.
 - Organize seminários e workshops sobre promoção da investigação sobre migração para grupos relevantes (Comissão da União Africana, órgãos da União Africana, Estados Membros e Comunidades Económicas Regionais, investigadores, organizações, institutos, académicos e organizações da sociedade civil, etc.).
- (c) Os Centros de Excelência (CoE) em Estudos de Migração em África são centros físicos ou virtuais de investigação que concentram a excelência na investigação existente, bem como capacidade e recursos, para permitir aos investigadores colaborar nas diversas disciplinas e instituições em projetos de longo prazo que sejam relevantes a nível local e competitivos a nível internacional, a fim de melhorar a prossecução da excelência na investigação e capacitação. As cinco áreas-chave de desempenho dos CoE são: investigação/produção de conhecimento; educação e formação; mediação de informações; trabalho em rede e prestação de serviços. Até à data, foram estabelecidos três CoE com uma perspetiva continental no Mali, Marrocos e Sudão, África do Norte, Ocidental e Oriental. O presente relatório **recomenda** que o CoE no Mali explore a parceria com o Centro de Excelência em Migração e Mobilidade da Aliança Africana de Universidades de Investigação (ARUA) da África do Sul e com o Centro de Excelência em Migração e Estudos Globais (CEM&GS) na Nigéria para identificar áreas chave de colaboração e promover prioridades de investigação e formação/capacitação sobre a migração no continente. Os Centros de Excelência da ARUA e da CEM&GS podem servir como centros de rede para capacitação nas diferentes regiões africanas e proporcionar oportunidades para os profissionais responsáveis pela elaboração de políticas e outros interessados beneficiarem de formação orientada e prática sobre temas relacionados com a migração.

Componente 3: Levantamento de publicações africanas sobre migrações

3.1. Introdução

Em todo o mundo, o interesse pela migração tem crescido significativamente ao longo do tempo. Tem havido uma proliferação de artigos, centros de investigação, institutos, simpósios, webinários e conferências sobre temas relacionados com a migração. A migração para, de e no interior de África tem implicações políticas, sociais e económicas. As revistas académicas desempenham um papel significativo na divulgação de conhecimentos sobre uma variedade de questões. No entanto, os resultados da investigação dos sistemas académicos africanos enfrentam desafios para ganhar visibilidade e as revistas africanas são frequentemente vistas como tendo uma qualidade inferior às revistas do Norte Global. Conforme indicado por Teferra e Altbach (2004), apesar da vasta gama de capacidades e recursos dentro e entre países africanos, uma generalização legítima é que o reforço da investigação e a publicação dos resultados de investigação são prioridades cruciais para melhorar o ensino superior em África. Este relatório fornece uma lista de publicações académicas africanas que publicam análises teóricas e empíricas dos processos migratórios em África. Este exercício de levantamento revela, no essencial, uma notória escassez de publicações africanas revistas por pares sobre estudos de migração, apesar da magnitude e importância da migração no continente.

Em junho de 2021, o Instituto para a Investigação da Paz de Oslo (PRIO) identificou 29 publicações de língua inglesa revistas por pares sistematicamente selecionadas sobre estudos de migração publicados em todo o mundo. No entanto, nenhuma destas publicações é publicada em África¹. O principal objetivo desta ação de investigação consiste, portanto, em realizar um levantamento das publicações africanas sobre migração, as suas áreas de interesse e identificar as lacunas existentes no contexto do MPFA. Além disso, o presente estudo procura propor algumas recomendações chave sobre a criação de uma publicação académica sediada em África que se centrará em questões relacionadas com a migração africana.

Este relatório recolhe dados da investigação secundária e a revisão sistemática concentrou-se principalmente nas publicações académicas africanas disponíveis na plataforma do African Journal Online (AJOL).² A publicação considerou diferentes regiões, países, línguas, nomes de publicação, área de interesse, composição editorial, website e outras informações relevantes online. A equipa de investigação selecionou as publicações relevantes de acordo com os seguintes critérios: (a) *Publicações do Sul*: administrativamente, todas as publicações listadas são publicadas em África; (b) *tema relevante*: todas as publicações devem incluir artigos revistos por pares relacionados com migração e mobilidade humana; (c) *regularidade e historial*: a publicação deve ter publicado durante pelo menos dois anos e estar ativa; (d) *qualidade da publicação*: A AJOL avalia as

¹ A *African Human Mobility Review* (AHMR) é atualmente a única publicação africana revista por pares que apresenta estudos sobre a migração. No entanto, a AHMR ainda não está incluída nos cinco índices selecionados (DOAJ, Google Scholar Metrics, Scimago, Scopus e Web of Science Core Collection) e, portanto, não cumpre os critérios de inclusão do PRIO.

² A AJOL é gerida por uma organização sem fins lucrativos que procura aumentar a produção de investigação em África, bem como apoiar a publicação académica africana. A AJOL acolhe mais de 500 publicações africanas que abrangem diversas disciplinas académicas em 35 países africanos. Os rigorosos critérios de inclusão da AJOL tornam-na uma plataforma útil para este estudo e asseguram que as publicações incluídas na sua base de dados aderem às melhores práticas de publicação académica. A AJOL seleciona publicações que partilham investigação original e oferecem contribuições credíveis e científicas. O conteúdo das publicações é controlado em termos de qualidade e revisto regularmente pelos pares.

publicações contra o quadro das Práticas e Normas de Publicação de Revistas (JPPS),³ que fornece critérios detalhados de inclusão e qualidade. As publicações avaliadas através da utilização do quadro JPPS estão divididas em seis níveis: título inativo; novo título; sem estrelas; uma estrela; duas estrelas e três estrelas. Embora tenham sido originalmente obtidas mais de 50 publicações, apenas 14 foram incluídas na seleção final com base no quadro JPPS.

3.2. Lista de publicações académicas

3.2.1. *Africa Insight*

A *Africa Insight* é uma revista trimestral, revista pelos pares do Instituto Africano da África do Sul. Foi criada em 1971 e é acreditada pelo Departamento de Ensino Superior e Formação da África do Sul (DHET) e indexada na Bibliografia Internacional de Ciências Sociais (IBSS). A *Africa Insight* é uma revista multidisciplinar que se centra principalmente nos assuntos africanos. Abrange diversos tópicos que incluem política, democratização, questões económicas, resolução de conflitos, educação e formação, soberania alimentar, perigos para a saúde, capacitação, relações internacionais e cooperação regional.

A *Africa Insight* aceita artigos sobre migração, uma vez que estes abordam as relações internacionais e a cooperação regional. Em 2020, a revista dedicou uma edição especial à migração. A edição especial apresentou dez artigos que se centravam no Acordo sobre a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), com vista a analisar as oportunidades e desafios para o AfCFTA. Os artigos abordaram diversos pilares do MPFA, como governação das migrações, migração laboral e educação, bem como migração interna e migração e comércio. Embora o volume tenha salientado o impacto potencial do AfCFTA no desenvolvimento socioeconómico de África, também sublinhou vários desafios e obstáculos estruturais que dificultam o comércio intra-africano, perigos de conflito e terrorismo, bem como a ausência de políticas comerciais e macroeconómicas harmonizadas.

3.2.2 *African Health Sciences*

A *African Health Sciences* é uma revista trimestral, de acesso livre e gratuito online, e de referência, publicada pela Faculdade de Medicina da Universidade de Makerere de Uganda. Reconhece o apoio do Projeto de Parceria das Revistas de Saúde Africanas, que é financiado pelo Instituto Nacional de Saúde dos EUA e facilitado pelos editores do Conselho da Ciência. Desde 2001, publica contribuições originais sobre investigação, prática clínica, saúde pública, política, planeamento, implementação e avaliação na saúde e ciências afins pertinentes a África e aos trópicos. Centrada na saúde, aborda por vezes tópicos sobre migração e saúde. Com o aparecimento da COVID-19, os artigos incluíam discussões sobre as medidas drásticas impostas pelos países de elevado rendimento aos viajantes de países africanos.

3.2.3. *African Human Mobility Review (AHMR)*

Apesar de não estar indexada na AJOL, a *African Human Mobility Review (AHMR)* merece ser incluída nesta seleção, pois é a única publicação que se centra exclusivamente em questões relacionadas com a migração em África. A AHMR foi fundada em 2014 e é publicada conjuntamente pelo Instituto Scalabrini para a Mobilidade Humana em África (SIHMA) e pela

³ Mais informação disponível em: <https://www.journalquality.info/en/>

Universidade do Cabo Ocidental (UWC). É uma publicação revista por pares acreditada pela Lista de Publicações do Departamento de Ensino Superior e Formação da África do Sul (DHET). Esta revista é apresentada online e é acessível gratuitamente. A AHMR publica três números por ano – em abril, agosto e dezembro.

A AHMR publica artigos originais, teóricos e aplicados sobre uma vasta gama de tópicos relacionados com a migração, como migração doméstica e internacional, movimento de refugiados, relações entre grupos étnicos, migração e direitos humanos, migração e desenvolvimento, integração e coesão social, migração de menores não acompanhados, mobilidade, emprego e xenofobia. Esta revista única destina-se a um vasto grupo de interessados, nomeadamente investigadores, académicos, decisores políticos, estudantes e profissionais. Assim, a influência da AHMR estende-se à sociedade civil, administrações públicas e instituições de investigação/académicas em África.

Três fatores cruciais distinguem esta revista: o seu enfoque exclusivo na migração em África, a sua acessibilidade online que lhe permite alcançar um vasto público e a sua gratuidade. De facto, a AHMR indica que, ao longo dos anos, o seu número de leitores tem aumentado, como evidenciado pelas visualizações e descarregamentos. Curiosamente, para dissipar as preocupações dos académicos que consideram que as publicações de revistas online têm menos peso do que as revistas impressas (Collins e Berge, 1994), a AHMR imprime alguns exemplares que publica e distribui às universidades sul-africanas todos os anos. Embora a AHMR desfrute dos sucessos acima descritos, tem registado uma baixa representação das submissões de artigos das regiões de África que não falam inglês. Ao contrário de outras publicações africanas, devido ao seu interesse exclusivo na migração, a AHMR cobre todos os pilares do MPFA. A revista tem publicado artigos que abordam diferentes facetas da migração. À luz destes resultados, o Centro deveria considerar trabalhar com a AHMR a fim de abordar globalmente todas as dimensões da mobilidade humana.

3.2.4. *African Journal of AIDS Research (AJAR)*

Criado em 2002, a *African Journal of AIDS Research (AJAR)* é uma publicação trimestral revista por pares que contribui para uma melhor compreensão das dimensões sociais do VIH e da SIDA em África. A publicação aceita artigos de diversas disciplinas como sociologia, demografia, epidemiologia, geografia social, economia, psicologia, antropologia, filosofia, comunicação sobre saúde, meios de comunicação social, estudos culturais, saúde pública, educação, ciência da enfermagem e trabalho social. A AJAR considera documentos que abordam o impacto, assistência, prevenção, planeamento social, teoria social, história e política do VIH e da SIDA.

Alguns dos artigos publicados incidem nas implicações do VIH/SIDA nas populações migrantes. Isto foi adequadamente refletido no único artigo publicado sobre migração em 2020 intitulado “Left behind: Why implementing migration-aware responses to HIV for migrant farm workers is a priority for South Africa” (“Deixados para trás: por que é que a implementação de respostas conscientes da migração sobre o VIH para trabalhadores agrícolas migrantes é uma prioridade para a África do Sul) no qual o autor observou que, apesar dos elevados níveis de migração interna e internacional na África do Sul, é dada pouca atenção à migração e mobilidade nas respostas ao VIH. Esta lacuna precisa de ser colmatada para que a preocupação do MPFA em matéria de migração e saúde possa ser resolvida. O MPFA recomenda que os migrantes tenham “acesso adequado aos serviços de saúde especialmente em relação a gravidezes, doenças contagiosas como as doenças sexualmente transmissíveis (DST), tuberculose, VIH e hepatite” (AUC, 2018:75).

3.2.5. *African Journal of Economic Review (AJER)*

A *African Journal of Economic Review (AJER)* é uma publicação bianual, publicada pela Faculdade de Artes e Ciências Sociais da Universidade Aberta da Tanzânia. Desde 2013, a AJER publica artigos académicos sobre questões económicas pertinentes para África. Esta publicação aplicada está interessada em economia do setor público, economia monetária, comércio internacional e finanças, economia agrícola, economia industrial, economia do desenvolvimento, economia do trabalho, economia da saúde, economia ambiental e reformas económicas.

A migração cruza-se com o comércio internacional e a economia do trabalho. Esta revista aborda o pilar "migração laboral e educação" do MPFA, e questões abordadas pelo Programa Conjunto de Migração Laboral (JLMP) da AUC, que visa promover a livre circulação dos trabalhadores com vista à integração e ao desenvolvimento regional. Isto envolve a normalização dos acordos laborais, o reconhecimento mútuo das qualificações, bem como a portabilidade das competências. Esta iniciativa apoia o desenvolvimento de competências orientadas para o mercado e a centralização de competências em todo o continente. Isto representa uma oportunidade para o Centro desenvolver um repositório onde os países que fornecem uma determinada competência podem apresentar as suas publicações e os países que requerem tais competências podem ter acesso às mesmas. Uma tal plataforma oficial pode ajudar a reduzir os anúncios de emprego espúrios que são utilizados pelos traficantes de pessoas. Esta plataforma pode também ajudar a colmatar o fosso entre estudantes e emprego, favorecendo os movimentos circulares de mão de obra qualificada através dos países africanos. Estas iniciativas podem produzir dividendos para as nações de acolhimento sob a forma de circulação de cérebros e para as nações de origem que recebem remessas.

3.2.6. *African Journal of Reproductive Health*

Criada em 1997, a *African Journal of Reproductive Health (AJRH)* é publicada trimestralmente pelo Centro de Saúde da Mulher e Investigação de Ação. A revista publica investigação original, artigos de análise exaustiva, relatórios curtos e comentários sobre saúde reprodutiva em África, em inglês e em francês. A AJRH é uma revista multidisciplinar que proporciona aos autores africanos e outros que trabalham em África um fórum para partilhar resultados sobre saúde reprodutiva e divulgar informação relevante sobre saúde reprodutiva em África.

Embora as últimas edições (números 5 e 6 de 2021 e todos os números em 2020) não tenham publicado artigos sobre migração, na sua 4ª edição de 2021 a revista publicou um artigo sobre desigualdades na saúde materna e resultados da gravidez entre as mulheres que migraram para Itália. O artigo abordou uma das onze questões transversais do MPFA, nomeadamente, migração e saúde. Como anteriormente mencionado em relação ao *African Journal of AIDS Research (AJAR)*, é limitada a investigação sobre as intersecções entre migração e saúde. Este é um nicho importante que pode ajudar a abordar o pilar do MPFA sobre migração e saúde de grupos particularmente vulneráveis, como deslocados internos, migrantes e refugiados.

3.2.7. *African Research Review (AFRREV)*

A *African Research Review (AFRREV)* é uma publicação multidisciplinar trimestral, revista por pares, publicada pela primeira vez em 2007 pela Associação Internacional de Investigadores e Analistas Africanos (IAARR). A sua sede fica em Bahir Dar, Etiópia. A revista publica contribuições académicas em e sobre África. As contribuições podem surgir sob a forma de

monografias de investigação, artigos de fundo, notas breves, comentários sobre artigos publicados e análises de livros. A AFRREV concentra-se em amplas áreas do desenvolvimento africano, bem como em questões de diversas disciplinas académicas.

A revista ainda não publicou artigos sobre migração depois de 2018. No entanto, em 2018, a AFRREV publicou um artigo que se centrava na implementação pela Nigéria da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Uma das visões da NEPAD para a cooperação económica e integração dos países africanos alinha-se com o tema do MPFA sobre migração irregular. A cooperação regional e a normalização das políticas de migração laboral podem desempenhar um papel crucial nos esforços para reduzir a migração irregular. Além disso, em 2018, a revista publicou um artigo intitulado “South Africans’ xenophobic attacks on Nigerians: Should Nigeria’s Afrocentric foreign policy continue” (Os ataques xenófobos dos sul-africanos aos nigerianos: será que a política externa afrocêntrica da Nigéria deve continuar?) que apelava à Nigéria para que desenvolvesse a sua economia interna em vez de gastar recursos em países que não atuavam de forma recíproca. Tais apelos, embora compreensíveis na sequência de ataques xenófobos, vão contra os princípios do MPFA, por exemplo a cooperação interestatal e inter-regional, a migração laboral e a educação. Outras contribuições, como as relativas às determinantes dos fluxos de investimento direto estrangeiro no Quênia, centram-se na migração e comércio do MPFA, bem como na migração de mão de obra. A revista também apresenta artigos sobre "deslocação forçada" – particularmente em referência ao terrorismo e aos raptos na Nigéria.

3.2.8. *African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie*

A *African Sociological Review/Revue Africaine de Sociologie* é uma revista bianual do Conselho para o Desenvolvimento da Investigação em Ciências Sociais em África (CODESRIA), com sede em Dakar, Senegal, e foi publicada pela primeira vez em 1997. A revista aceita contribuições em inglês ou francês. Aceita artigos e outras contribuições académicas de estudiosos africanos e outros que se concentrem em questões africanas e análise social geral. A revista centra-se na promoção e extensão do pensamento sociológico e antropológico entre os estudiosos que trabalham em África. No entanto, a revista também recebe contribuições relevantes de outras fontes.

Em 2019, a revista publicou um artigo intitulado "A researcher's visit to Italy: Human trafficking and the Nigerian-Sicilian mafias" (A visita de um investigador a Itália: o tráfico de seres humanos e as máfias nigeriano-sicilianas). Outro artigo publicado em 2016 examinou a dinâmica de género no tráfico de seres humanos na Nigéria. Estes tópicos estão alinhados com os temas da migração forçada, migração irregular e governação de fronteiras do MPFA. Em 2015, a revista publicou um artigo sobre o bem-estar socioeconómico dos migrantes internos no Gana. As discussões sobre os migrantes internos contribuem para expor o tema da migração interna do MPFA. Em 2014, a revista publicou um artigo sobre as relações entre os imigrantes e as comunidades de acolhimento no Maláui. Este visou o objetivo do MPFA de reforçar a integração regional através da coesão social dos migrantes e das comunidades de acolhimento. Outro artigo centrou-se em fatores com impacto nas exportações da África do Sul para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADAC) abordando o tema da "migração e comércio".

3.2.9. *Eastern Africa Social Science Research Review (EASSRR)*

A *Eastern Africa Social Science Research Review (EASSRR)* é uma publicação bianual que foi criada já em 1985. A revista cobra taxas de subscrição e de assinatura. A EASSRR é publicada pela Organização para a Investigação Social na África Oriental (OSSREA). A revista aceita contribuições regionais sobre discursos críticos em torno de temas políticos, sociais, económicos e de desenvolvimento de países localizados na região da África Oriental e Austral. Embora a EASSRR aceite contribuições sobre a mobilidade humana, este não é o ponto de interesse primário da revista. A publicação mais recente, em 2021, continha dois artigos sobre migração. O primeiro intitula-se "Fewer jobs and more migrants: Large scale agricultural investment and internal migration in Ethiopia: A case of Saudi Star and Merti Agricultural Development Farms" (Menos empregos e mais migrantes: Investimento agrícola em grande escala e migração interna na Etiópia: Um caso das Explorações de Desenvolvimento Agrícola da Saudi Star e Merti). O artigo focava a migração interna, bem como a migração laboral e a educação. O segundo artigo centrou-se na forma como a informação e as redes sociais servem como fatores imediatos de migração. O artigo abordava a área temática da migração laboral do MPFA.

O primeiro número da publicação de 2021 apresentava também um artigo sobre migração, focando o comércio informal transfronteiriço e os migrantes em Busia, no Uganda na fronteira com o Quênia. O artigo focava assim a migração irregular do MPFA, bem como a migração e o comércio. A revista não publicou artigos sobre migração em 2020. Um artigo apresentado na edição de 2019 centrou-se nas deslocações induzidas pelo desenvolvimento de pessoas afetadas pelo projeto. O artigo concluiu que, embora o projeto tivesse trazido benefícios, o seu lado negativo tinha superado o positivo. O artigo abordava as áreas temáticas da deslocação forçada e migração interna do MPFA.

3.2.10. *Gender and Behaviour*

A *Gender and Behaviour* é uma revista bianual e interdisciplinar publicada pela primeira vez em 2003 pelo Centro de Estudos Psicológicos da IFE, Nigéria. A revista centra-se em contribuições sobre aspetos psicológicos e comportamentais do género em geral. Acolhe favoravelmente as contribuições de estudiosos de todo o mundo sobre diversos assuntos relacionados com os aspetos psicológicos e comportamentais do género. As contribuições podem assumir a forma de trabalhos empíricos, teóricos e descritivos e outras discussões académicas relevantes sobre ética.

O último número (2021, número 3) publicou um artigo sobre estratégias de sobrevivência dos jovens migrantes em Limpopo, África do Sul. Do mesmo modo, o segundo número da edição de 2021 continha dois artigos sobre os jovens migrantes. O primeiro incidia sobre a exclusão dos jovens migrantes dos serviços sociais sul-africanos, enquanto o segundo examinava as perspetivas económicas deste grupo. O primeiro número da edição de 2021 publicou um artigo sobre fatores que influenciam a violência baseada no género contra mulheres jovens migrantes em províncias selecionadas na África do Sul. Em 2019, a revista publicou um artigo sobre experiências de mulheres imigrantes do Zimbabué que asseguram o sustento das suas famílias em Limpopo, África do Sul. Estes artigos abordaram duas das onze questões transversais do MPFA, nomeadamente a migração, crianças, adolescentes e jovens, bem como a migração e o género.

3.2.11. *Ghana Journal of Development Studies (GJDS)*

A *Ghana Journal of Development Studies (GJDS)* é uma publicação revista por pares criada em 2004 pela Faculdade de Estudos Integrados de Desenvolvimento da Universidade de Estudos de Desenvolvimento do Gana. A revista coloca ênfase na investigação empírica que se baseia em teorias fundamentadas. A revista centra-se em questões relacionadas com o desenvolvimento, incluindo política de desenvolvimento, programação e projetos; podendo estes ser descritivos, básicos e aplicativos. Isto está de acordo com a sua natureza multi, trans e interdisciplinar. A revista também aceita contribuições para uma vasta gama de áreas disciplinares, como ciências físicas, ciências sociais e humanidades. Obviamente, a mobilidade humana é um aspeto que se insere no âmbito das ciências sociais e das humanidades.

Em 2021, ambas as edições não publicaram artigos sobre migração. No entanto, em 2020, foi publicado apenas um artigo no primeiro número. O artigo centrava-se no deslocamento e reinstalação induzidos pela indústria mineira – um tema que se enquadra na área temática do deslocamento forçado do MPFA. Do mesmo modo, em 2019, a revista publicou um artigo centrado na migração interna, particularmente, migração de zonas rurais para urbanas. A revista também publicou três artigos na sua edição especial em 2019. Os artigos centraram-se nas remessas internacionais, no comércio a retalho de migrantes e no comportamento em matéria de saúde das mulheres trabalhadoras migrantes que transportam cargas à cabeça. Estes artigos abordaram algumas das áreas de interesse do MPFA, nomeadamente migração e saúde, migração e género, bem como o envolvimento da diáspora. Em 2018, a revista publicou um artigo sobre jovens migrantes, que se enquadra no ponto de interesse do MPFA sobre adolescentes e jovens.

3.2.12. *Ghana Journal of Geography (GJG)*

Com início em 2009, o *Ghana Journal of Geography (GJG)* é publicado pelo Departamento de Geografia e Desenvolvimento de Recursos da Universidade do Gana. As contribuições para esta revista passam por um processo de revisão por pares e a decisão sobre os artigos é tomada por três editores. Para permitir uma partilha global de informação, a revista fornece acesso livre imediato ao seu conteúdo. A GJG publica investigação original em geografia física e humana e inclui disciplinas relacionadas. Dada a sua ampla aceitação de contribuições para a geografia humana, a GJG aceita artigos que discutam a mobilidade humana.

Na sua segunda edição de 2021, publicou um artigo sobre migração, conflitos entre agricultores e pastores, e desafios na construção da paz no Gana. Do mesmo modo, em 2019, a revista publicou um artigo que analisava o papel das redes na migração induzida por conflitos no Gana. Entre outras áreas temáticas do MPFA, o artigo abordava a migração, a pobreza e o conflito. Em 2019, a revista publicou um artigo sobre migração relacionada com a seca no Gana e, em 2017, publicou um artigo sobre estratégias para a mobilização das remessas dos ganeses no Reino Unido. Em 2016, a revista publicou um artigo sobre a tomada de decisões no âmbito da migração infantil no Gana, que se enquadra no âmbito do ponto de interesse do MPFA sobre migração, crianças, adolescentes e jovens. Assim, a revista publica vários artigos que tratam das áreas de interesse do MPFA.

3.2.13. *HTS Teologiese Studies / Theological Studies / AOSIS*

Fundada em 1943, a *HTS Teologiese Studies / Theological Studies / AOSIS* é uma publicação de livre acesso, revista por pares, que é publicada uma vez por ano. A taxa de processamento de artigos (APC) cobrada por esta revista é de R1 275,00 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado) por página de saída A4 em formato PDF. A dimensão média de um artigo nesta revista é de 9 páginas. Os autores podem solicitar à AOSIS dispensa da APC, que pode ser concedida a critério exclusivo da AOSIS/do financiador. A revista acolhe contribuições que promovem os aspetos multidisciplinares, religiosos e bíblicos dos estudos na arena teológica internacional.

O último número (4) da publicação de 2021 apresentou três artigos sobre migração. O primeiro centra-se no Pentecostalismo e migração, através do exame pelo autor de duas igrejas pentecostais ganesas na África do Sul. O segundo centra-se na luta contra a escravatura/tráfico de seres humanos, com especial incidência nas missões cristãs na África do Sul. O segundo artigo aborda um dos pilares fundamentais do MPFA – o deslocamento forçado. O terceiro foca a economia e a política da migração laboral na África do Sul. Tudo isto é fundamental para o tema do MPFA sobre migração laboral e educação. A terceira edição de 2021 continha também três artigos sobre migração. Dois artigos concentram-se na procura de formação da identidade dos migrantes, um aspeto importante em relação à coesão social do MPFA; o terceiro também se centra na identidade, mas inclui discussões sobre fronteiras coloniais e uma análise da etnicidade, nacionalismo e pan-africanismo – preocupações fundamentais no âmbito da governação das fronteiras. No primeiro número de 2018, a revista publicou um artigo centrado nas visões do mundo Ubuntu e cristão como respostas à xenofobia, uma discussão que se enquadra no interesse do MPFA sobre a coesão social e os princípios da não discriminação.

3.2.14. *Law, Democracy and Development (LDD)*

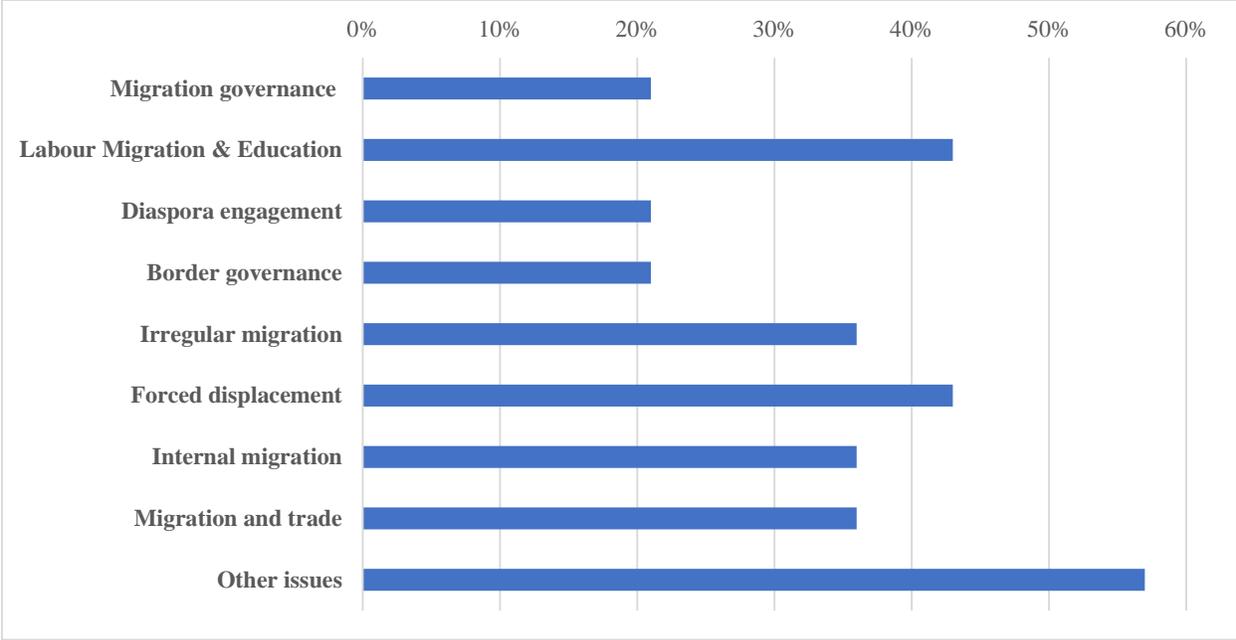
A *Law, Democracy and Development (LDD)* é uma publicação revista por pares da Faculdade de Direito da Universidade do Cabo Ocidental. A primeira edição surgiu em 1997. A revista aborda a interação entre democracia, boas práticas de governação, direitos humanos e desenvolvimento socioeconómico na África do Sul e em África. Preocupa-se com o papel de cada ramo do direito e das instituições jurídicas na promoção ou obstrução da democracia e do desenvolvimento. Procura promover uma cultura de responsabilização e respeito pelos direitos humanos em toda a África. Envolve-se com estudiosos de direito em todos os países africanos para estimular discussões para além das fronteiras nacionais. O MPFA põe em primeiro plano os princípios humanitários de migração no direito internacional dos direitos humanos. Estes princípios incluem o apelo do MPFA a favor da promulgação de políticas que protejam e promovam os direitos humanos dos migrantes. Nestas políticas estão incluídas diretrizes para refrear a xenofobia e a discriminação através de campanhas que incluem iniciativas, nomeadamente campanhas de sensibilização e educação cívica. A revista discute a migração irregular, por exemplo, num artigo intitulado "Kenya's implementation of the Smuggling Protocol in response to the irregular movement of migrants from Ethiopia and Somalia" (A implementação do Protocolo contra o Contrabando no Quênia em resposta ao movimento irregular de migrantes da Etiópia e Somália). A revista é crucial na abordagem do pilar "governação das migrações" do MPFA, que visa facilitar uma "migração

segura, ordenada e digna". Isto é importante porque o tema da "governança das migrações" parece ter sido negligenciado por outras revistas.

3.3 Conclusões e discussão

Várias revistas académicas publicadas em África aceitam a submissão de artigos que tratam de temas relacionados com a migração. Em geral, as publicações africanas não são dominadas por artigos relacionados com a migração e incluem a migração como um dos muitos tópicos que aceitam. De facto, ao descrever as suas áreas de interesse, a maioria das revistas tende a excluir questões relacionadas com a migração. Dado o crescente papel de desenvolvimento desempenhado pela migração em África, seria da maior importância ter publicações africanas que tratassem especificamente de questões sobre a migração em África. Isto contribuiria muito para melhorar o debate e a compreensão sobre a mobilidade humana, bem como para moldar melhor a política e a prática. A secção seguinte ilustra uma lista de revistas potencialmente relevantes que publicam artigos sobre migração. Para cada uma das publicações selecionadas, foram destacadas algumas das principais áreas de interesse em relação aos oito pilares do MPFA (ver Quadro 3 abaixo). Deslocação forçada, migração laboral, migração irregular, migração interna e migração e comércio são alguns dos temas mais recorrentes. No entanto, a maioria das revistas também apresenta questões transversais destacadas no MPFA, nomeadamente migração e saúde, direitos humanos, questões de género, não discriminação de migrantes e juventude e migração. É de salientar que algumas das áreas de interesse estratégico da União Africana, como, por exemplo, "migração e governação de fronteiras" e "envolvimento da diáspora", têm uma baixa classificação em termos de frequência (ver Figura 7). Isto pode ser parcialmente explicado pelo facto de as revistas colocarem os migrantes no centro da sua mobilidade ou se concentrarem em dimensões específicas da migração, tais como as razões dos migrantes para migrarem, o impacto na subsistência local, pobreza/relações/perspetivas de desenvolvimento, etc., e nas remessas financeiras e sociais dos migrantes.

Figura 7: As principais áreas de interesse das publicações vs os pilares do MPFA



Fonte: Compilação própria dos autores

Tabela 3: As principais áreas prioritárias das publicações

| Título | Governança das migrações | Migração laboral e formação | Envolvimento da diáspora | Governança das fronteiras | Migração irregular | Deslocação forçada | Migração interna | Migração e comércio | Outras questões transversais (por ex., saúde, direitos humanos, não discriminação, género, juventude) |
|--|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------|--------------------|------------------|---------------------|---|
| Africa Insight | √ | √ | | | | | √ | √ | √ |
| African Health Sciences | | | | | | | | | √ |
| African Human Mobility Review (AHMR) | √ | √ | √ | √ | √ | √ | √ | √ | √ |
| African Journal of AIDS Research (AJAR) | | | | | | | | | √ |
| African Journal of Economic Review (AJER) | | √ | | | | | | √ | |
| African Journal of Reproductive Health (AJRH) | | | | | | | | | √ |
| African Research Review (AFRREV) | | √ | | | √ | √ | | √ | |
| African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie | | | | √ | √ | | | | |
| Eastern Africa Social Science Research Review (EASSRR) | | √ | | | √ | √ | √ | √ | |
| Gender and Behaviour | | | | | | | | | |
| Ghana Journal of Development Studies (GJDS) | | | √ | | | √ | √ | | √ |
| Ghana Journal of Geography (GJG) | | | √ | | | √ | √ | | |
| HTS Theologese Studies / Theological Studies / AOSIS | | √ | | | √ | √ | | | √ |
| Law, Democracy and Development (LDD) | √ | | | √ | | | | | √ |

3.4. Conclusão e recomendações

A migração tem uma relação com vários aspetos da vida. Isto significa que os artigos sobre migração podem figurar em publicações que cobrem uma vasta gama de assuntos. Embora isto seja vantajoso para a divulgação e invocação de discussões sobre migração em diferentes disciplinas, torna difícil para os estudiosos e as partes interessadas, cuja preocupação principal é a migração, encontrar artigos em publicações cujo foco principal não é a migração. Isto pode, sem dúvida, asfixiar o debate sobre a mobilidade humana. Este relatório conclui que existe uma escassez de revistas que publicam investigação relacionada com a migração em África. Dada a importância da mobilidade humana no continente e em todo o mundo, as discussões sobre migração devem ocupar o centro das atenções nas revistas que se centram exclusivamente na migração. Esta é uma lacuna que ainda precisa de ser preenchida.

Uma decisão para iniciar uma nova revista sobre a migração africana ou para estabelecer parcerias com as revistas existentes depende de vários fatores. A este respeito, a *tomada de decisão esclarecida/tomada de decisões assente em dados concretos* ajuda na avaliação dos riscos e na recolha de informações relevantes antes de empreender qualquer ação. Esta abordagem dá prioridade aos resultados rigorosos da investigação, dados, análises e avaliação. Estes incluem evitar incertezas que podem afetar o nosso plano de ação, tempo e recursos.

A *tomada de decisão esclarecida/tomada de decisões assente em dados concretos* tem sido aplicada mais frequentemente a programas de serviços sociais e humanos, mas uma grande variedade de organizações regionais ou continentais poderia beneficiar da construção e utilização de dados concretos (Dinbabo, 2020; Dinbabo e Badewa, 2020; Ile e Dinbabo, 2015). A decisão sobre a melhor escolha para uma nova revista precisa de avaliar os interesses de investigação, a dimensão do público potencial, a ausência de uma revista existente que cubra a área de interesse proposta e quaisquer requisitos institucionais a considerar. Para determinar o melhor modelo económico para uma nova revista sobre a migração africana, é necessário considerar os benefícios e desafios inerentes ao lançamento de uma nova revista ou o estabelecimento de uma parceria com as revistas africanas existentes.

Considerar uma parceria com as revistas africanas existentes proporciona uma perspetiva exclusivamente africana sobre a parceria de investigação crítica. Revistas como Africa Insight, African Health Sciences, African Human Mobility Review (AHMR), African Journal of AIDS Research (AJAR), African Journal of Economic Review (AJER), African Journal of Reproductive Health (AJRH), African Research Review (AFRREV), African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie, etc.) estão a ter um impacto significativo na compreensão mais ampla das questões que examinam e no continente em que se situam. À luz dos benefícios e desafios da parceria com a revista existente em África, a equipa de investigação recomenda vivamente a parceria com a African Human Mobility Review (AHMR). A secção seguinte resume os benefícios e desafios de lançar uma nova revista sobre a migração africana e de estabelecer uma parceria com a African Human Mobility Review (AHMR):

3.4.1. Vantagens do lançamento de uma nova revista em África

Lançar uma nova revista sobre migração em África poderia trazer os seguintes benefícios:

- Ajudar a fechar o "fosso de conhecimento" entre as vozes bem financiadas e poderosas do Norte e as ideias, inovações e descobertas frequentemente ignoradas do Sul.
- Trazer o reconhecimento acadêmico à Comissão da União Africana, principalmente ao Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social.
- Facilitar o desenvolvimento da carreira africana através da participação na criação e partilha de novas ideias e conhecimentos.
- Apresentar uma perspectiva africana e uma contribuição crucial para a comunidade académica/de investigação.
- Contribuir para a criação de novas ideias e divulgação de conhecimentos em África.
- Promover a investigação/conhecimento indígena e tornar a investigação continental mais visível em toda a África.
- Apoiar os objetivos da Comissão da União Africana, Departamento de Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social.
- Facilitar o processo de integração numa rede mais vasta de estudiosos com interesses semelhantes.

3.4.2 *Desafios do lançamento de uma nova revista em África*

É provável que lançar uma nova revista sobre migração em África traga os seguintes desafios:

- **Custos elevados:** Desenvolver um modelo financeiro sustentável requer um compromisso de longo prazo. Este empreendimento será dispendioso em termos de tempo, recursos financeiros e capacidade humana; o desafio esmagador de alcançar o sucesso desejado não deve ser subestimado.
- **Conselho Editorial eficaz:** Uma revista desta natureza não pode funcionar sem o apoio de um Conselho Editorial capaz e eficaz. No entanto, a tarefa hercúlea de encontrar e nomear os estudiosos/especialistas certos para voluntariar o seu trabalho, pode ser um passo excessivo. Além disso, encontrar um editor de revista experiente e empenhado, juntamente com um editor de gestão para liderar o projeto, é outra ordem de grandeza.
- **Originalidade da investigação:** Embora a maioria dos estudiosos prefira enviar os seus manuscritos para revistas com um fator de impacto elevado e grande reputação, continua a ser difícil atrair artigos originais. Nas comunidades académicas e de investigação atuais, a originalidade da investigação é altamente considerada como um fator crítico de decisão para os trabalhos académicos.
- **Experiência técnica comprovada:** A inclusão num serviço internacional (indexação) necessita de uma reputação demonstrada e de um bom historial na cena mundial. Além disso, uma revista online requer os conhecimentos técnicos e a experiência relevantes (por exemplo, software, largura de banda, etc.).

3.4.3 *Vantagens da parceria com a revista sobre migração existente em África (AHMR)*

- **Governança:** O Conselho Editorial da AHMR é composto por uma equipa de académicos e profissionais altamente conceituados e respeitados que trabalham globalmente no campo da migração.
- **Open Journal Systems (OJS):** A AHMR faz parte dos OJS e fornece a utilização de ferramentas de leitura online, concebidas para permitir aos leitores uma pesquisa rápida de informação relacionada. A AHMR é uma publicação online e isso diminui significativamente os custos de produção e distribuição.

- **Disponibilidade:** A AHMR está livremente disponível para uma rede global de investigadores, a qual pode ter um impacto significativo na disciplina e aumentar as suas citações por terceiros.
- **Acreditação:** A AHMR é uma revista académica interdisciplinar de livre acesso, revista por pares, acreditada pelo Departamento de Ensino Superior e Formação da África do Sul (DHET).
- **Disseminação:** A AHMR é um instrumento bem estabelecido para divulgar a investigação que fomenta a compreensão da mobilidade humana em África e desempenha um papel crucial na identificação das melhores práticas e na implementação de políticas de migração em África.

Bibliografia

- Comissão da União Africana (2018). Migration Policy Framework for Africa and Plan of Action (2018 – 2030).
- Dinbabo, MF. (2020). COVID-19 and evidence-based policymaking (EBP): a call for a continental-level research agenda in Africa. *African Journal of Governance & Development*, 9(1.1): Pp: 227-243.
- Dinbabo, MF. & Badewa, AS. (2020). Monitoring of migration policy frameworks, treaties and conventions development in Africa. *Journal of African Union Studies*. 9(1), Pp: 23-49.
- Ile, I. & Dinbabo, MF. (2015). *Evidence based policy-making: Chinese investment's impact on women in sub-Saharan Africa*. In: Diallo, L & Shizha, E. (Eds.). Africa in the Age of Globalization: Perceptions, Misperceptions and Realities. Canada. Ashgate Publication. Pp: 151-170.

Componente 4: Uma avaliação das necessidades de capacitação dos Estados Membros e das REC na área da migração

4.1. Introdução

A maioria dos países africanos confronta-se com a falta de políticas e programas migratórios harmonizados, enquanto as respostas dos governos aos desafios migratórios permaneceram inconsistentes devido à escassez de informação, à inércia burocrática e ao desajustamento entre a tomada de decisões e a implementação. As circunstâncias acima referidas revelam a necessidade de reforçar a governação das migrações para minimizar as consequências negativas da migração e explorar o seu potencial de desenvolvimento (Abebe, 2017; Dinbabo and Badewa, 2020; McKenzie and Yang, 2015). Revelam uma necessidade igualmente forte de reforçar o envolvimento para prevenir a deslocação forçada de populações dentro e fora das fronteiras nacionais, para encontrar soluções para situações prolongadas de asilo nos ou a partir dos países de acolhimento, e para reforçar os sistemas de proteção para os movimentos de refugiados em curso. Portanto, a recolha de dados sobre migração e asilo, análise de dados, políticas, sistemas de monitorização e avaliação, e coordenação das partes interessadas críticas dos mecanismos de migração e asilo são todas áreas prioritárias essenciais que requerem iniciativas de capacitação específicas. Isto é fundamental para reforçar os esforços de colaboração desenvolvidos pelos Estados Membros, Comunidades Económicas Regionais (REC), União Africana (UA), agências das Nações Unidas (ONU), organizações não governamentais (ONG) e parceiros técnicos e financeiros para uma gestão eficaz das complexidades da migração e asilo em África.

Notavelmente, em 2018, a União Africana realizou uma "Avaliação das Necessidades de Capacitação dos Estados Membros da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais para Gerir a Migração" (doravante denominada "Avaliação de 2018"). O objetivo geral da avaliação consistia em identificar as necessidades de capacitação/formação dos Estados Membros e das REC em matéria de governação das migrações. O objetivo era iniciar programas de capacitação/formação com base nas necessidades identificadas.

O relatório final indicou que a maioria dos Estados Membros carece de alguns dos instrumentos básicos para gerir a migração, tais como políticas adequadas, mecanismos de coordenação e dados sobre migração. Todos estes instrumentos são necessários para fazer escolhas políticas informadas e para gerir a migração de forma coerente e eficaz. Consequentemente, entre março e agosto de 2018, três workshops regionais foram realizados pela Comissão da União Africana (CUA) (a região da África Austral; a região da África Ocidental e Central e a região da África Oriental e do Norte), com o objetivo de popularizar o Quadro de Política Migratória para África (MPFA) entre os Estados Membros, REC, e partes interessadas. O workshop contou com a participação de cerca de 178 especialistas com responsabilidades estatísticas de migração/trabalho de 44 Estados Membros e duas REC.

Quando o Centro Africano de Estudo e Investigação sobre Migrações (doravante denominado "o Centro") se prepara para formular o seu plano estratégico quinquenal, é necessário atualizar a Avaliação de 2018 e fornecer indicações sobre as áreas de intervenção. Por conseguinte, este estudo procura realçar as necessidades de capacitação/formação dos Estados Membros e das REC

na área da governação da migração e do asilo, e fornecer recomendações chave para apoiar as funções e atividades do Centro.

4.2. Metodologia de investigação

A metodologia de investigação refere-se às técnicas, métodos e procedimentos utilizados no processo de planeamento da investigação ou na implementação da conceção da investigação (Dinbabo, 2011; Mouton, 2001). O principal objetivo da metodologia de investigação é formular um quadro que procure simplificar as formas de investigar um problema, através de modelos e procedimentos específicos e desenvolver uma forma adequada de gerar dados (Mouton, 2001). Existem duas grandes tradições de metodologia de investigação no campo das ciências sociais, a saber, a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa (Mouton, 2001; Neuman, 2000). Esta investigação utilizou um método misto de investigação, ou seja, tanto metodologia de investigação quantitativa como qualitativa.

4.2.1. Investigação quantitativa

A metodologia de investigação quantitativa trata principalmente da redefinição de conceitos na linguagem das variáveis e permite desenhar tendências e relações entre as variáveis. Tendo em conta o acima exposto, a abordagem da investigação quantitativa é adequada para proporcionar uma compreensão da avaliação das necessidades de capacitação dos Estados Membros e das REC na área da migração. Ao longo de todo o estudo têm sido utilizados métodos quantitativos com o objetivo de medir e analisar os dados recolhidos através de questionários e inquéritos. Para além de uma revisão documental dos relatórios, o estudo também utilizou literatura e outras fontes relevantes e fiáveis sobre questões relacionadas com a migração.

4.2.2. Amostragem propositada

A amostragem é o processo de seleção de casos a incluir na investigação para efeitos do estudo. Permite à investigação manusear, analisar, avaliar e medir variáveis a fim de alcançar resultados generalizados (Dinbabo, 2011; Neuman and Robson, 2014). Na amostragem propositada, os investigadores têm a liberdade de utilizar uma vasta gama de métodos para localizar todos os casos possíveis de pessoas altamente específicas e difíceis de alcançar (Bryman, 2008; Neuman and Robson, 2014). Assim, foi utilizada uma amostragem propositada para extrapolar dados e informações dos principais Estados Membros e REC selecionados para a avaliação das necessidades de capacitação dos Estados Membros e REC na área da migração.

Os métodos quantitativos também ajudaram a analisar os resultados de um questionário online semiestruturado dirigido aos Estados Membros e REC selecionados. O questionário (em inglês e francês) foi colocado online através da plataforma Survey Monkey entre 1 de março e 19 de abril de 2022. O inquérito amostrado foi o mesmo que o incluído na Avaliação de 2018. A ligação do questionário foi enviada por e-mail aos Estados Membros e REC propositadamente selecionados para o respetivo preenchimento. A fundamentação para a amostragem foi determinada considerando os países em África que acolhem o maior número de migrantes, refugiados e deslocados internos (PDI), mas também os países de trânsito importantes e os Estados insulares pouco estudados.

4.2.3. Países da amostra

Com base na sugestão feita pela CUA durante a reunião inicial, os países amostrados (28) incluíram: Argélia, Benim, Botsuana, Burundi, Camarões, República Centro Africana, Chade, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Jibuti, Egito, Essuatíni, Quênia, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Maurícia, Marrocos, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Togo, Tunísia e Uganda. As seguintes cinco REC, nomeadamente, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a IGAD, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a CEN-SAD e a União do Magrebe Árabe (UMA) foram também incluídas. A correspondência com os pontos focais em cada um dos países selecionados e as REC foi feita com o apoio da CUA e da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Em 19 de abril de 2022, após repetidos esforços para encorajar os Estados Membros e as REC a participar no inquérito, um total de oito Estados Membros (Argélia, Chade, Mali, Madagáscar, Togo, Senegal, Quênia e Serra Leoa) e duas REC (UMA e CEDEAO) tinham preenchido o questionário online, o que representa uma taxa de resposta relativamente pequena. A baixa taxa de resposta ao questionário por potenciais inquiridos de uma amostra ou população é referida como predisposição para a não resposta (Mouton, 2001; Neuman e Robson 2014). Dada a baixa taxa de resposta, foi acordado com a CUA incluir na análise de dados informações de nove outros Estados Membros (Etiópia, Gana, Lesoto, Maláui, Somália, Sudão do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué) e uma REC, nomeadamente, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), que já tinham sido inquiridos entre junho e setembro de 2020, utilizando o mesmo questionário. Para este relatório, foram recolhidos dados de 20 inquiridos, provenientes de 17 Estados Membros e três REC. A equipa do projeto concordou que os inquiridos selecionados constituíam uma amostra representativa de um grupo maior que representa com precisão as características de uma população mais vasta.

4.2.4. Estatísticas descritivas

As estatísticas descritivas foram compiladas utilizando representações gráficas, gráficos, tabelas, tabulações cruzadas, bem como distribuições de frequência. O relatório foi integrado com os dados revistos de fontes secundárias, literatura e relatórios relevantes sobre a governação da política de migração e os desafios em África, no sentido de estabelecer o cenário e fornecer o contexto para a análise do questionário. A Avaliação de 2018 foi um ponto de referência crítico. Mais importante ainda, os documentos foram recolhidos a partir de motores de busca académicos como o Google Scholar, Science Direct e SCOPUS, e de bases de dados institucionais relevantes como as da União Africana, da OIM e de algumas das REC. Estes foram devidamente referenciados e agrupados alfabeticamente na secção de bibliografia.

4.2.5. Investigação qualitativa

As perguntas abertas são um dos métodos de recolha de dados na investigação qualitativa (Dinbabo, 2011). O objetivo das perguntas abertas é obter respostas e ideias detalhadas em resposta à pergunta de investigação. As perguntas abertas permitiram aos inquiridos entrar em tantos detalhes quanto necessário e fornecer respostas ilimitadas. Ajudou também a compreender as ideias, sentimentos, emoções e opiniões fornecidas pelos informadores sobre a necessidade de capacitação.

4.3. Limitação do estudo

A equipa de investigação analisou os dados obtidos a partir dos questionários dos inquéritos abertos, utilizando a análise do conteúdo temático para extrair padrões importantes, ao mesmo tempo que aprofundou a compreensão das relações identificadas. Contudo, um elemento importante dos instrumentos de recolha de dados qualitativos, tais como entrevistas, discussões de grupos focais, workshops e observações, não foi trabalhado nesta investigação. Além disso, os inquiridos tinham opções limitadas de respostas, com base na seleção feita pelos questionários dos inquéritos abertos. Por conseguinte, os resultados não podem representar o resultado completo da investigação qualitativa e a ocorrência real, de uma forma generalizada. Além disso, uma limitação geral atribuída a este questionário de inquérito é a restrição de variáveis específicas à avaliação das necessidades dos Estados Membros e das REC.

4.4. Estados Membros

4.4.1. *Análise e apresentação de dados*

A análise e apresentação de dados inclui a comparação de amostras e distribuições, a apresentação de resultados sobre estatística descritiva e a análise de coleções de contrastes e de coleções de variâncias amostrais (Gabor, 2010). As estatísticas descritivas são números que resumem os dados para descrever o que ocorre na amostra. A descrição é frequentemente implementada utilizando distribuições de frequência e demonstrada utilizando valores numéricos tais como frequência e percentagem (George e Mallery, 2018; Lawless e Heymann, 2010). Neste estudo, a apresentação e análise dos dados são organizadas de acordo com os seguintes temas-chave: (a) Situação da migração (questões/desafios enfrentados pelos Estados Membros); (b) Recolha e gestão dos dados migratórios; (c) Ambiente político; (d) Mecanismos de coordenação nacional/regional em África e (e) Necessidades de capacitação noutras áreas temáticas.

4.4.1.1. *Situação da migração (questões/desafios enfrentados pelos Estados Membros)*

A heterogeneidade e complexidade da situação migratória enfrentada pelos Estados Membros em África são enormes. A fim de estimar a extensão das questões/desafios enfrentados pelos Estados Membros e de identificar as opiniões, perceções e sentimentos dos participantes, foi fornecida uma escala de classificações de 1 a 13 (sendo a classificação de 1 o desafio mais importante e a de 13 o menos importante). A pergunta de classificação ajudou os inquiridos a comparar itens entre si, colocando-os por ordem de preferência. Foi calculada uma classificação média para cada escolha de resposta, permitindo à equipa de investigação visualizar e comparar facilmente a importância global de cada item da lista. Em geral, a análise dos dados dos questionários mostrou um padrão de perceções quase uniformemente positivas dos participantes sobre as questões-chave e os desafios que os Estados Membros estão a enfrentar. Assim, a migração laboral (para fora do país) foi classificada em primeiro lugar, a migração laboral (para dentro do país) foi classificada em segundo lugar, enquanto a migração sazonal/circular foi classificada em terceiro lugar. A Tabela 4 mostra questões de migração que preocupam os Estados Membros (por ordem de importância).

Tabela 4: Principais questões/desafios no âmbito da migração enfrentados pelos Estados Membros

| Principais questões/desafios no âmbito da migração | |
|--|---|
| 1 | Migração laboral (para fora do país) |
| 2 | Migração laboral (para dentro do país) |
| 3 | Migração circular sazonal (para dentro do país) |
| 4 | Refugiados/requerentes de asilo |
| 5 | Pessoas deslocadas internamente |
| 6 | Apátridas/pessoas em risco de apatridia |
| 7 | Migrantes em trânsito pelo país |
| 8 | Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (para fora do país) |
| 9 | Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (para dentro do país) |
| 10 | Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (em trânsito pelo país) |
| 11 | Envolvimento da diáspora no desenvolvimento nacional |
| 12 | Aproveitamento das remessas para o desenvolvimento |
| 13 | Regresso, reorientação e reintegração dos migrantes regressados |

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

No entanto, quando agregadas em categorias amplas, as questões de migração que são de grande preocupação para os Estados Membros incluem o seguinte:

- (a) Migração laboral
- (b) Tráfico de pessoas/migração clandestina
- (c) Pessoas de interesse para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)⁴
- (d) Migração e desenvolvimento

4.4.2. Recolha e gestão dos dados migratórios

4.4.2.1. Dados sobre imigração/emigração

A recolha de dados sobre imigração/emigração é o processo de recolha e medição de informação sobre variáveis-alvo num sistema estabelecido, o que permite então responder a perguntas

⁴ Uma população de pessoas identificadas pelo ACNUR como refugiados, repatriados, apátridas, deslocados internos e requerentes de asilo.

relevantes e avaliar resultados sobre imigração/emigração. Estes tipos de recolha de dados visam servir de ponto de acesso único a estatísticas de imigração/emigração completas e atempadas e a informações fiáveis sobre dados da migração entre os Estados Membros. O inquérito avaliou as percepções dos participantes sobre a recolha de dados sobre imigração/emigração. Os resultados indicam que todos os Estados Membros recolhem dados sobre imigração/emigração (100%). No entanto, a frequência com que é recolhida varia muito. Os dados são recolhidos trimestralmente (23,5%), semestralmente (11,8%), anualmente (17,6%), algumas vezes por mês (5,9%) e uma vez por mês (5,9%). Em grande parte dos casos (35,3%), os dados sobre imigração/emigração são recolhidos com pouca frequência (durante inquéritos ou censos periódicos) pelos Estados Membros.

4.4.2.2. Dados sobre migração laboral

A recolha de dados sobre migração laboral é definida como a recolha de dados sobre a circulação de pessoas do seu Estado de origem para outro Estado Membro para efeitos de emprego (Taylor, 1999). A fim de compreender as percepções dos participantes sobre migração laboral, foi pedido aos inquiridos que indicassem a frequência dos seus métodos de recolha de dados. Geralmente, a maioria dos Estados Membros (82,4%) recolhe frequentemente dados sobre migração laboral. Contudo, os intervalos de recolha de dados variam entre trimestral (17,7%), semestral (17,7%), anual (35,3%), algumas vezes por mês (5,9%) e uma ou menos de uma vez por mês (5,9%). Do mesmo modo, outros países (17,7%) raramente recolhem dados sobre migração laboral através de inquéritos/censos ou outros meios não especificados.

4.4.2.3. Dados sobre remessas

As remessas, geralmente entendidas como o dinheiro ou bens que os migrantes enviam às famílias e amigos nos seus países de origem, são frequentemente a ligação mais direta e conhecida entre migração e desenvolvimento (Dinbabo e Nyasulu, 2015; Rapoport e Docquier, 2005). Os dados sobre as remessas recolhidos pelos Estados Membros são cruciais para medir os fluxos de remessas, normalmente compreendendo a transferência de uma pessoa para outra pessoa ou agregado familiar. Uma análise dos dados do inquérito mostra que mais de metade (66,7%) dos Estados Membros recolhe dados sobre as remessas e a frequência da recolha varia de diária ou mensal (20%), trimestral (13,3%), semestral (0,1%) a anual (33,3%). Outros 33% dos Estados Membros não especificaram a frequência com que recolhem dados sobre as remessas, indicando que podem não recolher tais dados. Um número considerável de países (33,3%) recolhe os seus dados com pouca frequência, inclusive através de canais de transferência de remessas – bancos e agências, bem como dados do Banco Mundial e do *Banque Centrale des Etats de l'Afrique de l'Ouest* (BCEAO) – o Banco Central dos Estados da África Ocidental, no caso dos Estados francófonos da África Ocidental da zona monetária CFA.

4.4.2.4. Dados sobre a diáspora

A diáspora refere-se a um grupo de pessoas deslocadas do seu local de origem e que guardam uma memória, um sonho ou lenda da sua pátria original (Axel, 2004 Safran, 1991). A recolha de dados sobre a diáspora facilita a elaboração de políticas assentes em factos concretos. Uma análise dos dados do inquérito mostra que menos de metade dos Estados Membros (43,8%) recolhe dados

sobre a diáspora; isto varia de trimestral (6,3%) a anual (37,5%). A maioria (56,3%) não especificou a frequência com que recolhe dados sobre a diáspora. No entanto, alguns deles recolhem os dados menos de uma vez por mês, quando é necessário, ou no caso de um projeto financiado. Felizmente, vários dos países nesta categoria estão a criar agências/comissões da diáspora para recolher dados sobre os compromissos e atividades da diáspora. Este novo passo indica que haveria resultados positivos num futuro próximo, desde que as comissões fossem devidamente dotadas de pessoal, bem financiadas e funcionassem com eficácia.

4.4.2.5. Dados sobre refugiados/requerentes de asilo

A análise centrou-se também na recolha de dados sobre refugiados/requerentes de asilo. Em geral, os pontos de vista sobre a recolha de dados dos refugiados/requerentes de asilo são bastante diversos em comparação com as opiniões dadas sobre outros tópicos que foram discutidos. A análise indica que a maioria dos Estados Membros recolhe dados sobre refugiados/requerentes de asilo em intervalos relativamente curtos: trimestral (37,5%), semestral (6,3%) e anual (37,5%). Outros (18,7%) especificam que recolhem com pouca frequência, mensalmente ou através de terceiros, tais como o ACNUR.

4.4.2.6. Dados sobre deslocados internos (PDI)

A fim de avaliar as opiniões dos participantes no que diz respeito à recolha de dados sobre deslocados internos, a questão foi levantada junto dos informadores. A maioria dos inquiridos, ou seja (53,3%), especificou que os dados sobre deslocados internos são recolhidos com pouca frequência – mensalmente e de forma irregular. Menos de metade dos Estados Membros (46,7%) recolhe dados sobre deslocados internos trimestralmente (20,0%) e anualmente (26,7%).

4.4.2.7. Dados sobre apatridia

As respostas dos inquiridos sobre a recolha de dados sobre apatridia revelaram que os dados são na sua maioria recolhidos com pouca frequência (57,1%). Outros Estados Membros recolhem dados sobre apatridia, que vão desde trimestralmente (14,3%) a anualmente (28,6%).

4.4.2.8. Dados sobre tráfico de pessoas/migração clandestina

O tráfico de pessoas envolve o recrutamento, transporte, transferência, guarida ou acolhimento de pessoas, através do recurso a ameaças ou à força ou a outras formas de coação, rapto, fraude, ardid, abuso de autoridade ou de uma posição de vulnerabilidade, ou da oferta ou obtenção de pagamentos ou benefícios a fim de conseguir o consentimento de uma pessoa que tenha controlo sobre outra para efeitos de exploração (ONU, 2000). O tráfico inclui prostituição, exploração sexual, trabalho forçado ou doméstico, escravatura, servidão, colheita de órgãos, entre outros (ONU, 2000). A migração clandestina refere-se à instigação, para obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado do qual a pessoa não é nacional ou residente permanente (Nadig, 2002). O tráfico de pessoas e a migração clandestina são práticas comuns em diferentes partes de África. O tráfico envolve o recrutamento, a circulação ou o acolhimento de pessoas para exploração, enquanto a migração clandestina inclui um grupo de pessoas que cobra dinheiro aos migrantes para os conduzir através

de uma fronteira para outro país, contornando assim os requisitos oficiais de entrada e os controles fronteiriços do país de destino.

A fim de avaliar as opiniões dos inquiridos no que diz respeito aos dados sobre tráfico de pessoas/migração clandestina, foi colocada uma questão específica aos informadores. A maioria dos inquiridos, ou seja, 75%, indicou que recolhe dados sobre tráfico de pessoas/migração clandestina, e os dados são recolhidos a intervalos relativamente curtos: trimestral (25%), semestral (18,8%) e anual (31,3%). Isto inclui também os recolhidos com pouca frequência (25%), ou seja, quando necessário ou quando são comunicados casos – que permanecem imprecisos e desagregados.

4.4.2.9. Perfis migratórios

A recolha de dados sobre perfis migratórios refere-se a informações tais como a situação do mercado de trabalho, taxas de desemprego, procura e oferta de mão de obra e escassez atual ou potencial de competências por setor e profissão, necessidades de competências no país, aspetos relevantes do género, etc. (Carrillo et al., 2018). A análise centrou-se também nos perfis migratórios e se os inquiridos podem expressar opiniões sobre o intervalo da recolha de dados. As opiniões sobre a recolha de dados quanto aos perfis migratórios foram bastante diversas em comparação com as opiniões dadas sobre outros tópicos que foram discutidos. A análise indica que todos os Estados Membros, exceto um, compilam perfis migratórios. Dos Estados Membros que compilam perfis migratórios, o governo executa uma grande responsabilidade da tarefa (31,3%) ou a responsabilidade é partilhada entre o governo e os consultores (37,5%), ou é externalizada (12,5%). Outros (18,7%) são realizados com pouca frequência por organizações multilaterais (por exemplo, a OIM). A frequência na compilação dos perfis migratórios varia entre os Estados Membros: pouco frequente (43,9%), de dois em dois anos (6,4%), de três em três anos (12,6%) e de cinco em cinco anos (12,1%), enquanto os restantes (25%) não são específicos a este respeito.

4.4.2.10. Áreas de necessidade de capacitação em matéria de recolha de dados sobre migração

A capacitação refere-se a permitir às instituições serem mais eficazes e eficientes no processo de identificação, implementação, monitorização e avaliação de projetos (Dinbabo, 2014). Schuftan (1996) define a capacitação como uma abordagem que aumenta os conhecimentos, a consciência e as aptidões das pessoas para utilizarem as suas capacidades e, recorrendo aos sistemas de apoio disponíveis, para resolverem as causas subjacentes ao subdesenvolvimento. A análise dos dados dos questionários mostrou um padrão de perceções quase uniformemente positivas dos inquiridos sobre a necessidade de capacitação na recolha de dados sobre migração. Por exemplo, os inquiridos indicaram a sua preferência geral pela recolha, análise, partilha e gestão de dados sobre fluxo migratório, migração laboral, envolvimento da diáspora, refugiados/requerentes de asilo, pessoas deslocadas e dados sobre remessas. Uma grande maioria dos inquiridos indicou que a capacitação de recolha de dados sobre migração deveria ser feita regularmente. Em geral, o feedback final dos inquiridos também reforça esta conclusão. A Tabela 5 indica a necessidade de capacitação da recolha de dados sobre migração.

Tabela 5: Necessidades de capacitação em matéria de recolha de dados sobre migração

| Áreas de capacitação em matéria da recolha de dados sobre migração | Estados Membros (Frequência) | Porcentagem |
|---|------------------------------|-------------|
| Recolha, análise, partilha e gestão de dados sobre fluxos migratórios | 17 | 20,0 |
| Migração laboral | 13 | 15,3 |
| Envolvimento da diáspora | 13 | 15,3 |
| Refugiados/requerentes de asilo | 12 | 14,1 |
| Pessoas deslocadas | 10 | 11,8 |
| Dados sobre remessas | 10 | 11,8 |
| Apatridia | 6 | 7,0 |
| Regresso, readmissão e reintegração | 4 | 4,7 |
| Total | 85 | 100 |

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

Algum do feedback dado pelos informadores sobre a necessidade de capacitação em matéria de "Recolha e gestão de dados migratórios" é a principal prioridade:

"Recolha, análise, partilha e gestão de dados sobre fluxos migratórios; facilitar as metas/objetivos estratégicos dos Estados Membros em termos de recolha e gestão de dados sobre migração..."; "*normalização dosistema de gestão de bases de dados sobre migração* , ou seja o processo de desenvolvimento de normas técnicas baseadas no consenso dos Estados Membros..."; "apoiar o estabelecimento de uma base de dados sobre migração dos Estados Membros/REC..."; "formar um *grupo de trabalho técnico (TWG)* para a governação das migrações em África que será responsável por fornecer conhecimentos especializados e experiência prática de governação da migração, e que pode contribuir para o desenvolvimento do planeamento, implementação, monitorização e avaliação das políticas..."; "facilitar a implementação daelaboração de políticas assentes em factos concretos (EBP), ou seja, as decisões políticas devem basear-se em, ou ser informadas por, provas objetivas rigorosamente estabelecidas..."; "facilitar a elaboração de um manual/módulo de formação, determinar a finalidade, objetivos, abordagens, conteúdo, formato de apresentação, montagem e entrega do respetivo manual; assegurar a publicação e divulgação de informação sobre recolha e gestão de dados sobre migração..."

Para além da identificação das áreas acima referidas, os Estados Membros indicaram também a necessidade de fornecer apoio informático, logístico, financeiro e técnico para a recolha eficaz de dados sobre migração e gestão de fronteiras. Identificaram o significado da capacitação na recolha, análise e gestão de dados. Os Estados Membros salientaram igualmente a necessidade de reforçar as capacidades das estruturas técnicas e dos intervenientes da sociedade civil na recolha, análise, partilha e gestão dos dados sobre o fluxo migratório. Isto engloba a necessidade de uniformizar as definições das variáveis de migração a nível nacional para facilitar a comparabilidade dos dados sobre migração recolhidos pelas várias partes interessadas. Os Estados Membros sugeriram

também a necessidade de estabelecer/aumentar a capacidade dos mecanismos/estruturas nacionais de coordenação que reúnam as partes interessadas nacionais na recolha, análise, partilha e divulgação de dados sobre migração em África.

4.4.2.11. Conclusão sobre a recolha e gestão de dados sobre migração

Esta secção do estudo visava investigar as perceções e atitudes dos inquiridos relativamente à recolha e gestão de dados sobre migração. A análise dos dados dos questionários mostrou um padrão de perceções quase semelhantes dos participantes com pequenas variações na frequência da recolha de dados entre os Estados Membros inquiridos. A análise inicial retrata uma imagem clara de uma perceção da necessidade de fornecer as medidas de capacitação em todos os Estados Membros. Em geral, os Estados Membros identificaram a necessidade de capacitação na recolha, análise, gestão e partilha de dados sobre migração. Em geral, existem lacunas e inconsistências na recolha e gestão de dados sobre outros aspetos da migração: remessas, diáspora, tráfico de pessoas/migração clandestina, e refugiados/requerentes de asilo. Estes são igualmente cruciais para a gestão holística da migração em África (Abebe, 2017; Dinbabo and Badewa, 2020).

A infrequência na recolha de dados sobre migração laboral ou os seus intervalos relativamente longos por parte dos Estados Membros minam a eficácia dos dados para a tomada de decisões e para a implementação de políticas. Apesar do ritmo a que a maioria dos Estados Membros recolhe dados sobre a migração laboral, identificaram-na também como uma das áreas em que é necessária capacitação e/ou apoio. Isto deve-se provavelmente à infrequência, inconsistência e inexatidão da recolha, análise, gestão e divulgação de dados sobre o fluxo migratório em geral.

Em resumo: a recolha e gestão de dados precisos e atualizados sobre migração são uma exigência de todos os Estados Membros. Estes dados são utilizados para informar decisões relativas à atribuição de recursos financeiros e outros, para direcionar intervenções de desenvolvimento e para identificar oportunidades de investimento em infraestruturas. Os dados sobre migração são também essenciais para o desenvolvimento do conhecimento, incluindo a identificação das tendências demográficas e das suas causas e implicações subjacentes, a conceção de outros instrumentos de recolha de dados e como contributo para a ponderação, e a construção de indicadores. Ao fornecer uma norma acordada contra a qual todas as outras estatísticas e tendências podem ser comparadas, os dados sobre migração contribuem para a construção de consensos e para a formulação do desenvolvimento social e económico.

4.4.2.12. Recomendações sobre a recolha e gestão de dados sobre migração

A recolha e gestão de dados é o elemento vital e transversal na gestão das migrações, e inclui a formulação de políticas, implementação de políticas, monitorização e avaliação de eventos migratórios e o envolvimento com as partes interessadas críticas (Abebe, 2017; Dinbabo and Badewa, 2020). Consequentemente, dados fiáveis, precisos e oportunos são cruciais para uma gestão eficaz da migração ou para acelerar o progresso a este respeito. Com base nas conclusões acima referidas, são apresentadas as seguintes recomendações para aperfeiçoar e melhorar a aplicação do plano estratégico para o Centro:

- ***Alinhamento estratégico dos dados sobre migração:*** Este é o processo de estabelecimento do roteiro de iniciativas necessárias para alcançar as metas e objetivos estratégicos do Centro. O alinhamento estratégico da recolha e gestão de dados sobre migração implica a participação e acordo das partes interessadas quanto aos objetivos e resultados; avaliação dos atuais sistemas de recolha de dados e identificação de lacunas e oportunidades; identificação e acordo sobre as variáveis de migração ou indicadores mínimos a incluir no sistema de informação de dados sobre migração. ***Por conseguinte, recomenda-se*** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a inclusão de um alinhamento estratégico de dados sobre migração:
- ***Normalização da base de dados sobre migração e base de dados de séries cronológicas (TSDB):*** O principal objetivo de uma série cronológica de recolha de dados é identificar a natureza do fenómeno representado pela sequência de observações e prever os valores futuros dos dados sobre migração em África. Estes dados consistem tipicamente em medições sucessivas feitas a partir da mesma fonte e da mesma unidade de análise (indivíduo, aldeia, cidade, região, país) ao longo de um intervalo de tempo e são utilizados para acompanhar as mudanças ao longo do tempo. A TSDB ajuda a explorar a dinâmica das situações/padrões de migração para prever observações futuras. Além disso, a gestão de bases de dados e a arquitetura da informação sob a forma de um banco de dados regional ou repositório de informação sobre fluxos migratórios e atividades relacionadas com a migração em África são essenciais. A base de dados ajudará a normalizar e facilitará a comparabilidade dos dados sobre migração em todo o continente. A CUA deve também assegurar a normalização da terminologia e das definições das variáveis migratórias, e conceber metodologias e modelos normalizados de recolha de dados para utilização por parte dos Estados Membros. ***Por conseguinte, recomenda-se*** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a eficácia e a eficiência na recolha e análise da TSD a nível regular.
- ***Base de dados sobre migração dos Estados Membros/REC individuais:*** Trata-se de uma coleção organizada de informação estruturada tipicamente armazenada eletronicamente num sistema informático. Os dados dentro dos tipos mais comuns de bases de dados atualmente em funcionamento são tipicamente modelados em linhas e colunas numa série de tabelas para tornar eficiente o seu processamento e consulta. Os dados podem então ser facilmente recuperados, geridos, modificados, atualizados, controlados e organizados. A criação de uma base de dados/centro de documentação facilitará a indexação flexível e o acesso fácil à informação por parte dos utilizadores. Os Estados Membros devem também ser encorajados a recolher dados sobre migração durante os censos/inquéritos em curso/regulares, uma vez que tal reduz consideravelmente os custos, e assegura que os dados sobre migração sejam recolhidos regularmente. ***Por conseguinte, recomenda-se*** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a criação de uma base de dados/centro de documentação dos Estados Membros/REC individuais.
- ***Grupo de Trabalho Técnico (TWG):*** Trata-se de um grupo de especialistas sobre um tema específico que trabalham em conjunto em objetivos específicos. O estabelecimento de um

TWG é crucial e útil para a troca de conhecimentos sobre questões técnicas. Um TWG a nível continental incentiva as partes interessadas a discutir o estado da investigação sobre dados migratórios e a ajudar a identificar lacunas na investigação. **Por conseguinte, recomenda-se** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a criação de um comité diretor/grupo de trabalho técnico continental sobre dados migratórios, que inclua partes interessadas relevantes dos Estados Membros e das REC, bem como de organizações internacionais.

- **Elaboração de políticas assentes em factos concretos (EBP):** Esta é a utilização da análise de dados e resultados da investigação para informar novas políticas ou melhorar a eficácia dos programas existentes, apoiar a recolha e análise de dados para a investigação e gestão, e desenvolver políticas que incentivem a utilização de factos concretos. Isto aumentaria a capacidade dos Estados Membros, REC e do continente para desenvolver e implementar um regime sólido de gestão da migração. **Por conseguinte, recomenda-se** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a utilização de dados sobre migração para permitir a EBP, que devem ser complementados com investigação que analise os motores, tendências e padrões de migração, e o impacto e implicações dos movimentos migratórios na região.
- **Publicação e divulgação de informação:** A divulgação e comunicação da investigação deve ser considerada como parte integrante do d</1651><1654Centro. A publicação e divulgação de informação sobre recolha e gestão de dados sobre migração ajudam a aumentar a visibilidade dos resultados da investigação, o envolvimento público na recolha de dados sobre migração e na investigação, e facilitam a EBP em África. A este respeito, uma forte utilização da comunicação online (websites, Twitter, podcasts e contas Slideshare), a produção de vídeos informativos, a parceria de investigação com Estados Membros e REC, comunidade académica, organizações da sociedade civil ajudarão a atingir uma grande audiência e a esfera política, para influenciar a opinião pública sobre o impacto nas políticas de migração em África. **Por conseguinte, recomenda-se** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a implementação da publicação e divulgação de informação sobre recolha e gestão de dados sobre migração.

4.4.3. Mecanismos institucionais nacionais de gestão da migração

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (NDPPNUD, 2017) e a Iniciativa Conjunta sobre Migração e Desenvolvimento das Nações Unidas <1704><1701 (UN-JMDI, 2021), o Mecanismo de Coordenação Institucional para a Gestão da Migração é uma plataforma liderada pelo governo que facilita a cooperação e parceria das partes interessadas na área da migração. É o órgão responsável pela criação de quadros jurídicos e políticos para a gestão da migração. A análise dos dados dos questionários mostrou que 76,5% dos Estados Membros têm ministérios, unidades ou agências dedicadas a abordar questões de migração. Estes variam entre ministérios ou departamentos/unidades sob a alçada dos ministérios do interior ou dos negócios estrangeiros. Em alguns Estados Membros, existem secretariados, direções, *task forces* ou agências nacionais de coordenação sobre imigração. Contudo, existem ambiguidades na composição do fórum/mecanismo de coordenação nacional e nas funções específicas das agências relacionadas

devido à duplicação das responsabilidades de imigração por mais de duas agências na maioria dos países. O resultado da avaliação indicou igualmente que 64,7% dos Estados Membros dispõem igualmente de fóruns nacionais de coordenação da migração. Dos Estados Membros que possuem fóruns/mecanismos nacionais de coordenação da migração, 58,3% dos fóruns/mecanismos são estabelecidos por meio de Estatutos. Com base nas informações obtidas a partir dos questionários dos inquiridos, enquanto 8,3% dos inquiridos não especificaram a frequência, apenas 25% dos fóruns/mecanismos nacionais de coordenação reúnem-se com pouca frequência. Por outro lado, a maioria (75%) reúne-se frequentemente, ou seja, quinzenalmente (8,3%), mensalmente (16,8%), trimestralmente (33,3%) e menos de uma vez por mês (8,3%). Algumas das reações dos informadores incluem:

"A má gestão ou coordenação pelos vários intervenientes sobrecarregados com responsabilidades migratórias e fórum de coordenação nacional..."; "as restrições de financiamento reduzem a informação adquirida pelo organismo responsável, o que diminui a eficiência informativa ao fórum/mecanismo de coordenação nacional..."; "as questões migratórias não são uma prioridade, tratando-se sim de segurança interna, pelo que não existe um mecanismo de coordenação institucional de orientação adequado para gerir a migração e o quadro político migratório..."; "ausência do ministério ou do departamento principal para coordenar as questões migratórias..."; "a instabilidade governamental e a ausência de estabilidade política deterioram a eficiência na gestão operacional de uma comissão nacional de fronteiras..."; "há uma falta de manutenção regular de dados sobre questões migratórias..."; "em alguns Estados Membros, o fórum de coordenação nacional está fragmentado e inativo; funciona sobretudo numa base *ad hoc* e apenas quando ativado aleatoriamente..."

Em geral, os factos concretos acima referidos demonstram que existe uma coordenação inadequada entre os vários intervenientes na gestão da migração dentro dos Estados Membros. Além disso, também se pode inferir que embora o Mecanismo de Coordenação Institucional para a Gestão da Migração seja responsável pela criação de quadros jurídicos e políticos para a gestão da migração, é evidente a falta de capacidade para integrar a migração no desenvolvimento sectorial e nacional. A este respeito, a necessidade de assistência técnica no estabelecimento de Mecanismos Nacionais de Coordenação (NCM) parece ser urgente.

4.4.3.1. Necessidades de capacitação nos mecanismos institucionais de gestão da migração

As necessidades de capacitação dos Estados Membros foram avaliadas em relação a: monitorização e avaliação da implementação da política de migração; migração laboral; gestão/governança da migração; combate à migração irregular; gestão do controlo das fronteiras/patrolha de segurança nas fronteiras; capacitação em matéria de integração da migração no desenvolvimento sectorial e nacional; formação/sensibilização sobre o pacto global para a migração e a Agenda 2030; estatísticas de migração e análise de risco de dados. e coordenação entre agências/partes interessadas. A Tabela 6 abaixo fornece os pormenores da preferência dos Estados Membros pelas necessidades de capacitação nos mecanismos institucionais nacionais de gestão da migração.

Tabela 6: Necessidades de capacitação sobre mecanismos institucionais de gestão da migração

| Áreas de avaliação | Estados Membros (Frequência) | Porcentagem |
|--|------------------------------|-------------|
| Monitorização e avaliação da implementação da política de migração | 17 | 13,9 |
| Migração laboral | 17 | 13,9 |
| Gestão/governança da migração | 17 | 13,9 |
| Combate à migração irregular | 15 | 11,8 |
| Gestão do controlo de fronteiras/patrolha de segurança de fronteiras | 15 | 11,8 |
| Capacitação sobre a integração da migração no desenvolvimento sectorial e nacional | 11 | 8,7 |
| Formação/sensibilização sobre o Pacto Global para as Migrações e a Agenda 2030 | 11 | 8,7 |
| Estatísticas e dados migratórios | 8 | 6,3 |
| Análise de risco | 8 | 6,3 |
| Coordenação entre agências/partes interessadas | 8 | 6,3 |
| Total | 127 | 100 |

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

Como se pode ver na Tabela 6, todos os Estados Membros da amostra confirmaram a importância e a necessidade de capacitação dos mecanismos institucionais de gestão da migração (monitorização e avaliação da implementação da política de migração, migração laboral e gestão/governança da migração). Os Estados Membros que dispõem de Mecanismos Nacionais de Coordenação (NCM) indicaram que necessitam dos seus funcionários de NCM formados em governação das migrações (capacitação sobre a integração da migração no desenvolvimento sectorial e nacional, combate à migração irregular e gestão do controlo das fronteiras/patrolha de segurança nas fronteiras). Acreditavam também que os NCM sobre migração entre países ajudam a aumentar as capacidades de migração regular e a migração circular. Os Estados Membros também destacaram o imperativo de parceria entre Estados e organizações internacionais no reforço dos mecanismos de coordenação entre agências/partes interessadas para o desenvolvimento e coordenação eficazes da política de migração regional. A este respeito, Dinbabo (2014) indica que a capacitação não é um esforço único para melhorar a eficácia a curto prazo, mas uma estratégia de melhoria contínua no sentido da criação de uma organização sustentável e eficaz.

4.4.3.2. Conclusão: Mecanismos Institucionais Nacionais (NIM) de gestão da migração

A gestão eficaz da migração é um elemento essencial da boa governação global, que é cada vez mais reconhecida como uma base essencial para o desenvolvimento sustentável (Dinbabo, et al. 2018). Os mecanismos institucionais nacionais (NIM) de gestão da migração podem ser instrumentais para os Estados Membros gerirem a migração de uma forma que utilize princípios de boa governação. Estes mecanismos podem ser centralizados ou descentralizados (PNUD, 2017). As estruturas centralizadas ou descentralizadas não se excluem mutuamente; a forma como emergem depende em grande parte da estrutura política e da cultura institucional de um governo. *Hong e Knoll* (2016) indicam que os mecanismos de gestão da migração variam, com base no contexto do país. Foi identificado um vasto conjunto de funções. De acordo com *Hong e Knoll* (2016), os NIM são responsáveis por prestar um serviço de aconselhamento ao governo sobre questões de migração e por coordenar a implementação de quadros legais e políticos de migração, estratégias e planos de ação de acompanhamento. Além disso, os NIM acompanham e analisam a implementação dos quadros jurídicos e políticos, estratégias e planos de ação de acompanhamento (monitorização e avaliação) em matéria de migração.

Alguns dos desafios dos NIM incluem: (a) ausência de *unidades ou departamentos* dedicados por parte dos Estados Membros; (b) falta de orçamento e conhecimentos técnicos e capacidades limitadas necessárias para a candidatura a uma função profissional; (c) má gestão ou coordenação por parte dos vários intervenientes; (d) ausência de um quadro claro de política de migração; e (e) nível de dificuldade de acesso a estatísticas precisas para gerir a migração. Em resumo: de um modo geral, há uma capacidade e envolvimento limitados no processo de tomada de decisões, pouca informação sobre a *assistência técnica*, redes insubstanciais e consciência técnica limitada.

4.4.3.3. Recomendações sobre mecanismos institucionais nacionais de gestão da migração

Com base nas conclusões acima referidas sobre os NIM para a gestão da migração, são emitidas as seguintes recomendações para o Plano Estratégico do Centro:

- **Capacitação ao nível da migração pertencente à corrente dominante:** O MPFA e o Plano de Ação (2018-2030) incentivam a integração da migração nos processos de planeamento político e de desenvolvimento. Isto terá impacto nas ações planeadas e assegurará que as questões de migração subam nas agendas nacionais/regionais e sejam tidas em conta de forma coerente e sistemática em todas as fases do planeamento do desenvolvimento, incluindo a conceção, implementação, monitorização e avaliação. **Por conseguinte, recomenda-se** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a capacitação sobre a integração da migração no desenvolvimento sectorial e nacional para todos os Estados Membros e REC.
- **Assistência técnica no estabelecimento de NCM:** A assistência técnica melhora a conceção e a implementação das políticas de migração dos Estados Membros e REC, incluindo o reforço de competências em instituições e indivíduos. O Quadro de Política Migratória para África (MPFA) e o Plano de Ação (2018–2030) também proporcionaram oportunidades aos Estados Membros e às REC para estabelecerem instituições governamentais para a governação das migrações. A este respeito, a assistência técnica é

uma das atividades centrais do Plano de Ação no MPFA. O objetivo da assistência técnica é reforçar, através de parcerias ativas, a capacidade dos governos e outros intervenientes relevantes para enfrentarem os seus desafios migratórios de uma forma abrangente, cooperativa e, em última análise, autossuficiente. **Por conseguinte, recomenda-se** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a prestação de assistência técnica aos Estados Membros e às REC que respondem às preocupações centrais da governação das migrações, tais como formulação e implementação de políticas, quadros legais e sistemas operacionais.

- **Participação entre agências/partes interessadas:** A partilha de um entendimento comum e o envolvimento no processo de tomada de decisões sobre a governação das migrações em África é uma prioridade para o Centro. A este respeito, é crucial reforçar a coordenação entre agências/partes interessadas, incluindo a formação de funcionários da NCM em questões de migração. **Por conseguinte, recomenda-se** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para capacitar os Estados Membros e as REC através do aumento dos esforços de cooperação técnica nacional, bilateral e multilateral, e da cooperação prática para uma governação bem-sucedida da migração em África.
- **Formação em capacitação:** Isto pode ser centrado em três níveis: (a) individual; (b) organizacional e (c) o sistema mais amplo de desenvolvimento institucional. A capacitação é crucial para desenvolver competências relacionadas com a migração e ganhar experiência prática. As formas como as partes interessadas (Estados Membros e REC) se relacionam e cooperam no domínio da recolha e gestão dos dados migratórios podem ter de ser alteradas. Em geral, as atividades de capacitação relacionadas com a migração envolvem encontrar informação, adquirir conhecimentos e mudar perceções, valores e competências práticas. A formação/sensibilização sobre o Pacto Global para as Migrações e a Agenda da União Africana para 2030 são essenciais. **Por conseguinte, recomenda-se** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a implementação de formação em capacitação regular em África.
- **Visitas para partilha de experiências e trabalho em rede:** Estas atividades oferecem um pacote de benefícios e criam um entendimento comum, relações e experiências partilhadas na recolha e gestão de dados sobre migração. Tais visitas em África permitem que investigadores, profissionais e académicos se concentrem num tópico, aprendam profundamente, partilhem ideias e avaliem a relevância de novas abordagens. A oportunidade de olhar para os bastidores, conhecer pessoas reais e compreender os seus problemas e realizações, pode criar inspiração para continuar a trabalhar e lançar novas iniciativas. As visitas de intercâmbio destinam-se a beneficiar todos os participantes através de uma troca de ideias, conhecimentos e práticas sólidas. **Por conseguinte, recomenda-se** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a implementação de visitas para partilha de experiências e trabalho em rede entre institutos de investigação/formação e os Centros de Excelência em África.
- **Workshops/seminários:** O principal objetivo da organização de workshops/seminários regulares é sensibilizar os participantes para a importância de responder à recolha/análise

de dados sobre migração e dotá-los dos instrumentos técnicos necessários para uma melhor compreensão do Quadro da Política de Migração da União Africana (MPFA 2018-2030) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, e para melhorar as suas competências na elaboração de aplicações de dados sobre migração. A realização de workshops/seminários regulares sobre dados migratórios sensibiliza os participantes para a importância de responder às principais questões/desafios da migração com que os Estados Membros se deparam. ***Por conseguinte, recomenda-se*** que o Centro e todos os intervenientes se empenhem num esforço conjunto para assegurar a implementação de workshops/seminários sobre a recolha e gestão de dados sobre migração em África.

4.4.4. Ambiente político

A política é "uma declaração ampla que estabelece os principais objetivos e prioridades de um governo" e "define uma posição particular, com o intuito de explorar soluções para uma questão" (UNESCO, 2013). Uma política de migração compreende "declarações de um governo sobre o que pretende ou não fazer (incluindo leis, regulamentos, decisões ou ordens) relativamente à seleção, admissão, fixação e deportação de cidadãos estrangeiros residentes no país" (Helbling et al., 2017). Tipicamente, as políticas de migração envolvem o seguinte: gerir a entrada, trânsito, partida e regresso de estrangeiros para dentro e fora do território nacional; determinar as pessoas autorizadas a entrar no território, a duração da sua estadia, o objetivo da sua estadia e os seus direitos e responsabilidades; facilitar a integração de pessoas autorizadas a permanecer para se tornarem membros funcionais da sociedade; assegurar que os migrantes temporários respeitam as leis e normas da sociedade, e que os seus direitos são respeitados; assegurar o acesso a oportunidades e tratamento justo dos nacionais no estrangeiro, mantendo ao mesmo tempo laços com esses nacionais para melhorar as perspetivas de regresso das suas remessas, competências e investimento; respeito pelos princípios de proteção dos refugiados. Finalmente, as políticas de migração devem cumprir os três objetivos seguintes: (a) assegurar uma governação migratória eficaz; (b) apoiar os esforços de desenvolvimento e (c) assegurar a proteção dos migrantes.

4.4.4.1. Políticas nacionais de migração

As políticas de migração regionais e nacionais assentes em factos concretos são substanciadas por estatísticas de migração precisas, tal como salientado pelo Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular (GCM), que reitera a necessidade de "recolher e utilizar dados precisos e desagregados como base para políticas assentes em factos concretos" (AGNU, 2019) como seu primeiro objetivo. Além disso, o objetivo 10.7 dos ODS incentiva os Estados Membros a "facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas" (AGNU, 2015). Tanto o GCM como os ODS fornecem um quadro global para enfrentar os desafios associados à migração e aumentar os seus benefícios em termos de desenvolvimento.

Como mostra a Figura 8, mais de metade dos Estados Membros (64,7%) indicaram ter adotado políticas nacionais de migração. Destas, 70% foram adotadas antes de 2018, enquanto as restantes 30% foram adotadas entre 2019 e 2022. A maioria dos inquiridos (54,5%) afirmou que as políticas nacionais de migração têm um plano de ação, enquanto 70% indicou que os mecanismos de monitorização e avaliação, os indicadores de progresso e de impacto não estão incluídos no quadro

político. A Figura 8 abaixo indica que a grande maioria dos Estados Membros não adotou indicadores de monitorização e avaliação.

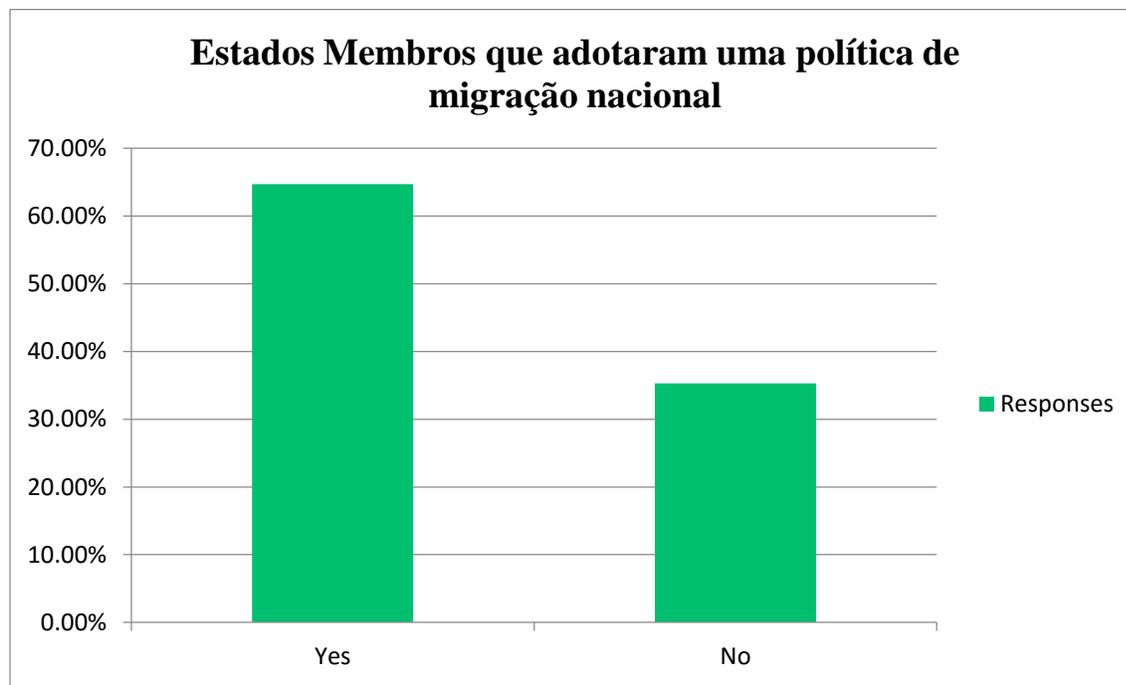


Figura 8: Estados Membros que adotaram uma política de migração nacional

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

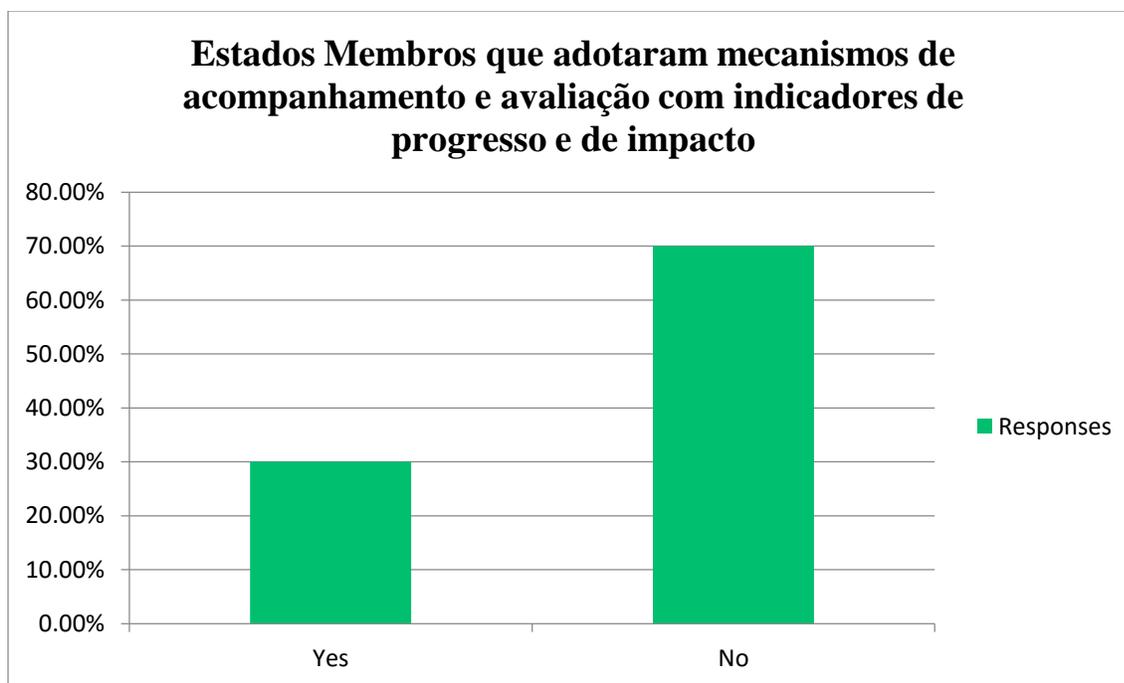


Figura 9: Estados Membros que adotaram mecanismos de acompanhamento e avaliação com indicadores de progresso e de impacto

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

4.4.4.2. Políticas nacionais de migração laboral

As políticas de migração laboral são um instrumento estratégico fundamental para melhorar uma abordagem à migração baseada nos direitos e responder às necessidades do mercado de trabalho. Além disso, as políticas de migração laboral assentes em factos concretos podem facilitar a realização dos objetivos do MPFA (políticas nacionais de migração laboral, estruturas e legislação, harmonização das políticas de migração laboral), bem como ajudar a atingir os objetivos da meta 8.8 dos ODS (proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes) e a meta 10.7 (facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas).

A fim de captar a fase de formulação e adoção de políticas de migração laboral, foi levantada uma questão específica aos informadores. A Figura 10 mostra que a maioria dos Estados Membros (58,9%) adotou políticas nacionais de migração laboral. Destas, 80% foram adotadas antes de 2018, enquanto as restantes 20% foram adotadas entre 2019 e 2022.

Dos Estados Membros que têm políticas nacionais de migração laboral, 80% indicaram que estas políticas têm planos de ação, enquanto 70% dos inquiridos confirmaram que as políticas estão

integradas/convencionadas nos planos nacionais de desenvolvimento. A Figura 11 abaixo mostra que 55,6% dos Estados Membros adotaram mecanismos de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto.

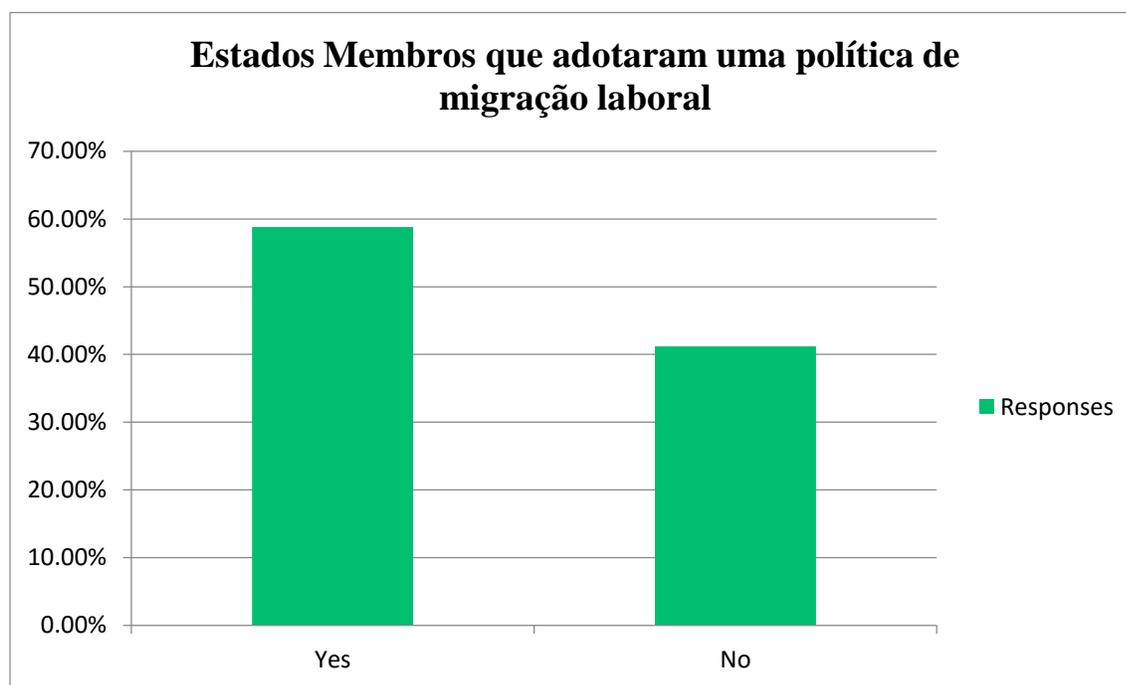


Figura 10: Estados Membros que adotaram uma política de migração laboral

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

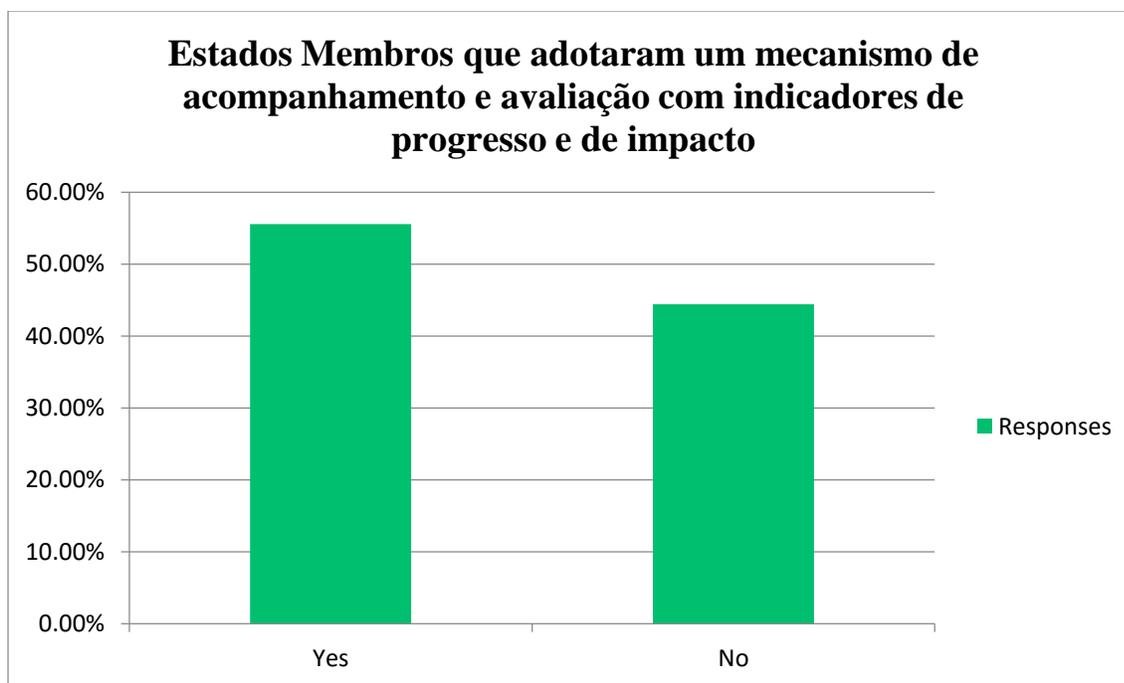


Figura 11: Estados Membros que adotaram um mecanismo de acompanhamento e avaliação com indicadores de progresso e de impacto

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

4.4.4.3. Políticas da diáspora

As políticas da diáspora consistem numa variedade de medidas governamentais destinadas a envolver, manter ou desenvolver uma relação com a sua diáspora que vive no estrangeiro (Liu e Van Dongen, 2016; Ragazzi, 2014). Curiosamente, como se pode ver na Figura 12, 70,6% dos Estados Membros têm políticas da diáspora. A maioria destas políticas (53,9%) foi adotada entre 2019 e 2022. Do mesmo modo, 66,7% das políticas da diáspora têm planos de ação, enquanto 72,7% são integradas/convencionadas no plano de desenvolvimento nacional. Contudo, a Figura 13 mostra que 50% dos Estados Membros adotaram mecanismos de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto.

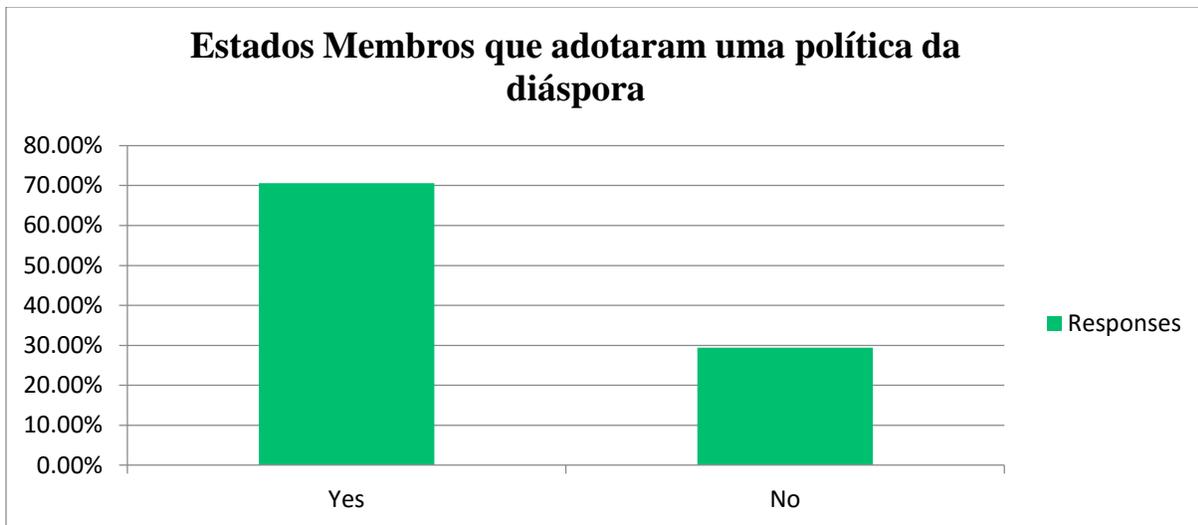


Figura 12: Estados Membros que adotaram uma política da diáspora

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

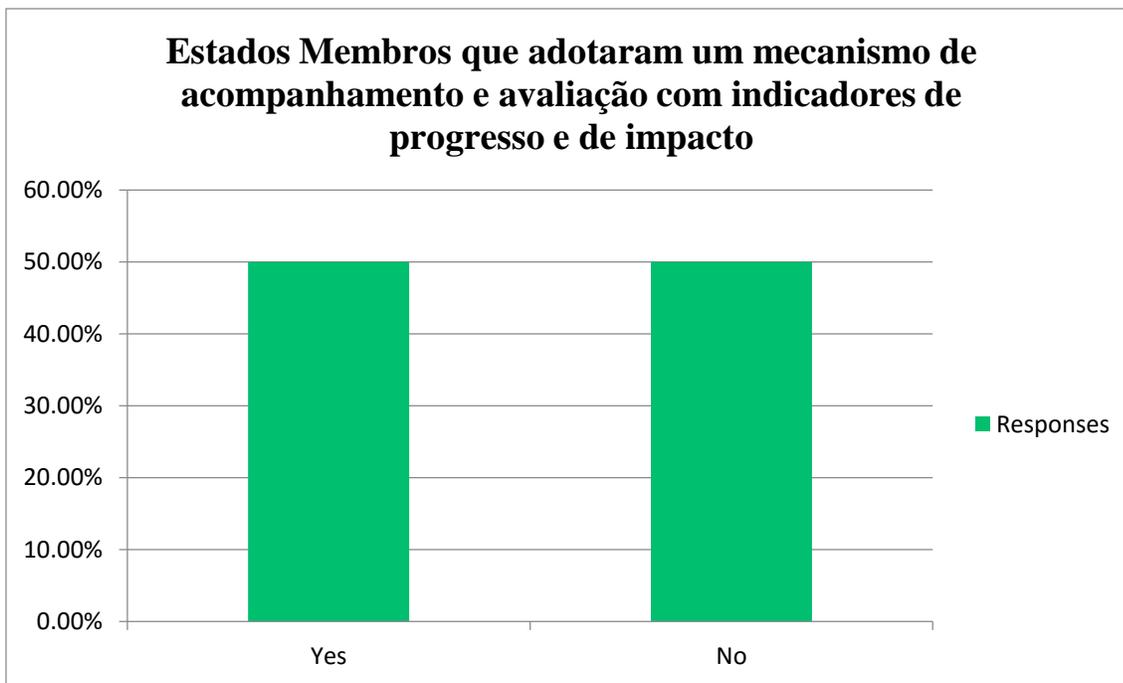


Figura 13: Estados Membros que adotaram um mecanismo de acompanhamento e avaliação com indicadores de progresso e de impacto

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

4.4.4.4. Estratégia/políticas de governação das fronteiras

Em geral, os Estados Membros visam facilitar a circulação transfronteiriça eficiente, ao mesmo tempo que protegem as fronteiras de atividades ilegais, incluindo o contrabando e tráfico de seres humanos. No entanto, o MPFA afirma que a governação das fronteiras deve "ir além da mera gestão das fronteiras" para incluir políticas a nível continental, com o intuito de facilitar: (a) desenvolvimento de capacidades para a governação das fronteiras; (b) prevenção e resolução de conflitos, segurança das fronteiras e ameaças transnacionais; (c) mobilidade, migração e facilitação do comércio; (d) gestão cooperativa das fronteiras e (e) desenvolvimento de zonas fronteiriças e envolvimento da comunidade.

Uma análise dos dados dos inquéritos mostra que as políticas de governação das fronteiras foram adotadas por 64,7% dos Estados Membros, como indicado pela Figura 14. A maioria destas políticas (83,3%) foi adotada antes de 2018, com 16,7% entre 2019 e 2022. Dos Estados Membros, 58,3% têm um plano de ação para as políticas de governação das fronteiras, enquanto 69,2% têm mecanismos de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto, como mostra a Figura 15.

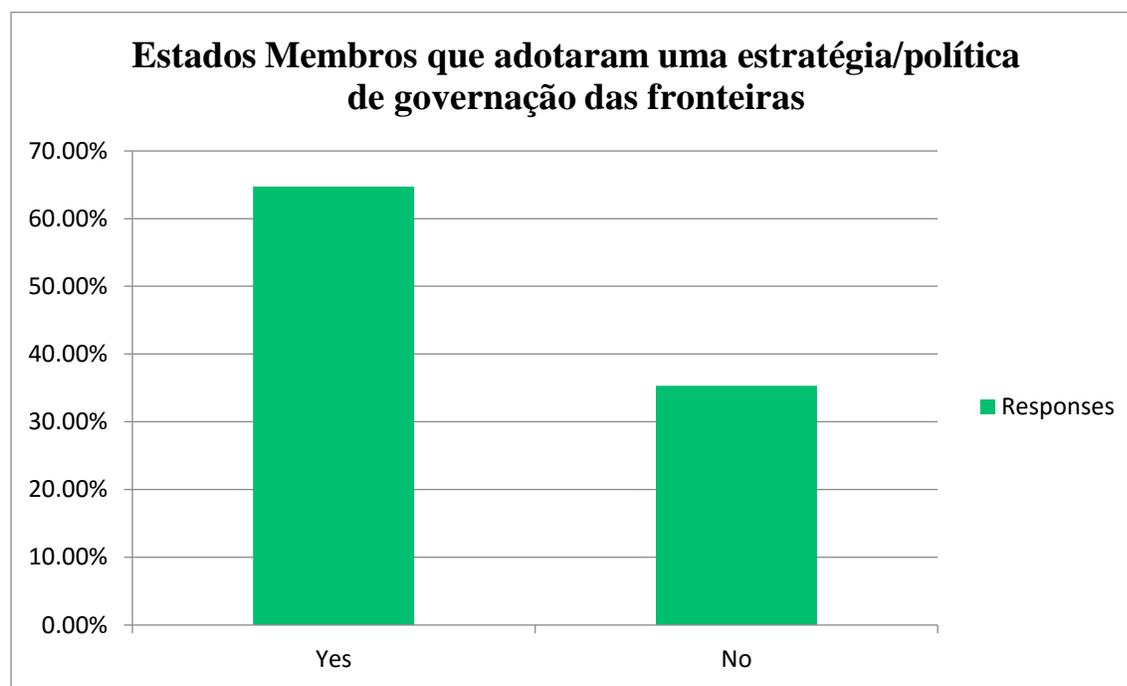


Figura 14: Estados Membros que adotaram uma estratégia/política de governação das fronteiras

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

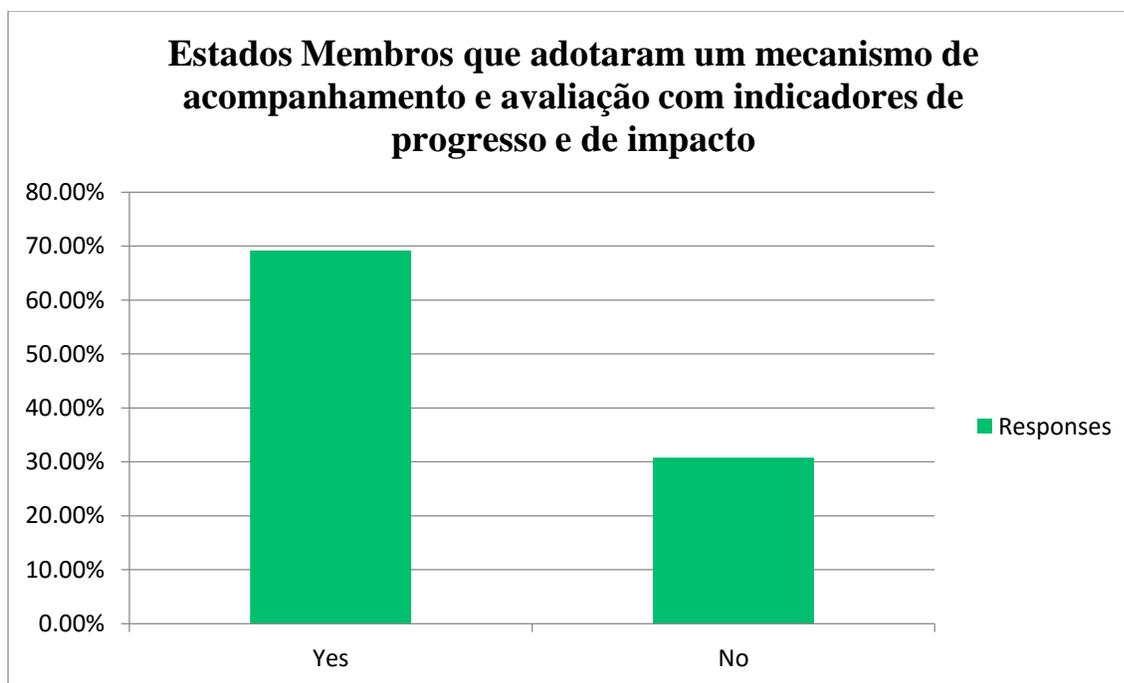


Figura 15: Estados Membros que adotaram um mecanismo de acompanhamento e avaliação com indicadores de progresso e de impacto

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

4.4.4.4. *Necessidades de capacitação na área das políticas de migração*

Entre as necessidades de capacitação na área das "Políticas de Migração", os Estados Membros citaram as seguintes prioridades-chave com base na sua urgência:

- Formular e implementar quadros de política de migração nacional
- Implementar estratégias de governação/gestão das fronteiras
- Desenvolver estratégias para aproveitar o potencial da diáspora
- Reforçar os sistemas para monitorizar e avaliar as políticas de migração
- Reforçar os mecanismos de coordenação entre as partes interessadas
- Políticas de migração convencionais nos planos nacionais de desenvolvimento
- Combate ao tráfico de seres humanos
- Abordar a apatridia.

A Tabela 7 abaixo fornece os pormenores das preferências agregadas dos Estados Membros quanto às necessidades de capacitação na área das políticas de migração.

Tabela 7: Preferências agregadas para necessidades de capacitação – políticas de migração

| Áreas de avaliação | Estados Membros (Frequência) | Porcentagem |
|---|------------------------------|-------------|
| Formular e implementar quadros de política de migração nacional | 16 | 41 |
| Implementar estratégias de governação/gestão das fronteiras | 8 | 20,5 |
| Desenvolver estratégias para aproveitar o potencial da diáspora | 4 | 10,3 |
| Reforçar os sistemas para monitorizar e avaliar as políticas de migração | 3 | 7,7 |
| Reforçar os mecanismos de coordenação entre as partes interessadas | 3 | 7,7 |
| Políticas de migração convencionais nos planos nacionais de desenvolvimento | 2 | 5,1 |
| Combate ao tráfico de seres humanos | 2 | 5,1 |
| Abordar a apatridia | 1 | 2,6 |
| Total | 39 | 100 |

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

4.4.4.5. Conclusões: Ambiente político

As conclusões revelam que a maioria dos Estados Membros adotou políticas nacionais de migração, políticas de migração laboral, políticas da diáspora e políticas de governação das fronteiras. Esta é uma melhoria em relação à avaliação das necessidades de 2018, que se caracterizou por uma taxa de adoção mais baixa. Reflete também o compromisso a nível continental, regional e nacional de adotar e implementar políticas para promover a migração de forma segura, ordenada e regular. A este respeito, a colaboração entre a União Africana e organizações internacionais como a OIT e a OIM favoreceu a formulação e implementação de políticas nacionais de migração e reforçou os quadros normativos e institucionais para a gestão da migração em África. A promoção da governação da migração através da adoção de quadros legislativos e regulamentares implica uma integração progressiva das políticas de migração nos planos nacionais de desenvolvimento, bem como a implementação de planos de ação e mecanismos de monitorização e avaliação.

Embora seja louvável que uma grande maioria dos Estados Membros tenha adotado planos de ação e, em certa medida, tenha integrado quadros políticos nos seus planos nacionais de desenvolvimento, é preocupante que uma grande maioria dos Estados Membros não tenha adotado

mecanismos de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto para as políticas nacionais de migração. Assim, a falta de sistemas de monitorização e avaliação continuará provavelmente a apresentar desafios para monitorizar a implementação e avaliar os resultados destas políticas.

A necessidade de capacitação para reforçar os sistemas de monitorização e avaliação foi mencionada como uma preocupação prioritária na área das "Políticas de Migração" e requer mais atenção. Além disso, o desafio da formulação e implementação de políticas de migração está na base do ambiente político migratório na maioria dos Estados Membros. Apesar de mais de 64% dos inquiridos terem adotado políticas nacionais de migração, a capacitação na área do desenvolvimento e implementação de políticas continua a ser uma prioridade para os Estados Membros e reflete as suas principais preocupações no sentido de melhorar o ambiente político migratório. As estratégias/gestão das fronteiras é outra área prioritária fundamental que merece atenção e requer mais intervenções em termos de capacitação. A formulação e implementação de estratégias nacionais eficazes de governação das fronteiras enquadram-se na estratégia mais ampla da União Africana para desenvolver um quadro político de coordenação das políticas fronteiriças a nível continental, regional e nacional.

Além disso, os resultados do inquérito revelam que uma cooperação inadequada entre os principais departamentos governamentais e os vários intervenientes pode minar o processo de desenvolvimento de políticas. Assim, alguns dos Estados Membros identificaram o envolvimento construtivo e a colaboração entre os intervenientes críticos (organizações intergovernamentais (OIG), ONG, governos, desenvolvimento, parceiros técnicos e sociais, etc.), como áreas fulcrais para os programas de capacitação. Estes devem ser promovidos para fomentar os objetivos de um ambiente político migratório com os níveis necessários de cooperação e apoio.

4.4.4.7. Recomendações: Ambiente político

Deve ser dada a devida atenção à abordagem das preocupações prioritárias dos Estados Membros no sentido de colmatar as lacunas, desajustamentos e ambiguidades dos quadros de política de migração e asilo dos Estados Membros. O Centro pode desempenhar um papel de liderança fundamental, coordenando esforços para o efeito: (a) promover políticas que fomentem o impacto da migração no desenvolvimento e (b) monitorizar e avaliar a implementação de políticas de migração no continente, de acordo com os seus Estatutos (Artigo 5.º). A este respeito, deve ser prestada assistência técnica aos Estados Membros, em parceria com organizações internacionais, para se concentrarem nas seguintes áreas:

- Formulação de um amplo ambiente político migratório baseado em dados e investigação adequados
- Apoio aos esforços de integração da política de migração nos planos nacionais de desenvolvimento
- Harmonização de políticas e quadros institucionais existentes e alinhamento das atividades de migração com outras prioridades nacionais para evitar inconsistências e duplicações

- Adoção de mecanismos de monitorização e avaliação para medir os objetivos do plano de ação política e avaliar o seu impacto.

Além disso, deve ser prestada assistência técnica para apoiar o estabelecimento de Mecanismos de Coordenação Nacional sobre Migração (NCM) com o intuito de reforçar a coordenação entre intervenientes-chave a nível nacional e regional, integrar a migração nos planos nacionais de desenvolvimento e assegurar a coerência política. Após o seu estabelecimento, é também recomendada uma avaliação dos progressos feitos pelos NCM.

4.4.5. *Necessidades de capacitação noutras áreas temáticas*

As áreas temáticas apresentadas na Figura 14 foram identificadas pelos Estados Membros como fundamentais para iniciativas de capacitação e formação. As três seguintes foram listadas como as principais questões prioritárias:

- (a) Formular e integrar as políticas de migração nos planos de desenvolvimento
- (b) Formular e integrar as políticas de governação das fronteiras
- (c) Identificar e combater a migração irregular e mista/tráfico de seres humanos e a migração clandestina.

Estas prioridades diferem das identificadas na Avaliação de 2018, no que respeita especificamente ao envolvimento da diáspora, migração laboral e remessas. Parece que, apesar dos esforços para formular, implementar e harmonizar as políticas de migração, os Estados Membros continuam a exigir uma capacitação adequada na área da formulação e implementação de políticas. Em particular, os novos programas de capacitação devem centrar-se no reforço das atividades existentes que ajudam os Estados Membros na formulação de políticas que regem a migração nacional e a governação das fronteiras. Isto reforçaria um ambiente político migratório robusto e dinâmico entre os Estados Membros. A capacitação é um fator crucial na gestão da política de migração e avaliação de processos (UA, 2018; Dick e Schraven, 2018). Assim, a falta de capacidade para formular e implementar quadros políticos e administrativos pode constituir um desafio para uma gestão eficaz da migração.

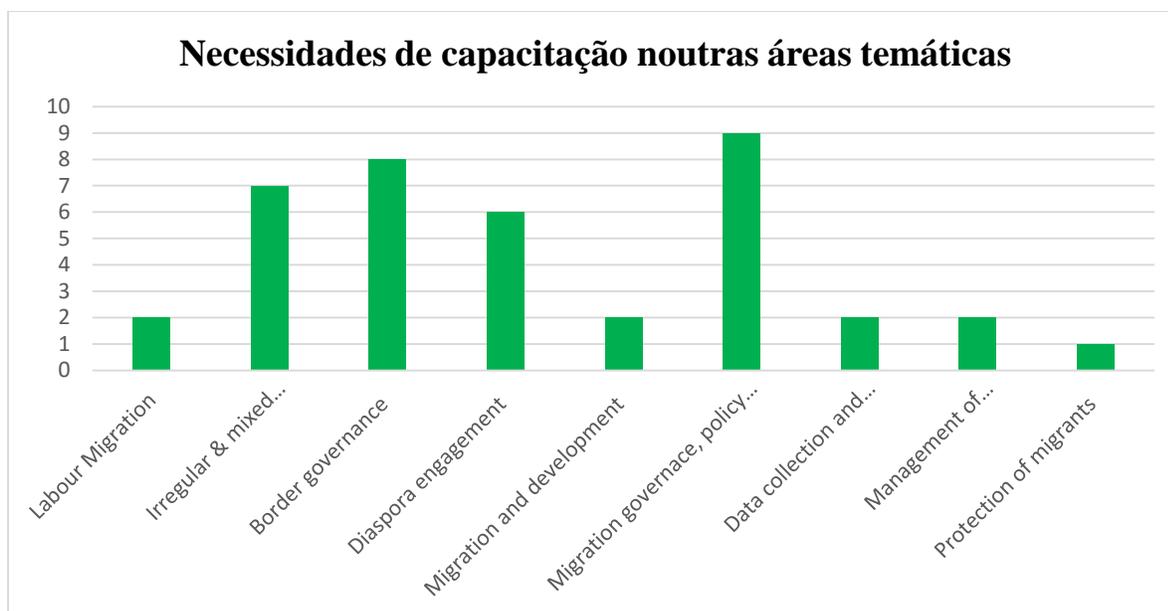


Figura 16: Necessidades de capacitação noutras áreas temáticas

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

A União Africana tem empreendido esforços construtivos para melhorar as políticas de migração e governação em África – as capacidades para reforçar o quadro da política de migração da União Africana é testemunho disso mesmo. No entanto, a governação da migração nos Estados Membros e nas REC tem sido posta em causa pelo desajustamento da implementação com as prioridades nacionais, a gestão deficiente dos dados e da informação, e a falta de capacitação em todas as áreas temáticas da migração. Infelizmente, os interesses concorrentes entre as partes interessadas e a avaliação e monitorização deficientes das políticas de migração têm um impacto negativo no desenvolvimento da região. O Relatório de Avaliação de 2022 sobre a Situação do Regime de Governação da Migração dos Estados Membros da União Africana e das REC fornece indicações para o "Plano Estratégico Quinquenal" do Centro em áreas de capacitação para melhorar a governação da migração dos Estados Membros e das REC.

Além disso, o presente Relatório de Avaliação seria fundamental para alcançar o mandato do Centro, na sua qualidade de agência técnica especializada, de fazer avançar a base de conhecimentos do continente africano nas políticas de migração e práticas de mobilidade, incluindo intervenções assentes em factos concretos sobre migração. Significativamente, a capacitação e os programas de formação para os Estados Membros e as REC sobre governação da migração, refletindo as necessidades identificadas, são instrumentos cruciais para a integração regional.

4.5. Comunidades Económicas Regionais (REC)

Os dados sobre a avaliação das necessidades de capacitação das REC na área da migração foram fornecidos por três REC – a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União do Magrebe Árabe (UMA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). A análise foi apresentada ao longo das cinco áreas temáticas, a saber: Situação da migração; Recolha e gestão de dados sobre migração; Ambiente político; Mecanismos de coordenação regional e Necessidades de capacitação noutras áreas temáticas.

4.5.1. Situação da migração (questões/desafios enfrentados pelas REC)

As questões da migração que mais preocupam as três REC divergem, como ditado pelo clima político, o nível de integração regional e os fatores socioeconómicos dominantes próprios de cada sub-região. Estas estão classificadas na seguinte ordem de importância: 1–13. A informação sobre a situação da migração (questões/desafios) está disponível para as regiões da CEDEAO e UMA, mas não para a região da CEEAC, devido à introdução incompleta de dados.

Tabela 8: A situação migratória da CEDEAO (questões/desafios) por ordem de importância

| Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) |
|--|
| 1. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (para fora do país) |
| 2. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (para dentro do país) |
| 3. Regresso, reorientação e reintegração dos migrantes regressados |
| 4. Deslocados internos (PDI) |
| 5. Migração laboral (para fora do país) |
| 6. Apátridas/pessoas em risco de apatridia |
| 7. Migrantes em trânsito pelo país |
| 8. Migração laboral (para dentro do país) |
| 9. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (em trânsito pelo país) |
| 10. Envolvimento da diáspora no desenvolvimento nacional |
| 11. Aproveitamento das remessas para o desenvolvimento/formalização do fluxo de remessas/redução do custo das transferências de remessas |
| 12. Refugiados/requerentes de asilo |
| 13. Migrantes sazonais/circulares (para dentro do país) |

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

Tabela 9: A situação migratória da UMA (questões/desafios) por ordem de importância

| União do Magrebe Árabe (UMA) |
|--|
| 1. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (para fora do país) |
| 2. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (em trânsito pelo país) |
| 3. Migrantes em trânsito pelo país |

| |
|---|
| 4. Refugiados/requerentes de asilo |
| 5. Migração laboral (para fora do país) |
| 6. Migração laboral (para dentro do país) |
| 7. Migrantes sazonais/circulares (para dentro do país) |
| 8. Envolvimento da diáspora no desenvolvimento nacional |
| 9. Aproveitamento das remessas para o desenvolvimento/formalização do fluxo de remessas/redução do custo das transferências de remessas |
| 10. Regresso, reorientação e reintegração dos migrantes regressados |
| 11. Deslocados internos (PDI) |
| 12. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (para dentro do país) |
| 13. Refugiados/requerentes de asilo |

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

4.5.2. Recolha e gestão dos dados migratórios

As três REC indicaram não estar diretamente envolvidas na recolha de dados sobre migração, uma vez que os dados são coligidos a nível nacional pelos Estados Membros. Contudo, as REC raramente recolhem alguns dados específicos sobre migração, tais como dados administrativos sobre emigração e imigração, e outras recolhem através de programas dirigidos por doadores. A CEDEAO recolhe dados sobre deslocados internos e tráfico de seres humanos, enquanto a UMA recolhe apenas dados sobre migração utilizando dois mecanismos – compilação de dados e relatórios de inquérito – para fins de investigação, e recolha de dados de organizações internacionais.

Tabela 10: Recolha de dados sobre migração por REC e frequências

| Recolha e gestão dos dados migratórios | CEDEAO | UMA | CEEAC |
|---|--|--|-----------------------------------|
| Dados sobre migração recolhidos por REC | i. Deslocados internos ii. Tráfico de seres humanos | i. Migração laboral (ocasionalmente para relatórios e estudos) | Nenhum |
| Publicação e divulgação de dados sobre migração | Não | Não | Não |
| Disponibilidade de um inquérito especial sobre migração | Não | Não | Não |
| Compilação de perfis migratórios regionais | Não | Não | Sim (compilado a cada cinco anos) |

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

4.5.2.1. Capacitação sobre a recolha e gestão de dados sobre migração

Com base nas necessidades de capacitação na área da recolha e gestão de dados sobre migração, as REC especificaram as áreas prioritárias, tal como apresentadas na Tabela 11.

Tabela 11: Capacitação em termos de recolha e gestão de dados sobre migração pelas REC

| CEDEAO | UMA | CEEAC |
|---|--|--|
| Normalização/harmonização dos mecanismos de recolha de dados sobre migração | Recolha de dados administrativos sobre migração | Assistência sobre perfis migratórios |
| Sistemas de informação sobre o mercado de trabalho | Recolha e análise de dados sobre a diáspora a partir de dados produzidos pelos países de acolhimento | Mecanismos de recolha de dados |
| Gestão de migração laboral | Módulo de formação sobre migração a incluir no inquérito aos agregados familiares | Capacidade humana e formação sobre dados migratórios |
| Desenvolvimento e negociação de acordos bilaterais de migração laboral | | |

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

4.5.2.2. Conclusão

- A análise acima indica que praticamente todas as atividades de recolha e gestão de dados sobre migração são realizadas ao nível dos Estados Membros, com poucos ou nenhuns contributos das REC nas três organizações examinadas. Por exemplo, enquanto a CEDEAO recolhe ocasionalmente dados sobre deslocados internos e tráfico de pessoas/migração clandestina, e a UMA recolhe dados sobre migração relacionada com a mão de obra, a CEEAC não recolhe nenhum.
- A recolha ou apoio multilateral de dados é aleatória em função das necessidades para a investigação e relatórios oficiais a nível regional. Estes também informaram as razões da falta de publicação e divulgação de dados sobre migração a nível regional, bem como da falta de inquéritos especiais sobre migração.
- Há uma falta de atenção e apoio à compilação de perfis migratórios regionais nas três REC.

4.5.2.3. Recomendações

- São necessárias intervenções multilaterais sobre recolha e gestão de dados para o planeamento, estatísticas regionais e perfis migratórios. Estes seriam cruciais para uma governação migratória eficaz e soluções holísticas para os desafios migratórios regionais – relacionados com a mão de obra, migração irregular, deslocamento forçado, deslocamento interno, etc. Por conseguinte, é necessário normalizar os mecanismos anuais de recolha de dados entre os Estados Membros, incluindo dados sobre fronteiras, censos e mercado de trabalho.
- A recolha de dados e a colaboração entre as REC e os governos nacionais devem dar prioridade à publicação e divulgação periódica de dados sobre migração, inquéritos e avaliação dos desafios da migração regional no sentido de estratégias e soluções eficazes.
- O desenvolvimento de perfis migratórios regionais e a coordenação de dados entre as REC e os Estados Membros devem ser facilitados para melhorar as estatísticas regionais, a investigação e as intervenções políticas. Além disso, os intervenientes regionais devem concentrar-se na recolha de dados de várias instituições a nível nacional, controlando a qualidade dos dados sobre migração e melhorando a disponibilidade dos conjuntos de dados existentes.

4.5.3. Ambiente político

4.5.3.1. Política de migração regional

Tabela 12: Quadro da política de migração regional pelas REC

| | CEDEAO | UMA | CEEAC |
|--|---------------|-----|---------------|
| Quadro da política de migração regional | Sim | Não | Sim |
| Quando foi adotado o quadro da política de migração regional | Antes de 2018 | N/A | Antes de 2015 |
| O quadro da política de migração regional tem um plano de ação | Sim | N/A | Sim |
| Mecanismo de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto | Não | N/A | Não |

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

A política de migração regional nas REC sublinha a importância dos quadros de capacidade regional que fomentam a circulação transfronteiriça de pessoas, bens, serviços e investimentos. Isto inclui quadros para a governação das fronteiras/estratégia/política de imigração ou protocolos de livre circulação. Tal como indicado acima, a CEDEAO e a CEEAC adotaram uma política de migração regional e um plano de ação, ao passo que a UMA não adotou nenhum. Contudo, os quadros da política de migração regional tanto da CEDEAO como da CEEAC carecem de mecanismos para monitorizar e avaliar a implementação do quadro político, bem como de indicadores específicos de progresso e de impacto.

4.5.3.2. Quadro da política de migração laboral regional

Tabela 13: Quadro da política de migração laboral regional das REC

| | CEDEAO | UMA | CEEAC |
|--|--------|-----|---------------|
| Quadro da política de migração laboral regional | Não | Não | Sim |
| Quando foi adotado o quadro da política de migração laboral regional | N/A | N/A | Antes de 2015 |

| | | | |
|--|-----|-----|-----|
| O quadro da política de migração laboral regional tem um plano de ação | N/A | N/A | Sim |
| Mecanismo de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto | N/A | N/A | Não |

Tanto a CEDEAO como a UMA carecem de um quadro político de migração laboral regional. A CEEAC adotou um quadro político de migração laboral regional antes de 2015. Embora este quadro tenha um plano de ação, falta-lhe um mecanismo de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto.

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

4.5.3.3. Capacitação na área do desenvolvimento da política de migração regional

A CEDEAO indicou a necessidade de intervenções de capacitação nas seguintes áreas: (a) realização de análises situacionais; (b) definição de prioridades para o desenvolvimento de políticas; (c) orçamentação para a implementação de políticas e (d) acompanhamento e avaliação. A CEEAC, por seu lado, especificou as seguintes necessidades: (a) atualização da política de migração laboral e plano de ação/elaboração dos mecanismos de monitorização e avaliação; (b) construção da política regional da diáspora, plano de ação e mecanismo de monitorização e avaliação; (c) elaboração de legislação regional sobre tráfico de seres humanos e migração clandestina, e (d) construção de um plano de ação para a implementação do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas. Sobre este assunto, a UMA não identificou qualquer necessidade prioritária de apoio adicional.

4.5.3.4. Conclusão

- Um quadro de política de migração regional desempenha um papel central na governação da migração e na cooperação regional. Tanto a CEDEAO como a CEEAC adotaram quadros de política de migração regional e um plano de ação, enquanto a UMA não tem um quadro de política regional para gerir a migração de uma forma coerente. Em termos de regulação da migração laboral regional, a CEDEAO e a UMA não adotaram um quadro político, enquanto a CEEAC adotou um antes de 2015.
- Os quadros de política de migração e de trabalho existentes carecem de mecanismos eficazes e adequados de monitorização e avaliação, bem como de indicadores de progresso e de impacto. Isto torna difícil monitorizar a implementação de políticas, avaliar o seu impacto e promover soluções eficazes para os desafios da migração regional.

4.5.3.5. Recomendações

- Existe a necessidade de estabelecer uma política de migração regional e um quadro laboral eficaz em todas as REC para reforçar a cooperação transfronteiriça e a integração regional. Onde já existem quadros de política regional, a coordenação regional e a implementação de planos de ação sobre migração devem ser reforçadas.
- Os mecanismos de monitorização e avaliação devem ser facilitados para reforçar as capacidades das REC na avaliação do impacto dos quadros regionais e promover soluções eficazes para os desafios da migração regional.
- A capacitação para a realização de análises situacionais, desenvolvimento de políticas e orçamentação para a implementação de políticas deve ser acelerada em todas as REC com contributos dos intervenientes nacionais e internacionais.

4.5.4. Mecanismos de coordenação regional para a gestão da migração

Tabela 14: Quadro da política de migração regional pelas REC

| | CEDEAO | UMA | CEEAC |
|--|--------|-----|-------|
| Disponibilidade de um departamento ou unidade dedicada à gestão da migração | Não | Sim | Sim |
| Existência de mais do que um departamento com responsabilidades em matéria de migração | Sim | Não | Não |
| Existência de um fórum/mecanismo de coordenação regional para gerir a migração | Sim | Não | Não |

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

Embora a UMA e a CEEAC tenham um departamento ou unidade dedicada à gestão da migração, ambas carecem de fóruns/ou mecanismos de coordenação regional para gerir a migração. A CEDEAO tem mais do que um departamento com responsabilidades em matéria de migração, mas estes departamentos reúnem-se com pouca frequência.

Além disso, a região da CEDEAO é a única com um fórum/mecanismo de coordenação regional para gerir a migração. Este fórum, nomeadamente o Diálogo sobre Migração para a África Ocidental (MIDWA), reúne governos/agências e outras partes interessadas para discutir e abordar questões de migração. Contudo, tal como relatado pelos inquiridos, este fórum não está atualmente ativo.

4.5.4.1. Capacitação em termos de mecanismos de coordenação regional

A UMA não especificou áreas prioritárias para a capacitação em termos de mecanismos de coordenação regional. As necessidades de capacitação da CEDEAO são especificadas na seguinte ordem de prioridade: (a) avaliação das necessidades de conhecimento e das capacidades técnicas; (b) criação de um mecanismo de migração institucional regional sustentável; (c) inter e intradiálogo sobre partilha de experiências, e (d) desenvolvimento de planos de ação exequíveis e orçamentação para a gestão da migração. Da mesma forma, a CEEAC especificou o seguinte: (a) estabelecer um mecanismo de coordenação tanto a nível nacional como regional e b) organizar reuniões regulares dos mecanismos de coordenação nacional/regional.

4.5.4.2. Conclusão

- As REC estão em desacordo quanto à existência de departamentos ou unidades-chave dedicadas à gestão da migração, incluindo fóruns/mecanismos de coordenação regional.
- Alguns destes departamentos, unidades e fóruns regionais encontram-se com pouca frequência, enquanto os fóruns, onde existem, não foram estabelecidos por um estatuto acordado a nível regional. Estes ilustram a necessidade de reforçar os mecanismos de coordenação regional e atribuir mais recursos para promover intervenções regionais no sentido de um maior desenvolvimento e integração regional.
- Existe uma falta de colaboração entre os mecanismos de coordenação regional e nacional para gerir a migração na maioria das regiões, uma vez que tal requer financiamento adequado, melhoria das políticas e intervenções de capacitação.

4.5.4.3. Recomendações

- A harmonização dos princípios de migração, das melhores práticas e das estratégias de gestão das fronteiras nas regiões abordaria a maioria dos desafios peculiares a esta área temática.
- A colaboração entre agências e a coordenação entre as REC e ministérios, agências ou unidades nacionais dedicadas à gestão da migração deve ser reforçada.
- As REC devem assumir a liderança no reforço dos fóruns regionais para coordenar a migração e gerir a situação ou questões e desafios peculiares da migração prevalentes nas regiões, através da avaliação das necessidades de conhecimento e capacidade técnica, criando um mecanismo de migração institucional regional sustentável, e da partilha de informação/inteligência.

4.5.5. Necessidades de capacitação noutras áreas temáticas

As REC identificaram áreas temáticas adicionais para intervenções ao nível da capacitação, tal como relatado na Tabela 15.

Tabela 15: Necessidades de capacitação noutras áreas temáticas

| CEDEAO | UMA | CEEAC |
|--|---|--|
| 1. Especialização técnica, incluindo fundos de doadores | 1. Apoio, métodos e análise da recolha de dados | 1. Apoio á conclusão do processo de criação do Observatório Regional das Migrações na África Central |
| 2. Coordenação e ligação a nível nacional | | 2. Criação de um mecanismo de controlo das remessas regionais |
| 3. Desenvolvimento de capacidades em políticas temáticas | | |
| 4. Partilha de informação | | |

Fonte: Criação própria dos autores (2022)

4.5.5.1. Conclusão

- As REC têm necessidades diferentes em relação às intervenções de capacitação. Isto é indicativo da situação política dominante e das condições socioeconómicas que moldam as práticas migratórias e a governação a nível sub-regional. As necessidades de capacitação podem também resultar dos desafios nos quadros da política de migração regional, dos sistemas de recolha/gestão de dados e dos mecanismos de coordenação regional.
- Do mesmo modo, estão ainda por tomar medidas adequadas a nível das REC para coordenar e integrar as políticas de migração regional, e as políticas e programas nacionais de desenvolvimento. A este respeito, as iniciativas de capacitação, as intervenções políticas e uma colaboração multilateral eficaz entre a União Africana, as REC, os Estados Membros e os parceiros técnicos são medidas estratégicas para aproveitar o potencial das migrações e promover a integração regional para além das REC em todo o continente.

4.6. Bibliografia

- Abebe, T. T. (2017). Migration policy frameworks in Africa. *Africa Report*, 2(Dezembro), pp. 1–24.
- União Africana (UA). (2018). *Migration Policy Framework for Africa and Plan of Action (2018–2030)*. Comissão da União Africana. Disponível em: <https://au.int/en/documents/20181206/migration-policy-framework-africa-mpfa>
- Africana (União </3585>UA). (2021). African Union strategy for a better integrated border governance. Disponível em: <https://archives.au.int/handle/123456789/8851>
- Axel, B. K. (2004). The context of diaspora. *Cultural Anthropology*, 19(1), pp. 26–60.
- Bryman, A., (2008). Why do researchers integrate/combine/mesh/blend/mix/merge/fuse quantitative and qualitative research. *Advances in mixed methods research*, 21(8), pp.87-100.
- Carrillo, J. A., Colombi, A. e Scianna, M. (2018). Adhesion and volume constraints via nonlocal interactions determine cell organisation and migration profiles. *Journal of Theoretical Biology*, 445, pp. 75–91.
- Dick, E. e Schraven, B. (2018). Regional migration governance in Africa and beyond: A framework of analysis. Documento de Reflexão, Instituto Alemão de Desenvolvimento, Bona. Disponível em: https://www.idos-research.de/uploads/media/DP_9.2018.pdf
- Dinbabo, M. F. (2014). Contractual relationships between indigenous community-based organisations (CBOs) and the community: Empirical evidence from Ethiopia. *Journal of Social Sciences*, 38(3), pp. 231–240.
- Dinbabo, M. F. e Badewa, A. S. (2020). Monitoring migration policy frameworks, treaties and conventions for development in Africa. *Journal of African Union Studies*, 9(1), pp. 23–49.
- Dinbabo, M.F., (2011). *Social welfare policies and child poverty in South Africa: a microsimulation model on the Child Support Grant* (Doctoral dissertation, University of the Western Cape).
- Dinbabo, MF. & Nyasulu, T. (2015). Macroeconomic determinants: analysis of ‘Pull’ factors of international migration in South Africa. *African Human Mobility Review*. 1(1): 27-52.
- Dinbabo, MF. Ile, I, Majee, W. Belebema, M e Boadu, E. (2018). Evaluating System Efficiencies and Service Delivery of Immigrant Population in South Africa and United States. *African Human Mobility Review*. 4 (3): Pp: 1386-1416.
- Gabor, M. R. (2010). Descriptive methods of data analysis for marketing data – Theoretical and practical considerations. *Management & Marketing*, 5(3), pp. 119–134.
- George, D. e Mallery, P. (2018). Descriptive statistics. In George, D. e Mallery, P. (eds.), *IBM SPSS Statistics 25 Step by Step*. Nova Iorque: Routledge, pp. 126–134.
- Helbling, M., Bjerre, L., Römer, F. e Zobel, M. (2017). Measuring immigration policies: The IMPIC database. *European Political Science*, 16, pp. 79–98.
- Helbling, M., Bjerre, L., Römer, F. e Zobel, M., 2017. Measuring immigration policies: The IMPIC database. *European Political Science*, 16, pp.79-98.

- Hong, A. e Knoll, A., (2016). Strengthening the migration-development nexus through improved policy and institutional coherence. *Extraído em setembro, 9*, p.2016.
- Lawless, H. T. e Heymann, H. (2010). Descriptive analysis. In Lawless, H. T. e Heymann, H. (eds.), *Sensory evaluation of food: Principles and practices*. Nova Iorque: Springer, pp. 227–257.
- Liu, H. e Van Dongen, E. (2016). China's diaspora policies as a new mode of transnational governance. *Journal of Contemporary China*, 25(102), pp. 805–821.
- McKenzie, D. e Yang, D. (2015). Evidence on policies to increase the development impacts of international migration. *The World Bank Research Observer*, 30(2), pp. 155–192. DOI: <https://doi.org/10.1093/wbro/lkv001>
- Mouton, J., (2001). *How to succeed in your master's and doctoral studies: A South African guide and resource book*. Van Schaik.
- Nadig, A. (2002). Human smuggling, national security, and refugee protection. *Journal of Refugee Studies*, (15)1, pp. 1–25. DOI: 10.1093/jrs/15.1.1
- Neuman, M., (2000). Regional design: Recovering a great landscape architecture and urban planning tradition. *Landscape and Urban Planning*, 47(3-4), pp.115-128.
- Neuman, W.L. e Robson, K., (2014). *Basics of social research*. Toronto: Pearson Canada.
- Ragazzi, F. (2014). A comparative analysis of diaspora policies. *Political Geography*, 41, pp.74–89.
- Rapoport, H. e Docquier, F. (2005). The economics of migrants' remittances. IZA Discussion Paper No 1531, Institute for the Study of Labor, Bona.
- Safran, W., (1991). Diasporas in modern societies: Myths of homeland and return. *Diaspora: A journal of transnational studies*, 1(1), pp.83-99.
- Schuftan, C. (1996). The community development dilemma: What is really empowering? *Community Development Journal*, 31(3), pp. 260–264.
- Taylor, E. J. (1999). The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process. *International Migration*, 37(1), pp. 63–88.
- Nações Unidas (NU). (2000). Protocol to prevent, suppress and punish trafficking in persons, especially women and children – Supplementing the UN Convention against Transnational Organised Crime. Nova Iorque: Nações Unidas. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/ProtocolonTrafficking.pdf>
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2017). Guidance note on facilitating integration and coherence for SDG implementation. <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=400&nr=2478&menu=1515>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). (2013). *Handbook on education policy analysis and programming, Volume 1: Education policy analysis*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221189>

Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). (2015). Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development, A/RES/70/1. <https://www.refworld.org/docid/57b6e3e44.html>

Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). (2019). Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration. Resolução/adotada pela Assembleia Geral, 11 de janeiro, A/RES/73/195. <https://bit.ly/2HUKXuK>

Nações Joint Migration and Development Initiative (UN-JMDI). (2021). Guidelines on mainstreaming migration into local development. Swiss Agency for Development and Cooperation. <https://migration4development.org/en/resources/guidelines-mainstreaming-migration-local-development-planning>.

ANEXO 1: Questionário do inquérito

"Avaliação do Estatuto do Regime de Governação da Migração dos Estados Membros/REC"

"Avaliação das necessidades de capacitação dos Estados Membros para gerir a migração"

| | |
|---|--|
| País: | |
| Nome do funcionário que fornece a informação: | |
| Cargo: | |
| Número de telefone de contacto | |
| E-mail de contacto | |
| Data de conclusão: | |

A. Situação sobre a migração

1. Quais são os principais problemas/queixas em termos de migração que o seu país enfrenta? (Classifique as suas respostas, sendo 1 o desafio mais importante, 2 o segundo desafio mais importante, etc.)

- a. Migração laboral (para fora do país)
- b. Migração laboral (para dentro do país)
- c. Migrantes sazonais/circulares (para dentro do país)
- d. Refugiados/requerentes de asilo
- e. Deslocados internos (PDI)
- f. Apátridas/pessoas em risco de apatridia
- g. Migrantes em trânsito pelo país
- h. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (para fora do país)
- i. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (para dentro do país)
- j. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (em trânsito pelo país)
- k. Envolvimento da diáspora no desenvolvimento nacional

- l. Aproveitamento das remessas para o desenvolvimento/formalização do fluxo de remessas/redução do custo das transferências de remessas.
- m. Regresso, reorientação e reintegração dos migrantes regressados.
- n. Outros (Especifique).....
- o. Nenhum

B. Recolha e gestão dos dados sobre migração

1. Que dados sobre migração recolhe o país e com que frequência são publicados/divulgados?

(i) Dados sobre imigração/emigração

Frequência

- a. Trimestral
- b. Semestral
- c. Anual
- d. Outro (Especifique).....

(ii) Dados sobre migração laboral

Frequência

- a. Trimestral
- b. Semestral
- c. Anual
- d. Outro (Especifique).....

(iii) Dados sobre remessas

Frequência

- a. Trimestral

- b. Semestral
- c. Anual
- d. Outro (Especifique).....

(iv) Dados sobre a diáspora

Frequência

- a. Trimestral
- b. Semestral
- c. Anual
- d. Outro (Especifique).....

(v) Dados sobre refugiados/requerentes de asilo

Frequência

- a. Trimestral
- b. Semestral
- c. Anual
- d. Outro (Especifique).....

(vi) Dados sobre deslocados internos

Frequência

- a. Trimestral
- b. Semestral
- c. Anual
- d. Outro (Especifique).....

| | |
|---|---|
| | <p>(vii) Dados sobre apatridia</p> <p><u>Frequência</u></p> <p>a. <input type="checkbox"/> Trimestral</p> <p>b. <input type="checkbox"/> Semestral</p> <p>c. <input type="checkbox"/> Anual</p> <p>d. <input type="checkbox"/> Outro (Especifique).....</p> |
| | <p>(viii) <input type="checkbox"/> Dados sobre tráfico de pessoas/migração clandestina</p> <p><u>Frequência</u></p> <p>a. <input type="checkbox"/> Trimestral</p> <p>b. <input type="checkbox"/> Semestral</p> <p>c. <input type="checkbox"/> Anual</p> <p>d. <input type="checkbox"/> Outro (Especifique).....</p> |
| <p>2. O país compila perfis migratórios? Se sim, com que frequência?</p> | <p>(i) <input type="checkbox"/> Não</p> <p>(ii) <input type="checkbox"/> Sim</p> |
| <p>(i) Se "SIM", quem os compila?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> O Governo</p> <p>b. <input type="checkbox"/> Consultores/Empresas externas</p> <p>c. <input type="checkbox"/> Tanto o Governo como os Consultores/Empresas externas</p> <p>d. <input type="checkbox"/> Outro (Especifique).....</p> |
| <p>(ii) Se "Sim", com que frequência?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> De dois em dois anos</p> <p>b. <input type="checkbox"/> De três em três anos</p> |

- c. De quatro em quatro anos
- d. De cinco em cinco anos
- e. Poucas vezes
- f. Não tenho a certeza

(iii) Se o seu país necessita de capacitação na área de "Recolha e Gestão de Dados Migratórios", especifique as áreas por ordem de prioridade, sendo (a) prioridade máxima, etc.

- a).....
- b).....
- c).....
- d).....

C. Ambiente político

1. O país tem uma política de migração nacional

- a. Sim
- b. Não

(i) Se "Sim", quando foi adotada a política de migração nacional?

- a. 2022
- b. 2021
- c. 2020
- d. 2019
- e. 2018 ou antes

(ii) Se "Sim", a política de migração nacional tem um plano de ação?

- a. Sim
- b. Não

(iii) Se "Sim", a política de migração nacional tem um mecanismo de monitorização e

- a. Sim
- b. Não

| | |
|---|---|
| avaliação com indicadores de progresso e de impacto? | |
| 2. O país tem uma política de migração laboral? | a. <input type="checkbox"/> Sim b. <input type="checkbox"/> Não |
| (i) Se "Sim", quando foi adotada a política de migração laboral? | a. <input type="checkbox"/> 2022 b. <input type="checkbox"/> 2021 c. <input type="checkbox"/> 2020 d. <input type="checkbox"/> 2019 e. <input type="checkbox"/> 2018 ou antes |
| (ii) Se "Sim", a política de migração laboral tem um plano de ação? | a. <input type="checkbox"/> Sim b. <input type="checkbox"/> Não |
| (iii) Se "Sim", a política de migração laboral está integrada/convencionada no plano de desenvolvimento nacional? | a. <input type="checkbox"/> Sim b. <input type="checkbox"/> Não |
| (iv) Se "Sim", a política de migração laboral tem um mecanismo de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto? | a. <input type="checkbox"/> Sim b. <input type="checkbox"/> Não |
| 3. O país tem uma política de diáspora? | a. <input type="checkbox"/> Sim b. <input type="checkbox"/> Não |
| (i) Se "Sim", quando foi adotada a política de diáspora? | a. <input type="checkbox"/> 2022 b. <input type="checkbox"/> 2021 c. <input type="checkbox"/> 2020 d. <input type="checkbox"/> 2019 e. <input type="checkbox"/> 2018 ou antes |

| | |
|--|--|
| <p>(ii) Se "Sim", a política de diáspora tem um plano de ação?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>b. <input type="checkbox"/> Não</p> |
| <p>(iii) Se "Sim", a política de diáspora está integrada/convencionada no plano de desenvolvimento nacional?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>b. <input type="checkbox"/> Não</p> |
| <p>(iv) Se "Sim", a política de diáspora tem um mecanismo de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>b. <input type="checkbox"/> Não</p> |
| <p>4. O país tem uma estratégia/política de governação das fronteiras?</p> | <p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p> |
| <p>(i) Se "Sim", quando foi adotada a estratégia/política de governação das fronteiras?</p> | <p><input type="checkbox"/> 2022</p> <p><input type="checkbox"/> 2021</p> <p>(ii) <input type="checkbox"/> 2020</p> <p><input type="checkbox"/> 2019</p> <p><input type="checkbox"/> 2018 ou antes</p> |
| <p>(iii) Se "Sim", a estratégia/política de governação das fronteiras tem um plano de ação?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>b. <input type="checkbox"/> Não</p> |
| <p>(iv) Se "Sim", a estratégia/política de governação das fronteiras tem um mecanismo de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>b. <input type="checkbox"/> Não</p> |
| <p>(v) Se o seu país necessita de capacitação na área das políticas de migração, especifique as áreas por ordem de prioridade, sendo (a) prioridade máxima, etc.</p> <p>a).....</p> <p>b).....</p> <p>c).....</p> | |

d).....

D. Mecanismos de Gestão da Migração Institucional Nacional

1. O país tem um Ministério, unidade ou agência que se dedique a tratar de questões de migração?

- a. Sim
b. Não

(i) Se "Sim", indique o nome do Ministério/unidade/agência.

a.

2. O país possui um fórum/mecanismo nacional de coordenação * para a gestão da migração?

- a. Sim
b. Não

* Um fórum/mecanismo que reúne ministérios/agências governamentais e outras partes interessadas para discutir e abordar questões de migração

Se "Sim", qual é a composição do fórum/mecanismo de coordenação nacional (ou seja, Ministérios, agências, organizações, etc.)

- a).....
b).
c).
d).
e).....
f).....
g).....
h).....
i).....
j).....

| | |
|--|---|
| <p>j) Se o país não tiver um fórum/mecanismo de coordenação nacional, que Ministério é o ponto focal para as questões de migração?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/></p> <p>b. <input type="checkbox"/> Não existe um Ministério que foca as questões de migração.</p> |
| <p>i) Se "Sim", é o fórum/mecanismo de coordenação nacional estabelecido por um Estatuto?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> Sim</p> <p>b. <input type="checkbox"/> Não</p> |
| <p>(iv) Se "Sim", com que frequência se reúne o fórum/mecanismo de coordenação nacional?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> Semanal</p> <p>b. <input type="checkbox"/> Quinzenal</p> <p>c. <input type="checkbox"/> Mensal</p> <p>d. <input type="checkbox"/> Trimestral</p> <p>e. <input type="checkbox"/> Poucas vezes</p> <p>f. <input type="checkbox"/> Outro (Especifique).....</p> |
| <p>(v) Se o fórum/mecanismo de coordenação nacional se encontrar COM POUCA FREQUÊNCIA, indique o(s) motivo(s).</p> | <p>a.</p> <p>b.</p> |

3. Se o seu país necessita de capacitação na área dos Mecanismos de Gestão da Migração Institucional Nacional, especifique as áreas por ordem de prioridade, sendo (a) prioridade máxima, etc.

a).....

b).....

c).....

d).....

E. Outras áreas temáticas

1. Para além das áreas temáticas acima referidas, em que outras áreas da gestão das migrações o seu país necessita de capacitação? (Liste-as por ordem de prioridade)

a).....

b).....

c).....

d).....

ANEXO 2: Questionário do inquérito

"Avaliação do Estatuto do Regime de Governação da Migração das REC"

"Avaliação das necessidades de capacitação das REC para gerir a migração"

| | |
|---|--|
| Nome da comunidade económica regional | |
| Nome do funcionário que fornece a informação: | |
| Cargo: | |
| Número de telefone de contacto | |
| E-mail de contacto | |
| Data de conclusão: | |

C. Situação sobre a migração

2. Que grandes problemas/desafios migratórios enfrenta a região? (Avalie as suas respostas de 1 a 13, sendo 1 o desafio mais importante e 13 o menos importante, etc.)

- p. Migração laboral (para fora do país)
- q. Migração laboral (para dentro do país)
- r. Migrantes sazonais/circulares (para dentro do país)
- s. Refugiados/requerentes de asilo
- t. Deslocados internos (PDI)
- u. Apátridas/pessoas em risco de apatridia
- v. Migrantes em trânsito pelo país
- w. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (para fora do país)
- x. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (para dentro do país)
- y. Contrabando de pessoas/pessoas traficadas (em trânsito pelo país)
- z. Envolvimento da diáspora no desenvolvimento nacional

| | |
|--|--|
| | aa. <input type="checkbox"/> Aproveitamento das remessas para o desenvolvimento/formalização do fluxo de remessas/redução do custo das transferências de remessas. bb. <input type="checkbox"/> Regresso, reorientação e reintegração dos migrantes regressados. cc. <input type="checkbox"/> Outros (Especifique)..... dd. <input type="checkbox"/> Nenhum |
|--|--|

D. Recolha e gestão dos dados sobre migração

| | |
|---|---|
| 3. A REC recolhe dados sobre migração? | (iii) <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim |
| (i) Se "SIM", quem os compila? | e. <input type="checkbox"/> REC f. <input type="checkbox"/> Consultores/Empresas externas g. <input type="checkbox"/> Tanto a REC como os Consultores/Empresas externas Outro (Especifique)..... |
| (ii) | |
| (iii) Se "SIM", que dados sobre migração recolhe a região? | a. <input type="checkbox"/> Migração laboral b. <input type="checkbox"/> Refugiados/Requerentes de asilo c. <input type="checkbox"/> Pessoas deslocadas internamente d. <input type="checkbox"/> Apatridia |

| | |
|--|--|
| | <p>e. <input type="checkbox"/> Tráfico de seres humanos</p> <p>f. <input type="checkbox"/> Outro (Especifique).....</p> |
| | <p><input type="checkbox"/></p> <p><input type="checkbox"/></p> <p><input type="checkbox"/></p> <p><input type="checkbox"/></p> <p><input type="checkbox"/></p> |
| | <p>(x) <input type="checkbox"/> Dados sobre refugiados/requerentes de asilo</p> <p><u>Frequência</u></p> <p>e. <input type="checkbox"/> Trimestral</p> <p>f. <input type="checkbox"/> Semestral</p> <p>g. <input type="checkbox"/> Anual</p> <p>h. <input type="checkbox"/> Outro (Especifique).....</p> |
| | <p>(xi) <input type="checkbox"/> Dados sobre pessoas deslocadas internamente</p> <p><u>Frequência</u></p> <p>e. <input type="checkbox"/> Trimestral</p> <p>f. <input type="checkbox"/> Semestral</p> |

- g. Anual
h. Outro (Especifique).....

(xii) Dados sobre pessoas deslocadas internamente

Frequência

- e. Trimestral
f. Semestral
g. Anual
h. Outro (Especifique).....

(xiii) Dados sobre apatridia

Frequência

- e. Trimestral
f. Semestral
g. Anual
h. Outro (Especifique).....

(xiv) Dados sobre tráfico de pessoas/migração clandestina

Frequência

- e. Trimestral
f. Semestral
g. Anual
h. Outro (Especifique).....

| | |
|--|---|
| <p>4. A REC tem um inquérito especial sobre migração?</p> | <p>(iv) <input type="checkbox"/> Não</p> <p>(xv) <input type="checkbox"/> Sim</p> |
| <p>(i) Se "SIM", indique através de que censo ou inquérito a REC recolhe os dados sobre migração</p> | <p>a.</p> <p>b.</p> <p>c.</p> <p>d.</p> <p>e.</p> <p>f.</p> |
| <p>5. A REC compila perfis migratórios regionais?</p> | <p>(v) <input type="checkbox"/> Não</p> <p>(vi) <input type="checkbox"/> Sim</p> |
| <p>(ii) Se "SIM", com que frequência?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> De dois em dois anos</p> <p>b. <input type="checkbox"/> De três em três anos</p> <p>c. <input type="checkbox"/> De quatro em quatro anos</p> <p>d. <input type="checkbox"/> De cinco em cinco anos</p> <p>e. <input type="checkbox"/> Raramente</p> <p>f. <input type="checkbox"/> Não tenho a certeza</p> |
| <p>(iii) Se a REC compila perfis migratórios regionais, quem os compila?</p> | <p>h. <input type="checkbox"/> A REC</p> <p>i. <input type="checkbox"/> Consultores/Empresas externas</p> <p>j. <input type="checkbox"/> Tanto a REC como os Consultores/Empresas externas</p> <p>k. Outro (Especifique).....</p> |
| <p>(iv) Se a REC necessitar de capacitação na área da recolha e gestão de dados sobre migração, especifique as áreas por ordem de prioridade, com a) como prioridade máxima, etc.</p> | |

- a).....
- b).....
- c).....
- d).....

F. Ambiente político

5. A região tem um quadro da política de migração regional?

c. Sim

d. Não

(iv) Se "Sim", quando foi adotado o quadro da política de migração regional?

f. 2022

g. 2021

h. 2020

i. 2019

j. 2018 ou antes

(v) Se "Sim", o quadro da política de migração regional tem um plano de ação?

c. Sim

d. Não

(vi) Se "Sim", o quadro da política de migração regional tem um mecanismo de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto?

c. Sim

d. Não

6. A região tem um quadro de política de migração laboral regional?

c. Sim

d. Não

(v) Se "Sim", quando foi adotado o quadro político de migração laboral regional?

f. 2022

g. 2021

h. 2020

i. 2019

| | |
|---|--|
| | j. <input type="checkbox"/> 2018 ou antes |
| (vi) Se "Sim", o quadro da política de migração laboral regional tem um plano de ação? | c. <input type="checkbox"/> Sim d. <input type="checkbox"/> Não |
| (vii) Se "Sim", o quadro da política de migração laboral regional está integrado/convencionado no plano de desenvolvimento nacional? | c. <input type="checkbox"/> Sim d. <input type="checkbox"/> Não |
| (viii) Se "Sim", o quadro da política de migração laboral regional tem um mecanismo de monitorização e avaliação com indicadores de progresso e de impacto? | c. <input type="checkbox"/> Sim d. <input type="checkbox"/> Não |
| <p>7. Se a região necessitar de capacitação na área do desenvolvimento da política de migração, especifique as áreas por ordem de prioridade, com (a) prioridade máxima, etc.</p> <p>a).....</p> <p>b).....</p> <p>c).....</p> <p>d).....</p> | |
| <p>G. Mecanismos de Gestão da Migração Institucional Nacional</p> | |
| 4. A REC tem um departamento ou unidade dedicada à gestão da migração? | c. <input type="checkbox"/> Sim d. <input type="checkbox"/> Não |
| (ii) (i) Se "SIM", indique o nome do departamento/unidade. | b. |

| | |
|--|--|
| <p>5. A REC tem mais do que um departamento com responsabilidades em matéria de migração?</p> | <p>c. <input type="checkbox"/> Sim d. <input type="checkbox"/> Não</p> |
| <p>(vi) Se "SIM", indique com que frequência os departamentos se reúnem para discutir questões de migração.</p> | <p>g. <input type="checkbox"/> Semanal h. <input type="checkbox"/> Quinzenal i. <input type="checkbox"/> Mensal j. <input type="checkbox"/> Trimestral k. <input type="checkbox"/> Poucas vezes l. <input type="checkbox"/> Outro (Especifique).....</p> |
| <p>6. A região tem um fórum/mecanismo* de coordenação regional para gerir a migração? Um fórum/mecanismo que reúne governos/agências e outras partes interessadas para discutir e resolver questões de migração</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> Sim b. <input type="checkbox"/> Não</p> |
| <p>Se "SIM", o fórum/mecanismo de coordenação nacional é estabelecido por um Estatuto?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> Sim b. <input type="checkbox"/> Não</p> |
| <p>Se "SIM", o fórum/mecanismo de coordenação nacional é estabelecido por um Estatuto?</p> | <p>a. <input type="checkbox"/> Sim b. <input type="checkbox"/> Não</p> |
| <p>Se "SIM", com que frequência se reúne o fórum/mecanismo de coordenação regional?</p> | <p><input type="checkbox"/> Semanal <input type="checkbox"/> Quinzenal <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Trimestral <input type="checkbox"/> Anual <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Outro (especifique).....</p> |

7. Se a sua região necessita de capacitação na área dos mecanismos de gestão da migração institucional regional, especifique as áreas por ordem de prioridade, sendo (a) prioridade máxima, etc.

a).....

b).....

c).....

d).....

H. Outras áreas temáticas

2. Adicionalmente às áreas temáticas acima referidas, em que outras áreas da gestão das migrações a sua região necessita de capacitação? (Liste por ordem ou prioridade, com (a) prioridade máxima, etc.)

a).....

b).....

c).....

d).....

3.

I. Outras áreas temáticas

4. Que apoio presta a REC aos Estados Membros na área da migração? (Indique as áreas de apoio)

a).....

b).....

c).....

d).....

